

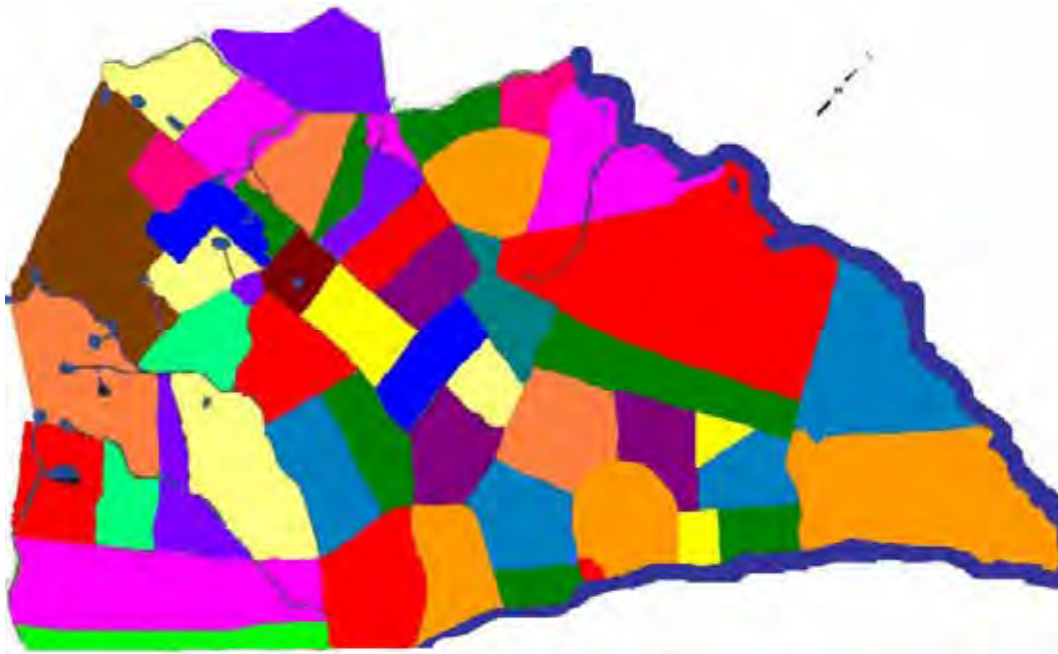


UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

ANA LIA FARIAS VALE

MIGRAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO

As Dimensões Territoriais dos Nordestinos em Boa Vista / RR



Presidente Prudente

2007

ANA LIA FARIAS VALE

MIGRAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO

As Dimensões Territoriais dos Nordestinos em Boa Vista / RR

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista do Campus de Presidente Prudente, na Área de Desenvolvimento Regional, para obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. José Gilberto de Souza.
Co-orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet.

PRESIDENTE PRUDENTE

2007

TERMO DE APROVAÇÃO

ANA LIA FARIAS VALE

MIGRAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO

As Dimensões Territoriais dos Nordestinos em Boa Vista / RR

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Geografia, da Universidade Estadual Paulista, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. José Gilberto de Souza
Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP / Presidente Prudente

Co-orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet
UNIOESTE / Francisco Beltrão

Profa. Dra. Rosângela Aparecida Medeiros Hespanhol
Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP / Presidente Prudente

Prof. Dr. Eliseu Saverio Spósito
Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP / Presidente Prudente

Profa. Dr. Jones Dari Goettert
Universidade Federal da Grande Dourados / Dourados - MS

Profa. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho
Universidade Federal de São Carlos / São Carlos - SP

Presidente Prudente, 11 de dezembro de 2007.

AGRADECIMENTOS

Na trajetória da vida, muitos são responsáveis de forma direta ou indireta para que se continue A luta pelo que se idealiza, desde os que deixamos esperando enquanto se muda a rota provisoriamente, até aqueles que são encontrados nessa nova rota.

A realização deste trabalho só foi possível graças a colaboração direta de muitas pessoas. Manifestamos nossa gratidão a todas elas e de forma particular: a todos os nordestinos residentes em Boa Vista, que gentilmente cederam um pouco de seu tempo para apoiar a pesquisa; as opiniões de suma importância da Professora Maria Geovaní Bonfim; aos amigos que não mediram esforços no apoio estrutural à pesquisa de campo em Boa Vista: Maria Geovaní Bonfim, Maria Auxiliadora Leonel (Mana), Valci Marques e esposo Luis Teixeira, Neli Lima e esposo Raul Lima; Térence, Júlia e Ramon por não se incomodarem de estarmos sempre mudando e a instabilidade de um lugar de referência, contudo nos fez crescer e descobrir que o amor supera todas as armadilhas do viver; Francisco Joaci de Freitas Luz, que mesmo pela sua fraqueza (ou coragem), ainda consegue me influenciar positivamente porque o amor que vem da alma não assimila atitudes fúteis, ao contrário faz o Espírito crescer e ficar mais próximo do que realmente importa; a Anete Farias Vale, à força nos momentos de angústia, ajudou a suportar as quedas no meio do caminho, sei que estaremos para todo o sempre juntas; à Priscilla Fabiana de Freitas que mais uma vez, do meu lado, deu apoio incondicional.

Aos Órgãos: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o auxílio prestado através do Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT), e a Universidade Federal de Roraima que fomentaram essa pesquisa; a Prefeitura Municipal de Boa Vista, através da Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania, em especial a Secretária Iraci Oliveira da Cunha, a Chefe de Gabinete Delaci de Melo Lima, a responsável pelo Programa Braços Abertos Antônia Cristina Leite de Souza; ao Coordenador de Organização Comunitária da referida secretaria, Antonio Luis Teixeira da Silva; à Câmara Municipal de Boa Vista em especial ao Chefe de Cerimonial Uilma Vidal de Moura; à Junta Comercial do Estado de Roraima em especial ao Presidente Edson de Araújo Silva; à Federação do Comércio de Roraima (FECOR/RR), em especial à Maria das Mercês Cunha Alves, à Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, em especial ao Secretário de Comunicação Social J. R. Rodrigues; ao Diretor Regional da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Joaquim Vicente de Paula; ao topógrafo Fernando Jimenez; aos professores da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente (UNESP-PP); aos funcionários da Pós Graduação da UNESP-PP: sempre dispostos a nos auxiliar nos entraves burocráticos da tese; em especial aos professores: Dr. Antonio Sérgio Ferraud, do Departamento de Ciências Exatas da UNESP-Jaboticabal, pela colaboração na análise dos dados, utilizando técnicas de análise multivariada; Dr. José Gilberto de Souza, “meu eterno e amado orientador”, competente, crítico e amigo.

RESUMO

A migração de nordestinos para Roraima é caracterizada por redes sociais resultantes de uma corrente migratória. Este trabalho teve como objetivo identificar os motivos que levaram tantos nordestinos a traçar essa longa trajetória. Para tanto, foram aplicados questionários e realizadas entrevistas na cidade de Boa Vista, cidade que se destaca pela dinamicidade da infraestrutura e pela fronteira geopolítica. Num primeiro momento, foram analisadas as correntes migratórias existentes no país, destacando os fatores responsáveis por esse movimento. Em seguida foi realizado um levantamento da historicidade da migração no Nordeste, ressaltando o papel dos nordestinos como fornecedor de mão-de-obra a nível nacional, sob a ótica dos efeitos da seca. Também foi avaliado o papel da migração como deslocamento de força de trabalho do semi-árido para abrir fronteira na região equatorial, provocando uma adaptação a um novo ambiente físico e cultural totalmente diferente. A migração se faz em trajetórias variadas, expondo o migrante a múltiplas adversidades, como o câmbio da vida de agricultor a explorador de minas ou trabalhador urbano. O papel do migrante nordestino é destacado pela sua capacidade de (re) produzir seu espaço, tanto cultural como economicamente, em terras distantes, impondo territorialidades. Verificou-se o efeito que a migração exerce sobre o crescimento do capital e da força de trabalho no Estado de Roraima, ponto extremo do norte da Amazônia Brasileira, onde o nordestino é reconhecido pelo seu trabalho, pelo crescimento do comércio na economia roraimense, recebendo em troca uma sensível melhoria na qualidade de vida, algo tão almejado pelo sertanejo.

Palavras-chave: Nordestinos. Roraima. Migração. Território. Redes.

ABSTRACT

The migration of Nordeste people to Roraima is characterized by social nets resulted from a migratory. This work aimed to identify the reasons that made such a large quantity of “nordestinos” migrate to Roraima. In order to achieve this goal, questionnaires and interviews were held in Boa Vista, city recognized by its dynamic infrastructure and geopolitical situation. At first, migratory flows occurring in the whole country and its reason, were analyzed. Then it was made a historical survey of migration in the northeast standing out the function of northeastern people as a labor fountain for the country, as a result of the dry climate effects on the region. It was also observed the whole of migration as a movement of labor force from semi-arid to new frontiers in the equatorial region, provoking adaptation to new physical and cultural situations. Migration occurs in different ways, exposing the migrants to multiple adversities, like changing from agriculturist into miner explorer, urban worker. The migrants from Nordeste are known for their capacity to rebuild their space, cultural and economically in long distance lands, imposing territoriality. It was verified the effect of migration on the growth of the capital, Boa Vista, and its labor force in the state, located in the extreme north of Amazon region, where “nordestinos” are recognized for their labor activities and for the growth of commerce in Roraima economy. In change, Roraima give “nordestinos” better life quality.

Keywords: Nordestinos. Roraima. Migration. Territory. Nets.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Estado de Roraima: localização geográfica.....	18
Mapa 2 - Estado de Roraima: altitudes.....	19
Mapa 3 - Planta da área urbana de Boa Vista / Roraima: bairros.....	23
Mapa 4 - Amazônia: rodovias de acesso.....	78
Mapa 5 - Estado de Roraima: rodovias de acesso.....	108
Mapa 6 - Território Federal de Roraima: 1982.....	111
Mapa 7 - Estado de Roraima: divisão política administrativa.....	114
Mapa 8 - Planta da área urbana de Boa Vista: evolução e expansão por bairros.....	120
Mapa 9 - Projeto Calha Norte: Rodovia Arco Norte.....	196
Mapa 10 - Migrantes nordestinos do Bairro Pintolândia: rota da migração interna.....	225

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Municípios do Estado de Roraima: respectivos distritos e população.....	20
Quadro 2 - Conjuntos Habitacionais implantados na cidade de Boa Vista.....	125
Quadro 3 - Evolução do processo de ocupação do espaço urbano de Boa Vista.....	130
Quadro 4 - Bairros da cidade de Boa Vista por zonas: 2000.....	133
Quadro 5 - Vereadores eleitos em Boa Vista / RR: 2005/2008.....	223

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População residente em Roraima: 1950 a 2005.....	123
Gráfico 2 - População residente em Roraima e Boa Vista: 1950 a 2005.....	124
Gráfico 3 - Formação social do sujeito enquanto migrante: o sujeito híbrido....	186
Gráfico 4 - População dos bairros da cidade de Boa Vista segundo a Prefeitura Municipal.....	214
Gráfico 5 - Chefes de família economicamente ativos da cidade de Boa Vista: naturalidade por unidades da federação.....	214
Gráfico 6 - Chefes de família economicamente ativos da cidade de Boa Vista: roraimenses / migrantes.....	215
Gráfico 7 - Migrantes chefes de família economicamente ativos de Boa Vista: por regiões.....	216
Gráfico 8 - Chefes de família nordestinos economicamente ativos de Boa Vista: desemprego.....	217
Gráfico 9 - Chefes de família nordestinos economicamente ativos de Boa Vista inseridos no mercado de trabalho: total por categorias.....	218
Gráfico 10 - Bairros da cidade de Boa Vista com o maior número de nordestino.....	220
Gráfico 11 - Migrantes nordestinos do Bairro Pintolândia: origem.....	226
Gráfico 12 - Migrantes nordestinos do Bairro Pintolândia: período de chegada	227
Gráfico 13 - Migrantes nordestinos do Bairro Pintolândia: estado civil, sexo, idade.....	228
Gráfico 14 - Migrantes nordestinos do Bairro Pintolândia: fluxo intra-urbano....	229
Gráfico 15 - Migrantes nordestinos do Bairro Pintolândia: fluxo intra-estadual.	230
Gráfico 16 - Migrantes nordestinos do Bairro Pintolândia: escolaridade.....	232
Gráfico 17 - Migrantes nordestinos do Bairro Pintolândia: características econômicas.....	233
Gráfico 18 - Migrantes nordestinos do Bairro Pintolândia: atividades remuneradas.....	234

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População do Estado de Roraima: 1980 / 2005.....	21
Tabela 2 - Entradas e saídas utilizando a informação do lugar de nascimento segundo as Grandes Regiões: 1991 / 2000.....	73
Tabela 3 - Estado de Roraima: população / área / densidade demográfica - 2005.....	118
Tabela 4 - Situação institucional das terras em Roraima: 1998.....	188
Tabela 5 - Migração para Roraima pela BR 174 - 1996/ 1999: procedência por região.....	200
Tabela 6 - Participação por atividade das empresas do setor terciário na cidade de Boa Vista.....	202
Tabela 7 - Tempo das empresas instaladas na cidade de Boa Vista.....	203
Tabela 8 - Naturalidade do empresário da cidade de Boa Vista.....	203
Tabela 9 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003: naturalidade em relação a UF de residência.....	206
Tabela 10 - Chefes de família nordestinos economicamente ativos de Boa Vista inseridos no mercado de trabalho: total por categorias / naturalidade.....	219
Tabela 11 - Origem dos Deputados Estaduais eleitos em Roraima.....	222

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Oficina e Auto Peças Maranhão, Av. Mario Homem de Melo, 4047, Bairro Buritis, Boa Vista, RR.....	189
Figura 2 - Mercantil e Frutaria Piauí, Av. Felipe Xaude com Horácio Magalhães, 2476, Bairro Asa Branca, Boa Vista, RR.....	204
Figura 3 - Bodega Ceará, Rua Sólon Rodrigues Pessoa, 884, Bairro Pintelândia, Boa Vista, RR.....	235
Figura 4 - Dançantes no Monumento do Garimpeiro (marco zero da cidade) Boa Vista, RR.....	242
Figura 5 - Dançantes iniciando apresentação com a Bandeira do Estado de Roraima.....	242
Figura 6 - Restaurante O Cangaceiro, Rua Cel. Mota com Av. Ene Garcez, Centro, Boa Vista, RR.....	245
Figura 7 - Restaurante Maria Bonita, Av. Júlio Bezerra, 784, Bairro dos Estados, Boa Vista, RR.....	246

LISTA DE SIGLAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas e Técnicas
 BCA. Banco de Crédito da Amazônia
 BCB. Banco de Crédito da Borracha
 BEA. Banco do Estado do Amazonas
 BEC. Batalhão de Engenharia e Construção
 BEP. Banco do Estado do Pará
 BIS. Batalhão de Infantaria de Selva
 BNB. Banco do Nordeste do Brasil
 BNH. Banco Nacional de Habitação
 CAETA. Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia
 CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 CELPA. Companhia de Eletricidade do Pará
 CEM. Centro de Estudos Migratórios
 CEM. Companhia de Eletricidade de Manaus
 CER. Companhia Energética de Roraima
 CHESF. Companhia Hidroelétrica do São Francisco
 CMA. Comando Militar da Amazônia
 CNAE. Classificação Nacional por Atividade Econômica
 CNPU. Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana
 CODESAIMA. Companhia de Desenvolvimento de Roraima
CODEVASF. Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco
 CTN. Centro de Tradições Nordestinas
 CTG. Centro de Tradições Gaúchas
 DAA. Departamento Agricultura e Abastecimento
 DNOCS. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
 DNOS. Departamento Nacional de Obras de Saneamento
 ELETRONORTE. Centrais Elétricas do Norte do Brasil
 FAO. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
 FCO. Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste
 FINAM. Fundo de Investimento para a Amazônia
FINOR. Fundo de Investimento para o Nordeste
 Fiset. Fundo de Investimentos Setoriais
 FECOR. Federação do Comércio de Roraima
 FNE. Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
 FNO. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
 FPM. Fundo de Participação do Município
 FUNAI. Fundação Nacional do Índio
 GTDN. Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
 IAN. Instituto Agrônomo do Norte
 IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais
 IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 IFOCS. Inspeção Federal de Obras Contra as Secas
INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 INPA. Instituto de Pesquisa da Amazônia
 INSS. Instituto Nacional de Seguro Social
 IOCS. Inspeção de Obras Contra as Secas
 IPTU. Imposto Predial Territorial Urbano
 MERCOSUL. Mercado Comum do Sul
 ONU. Organização das Nações Unidas
 PAD. Projeto de Assentamento Dirigido
 PAPP. Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PAR. Projeto de Assentamento Rápido
PICDT. Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica
PIN. Plano de Integração Nacional
PNAD. Plano Nacional por Amostra de Domicílio
PND. Programa Nacional de Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA. Programa Especial de Pólos Agropecuário e Agrominerais da
Amazônia
POLONORDESTE. Programa de Desenvolvimento do Nordeste
POLONOROESTE. Programa de Desenvolvimento do Noroeste da Amazônia
POLORORAIMA. Programa de Desenvolvimento de Roraima
PROBOR. Programa da Borracha
PROHIDRO. Programa de Redistribuição das Águas
PROMAM. Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais do Médio Amazonas
PRNOPAR. Programa de Recuperação do Noroeste Paraense
PROTERRA. Programa de Redistribuição de Terras
RADAM. Projeto Radar da Amazônia
RMs. Regiões Metropolitanas
SAVA. Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico
SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas
SEMDES. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SERFHAU. Sistema Federal de Habitação
SESC. Serviço Social do Comércio
SESI. Serviço Social da Indústria
SESP. Serviço Especial de Saúde Público
SENAI. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SETRABES. Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social
SNAPP. Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará
SPVEA. Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM. Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO. Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste
SUDENE. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDHEVEA. Superintendência do Desenvolvimento da Borracha
SUFRAMA. Superintendência da Zona Franca de Manaus
UF. Unidade Federativa
UFRR. Universidade Federal de Roraima
UNESP. Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 MIGRAÇÃO: DA PARTIDA AO PONTO ATUAL.....	40
2.1 Fundamentação Teórica.....	40
2.2 Considerações sobre a Migração Interna.....	52
3 O NORDESTE E A AMAZÔNIA NO CONTEXTO DA MIGRAÇÃO.....	58
3.1 O Impacto da Seca na Sociedade Nordestina.....	58
3.1.1 Historicidade da Migração na Região Nordeste.....	63
3.2 Processo Migratório na Amazônia.....	75
3.2.1 Migração na Amazônia: após 1980.....	81
4 IDENTIDADE E PRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	88
4.1 Discussão em Torno do Conceito Identidade.....	88
4.2 Identidade de Origem e Produção do Novo Espaço.....	93
4.3 Reprodução do Espaço Urbano.....	96
4.3.1 Produção e Reprodução do Espaço Roraimense.....	102
4.3.1.1 Processo histórico na produção do espaço.....	104
4.3.2 Reprodução do Espaço Urbano de Boa Vista.....	115
5 TERRITÓRIO E REDES SOCIAIS.....	136
5.1 Território.....	136
5.2 Redes Sociais.....	143
5.2.1 Redes Sociais Formadas pela Migração.....	145
5.2.1.1 Articulação e diversidade das redes sociais: nordestinos e outros migrantes em Roraima.....	151
6 MULTITERRITORIALIDADE E MIGRAÇÃO.....	167
6.1 Concepções do Território: Territorialidades.....	167
6.2 Abordagem Integradora: Multiterritorialidade.....	170
6.2.1 Multiterritorialidade, Migração e Hibridismo.....	174
6.2.2 Multiterritorialidade do Território.....	183
6.2.3 Migração recente e multiterritorialidade em Roraima.....	188
6.2.3.1 Migração recente e multiterritorialidade em Boa Vista.....	211

6.2.3.2 Paisagem urbana (re)produzida: território de nordestino.....	239
7 CONCLUSÃO	247
REFERÊNCIAS	253
APÊNDICES	263
APÊNDICE A - Questionário aplicado no Bairro Pintolândia.....	264
APÊNDICE B - Deputados Estaduais do Estado de Roraima: naturalidade.....	273
ANEXOS	276
ANEXO A - Questionário aplicado pelo IBGE no Censo 2000.....	277
ANEXO B - Entradas e saídas utilizando a informação do lugar de nascimento, segundo as Unidades da Federação: 1991 – 2000.....	289
ANEXO C - População do Estado de Roraima: urbana / rural.....	290
ANEXO D - População urbana de Boa Vista por zonas: 1999.....	291
ANEXO E - População Nacional por Amostra de Domicílios: 1998 – 1999. Migração: população residente segundo o lugar de nascimento...	292
ANEXO F - Migração para Roraima pela BR 174 – 1980 / 1984: destino por zonas.....	293

1 INTRODUÇÃO

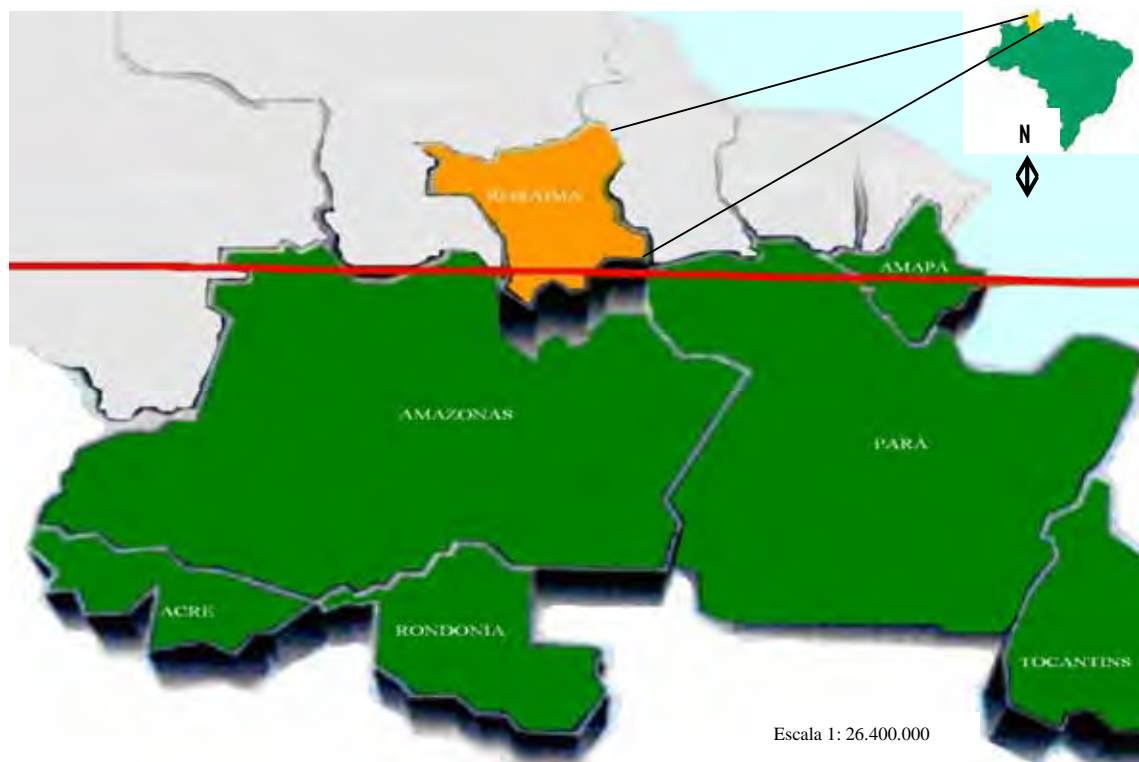
A pesquisa **“Migração e Territorialização. As dimensões territoriais dos nordestinos em Boa Vista / Roraima”** busca entender a gênese da migração interna e como a matriz social nordestina influencia no processo de reestruturação da sociedade roraimense e, neste sentido, analisar a territorialização do nordestino no espaço urbano de Boa Vista, no Estado de Roraima (a partir de dinâmicas sociais diversas e manifestas), decorrente do fluxo migratório após os anos de 1980. O processo de territorialização evidencia-se por meio de dimensões econômicas, políticas e culturais, expressões do engendramento do sujeito social no espaço roraimense, e ao mesmo tempo constitutivo, dessa materialidade no qual se insere.

Este pleno de movimento e velocidade constitui-se “um laboratório a céu aberto” é o que se comenta no meio acadêmico sobre o Estado de Roraima, onde tudo ainda está em processo de análise. As pesquisas científicas praticamente se iniciaram com a criação da Universidade Federal de Roraima (UFRR), em 1990, puramente acadêmica em seus primeiros anos se preocupando principalmente com a demanda de professores, que exerciam a profissão no Estado sem qualificação profissional.

A “colonização” tardia de Roraima se deve ao fato de estar localizada no extremo norte do país, com características peculiares, de difícil acesso. Roraima apresenta, a partir dos anos de 1980, um expressivo crescimento populacional, justificado pela intensa absorção de uma população migrante, principalmente de nordestinos e nortistas na área urbana de Boa Vista.

Localizado no extremo norte brasileiro, o Estado de Roraima limita-se com a República Bolivariana da Venezuela a norte e, a oeste, com a República Cooperativista da Guiana a norte e a leste, com o Estado do Amazonas ao sul e a oeste, e com o Estado do Pará, a sudeste, possuindo 1.922 km de fronteiras

internacionais, ocupando uma área de 225.116,1 km², que representa 2,7% da superfície total do Brasil (Mapa 1).



Mapa 1 - Estado de Roraima: localização geográfica
Fonte: Ribeiro, 1998.

De acordo com os resultados do Projeto Radar da Amazônia (RADAM), em Roraima aproximadamente 34% da área, algo em torno de 84.000 km² em condições naturais, são inaptas ao uso agrícola. Os campos do rio Branco, considerando o manejo primitivo, não são recomendáveis para a agricultura, devido aos períodos de secas, que estão submetidos e devido à baixa fertilidade natural de seus solos. No extremo norte, nas áreas de serras, os solos apresentam fortes restrições ao uso agrícola, além do déficit de umidade, fatores como a pequena profundidade dos solos, acentuada pedregosidade, constroem tal característica (VALE, 2005, p. 21).

caribenha, vinda da costa do Atlântico, entre as Guianas e a costa do México), além de uma população migrante oriunda de todas as regiões do país, distribuídos nos 15 municípios e seus respectivos distritos (Quadro 1) (IBGE/RR, 2005).

Municípios	Distritos	População
Boa Vista	Murupu	242.179
Rorainópolis	Nova Colina, Equador, Jundiá, Martins Pereira, Santa Maria do Boiaçu	24.615
Alto Alegre	Vila São Silvestre, Taiano, Igarapé Grande	22.102
Caracaráí	Petrolina do Norte, Novo Paraíso, Lago Grande, Santa Maria do Xeruíni, Vista Alegre, Terra Preta, Vila São José, Apurui, Caicubi, Cachoeirinha, Panacarica	17.746
Bonfim	São Francisco, Nova Esperança, Vilhena, São Domingos, Alto Arraia, Dormida	12.626
Mucajáí	Tamandaré, Apiaú	11.649
Cantá	Confiança I, II e III, Vila Félix Pinto, Serra Grande I e II, Central, União, Santa Cecília	10.482
Pacaraima	Surumu, Contão, Samã, Boca da Mata	8.215
São Luiz do Anauá	Vila Moderna	6.490
Uiramutã	Água Fria, Vila Socó, Mutum	6.430
Amajari	Tepequém, Três Corações, Trairão	6.087
Iracema	Vila São Raimundo, Apurui, Roxinho	6.060
Caroebe	Entre Rios, Jatapú	5.869
São João da Baliza	Baliza	5.432
Normandia	Maloca da Raposa, Vila Nossa Senhora de Nazaré	5.335

Quadro 1 – Municípios do Estado de Roraima: respectivos distritos e população

Fonte: IBGE/RR, 2005.

Os dados censitários demonstram o crescimento populacional do Estado de Roraima e a modificação no comportamento dinâmico da área (Tabela 1). A abertura dos eixos rodoviários, aliada à política governamental de expansão da urbanização, acarreta transformações sócio-econômicas que acentuaram as migrações em direção aos núcleos urbanos.

Até início dos anos de 1980, a expansão urbana de Boa Vista foi programada pelo Governo que, visando “segurança nacional”, promoveu o

Tabela 1

População do Estado de Roraima: 1980 / 2005

MUNICÍPIOS	CENSO	ESTIMATIVAS	CONTAGEM	1986	1987	ESTIMATIVAS	1988	1989	1990	CENSO	CONTAGEM	ESTIMATIVAS	1997	1998	ESTIMATIVAS	1999	CENSO	2000	2001	2002	2003	2004	2005
	1980	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005					
Amajari	3.475	5.254	5.425	5.597	5.768	6.634	8.865	11.211	4.623	4.771	4.896	5.021	5.294	5.455	5.560	5.684	5.975	6.087					
Alto Alegre	51.662	68.306	70.532	72.758	74.986	86.237	115.247	122.600	13.771	14.409	14.947	15.486	17.907	18.706	19.316	19.970	21.512	22.102					
Boa Vista	4.524	4.533	4.681	4.829	4.976	5.723	7.648	4.042	5.660	6.059	6.396	6.733	9.326	9.985	10.434	10.949	12.162	12.626					
Bonfim									7.671	8.208	8.659	9.112	8.571	8.922	9.213	9.511	10.213	10.482					
Cantá									9.664	9.888	10.077	10.267	14.286	14.910	15.448	15.987	17.259	17.746					
Caracaraí	4.990	4.224	4.362	4.499	4.637	5.333	7.127	8.773	4.829	4.684	4.562	4.440	5.692	5.775	5.752	5.779	5.844	5.869					
Caroebe									2.817	2.836	2.853	2.869	4.781	5.027	5.211	5.410	5.880	6.060					
Iracema	3.163	6.284	6.489	6.694	6.899	7.934	10.603	11.272	10.895	10.968	11.028	11.089	11.247	11.271	11.382	11.445	11.593	11.649					
Mucájal	7.713	5.254	5.426	5.597	5.768	6.633	8.865	5.223	6.796	6.641	6.510	6.378	6.138	5.929	5.868	5.743	5.448	5.335					
Normandia									5.777	5.962	6.118	6.274	6.990	7.229	7.401	7.592	8.042	8.215					
Pacaraima									7.544	7.963	8.315	8.668	17.393	18.903	19.819	20.944	23.599	24.615					
Rorainópolis	1.531	4.843	5.000	5.158	5.316	6.113	8.170	6.328	4.058	3.937	3.834	3.732	5.091	5.146	5.206	5.259	5.384	5.432					
S. João do Baliza	2.101	4.327	4.468	4.609	4.750	5.463	7.301	3.778	4.456	4.712	4.928	5.144	5.311	5.550	5.707	5.891	6.324	6.490					
S. Luiz do Anauá									4.634	4.593	4.558	4.524	5.802	5.915	6.013	6.111	6.342	6.430					
Uiramutã									247131	254499	260.705	266.922	324.397	337.237	346.871	357.302	381.896	391.317					
TOTAL	79.159	103.025	106.383	109.741	113.100	130.070	173.826	217.583															

Fonte: IBGE-RR, 2005

Obs: Os dados do Censo 91 foram considerando os fracionamentos populacionais dos futuros novos municípios. As estimativas não prevêem dados urbanos ou rurais, apenas o total populacional do município.

crescimento populacional do Território por meio de uma política urbana concentrada na capital, realizando obras de infra-estrutura, construindo conjuntos habitacionais e ampliando os serviços públicos. A concentração populacional na cidade de Boa Vista, é um resultado dessas ações e o crescimento urbano acelerado efetivou um acréscimo de novos bairros, totalizando, em 1991, 30 novos bairros, conforme a Lei nº. 244, de 06 de Setembro de 1991, que trata do Plano Diretor da cidade de Boa Vista.

Em 1999, o Plano Diretor da Cidade de Boa Vista houve alteração, redefinindo o limite de alguns bairros e acrescentando outros 18. Desse modo, o plano urbano da cidade de Boa Vista passou a ter novos limites, adaptando-se à grande expansão ocorrida nos últimos anos, efetivando um acréscimo de 41 novos bairros entre os anos de 1980 a 2000 (Mapa 3).

Em 2000 a cidade de Boa Vista encontrava-se com um total de 49 bairros, segundo dados oficiais cadastrados pelo IBGE. Contudo, a Prefeitura Municipal de Boa Vista vem trabalhando desde 2001, com Programas de Assistência à População, e em 2003 usou dados com uma base territorial de 52 bairros e um conjunto habitacional, que é analisado independentemente em decorrência de sua densidade populacional, perfazendo assim um total de 53 áreas distribuídas na malha urbana.

Essa expansão urbana de Boa Vista reúne uma intrínseca relação com as trajetórias de migrantes nordestinos, marcadas por crises econômicas conjunturais, secas e problemas estruturais que apontam para a ausência de perspectivas aos jovens, a estagnação econômica de municípios de região semi-árido, impulsionando-os às várias localidades brasileiras, dentre elas a capital roraimense.

A presença dos nordestinos em Boa Vista resulta, pois, na formação de novas territorialidades e novas formas de concepção do uso e do processo de domínio do território, com uma troca de cargas culturais entre a população migrante e a população local, ocorrendo uma reterritorialização do homem nordestino no espaço urbano de Boa Vista, espaço esse que se transforma sob a influência do migrante.

A análise da migração no extremo norte do Brasil tem a finalidade em esclarecer a problemática migratória, o conjunto de políticas que estão sendo implantadas, compreendendo a territorialização do migrante nordestino e a reprodução do espaço, priorizando a problemática mais estrutural e estratégica do crescimento econômico.

Nos anos de 1980, a Região Amazônia apresentou taxas de crescimento populacional elevadas com rebatimento significativo na sua área rural, na expansão da fronteira agrícola, particularmente nos Estados de Rondônia, Pará e Roraima, demarcado tanto pela modernização conservadora nos lugares de origem da migração, como pelas promessas do governo de dinamizar a economia regional.

A reduzida base demográfica da região faz com que fluxos migratórios (em termos nacionais) resultem numa taxa de crescimento demográfico bastante elevado para a região, de forma acelerada, cujos fluxos tenderiam a crescer ano a ano, apoiados no objetivo do governo de ocupar a Região.

Neste mesmo período, na medida em que a Amazônia ia sendo “revelada” ao Brasil, por meio dos inúmeros inventários e levantamentos de seus recursos naturais, minerais e energéticos, vários projetos foram implantados no setor de mineração e eletricidade: o Projeto Trombetas, pela Companhia Vale do Rio Doce, para exploração da bauxita; o Projeto Grande Carajás, para exploração de

minério de ferro, compreendendo o complexo mina / ferrovia / porto; o Projeto Albrás-Alunorte, em Vila do Conde, para produção de alumina e alumínio metálico; o Projeto Tucuruí, no rio Tocantins, para produção de energia; e o das hidrelétricas de Balbina, no rio Uatumá, e de Samuel, no rio Jamari (VALE, 2005, p. 43).

Em todos os Estados da Região, mesmo os marcados por um crescimento rural intenso, o aumento da população urbana foi mais rápido, ou seja, as migrações, neste período, não são mais predominantemente compostas de pessoas com mesma origem e destino, isto é, a expansão da fronteira amazônica, mesmo durante seu auge, os anos de 1970 e início dos anos de 1980, apresenta forte componente de destino urbano.

Paranaenses, gaúchos, catarinenses, paulistas, mineiros, capixabas, goianos, mato-grossenses e nordestinos migraram para a Região em busca de qualidade de vida e oportunidades de trabalho. Muitos oriundos de estados mais desenvolvidos do Sudeste e do Sul, sobretudo, em centros e zonas rurais com populações empobrecidas pela substituição do regime de colonato do café pela grande lavoura mecanizada da soja e do trigo, no período dos anos de 1970 aos anos de 1990, que ocasionou o surgimento de um grande número de trabalhadores volantes e bóias-frias.

Contudo, são os nordestinos que se destacam na quantidade do fluxo, pois mesmo tendo adquirido um reconhecido potencial econômico nos anos de 1990, a Região Nordeste não se desenvolve e permanece vulnerável ao fenômeno climático, mas, sobretudo a deficiência de uma política de desenvolvimento, pois a maioria da população do semi-árido habita pequenas glebas com processos produtivos na agricultura e na pecuária, com reduzidas inovações. Nessas condições, a capacidade de produzir excedente ou de estabelecer alternativas de

ocupação e renda se reduz e se completa num ciclo de migração, e aumento progressivo da concentração da propriedade e fracionamento da pequena unidade familiar.

Assim, os hábitos, costumes e estilos de vida, moldados na “Amazônia Nordestina”, estão passando por um grande processo cultural de adaptação, mudança e transformação, com a chegada de migrantes. Novas territorialidades moldam os novos povoamentos, instalam-se vilas, criam-se bairros com associações, com as suas danças, folclore típico e hábitos, dando uma nova organização no processo de integração regional, moldando uma nova fronteira na Amazônia.

O povoamento da Amazônia determina uma expansão demográfica e uma expansão da fronteira agrícola, pecuária, mineral e a constituição de novos centros de produção industrial, em todas as unidades federativas da região. Em Roraima, há domínio de subterritórios: Instituições federais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA) com reservas ecológicas, Fundação Nacional do Índio (FUNAI) com áreas indígenas, com domínio territorial representando quase metade da superfície do Estado, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com Projetos de Assentamento Familiar, com um domínio territorial de $\frac{3}{4}$ da superfície.

Além das instituições acima citadas, têm-se garimpeiros que sobrepõem ao território indígena e à intervenção do Estado com a criação de novos municípios (até os anos de 1970, Roraima era dividida em dois municípios; Boa Vista e Caracaraí; em 1882 os dois municípios foram desmembrados em oito: Boa Vista, Caracaraí, Alto Alegre, Bonfim, Mucajaí, Normandia, São João da Baliza e São Luiz do Anauá; e, em 1996, passou por mais um desmembramento com mais sete

municípios; Amajari, Cantá, Caroebe, Iracema, Pacaraima, Rorainópolis, Uiramutã), adentrando-se em reservas ambientais e áreas indígenas.

O nordestino é responsável pela mais recente territorialidade ocorrida em Roraima ¹, responsável pela formação de novas territorialidades e novas formas de concepção do uso e do processo de domínio do território de caráter econômico, político e cultural, com uma carga de influência absorvida pela população local expressa em nome de estabelecimentos comerciais e de bairros, grupos folclóricos, nomes de pessoas etc., havendo dessa forma uma nova territorialização do espaço urbano de Boa Vista/Roraima, que se modifica através da influência de um povo que conserva valores tradicionais de seu lugar de origem.

É necessário compreender que o processo só tem sentido quando tomado no contexto de articulação dos sujeitos na reprodução do espaço, capitalista, trabalhadores urbanos e rurais, caboclos, posseiros e populações indígenas. O processo de territorialização ocorre a partir da ação de todos esses atores e da relação entre si e com a natureza, expressas em dimensões econômicas, políticas e culturais. Completa-se com a atuação direta do Estado num complexo e extenso sistema burocrático criado e reformulada nos últimos 50 anos, consubstanciando a produção da Amazônia como fronteira nacional.

Nesse sentido, é preciso contrapor uma visão de espaço como palco em que se desenrolam e se localizam as atividades e os fenômenos humanos, à idéia de territórios produzidos por meio do trabalho humano. Todos os agentes sociais, em uma dinâmica relacional de reciprocidade e contínuo movimento, de

¹ Como é sabido, o nordestino é responsável pela reprodução do espaço de grande parte do Brasil, presente na textura de vários ciclos de nossa economia e na edificação de inúmeros objetos geográficos, como as cidades e os grandes eixos de comunicação; os nordestinos representam grande parte da reserva de mão-de-obra circulante no país.

contradições, constroem e reconstróem ou territorializam o espaço em diferentes intensidades e formas.

Assim, com o objetivo de estudar as dimensões territoriais do nordestino no espaço urbano de Boa Vista, no Estado de Roraima, a partir de dinâmicas sociais diversas e manifestas, decorrente do fluxo migratório após 1980, essa pesquisa busca: compreender a territorialização do migrante nordestino; perceber e entender as transformações ocorridas no espaço em análise sob a influência desse sujeito social; analisar as estratégias da ocupação de novos bairros na cidade de Boa Vista e estabelecer relações com os principais lugares de origem dos migrantes nordestinos, analisando as redes sociais formadas.

A questão: Como se expressam e se territorializam as dimensões sociais (econômicas, políticas e culturais) no processo de migração dos nordestinos para Boa Vista / RR? Considera-se que os nordestinos migram com os “pés” e não com a “alma” e objetivam interiorizar sua subjetividade, constituída de práticas sócio-espaciais (do buscar, do nomear, do refazer-se) que denotam uma nova territorialidade em Boa Vista-RR.

Portanto, considerando as interdeterminações das dimensões sociais que registram os processos de construção dos sujeitos nas suas interações sócio-espaciais, os processos migratórios tendem a traduzir as particularidades dos locais de origem dos grupos sociais e suas dimensões econômicas, políticas e culturais, que se territorializam de maneira a reafirmar uma identidade territorial ao mesmo tempo em que ganham expressões específicas e aglutinam elementos ao novo território. Tais dimensões podem ser observadas no conjunto de atividades, na distribuição espacial dos sujeitos e nas estruturas de redes que expressam seus laços e valores.

Para tanto, fez-se necessário procurar alguns elementos para uma argumentação teórico-metodológica que articule, concomitantemente, o tempo, o espaço e aspectos da economia, da política e da cultura, na abordagem geográfica. A abordagem geográfica é uma apropriação prático-espiritual do espaço, do qual e sobre o fundamento do qual derivam (o método) dimensões de nível, considerando a inexauribilidade do mundo objetivo e sua irreducibilidade à ciência, este último, cujo modelo reducionista deixa de perceber a riqueza da subjetividade humana, que se efetiva historicamente na “práxis” da humanidade.

Para responder o questionamento norteador deste trabalho, buscaram-se abordagens teóricas e metodológicas, já elaboradas por autores como Haesbaert (2004, 2001, 1997), Saquet (2003, 2004), Ratzel (1988), Sack (1986), Raffestin (1988), Souza (1995) e Lacoste (1988), que discutem a questão da territorialização do migrante no espaço; Salim (1992), Massey (1990), Matos (2005), Singer (1980), Graham (1980), Ravenstein (1980) e Sasaki; Assis (2000), que trabalham as metodologias de mensurações das migrações; Souza; Medeiros Filho (1983), Tavares et al. (1979), Moura (1980), Camarano (1998), que relatam a historicidade da migração nordestina no país; Lefebvre (1984), Almeida (2000/2001), Gottdiener (1993), Harvey (1998), Fonseca (2004), Andrade (1995) Silva (1999) que discutem a produção do espaço; Castells (1999), Silva (2000), Monteiro (1997), Santos; Almeida (2004), Corrêa (2001), Geiger (2000), Boyd (1989), Matos; Braga (2005) Tilly (1990) Massey et al. (1990) e Muñoz; Oliveira (1980), que trabalham identidade e redes sociais; além de abordagens teóricas sobre espaço vivido e lugar desenvolvidas por autores como Santos (2002/1998/1996), que conseguem ampliar o leque de análise de categorias geográficas priorizando aquelas que dizem interesse ao enfoque questionado.

O recorte temporal da pesquisa transcorre dos anos de 1980, fundado a partir dos números coletados pelo IBGE, onde se observa uma acentuação na linha de crescimento populacional e uma modificação no seu dinamismo interno e, por sua vez, territorial. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é um órgão federal que realiza levantamentos quantitativos de confiabilidade estatística, e por essa razão muitos dos dados dessa pesquisa foram confirmados ou confrontados com os seus levantamentos.

Essa pesquisa tem cunho qualitativo e quantitativo, apoiando-se num método que permite a abordagem do real, esforçando-se para compreender a historicidade humana, por analisar a prática efetiva do homem, num primeiro momento determina-se às questões fundamentais: crítico - analítico. Descrever já é começar a apreender as contradições, porque a aparência não está separada da essência, assim é preciso descrever refletindo e refletir descrevendo.

É necessário mostrar as bases empíricas e teóricas de cada argumentação, portanto, procura-se utilizar entrevistas para a valorização da memória, dando a objetividade territorial do lugar e do período estudado, porque os sujeitos viveram e vivem, *o* e *no* espaço local; eles contribuem na recuperação de um passado-presente-futuro. Todas as informações de cada migrante e a análise dos dados fornecidos pelos órgãos são aspectos a serem considerados neste nível de interpretação.

A pesquisa de campo ocorreu com deslocamento até a área em análise ². É preciso salientar que o trabalho de campo não busca legitimar aquilo que já se sabe sobre a realidade em estudo, como salienta Minayo (1994, p. 32), mas apresenta a possibilidade de outras revelações. Essa transcorreu em etapas distintas, com a primeira partindo de depoimentos obtidos em entrevistas abertas gravadas, subtraindo razões, sentimento e emoções que não podem ser quantificados, e que são fundamentais à leitura deste processo de territorialização.

Foram entrevistados empresários, comerciários, presidentes de associações de moradores de bairro, funcionários de órgãos públicos como IBGE, Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e Assembléia Legislativa, todos migrantes

² O deslocamento até a cidade de Boa Vista no Estado de Roraima ocorreu no período de setembro a dezembro de 2005, com o único objetivo de coletar dados para embasar empiricamente a pesquisa.

nordestinos que chegaram a Boa Vista após os anos de 1980 e que nortearam o direcionamento de parte da pesquisa.

No início da pesquisa, tinha-se o intuito de somente detectar migrantes nordestinos que ocupavam cargos de relevância na sociedade ora em estudo; contudo, no momento em que ocorriam as entrevistas, novos fatos foram revelados e que redirecionaram alguns aspectos desta. Nos depoimentos dos migrantes eram citados nomes de pessoas, seus cargos e funções, e que também, assim como o entrevistado, são nordestinos, e que poderiam narrar parte de suas histórias de vida para o aprimoramento do trabalho, então a cada nova entrevista surgiam nomes e questionamentos que poderiam contribuir com o estudo.

Dessa forma, resolveu-se arriscar e adotar as sugestões dos entrevistados como metodologia (em parte da pesquisa); no final do dia de campo ou mesmo no final da entrevista, novos rumos eram traçados, pois surgiam relatos que norteavam novas perspectivas para o estudo e assim foi-se detectada uma rede social, traçada por nordestinos, que permeavam espaços delimitados, com atividades sociais.

A pesquisa em campo ocorreu num segundo momento com a utilização de 200 questionários, respondidos somente por nordestinos residentes no Bairro Pintelândia, bairro situado na Zona Oeste da cidade de Boa Vista e ocupado no início dos anos de 1990. O espaço escolhido para aplicar o questionário partiu dos depoimentos e entrevistas, onde sempre era salientado que o maior número de nordestinos que residiam em Boa Vista eram os maranhenses e que estes se concentravam principalmente nesse bairro.

O questionário foi adaptado do usado pelo IBGE no Censo 2000, para levantar dados sobre a população migrante; contudo, a metodologia adotada pelo

referido órgão, para análise dos dados, não foi a mesma usada na pesquisa ³ (Anexo A). Assim, do questionário do IBGE foi utilizado o que se adequara com o objetivo da pesquisa; o migrante e suas características sociais, econômicas e políticas, e traçado um roteiro mais direto onde a reposta dada anteriormente, pelo migrante, direciona a pergunta seguinte (Apêndice A).

Já o viés quantitativo, que apreende a quantidade e a distribuição destes migrantes, ocorreu no terceiro momento, com levantamentos e análises de documentos e cartas cartográficas em bibliotecas e órgão públicos: no IBGE, aspectos referentes à localização e caracterização da área em estudo, com números de Censos e Estatísticas Populacionais; na biblioteca da UFRR, com pesquisas em teses recentemente defendidas; na Secretaria Trabalho e Bem Estar Social (SETRABES) do Estado de Roraima, com coleta dos números da entrada de migrantes em Roraima, pela BR 174, no período de recorte da pesquisa, junto ao Centro de Recepção e Triagem em Jundiá; na Prefeitura Municipal de Boa Vista, com informações da Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania, com dados que fazem parte do Programa “Braços Abertos”, lançado no ano de 2001 e atualizado em 2003, com as características sócio-econômicas dos chefes de família residentes em 43 áreas, dos 52 bairros da cidade de Boa Vista ⁴.

³ A metodologia de ajuste de um modelo linear generalizado multivariado envolve cálculos com matrizes, inclusive inversão. Por essa razão, as restrições definidas, que por sua vez dão origem a uma dessas matrizes, devem satisfazer algumas condições essenciais, sendo a principal delas a de não serem linearmente dependentes (redundantes). Além disso, é também considerado o conceito de restrições quase linearmente dependentes (e, portanto, quase redundantes), que afetam a estabilidade da solução do modelo (IBGE, 2000).

⁴ A Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania da Prefeitura Municipal de Boa Vista, desenvolve o Programa “Braços Abertos” com o objetivo de cadastrar os moradores dos bairros periféricos para direcionar os recursos recebidos pelo Governo Federal. Para o desenvolvimento do programa e melhor distribuição dos recursos, os bairros da cidade foram divididos em três áreas: na primeira ficaram os 19 bairros mais periféricos, com maior carência de infra-estrutura, na segunda área, 24 bairros, e na terceira ficaram os 10 bairros que detêm a população de maior poder aquisitivo, e que ficou excluído da assistência desse programa e conseqüentemente da pesquisa ora desenvolvida. Por ser uma população de poder aquisitivo elevado, não é de interesse a prefeitura fazer este diagnóstico do ponto de vista das políticas públicas, portanto na pesquisa fica essa lacuna, limitando-se a análise dos dados coletados na referida Secretaria, contudo, pela quantidade, complexidade e autenticidade das informações, são dados suficientes para se atingir os objetivos propostos.

Na análise das tendências das migrações internas, além dos dados coletados na pesquisa de campo, foram incorporadas as informações de data fixa contidas nos Censos, na Contagem da População e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Paralelamente aos três momentos da pesquisa em campo, fotografias foram tomadas com o intuito de revelarem a presença do migrante nordestino no espaço. A pesquisa está distribuída em sete capítulos, considerando esta Introdução. No capítulo 2, “**Migração: da Partida ao Ponto Atual...**”, fundamentou-se um resgate teórico da migração como fator social, impulsionado pela *Mobilidade da Força do Trabalho*, onde economistas clássicos procuram fazer uma análise da migração no processo de acumulação capitalista, não podendo ela ser encarada fora da realidade do trabalho social e sim com pressupostos econômicos. Todavia, fez-se uma retomada das teorias *Neoclássicas*, que se preocupam com a economia do espaço e a gestão capitalista da mão-de-obra e a *Perspectiva Histórico-Estrutural*, ligada à tradição dialética do marxismo, além de alguns conceitos ligados a questionamentos que surgiram ao longo do texto.

Algumas considerações em torno dos conceitos ligados à mobilidade espacial são também apresentadas, principalmente no que diz respeito ao conceito de migrante, pois é de fundamental importância frente às especificidades das análises conceituais, considerarem o tamanho e diversidade geográfica e social incomum do Brasil, principalmente quando se voltam para a questão da mobilidade populacional. A própria pesquisa e o planejamento exigem tratamentos diferenciados que respeitem idiossincrasias e características regionais mais profundas.

Após a discussão teórica da migração, desenvolve-se um histórico da migração nacional, com base em alguns critérios que partem da existência de articulações viárias permanentes entre localidades, fazendo-se uso de dados dos fluxos populacionais como filtro para uma representação das principais mobilidades populacionais que compõem a rede migratória no País, dispostas no tempo, de modo a permitir a visualização dos fluxos que marcaram esses espaços territoriais a partir

dos anos de 1930, com destaque para a migração nordestina.

Em "**O Nordeste e a Amazônia no Contexto da Migração**" (capítulo 3), faz-se um levantamento dos fatores naturais e sociais que condicionam sujeitos num fluxo contínuo, tornando a Região Nordeste uma 'fornecedora de mão-de-obra', no contexto histórico do país.

Esses fatores são fundamentais para a análise do grau de influência do fluxo migratório nos dois espaços em questão; pois a região de origem e a região de destino, não são realidades estanques e nitidamente separadas, havendo entre elas correlação de forças que "especializa" uma área como estado de miséria e outra usufruindo abundância; todavia esse é um processo migratório entre regiões pobres, o que determina particularidades políticas, culturais e econômicas no território.

No capítulo 4 se discute a "**Identidade e Produção do Espaço**", a discussão teórica da identidade envolve elementos de sua construção, de sujeitos que se encontram num processo constante de mobilidade espacial.

No que diz respeito à produção do espaço, parte-se da compreensão de sua capacidade de concentração de forças econômicas, culturais e políticas que provocam transformações na paisagem, assegurando um contínuo ciclo produtivo, com a ação de múltiplos sujeitos que o produzem na complexidade de formação do território e da disputa de territorialidades que a produção espacial envolve.

Partindo das primícias de que os principais sujeitos produtores do espaço, no estado de Roraima, são o Estado e os migrantes (articulados em redes sociais) foi traçada a evolução do processo de produção do referido espaço, identificando territórios de domínio dos migrantes, sempre numa constante dinamicidade de reprodução.

Neste contexto foi dado especial destaque à produção da área urbana de Boa Vista, por meio de uma periodização, dentro dos limites em que se conjugam a administração municipal e que revelam toda a ação do 'Poder' do Estado na produção deste espaço desde 1945 e que perdura até os dias de hoje, traçando um perfil da malha urbana, com a sobreposição de territórios e a criação de novos, identificando a vitalidade do espaço em processo de formação.

No capítulo 5, "**Território e Redes Sociais**", reflete-se sobre as abordagens de Haesbaert (2004a), que aponta três vertentes básicas no conceito de território: política ou jurídico-

política (o território entendido de maneira delimitada e controlada, geralmente, pelo Estado); cultural(ista) (de caráter simbólico e identitário), e, econômica (destaca-se o movimento de reprodução do capital). No que diz respeito às redes sociais, obteve-se progressos em termos da identificação e análise de relações entre os migrantes, especialmente dentro do fluxo nordestino, verificando grupos formados por sujeitos com identidades comuns, que migraram do mesmo lugar de origem (Unidades Federativas do Nordeste do Brasil) e que se encontram num mesmo espaço de vida social, delineando territórios, produzindo novos espaços com marca nordestina, que reconhece um território identitário no lugar de destino (Boa Vista).

Embasando empiricamente a teoria, neste capítulo, foram utilizados depoimentos de migrantes nordestinos que adentraram após os anos de 1980 em Roraima, fortalecendo a teoria de que existem as “redes de interação social”, por meio das quais as informações e o “sistema de apoio inicial” no lugar de destino são de suma importância para a dinamicidade do fluxo.

No capítulo 6, “**Multiterritorialidade e Migração**”, trata da simultaneidade das dimensões econômica, política e cultural do migrante nordestino na área urbana de Boa Vista, fundamentadas com abordagens teóricas de Haesbaert (2004a, 2004b), que faz uma análise das concepções de territorialidade e como estas devem estar sempre associadas a territórios correspondentes, mostrando a relevância em distinguir duas dimensões principais do território, uma mais funcional e outra mais simbólica, e é neste último que se baseia esta pesquisa a partir da territorialidade simbólica ou “vivida”.

A abordagem trabalhada neste não se trata de uma inovação dentro da geografia cultural, isto é, como uma das perspectivas de tratamento do espaço geográfico como uma dimensão da sociedade, mas (deixar-se bem claro) que não há espaço produzido que não o seja através da cultura dos grupos que o constituem, seja no sentido de cultura como o conjunto de relações que os distinguem ou no sentido do que se refere à produção de significados, à dimensão simbólica. Não há como dissociar a cultura da produção do espaço, pois os processos mais funcionais de dominação e os processos mais simbólicos de sua apropriação são integradas e indissociáveis de outras esferas, como a econômica e a política.

Enfim, o território como espaço produzido por sujeitos nordestinos, em espaço amazônico, é analisado numa perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais, pois elas são e estão relacionadas e, por isso, condicionam-se; são indissociáveis e o reconhecimento

desta articulação se faz necessário para superar os limites impostos por cada abordagem feita isoladamente, num processo multidimensional, onde a imposição identitária híbrida do migrante é condutora na formação de uma multiterritorialidade.

Assim, procura-se mostrar que o migrante, enquanto produtor do espaço é um sujeito com identidades adquiridas em rotas anteriormente percorridas, que se fundem e se completam, alterando os referenciais identitários no espaço e no tempo, perdendo seu caráter mais estabilizado em tomo de uma cultura (identidade), criando novas posições de identificação, mais plurais, menos unitárias e estáveis, múltiplas e em permanente (re)construção.

Nesta perspectiva, a análise partiu de etapas que cumprem em atingir os objetivos propostos: primeiro foram usados os dados da SETRABES, anteriormente citado na metodologia desta pesquisa, que fazia uma triagem na entrada de migrantes em Roraima, pela BR 174, no período de 1996 a 1999, junto ao Centro de Recepção e Triagem em Jundiá, localizado no município de Rorainópolis. Mesmo sem o controle total do fluxo de migrantes, face às diversas modalidades de meios utilizados para se chegar a Roraima (aéreo, fluvial e terrestre), e devido à instabilidade de ordem estrutural do próprio posto, este teve como objetivo tentar manter o controle preciso de identificação de pessoas ou de famílias, oriundas de outros Estados, que entraram em Roraima pela BR 174 por transporte coletivo interestadual.

Nesse também são usados os dados da Federação do Comércio de Roraima (FECOR), em que se analisa, além da origem dos empresários da cidade de Boa Vista, o tempo de permanência da empresa na cidade. Em seguida, usam-se os dados coletados pela Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania da Prefeitura Municipal de Boa Vista, através do desenvolvimento do Programa “Braços Abertos” que tem por objetivo cadastrar os moradores dos bairros periféricos para direcionar os recursos recebidos pelo Governo Federal. O programa dividiu a cidade em áreas de atuação, pois, dos 52 bairros da cidade, 42 foram incluído, no programa, além de um 1 conjunto habitacional (Conjunto Cidadão) localizado na área do Bairro Hélio Campos, que pela dinamicidade do efetivo populacional e peculiaridades distintas do bairro ao qual pertence, fora analisado independentemente. Estes dados dizem respeito aos chefes de família economicamente ativos, residentes em Boa Vista, a área de atuação da atividade que desenvolve e a naturalidade destes. A pesquisa teve cunho qualitativo e quantitativo, incluindo, além dos números, a história dos bairros relatada em depoimentos, pelos moradores mais antigos. Enfim, pela quantidade dos chefes

de família identificados na pesquisa, complexidade e autenticidade das informações, são dados que também levam a atingir os objetivos propostos desta pesquisa.

Na etapa seguinte desse capítulo são analisados os dados coletados através de questionário (Apêndice A) aplicado no Bairro Pintolândia, localizado na Zona Oeste da Cidade de Boa Vista, onde supostamente se encontravam o maior número de nordestinos residentes em Boa Vista.

Por fim, com objetivo de atingir a análise da multiterritorialidade na perspectiva cultural (subjativa), foram utilizadas fotografias de ambientes e entrevistas (com representantes de associações de bairros e moradores), que lembram o nordeste brasileiro, nos nomes de estabelecimentos comerciais, em clubes que lembram cultura nordestina ou em associações criadas exclusivamente para desenvolver os valores da cultura nordestina em Boa Vista, onde se pode avaliar as transformações no espaço a partir da territorialização do nordestino.

Considerando as interdeterminações das dimensões sociais que registram os processos de construção dos sujeitos sociais e suas interações sócio-espaciais, os processos migratórios tendem a traduzir as particularidades dos locais de origem dos grupos sociais que expressam as dimensões econômicas, políticas e culturais que se multiterritorializam de maneira a reafirmar uma identidade territorial, ao mesmo tempo em que ganham expressões específicas e aglutinam elementos do novo território.

Assim, teremos atingido o objetivo principal proposto que é uma análise de *“como se expressam e se territorializam as dimensões econômicas, políticas e culturais, portanto sociais, no processo de migração dos nordestinos em Boa Vista / Roraima”*, e, com isso, contribuir para a reflexão da migração e seus desdobramentos como foco e tema de relevância para a geografia.

2 MIGRAÇÃO: DA PARTIDA AO PONTO ATUAL...

2.1 Fundamentação Teórica

No processo do conhecimento científico, a teorização e a investigação acham-se indissoluvelmente ligadas; essa relação constitui o motor de partida fundamental do conhecimento.

As pesquisas que tratam assuntos ligados à migração interna, nos últimos anos, vêm desenvolvendo esforços de investigação relacionados com diferentes aspectos do fenômeno. Muitas dessas investigações mostram a necessidade de redefinir o marco teórico com base nos quais se vem tradicionalmente investigando e “explicando” a realidade social, por outro, a necessidade de relacionar sistematicamente os resultados das investigações já realizadas.

Apresentar conceitos usados por alguns teóricos é necessário para entender sua importância e definir análise mais profunda sobre o tema proposto. Há, contudo, divergências entre os que buscam analisar a migração, porquanto o conceito envolve as dimensões *espaço* e *tempo*, que requerem certa precisão no que se refere sua apreensão.

Essas divergências ocorrem por posições políticas e metodológicas diferentes a respeito da migração, a qual Póvoa-Neto (1997, p. 12), baseado em Vainer⁵, por exemplo, chama de *questão migratória*, isto é, questão que informa e designa o terreno de atuação do Estado, onde a *política migratória* é definida como:

⁵ VAINER, C. B. Política migratória recente no Brasil: notas para uma avaliação. **Cadernos PUR/UFRJ**, 1:1, 1986.

[...] política que de forma explícita e direta, gera avaliações, objetivos e práticas relativas à contenção, geração, estímulo, direcionamento, ordenamento e acompanhamento de deslocamentos espaciais de trabalhadores.

A política migratória não se restringe à intervenção sobre um fato empiricamente evidente, mas estende-se à própria construção do conceito de migração.

Dificuldades também são encontradas na delimitação das áreas de origem e destino, na definição de intervalos de tempo e na consideração de quais movimentos podem ser nomeados como fluxos ou correntes migratórias, principalmente quando a pesquisa é marcada pela realização de estudos empíricos, alheios aos conceitos.

Uma definição específica do que se entende por migração pode significar uma análise seletiva de alguns processos, enquanto outros são colocados de lado. Todavia, na necessidade de uma base conceitual, a pesquisa se apóia na definição proposta por Salim (1992, p. 121), em que considera a migração:

[...] fenômeno complexo essencialmente social com determinações diversas, apresenta interações particulares com as heterogeneidades de uma formação histórico-social concreta que tende a assumir feições próprias, diferenciadas e com implicações distintas, para os indivíduos ou grupos sociais que a compõem e a caracterizam.

As barreiras não ficam apenas na definição dos conceitos, pois, depois de delimitar um parâmetro conceitual razoável, os teóricos se deparam com as dificuldades para caracterizar empiricamente o fenômeno como: a imensa variabilidade das áreas dos municípios brasileiros (municípios de grande extensão na Amazônia e pequenas unidades que compõem as regiões metropolitanas),

intensa mobilidade em tempos extremamente incertos e reduzidos (“bóias-frias”, garimpeiros e “itinerantes”).

Fica evidente a impossibilidade do uso apenas instrumental da definição de migração, pois o problema da disponibilidade e adequação dos dados demográficos existe independente do questionamento a respeito do conceito, podendo conduzir a um impasse.

Para enquadrar a maior parte da produção teórica sobre migrações, as escolas, correntes teóricas e variantes de comum substrato, Salim (1992, p. 121) e Póvoa-Neto (1997, p. 12) usam a expressão “tronco teórico”, propondo criar uma classificação em três troncos principais.

Em primeiro, um conjunto de autores que faz uso de uma concepção *Neoclássica* do espaço e das migrações, que se preocupa com a economia do espaço e a gestão capitalista da mão-de-obra. Nesse caso, as migrações não têm apenas concepção demográfica, mas principalmente econômica, de inspiração walrasiana de valor utilidade e a sua interdependência dos fenômenos de mercado; a segunda, chamada de *Perspectiva Histórico-Estrutural*, está vinculada à tradição dialética do marxismo e responsável por vasta produção crítica sobre a migração, analisa grupos e classes sociais a sofrer as forças das estruturas que explicam a maior ou menor propensão a migrar; uma terceira, a *Mobilidade da Força de Trabalho*, onde os economistas clássicos procuram fazer uma nova análise da migração no processo de acumulação capitalista, em que a migração, afirmam, não pode ser encarada fora da realidade do trabalho social e sim como pressupostos econômicos do mesmo.

Na concepção dos Modelos Neoclássicos Contemporâneos, analisados por Salim (1992, p. 122), e Póvoa-Neto (1997, p. 12) a migração corresponde a uma

mobilidade geográfica dos trabalhadores; daí surge desequilíbrios espaciais dos “fatores de produção”: terra, capital e recursos naturais, que influenciam diretamente na direção e magnitude dos fluxos migratórios.

A migração é vista como um fenômeno positivo, que possibilita a transferência de excedentes populacionais de um setor para outro. Nesta perspectiva pode-se citar Lewis (1954), quando trabalha a migração de áreas rurais não desenvolvidas para setor industrial emergente.

O migrante é um portador de trabalho, fator positivo que, combinado com os fatores terra e capital, apresenta interesses para os processos de desenvolvimento econômico. O espaço é tido como “equilibrado” ou “desequilibrado”, conforme a combinação dos fatores citados.

Salim (1992, p. 125) analisa a Perspectiva Neoclássica em três supostos básicos sobre a migração: os diferenciais de salários e de oportunidades de emprego; o cálculo racional do indivíduo face aos custos entre a permanência e a mudança; e, as correntes migratórias como somatórias das decisões individuais.

Os processos agregados à migração seriam caso especial da teoria macroeconômica da escolha do consumidor, tal como coloca Salim (1992). Além de tudo isso, os fluxos, enquanto soma de indivíduos, podem ser interpretados em face das expectativas de renda futura e não de renda efetiva.

A concepção Neoclássica traz implícita a desigualdade estrutural, além da propensão natural da força de trabalho, manifestando uma diferenciação em nível de espaço, como coloca Gaudemar (1977, p. 153).

Enfim, na visão Neoclássica, os estudos da migração pressupõem um cálculo racional e a livre decisão dos indivíduos, isto é, o livre trânsito dos corpos no espaço, sendo que esse movimento leva à heterogeneidade espacial e propicia o

equilíbrio, no sentido da igualdade possível. Dessa forma, a mobilidade espacial do trabalho é:

Como fluxo reequilibrante, quer em matéria de salários, quer em matéria de emprego para os modelos com fins macroeconômicos, quer maximizando o lucro individual tirado da migração pelos modelos de comportamento [...] (GAUDEMAR, 1977, p. 155).

A Perspectiva Histórico-Estrutural (denominação empregada por: Oliveira; Stern, 1980; Ferreira, 1986; Salim, 1992; Póvoa-Neto, 1997) tem uma concepção enraizada na tradição do materialismo histórico. Os teóricos adeptos desse tronco vêem a migração como fenômeno social, em que a unidade é o fluxo composto por classes sociais ou grupos sócio-econômicos que emanam de estruturas societárias geograficamente delimitadas que explicam o processo de migração.

Quijano (1968) e Singer (1980) se enquadram nessa perspectiva. Cabe ressaltar que, ao contrário de Singer, Quijano não trata especificamente de migração, mas sim desse fenômeno inter-relacionado à urbanização nas economias. Defende a tese de que a expansão urbana - industrial, ao penetrar nos setores rurais, exercerá efeitos, desarticulando-a sem que os ajustes possam dar-se de modo conveniente à estrutura e disponibilidade da força de trabalho existente. Verifica, ainda, a exacerbação dos fatores de expulsão ao nível rural, resultando numa intensificação dos fluxos migratórios no sentido rural-urbano.

Singer (1980) e Ferreira (1986) expõem de modo específico os elementos que condicionam a migração, como sendo os fatores de atração e expulsão: “os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas os fatores de atração que determinam a orientação desses fluxos às áreas às quais se destinam” (FERREIRA, 1986, p. 28).

Na tentativa de conceituar a migração nesse tronco teórico, pode-se usar o conceito de Balan⁶ (1973 apud SALIM, 1992, p. 132) em que afirma:

[...] a migração é um determinante social cujos determinantes e conseqüências remetem a outros fenômenos sociais historicamente determinados e que se relacionam a processo de mudança estrutural em uma formação social particular.

Em outras palavras, a migração se realiza na alteração das relações sociais e produtivas, alterando a composição técnica e orgânica do modo de produção, determinando novas formas e lugares de reprodução social.

Ao contrário do tronco Neoclássico, a abordagem Histórico-Estrutural possui uma variedade de perspectivas. Salim (1992, p. 137) fala de uma “variedade de modelos” como a “teoria da dependência”, o “colonialismo interno”, a relação “centro periferia” e a “acumulação global”.

Essa abordagem caracteriza a migração pelas “propriedades estruturais” da área geográfica na qual se insere, sem identificar o “impacto diferencial dos condicionantes estruturais” sobre a população em nível sócio-econômico, demográfico e espacial.

A tendência de analisar a migração pelo aspecto econômico sem relacioná-la com outros aspectos macro sociais é predominante nesse tronco, além de analisar outros tipos de migração, como as temporárias e as estacionais, procurando estudar o papel das migrações, em termos de mercados regionais de trabalho. Nesta, a definição das classes sociais surge a partir das relações de produção e da concepção de estrutura de classe como mecanismo de exploração que assegura a desigual repartição do produto social.

⁶ BALLAN, J. **Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil**: ensaio de interpretação histórico-comparativa. Estudos CEBRAP, São Paulo: 5, jul./set. 1973.

Por fim, o enfoque Histórico-Estrutural procura explicar as diferenças que surgem no processo de formação das sociedades capitalistas centrais e periféricas (ou dependentes), destacando os modos de vinculação entre umas e outras e, em especial, os fatores econômicos e políticos que neles se acham envolvidos.

A concepção Mobilidade da Força de Trabalho, proposto por Gaudemar (1977, p. 172), pretende ser uma crítica às teorias da migração, isto é, uma crítica à Economia Política de Marx. Diferentemente das perspectivas anteriores, a migração deixa de ser consequência ou reflexo do espaço transformado para atuar como agente de transformação, e a dimensão espacial traduzida como conjunto de relações sociais, que possibilita a análise de formas concretas da mobilidade da força de trabalho.

Segmentos da população ou contingentes da força de trabalho se deslocam no espaço porque este se estrutura de forma a colocá-los em movimento. Esta é uma característica da força de trabalho – a mobilidade – que faculta o seu movimento, a localização e a realocação espacial do capital, nas suas diversas esferas.

Como Marx (1988) concebe o trabalho como força de trabalho em atividade, e a acumulação de capital como relação social que se desenvolve qualitativa e quantitativamente, esta seria a condição estrutural da qual emerge a mobilidade.

A migração se liga à expansão física e à mobilidade do capital, apresentando-se como uma das condições do desenvolvimento das forças produtivas, podendo retratar a própria natureza do ciclo econômico, na medida em que permite o uso extensivo ou intensivo da força de trabalho pelo capital.

Em estruturas capitalistas, marcadas pela rigidez ou expansão de sua morfologia econômica, as formas de mobilidade do trabalho surgem como fenômeno de submissão e não de liberdade. Para Gaudemar (1977, p. 172), “Toda estratégia capitalista de mobilidade é igualmente estratégia de mobilidade forçada”. Esse ainda afirma que:

A mobilidade da força de trabalho reflete três grandes momentos do processo de acumulação, que se traduzem nas próprias condições de existência do capitalismo: a produção das forças de trabalho, que correspondem à aquisição da mobilidade propriamente dita pelo trabalhador, via acumulação primitiva e formação do mercado de trabalho; a utilização das forças de trabalho, através do aprofundamento da divisão do trabalho, que leva a submissão da mobilidade ao capital e a circulação das forças de trabalho, que é o movimento de submissão da mobilidade às condições do trabalho. (GAUDEMAR, 1977, p. 192).

Salim (1992, p. 128), afirma que a suposta “liberdade” de movimento, muitas vezes, resulta em perda da própria espacialidade, sendo que a mobilidade forçada passa a ser estratégia capitalista de mobilidade do trabalho. Ele ainda diz que não existe migração maciça espontânea, sendo que as razões estruturais compelem os emigrantes a se deslocarem no espaço, determinando os fluxos e refluxos, assentamento e/ou redistribuição espacial da população, ou, especificamente, da força de trabalho “livre”.

O Capitalismo, ao gerar trabalhadores excedentes, separados de seus meios de existência, cria a necessidade de deslocamentos em busca do trabalho. A disponibilidade de tais trabalhadores, como reserva de mercado, nos mais diversos pontos do território, torna-se, por sua vez, condição necessária para a própria existência da acumulação do capital. A migração não é mero mecanismo de redistribuição espacial de populações, que se adapta às solicitações do sistema

econômico, mas ela configura, em suas diversas modalidades, a existência de organizações sócio-espaciais específicas.

Nessa perspectiva teórica, a expansão do excedente populacional relativo apresenta-se como reserva da força de trabalho imediatamente disponível e tende a ampliar-se como processo de acumulação, no qual essa mobilidade se coloca como endógena ao desenvolvimento capitalista, e sua natureza/especialidade guarda estreita conexão com os ciclos do capital.

Enfim, o enfoque da mobilidade da força de trabalho permite ainda uma maior atenção à continuidade e descontinuidade histórica das políticas migratórias que tem sido propostas e efetivadas no Brasil. A história social brasileira pode ser lida com grande proveito, à luz das iniciativas oficiais, no sentido de direcionar, estimular, conter e monitorar fluxos migratórios. As políticas de colonização e ocupação de fronteiras de desenvolvimento regional podem ser incluídas no campo da política migratória.

Os três troncos teóricos acima examinados colocam, cada um à sua maneira, o trabalho no centro de sua análise. Na qualidade de fator produtivo, elemento constituinte dos processos estruturais ou de dimensão chave dos movimentos das populações, o trabalho confere conteúdo a um conjunto de processos sociais que, de outra forma, apareceriam vazios.

A mobilidade populacional é tema que interessa diretamente ao estudo dos assuntos pertinentes ao homem, pelos efeitos que exerce sobre a distribuição da população, bem como com outros aspectos das mudanças e das diferenciações sociais e econômicas.

Embora estes elementos sejam importantes e constitutivos de compreensão de mobilidade de força de trabalho é preciso reconhecer, para além da

dimensionalidade do capital (mobilidade forçada) que há uma perspectiva intrínseca, a resistência, a mobilidade da força de trabalho deve ser percebida. Em sua projeção espacial, a busca, a constituição de territorialidade, de reprodução social, política, cultural e econômica; é nesta perspectiva se assente a migração neste trabalho, a subjetividade do migrante.

Segundo Carvalho; Rigotti (1998, p. 211), deve-se ficar atento às sutilezas do conceito de migrante, definindo-o com a máxima precisão possível, bem como aos procedimentos de análise, pois a definição de migrante varia bastante segundo a pesquisa e as características das técnicas utilizadas, além dos dados existentes e disponíveis.

A Organização das Nações Unidas – ONU (1980, p. 322), conceitua o migrante como aquele que mudou de residência habitual, de uma área definidora da migração, para outra (ou que se deslocou a uma distância mínima especificada), pelo menos uma vez durante o intervalo de migração considerado. Todos aqueles que se mudaram durante o intervalo do Censo e que faleceram antes deste chegar ao final, são computadas como migrantes e seus deslocamentos como sendo migratórios. Para o IBGE migrante é aquele sujeito que tem residência fixa no lugar no período de até 10 anos.

Ravenstein (1980, p. 43), em *As Leis da Migração*, classifica os migrantes dependendo da distância percorrida antes de seu local de residência, pois uns procedem de locais não mais longínquos do que o município vizinho; outros são naturais de um Estado vizinho e há, finalmente, os que procedem de partes bem remotas do País. E se questionar sobre os motivos que os levaram a migrar, encontra-se também uma gama muito variada. Na maior parte dos casos, porém, a

resposta estará associada à busca de trabalhos mais remuneradores e atraentes do que os disponíveis nos locais de nascimento.

O migrante local é aquele cujo deslocamento se limita de uma à outra parte da mesma cidade, contudo é freqüente alguém viajar, em busca de emprego, de município a município, radicando-se, por algum tempo, até que se ache, quando do recenseamento, em local bem afastado de partida, diferentemente do migrante de retorno, aquele que a residência atual é inferior a 10 anos e esteja na região de origem, excluindo nesse caso, os movimentos intra-estaduais. Todavia, existem os migrantes de longa distância que saem diretamente de suas áreas de origem que, dependendo da região, constituem a maioria.

Os migrantes temporários constituem a “população flutuante”, que existe em grandes cidades, de composição complexa, mas cuja presença é sentida preponderantemente nas instalações navais e militares, cidades universitárias e em regiões de produção agrária intermitentes (RAVENSTEIN, 1980, p. 46).

O deslocamento corresponde a uma emigração em relação à área de origem e a uma imigração em relação à de destino. Todo migrante é um emigrante em relação à área de saída e um imigrante em relação à de entrada. Imigrante interno é uma pessoa que numa área definidora da migração, cruzando seus limites a partir de um ponto que situa fora dela, mas dentro do mesmo país. Deve-se distingui-lo do imigrante externo, que é um migrante internacional que ingressa numa área, procedente de um lugar fora do país (ONU, 1980, p. 324).

Nas análises conceituais, convém considerar o tamanho e a diversidade geográfica e social incomum do Brasil. É uma nação que se assemelha à de outras economias emergentes, mas suas singularidades são por demais evidentes e se refletem em todas as análises sociais, principalmente quando essa se volta para a questão da mobilidade populacional. A própria pesquisa e o planejamento exigem tratamentos diferenciados que respeitem idiosincrasias e características regionais mais profundas⁷.

Qualquer definição que se adote os dados que se reportam à totalidade dos deslocamentos ou à totalidade dos migrantes referem-se à migração bruta. Para uma área

⁷ O IBGE, nos Censos de 1940, 1950, 1960 usou para conceituar como migrante aquele que não reside na unidade federativa que nasceu. Nos Censo a partir de 1970, migrante é aquele que reside num tempo inferior a 10 anos num município e que não tenha nascido neste.

determinada, a soma da imigração e da emigração interna constitui o movimento migratório. A expressão migração líquida refere-se ao saldo dos deslocamentos havidos em direções opostas, isto é, à diferença entre a imigração e a emigração internas. Se a imigração interna for maior do que a emigração interna, o ganho líquido da população da área classificar-se-á como imigração interna líquida e terá sinal positivo; em caso contrário, haverá emigração interna líquida, precedida de sinal negativo (ONU, 1980, p. 324).

Nesse sentido, para além das concepções de cunho demográfico e do caráter tradicional e neoclássico que espelham as concentrações anteriormente apontadas, é de fundamental importância frente às especificidades deste processo de migração (Nordeste - Roraima), sem reconsiderar a lógica primária das relações sociais de produção, que alteram o conteúdo e a forma de reprodução social destes sujeitos, identificar como ocorre a interação social entre o migrante nordestino e a população natural, pois, pela intensidade do fluxo, determina-se e destaca-se alguns diferenciais além da distância percorrida pelos migrantes antes de o seu lugar de residência ser registrado.

A migração Nordeste – Roraima pode ser classificado como um fluxo permanente, porém com ciclos que elevam ou diminuem a quantidade de pessoas que entram na rede, não podendo ser baseada somente na análise dos locais de origem (Nordeste) e/ou de destino (Roraima), mas também, na dos fluxos migratórios dentro do contexto regional em que ocorrem. A análise dos processos de desenvolvimento inter-regionais, em termos de suas estruturas econômicas, políticas, sociais e demográficas, pode levar ao entendimento mais adequado desse processo migratório, contudo pode-se denominar por corrente migratória aquela que para um determinado intervalo de tempo, o número total de deslocamentos procedentes de uma mesma área de origem que se orientam para uma mesma área de destino.

Também é relevante analisar como uma estrutura de classes e de dominação determina, por exemplo, as decisões de política econômica, tanto pública como privadas, e como, por sua vez, condiciona os fluxos migratórios, suas causas, volume e seletividade, bem como o seu impacto sobre a estrutura de classes da região de destino. Por último, dentro deste esquema geral, é importante analisar os efeitos políticos dos processos migratórios, via modificação da configuração das classes sociais e alterações conseqüentes em sua ação política.

2.2 Considerações sobre a Migração Interna

Acompanhando a evolução das atividades produtivas (basicamente agrícolas até quatro décadas atrás), a população foi se deslocando do campo para as cidades, acentuando a urbanização e acompanhando os ciclos da economia. Assim, a história do Brasil está fortemente marcada pelo fenômeno da migração, desde o início pelo fator colonização e mais recentemente pelo deslocamento interno, a partir do qual cada ciclo econômico trouxe consigo um fluxo migratório. É a partir de 1930 que as migrações internas começaram a desempenhar um papel de destaque na distribuição espacial da população.

Os movimentos migratórios têm sido abordados, sobretudo, em análises de tipo demográfico, com objetivo central de quantificar o volume, a origem e o destino das migrações e de desenvolver procedimentos metodológicos para realizar as respectivas quantificações.

Portanto, é indispensável a elaboração de um conjunto de hipóteses de trabalho que relacionem, sob um ponto de vista estrutural, os volumes migratórios ao grau e ao tipo de desenvolvimento da área analisada e que contemplem as configurações ocorridas na economia e as desigualdades regionais. Isto permitiria analisar os volumes migratórios em relação às características contextuais da área estudada, tanto no momento atual como numa perspectiva histórica, com o objetivo de explicar o “porquê” das variações ocorridas temporal e espacialmente.

A distância percorrida pelos migrantes é um conceito relativo, pois, ao se trabalhar com unidades estaduais, que têm extensões diferentes, não é possível admitir a mesma como medida estatística do fenômeno. A distância depende do preço do transporte e do tempo requerido para

cobri-la. Isto significa que, com a ampliação dos meios de comunicação e de circulação, há mais facilidades para os movimentos migratórios; a distância torna-se, então, menos importante como conceito analítico. Devem-se também considerar os diferentes tipos de migração e o intervalo entre determinados fluxos, pois seguindo a ONU (1980, p. 321), pode ser definido (um ano, cinco anos, dez anos, o período intercensitário, etc.) ou indefinido (a duração da vida da população residente numa data determinada).

São necessárias pesquisas que fomentem a procura de elementos para estabelecer quais os tipos de migrações, que predominam em determinada região: rural-rural, urbano-urbano, rural-urbano, além das que não acontece apenas de uma região para outra (migração inter-regional), mas, também no interior da mesma região (migração intra-regional). Em linhas gerais, a orientação e a densidade dos fluxos migratórios decorrem basicamente do processo histórico de desenvolvimento.

É possível que prevaleçam, para cada um desses tipos, causas e conseqüências próprias, isto é, devem ser agregadas as características estruturais da região que condicionam os fluxos migratórios, além de se tornar imprescindíveis reflexões sobre as divisões regionais que o Brasil assume, geralmente vinculadas às desigualdades econômicas que impregnam paisagens e territórios. São vários os "Brasis", segundo o ponto de vista de diferentes estudiosos e áreas de conhecimento, geralmente refletindo sobre momentos históricos específicos, nos quais emergiam características econômicas e sociais marcantes.

As metamorfoses do espaço nacional e sua dinâmica territorial são reflexos das diferentes análises sociais dos espaços, principalmente, no *locus* da vida de relações, expressões de processos sociais e palco de conflitos e possibilidades.

Com base em alguns critérios que partem da existência de articulações viárias permanentes entre localidades, faz-se uso de dados dos fluxos populacionais como filtro para uma representação das principais mobilidades populacionais que compõem a rede migratória no País, dispostas no tempo, de modo a permitir a visualização dos fluxos que marcaram esses espaços territoriais a partir dos anos de 1930.

Do ponto de vista regional, no Sudeste brasileiro, o número de pessoas que migram dentro da própria região é superior ao número daqueles que

ultrapassam suas fronteiras. Os fatores responsáveis por essa característica são: o grande número de migrantes que se desloca de Minas Gerais para São Paulo, os que trocam o interior de São Paulo pela metrópole e os que migram de um município para outro dentro do próprio Estado.

Na Região Sul, em anos anteriores aos de 1970, havia forte migração intra-regional, devido à ocupação da fronteira agrícola do Paraná, que atraiu colonos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A partir dos anos de 1980, a Região começa a expulsar, sendo o Paraná novamente o principal responsável, mas, dentro da própria Região, permanece uma forte migração, que se dirige às áreas metropolitanas e às cidades médias do interior dos Estados dessa.

No Centro-Oeste, prevalece a migração inter-regional, caracterizando-se como área que “libera” grande número de pessoas, embora já tenha sido absorvedora. Isso porque esta passou de fronteira agrícola em expansão, para fronteira agrícola consolidada, exceto Mato Grosso. Há ainda fortes deslocamentos populacionais com destino às capitais e aos municípios vizinhos. É uma Região caracterizada como uma espécie de “corredor”, ligando o sul ao norte e constituindo rota quase obrigatória, para o desbravamento de novas terras. (VALE, 2005, p. 41)

O Norte do País, apesar de ser Região de povoamento recente, também apresenta grande número de migrantes saindo para outras regiões, evidenciando que não apenas fronteiras agrícolas antigas, mas também as fronteiras agrícolas em expansão são incapazes de fixar o homem à terra. Nesta, ao lado da expulsão do homem da terra, há uma urbanização recente e precoce, que mesmo recente, repete todos os vícios das velhas metrópoles brasileiras.

No Nordeste brasileiro, podem-se distinguir cinco roteiros migratórios: o que se dirige às regiões metropolitanas nacionais; aquele que é formado pelos

trabalhadores que migram seguindo o calendário das safras agrícolas do país, o roteiro que toma a direção das cidades médias do interior, os que migram para outras regiões do País; e, finalmente, os que migram dentro da própria Região.

Sobre as novas tendências da migração interna, Matos; Braga (2005, p. 126) comentam que os novos movimentos populacionais englobam:

[...] as migrações em direção às regiões litorâneas dos estados, composta principalmente por indivíduos da terceira idade; as migrações para as cidades médias, devido principalmente à intensificação dos investimentos por parte das empresas que fogem das deseconomias de aglomeração características dos grandes centros urbanos, mas também em função do aumento da violência urbana nas grandes cidades; e as migrações de trabalhadores com alta qualificação que se deslocam em direção aos grandes centros urbanos em busca de empregos com elevada remuneração e de um ambiente cosmopolita integrado ao consumo mundial.

Esta dinâmica populacional vem desde os anos de 1980 e adentrou nos anos de 1990 marcando a emergência de novas territorialidades, que influíram nos movimentos migratórios. Diante dessas mudanças, vários autores vêm discutindo fenômenos como a reversão da polarização e o crescimento das cidades de porte intermediário, como novos determinantes espaciais dos movimentos populacionais. Isto porque grandes Regiões Metropolitanas experimentam queda em suas taxas de crescimento, enquanto um grande número de localidades intermediárias atrai população e investimentos industriais, fazendo expandir o sistema urbano brasileiro nas áreas de economia mais dinâmica do País.

Outra tendência que vem desde os anos de 1980 e que se viu confirmada nos anos de 1990 é a expansão dos espaços da migração particularmente quando se consideram os movimentos intra-regionais e os inter-regionais separadamente, muito embora parte desses espaços ainda estivesse relacionada, no processo de distribuição espacial da população à vertente das fronteiras agrícolas.

As particularidades deste processo de distribuição espacial da população se devem: à intensificação da urbanização, em todos os estados, contribuindo para a expansão dos espaços da migração, principalmente para os estados marcados pelo processo de “urbanização da fronteira”, como Rondônia, Pará, Mato Grosso e Goiás; aos efeitos multiplicadores advindos do processo de

urbanização, de maneira geral, e do processo de desconcentração das atividades econômicas, retendo a população em seus âmbitos regionais, propiciando movimentos migratórios de curta distância; aos fluxos de longa distância, que reduziram consideravelmente, aqueles que se dirigiam às fronteiras agrícolas (mesmo que ainda significantes), e mantiveram-se os fluxos de longa distância do Nordeste canalizados para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal; a recuperação migratória no âmbito intra-regional, especialmente os estados nordestinos com consolidação de pólos de absorção migratória e por fim, a crise econômica em São Paulo refletindo a importância da emigração de retorno ⁸.

Enfim, para se ter idéia da inter-relação entre crescimento econômico regional, política de desenvolvimento e migrações internas é necessário identificar as variações migratórias ocorridas nas últimas décadas, o intervalo entre determinados fluxos, os fatores econômicos que a elas se acham ligados e que medidas de política os influenciaram.

⁸ Alguns estudos mostram como o fluxo de migrantes nordestinos tem um constante “ir” e “vir”, que se expressa na migração de retorno, pode-se citar AMARAL, A. E., NOGUEIRA, R. A. P. A volta da Asa Branca e as primeiras impressões de retorno. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 1992, Brasília. *Anais...* Brasília: ABEP, v.3, 1992. p. 201-212.

3 O NORDESTE E A AMAZÔNIA NO CONTEXTO DA MIGRAÇÃO

3.1 O Impacto da Seca na Sociedade Nordestina

Tendo em vista o foco central da pesquisa que objetiva analisar as dimensões de territorialização dos nordestinos em Boa Vista/RR, este capítulo pontua alguns elementos centrais na perspectiva do migrante nordestino e a Amazônia como rota estimulada principalmente pelo Estado.

A migração encerra assim um movimento de resistência, como processo de múltiplas facetas para vencer os desafios que a natureza adversa e a estrutura social lhe impõem. A ordem imposta é que a seca seja a responsável pelo alto índice de emigração na Região Nordeste, contudo, é necessário antes de tudo, demonstrar que não só os efeitos da seca são os responsáveis por tal fato histórico, mas as lideranças políticas da região, não se esforçam em mudar esta situação de maneira definitiva, pois as políticas de combate às secas sempre vieram ao encontro dos seus interesses; por sua vez, os camponeses, que são as principais vítimas deste flagelo, são impotentes para mudar esta estrutura, com reações imediatistas e desordenadas. Por isso, a cada seca repetem-se os mesmos processos.

Por esta razão, apesar de ser um fenômeno, a seca apresenta-se também como um fato social que tem marcado profundamente a sociedade nordestina, gerado pela escassez periódica de chuvas ou pela reduzida precipitação pluviométrica nos meses em que se é esperada, que tem exercido, no tempo e no espaço, uma profunda influência negativa na sociedade rural nordestina. Contudo, por trás desse fenômeno físico encontram-se problemáticas que camuflam a merecida preocupação de procurar desvendar as causas das mazelas sociais do Nordeste, (que induzem centenas de nordestinos a migrarem) e as diversas alternativas para superá-la.

Por trás da seca, segundo Souza; Medeiros Filho (1983, p. 7), existe e persiste uma estrutura social regional/nacional que mantém a população numa situação de dependência e subordinação; uma política de desenvolvimento regional que relegou a economia rural a uma situação de deplorável rotina; e, sobretudo, nada fez para integrar aqueles contingentes de camponeses e trabalhadores sem terra, que são os mais atingidos pela seca.

Assim, a seca continua sendo a representação de um problema social da maior gravidade, impondo à vida das populações do Nordeste semi-árido uma dramaticidade quase indescritível. Das várias leituras que se fez sobre o fenômeno, há pelo menos, quatro enfoques sobre a problemática da seca: o tradicionalista, o tecnicista, o ecológico e o sócio-político.

Segundo Souza; Medeiros Filho (1983, p. 11), no enfoque tradicionalista, tem-se uma visão fatalista da seca, onde se discute o analfabetismo e o uso generalizado de tecnologias arcaicas no setor agrário, como causas da severidade que os impactos da seca promovem. Para o homem rural nordestino, ele está subjugado aos caprichos da natureza. "*A seca é uma lei da natureza!*" Esta mentalidade determinista entende a seca como um castigo de Deus para purificar, pelo sofrimento, os pecados cometidos pela humanidade. A solução para o problema se encontra nas rezas individuais e no apelo coletivo aos santos protetores, onde o misticismo está presente tanto na compreensão da seca, quanto na solução procurada para o seu desaparecimento.

O enfoque tecnicista originou-se na corte imperial e continua vivo até os nossos dias, onde o problema do Nordeste se resume na irregularidade das precipitações pluviométricas. A seca só repete periodicamente a sua história de negatividades porque não há água acumulada, pois, com água acumulada em açudes, barragens e poços, tudo está salvo.

Este enfoque institucionalizou-se através da criação, em 1909, da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) e em 1945 do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). A política desenvolvida por estes órgãos serviu duplamente à burguesia agrária do Nordeste: por um lado, acumularam em seus latifúndios bilhões de metros cúbicos de água e, por outro lado, impediu que a saída dos que trabalham no meio rural, fosse maior. Esta perspectiva está sendo trabalhada até os dias atuais pelo poder público, contudo o Nordeste continua sem água em numerosas localidades.

A tentativa de nucleação de nuvens para provocar chuvas artificiais, bem como a busca de água no subsolo através da perfuração de poços tubulares, além da transposição do rio São Francisco para áreas com rios temporários, representam novas versões deste enfoque tecnicista, uma maneira simples e cômoda de ver o problema porque reduz a sua complexidade à falta de água.

A poluição do ar, das águas, o consumismo desenfreado que poderá induzir a escassez de elementos não-renováveis, enfim, a destruição do ambiente natural suscitou uma crítica exacerbada ao caráter predatório da civilização industrial, surgindo a teoria do ecodesenvolvimento

que, em síntese, supõe a existência de um equilíbrio entre o ambiente natural e a sociedade, procurando a razão de ser das secas na total devastação da flora nordestina ao longo de quatro séculos de agricultura itinerante e predatória, onde o homem procurou retirar da terra semi-árida, sem nada lhe restituir. Como proposta de solução tem-se a reintegração do ecossistema do Nordeste, resultando numa série de medidas principalmente às voltadas para o reflorestamento através do plantio intensivo de plantas xerófilas capazes de resistir ao impacto das secas, além do reordenamento, sem mudança estrutural profunda, de vários setores da sociedade, os quais devem se adequar à natureza e vice-versa.

Por fim, no enfoque sócio-político, a seca não é vista como um fenômeno climático, mas, sobretudo, como fato social de múltiplas implicações. No Nordeste brasileiro, a seca não explica tudo: só se compreende a sua ação devastadora estudando a situação da Região no quadro do poder nacional, assim como as relações que esta região mantém com o pólo dinâmico da economia brasileira (Centro-Sul). É necessário também que se analise a estrutura econômica social e política do próprio Nordeste a fim de se compreender, em profundidade, quem realmente sofre as conseqüências das secas.

Assim, conclui-se que a ocorrência das secas no Nordeste revela o subdesenvolvimento regional e a fragilidade de uma estrutura rural profundamente desigual, onde a seca torna mais grave uma situação de pobreza já existente, e que permanece oculta durante os anos de pluviosidade regulares.

Mas, o que confere à seca a peculiaridade de um fato social de grande significação pode ser resumido da seguinte maneira: primeiro, o colapso parcial do setor agrícola, tanto da agricultura de subsistência quanto da de exportação; segundo, a desarticulação do processo de acumulação em termos regionais e de classe social; terceiro, a desagregação de famílias e aglomerados humanos, sobretudo, entre camponeses e trabalhadores sem terra; e quarto, a pressão social e política que as classes subalternas e a classe dominante da região exercem sobre o poder público municipal, estadual e federal para que ponha em execução uma política de amparo às populações flageladas pela seca. (SOUZA; MEDEIROS FILHO, 1983, p. 15)

As conseqüências desse fato social refletem-se na classe formada por pequenos agricultores, que com um bom inverno colhem a safra para alimentação de suas famílias e vendem o excedente que, juntamente com algum ganho da colheita do algodão, lhes permite alcançar o ano

seguinte, quando da ocorrência de uma seca o ciclo se rompe, perdendo o meio de trabalho e vão buscar socorro nas frentes de serviço. Quando estas demoram, apelam para a invasão das cidades ou o saque, quando não migram para as médias e grandes cidades do País, onde parte vai viver do biscate ou da esmola, e a outra, a maioria, fica desempregada, lançando-se na marginalidade, de onde saem as mazelas sociais que hoje dominam as principais cidades do Nordeste.

A palavra “seca” adquiriu para o nordestino uma conotação de seca agrícola e está associada à miséria, ao nomadismo, às frentes de serviço e ao tráfego de caminhões-pipa distribuindo água racionada às populações sedentas. Percebe-se que o custo de uma seca para a sociedade, sob todos os pontos de vista, é elevadíssimo. No rastro dela vem a fome e a subnutrição atingindo milhares de crianças.

Os prejuízos são significativos, sobretudo, à destruição de parcela dos plantéis de animais e das lavouras permanentes. Não bastasse isso, a pedagogia das frentes de serviço tem produzido legiões de pessoas “mal-acostumadas”, que vivem a esperar pelas benesses governamentais. Com o período de estiagem seguinte, repete-se o quadro de sempre se constituindo um autêntico ciclo vicioso que, para ser quebrado, requer medidas estruturantes profundas, que devem ser apoiadas pelas classes políticas e pela sociedade.

A sociedade deve ter a consciência que o Nordeste, mesmo “seco”, é economicamente viável. A aridez favorece: a salubridade, a abundância de xerófilas de alto valor industrial, a colheita de produtos tropicais, a construção e conservação de vias de comunicação, a pecuária, a diversificação agrícola e mineral. Além disso, o Nordeste seco possui áreas irrigáveis em que, graças à insolação, é possível obter-se mais de uma colheita por ano, mas cujo aproveitamento é mínimo.

Mesmo com potencial, a Região não se desenvolve e permanece vulnerável ao fenômeno climático, ocorrendo liberação de mão-de-obra que, não sendo absorvida pela grande propriedade modernizada e nem pela pequena de baixa produtividade, procura como saída a migração para os centros urbanos, dentro ou fora da Região. Trabalhadores assalariados, posseiros, pequenos proprietários, moradores, meeiros e pequenos arrendatários, que vão pressionar a infraestrutura urbana.

Enfim, a seca do Nordeste brasileiro é, sobretudo, um problema estrutural, e deixará de existir como fato social quando houver mudança desta estrutura, e não apenas a “modernização”.

3.1.1 Historicidade da Migração na Região Nordeste

Mesmo com os argumentos citados anteriormente de que a pobreza do Nordeste é resultado de relações sociais entre o Estado e a sociedade, a seca continua justificando a saída do nordestino do sertão. A história da emigração nordestina coincide com a história da migração no Brasil, que também coincide com a história das secas ocorridas na Região.

Ao longo da história da emigração nordestina, o governo tem criado programas governamentais estimulando os deslocamentos, para minimizar os problemas enfrentados pela população (pluviométrico), mantendo a relação de submissão e reserva de mão-de-obra barata para abastecer o mercado, dependendo da necessidade (abastecer as indústrias emergentes no Centro-Sul -mão-de-obra -, a exploração extrativista na Amazônia ou na elaboração de grandes obras, como por exemplo, a construção de Brasília).

Paralelo aos incentivos nos deslocamentos, e contraditório a este, o próprio Estado criava programas governamentais assistencialistas para conter a saída da população, favorecendo diretamente os grandes fazendeiros, industriais, comerciantes que podem garantir a expansão de suas atividades econômicas com uma mão-de-obra de baixo custo, privilegiando um aspecto emergencial e assistencialista, além de tentar promover condições paliativas de sobrevivência para essas pessoas, estariam ao mesmo tempo combatendo o vazio demográfico que aos poucos começa a levar a Região a um estágio de desenvolvimento lento.

Retomando os vários períodos em que a seca assolou a população nordestina, percebe-se que medidas foram tomadas e pouquíssimos resultados em nível social no sertão foram alcançados.

Segundo Souza; Medeiros Filho (1983, p. 15), desde o Império, ocorreram formas efetivas pelo Estado de amparo à sociedade e combate à seca; como a criação de uma Comissão de Engenheiros, que tinha como objetivo estudar medidas de abastecimento d'água, para manter o gado e a população, e de irrigação, para tornar possível o cultivo da terra. Algumas sugestões de obras no Ceará foram deixadas pela referida comissão, inclusive a construção de um canal ligando o rio São Francisco ao rio Jaguaribe.

Através de um documento elaborado pela Câmara dos Deputados (BRASÍLIA, 1999, p. 19), pode-se verificar que no início do século passado (1904), já na República, foram formadas três comissões: a de açudes e irrigação; de estudos e obras contra os efeitos das secas e a de perfuração de poços. Em 1906, foi criada a Superintendência de Obras Contra os Efeitos das Secas, para se transformar em 1907, na Comissão de Açudes e Irrigação. Como já salientado no início deste capítulo, em 1909, surgiu a IOCS, em caráter, somente emergencial. Em 1919, a IOCS passou a ser permanente, transformando-se em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), até 1945.

Nesse período, diversas obras foram realizadas como vias de comunicação (ferrovias, rodovias e estradas carroçáveis) para socorrer a população, dar acesso às máquinas e escoar a produção; médias e grandes barragens e canais de irrigação; portos para receber os materiais, máquinas e equipamentos para exportar a produção das terras irrigadas; redes elétricas e de comunicação e outras de cunho social e assistencial.

Segundo o documento acima referido, quando a Constituição Federal de 1934 foi outorgada, no seu artigo 177, previa um plano sistemático de combate às secas, isto é, reduzir vários planos a um só, assim foi destinado quantia nunca inferior a 4% da receita tributária da União sem aplicação especial, determinando que $\frac{3}{4}$ desse valor fosse aplicado em obras normais e o restante depositado em caixa especial, para socorrer as populações atingidas pela calamidade. O referido dispositivo foi regulamentado pela Lei nº 176, de 7 de janeiro de 1936, que delimitou o 'Polígono das Secas'⁹ (BRASÍLIA, 1999, p. 20).

Quando o cearense José Linhares assumiu a Presidência em 1945, transforma a IFOCS em DNOCS, encarregado de promover a implantação de perímetros públicos de irrigação, com seus quadros técnicos não renovados e contando com exíguos recursos, só viria a se fortalecer com o Governo de Juscelino Kubitschek.

Somente com a Lei nº. 1.649, 19 de julho de 1952, que cria o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), foi colocado em prática o dispositivo constitucional referido acima. O banco surgia para aplicar os recursos da Caixa Especial, que foram suprimidos mais tarde pela Constituição Federal de 1967 (BRASÍLIA, 1999, p. 21).

⁹ o Polígono das Secas, não se circunscreve apenas ao sertão; ele cobre 94,8% da área do Ceará, 97,6% da Paraíba, 92% do Rio Grande do Norte, 88,7% do Pernambuco, 43,7% da área em Alagoas, 47,1% em Sergipe e 56,6% na Bahia, dessa forma, na costa Norte do Nordeste, o Sertão quase chega até a praia.

Até 1954, a política de migrações do Governo Federal era gerenciada pelo Governo do Estado de São Paulo, desempenhando papel fundamental nos deslocamentos populacionais, criando organismos de incentivo ao processo migratório dando condições para a transferência de mão-de-obra nordestina (TAVARES et al., 1979, p.109).

O diagnóstico da existência de uma população excedente no Nordeste, isto é, de pessoas que não podem ser absorvidas pelo sistema econômico da própria Região com níveis de produtividade abaixo do mínimo considerado aceitável, foi um dos pontos estudados em 1959 pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) (1967 apud TAVARES et al., 1979, p.110)¹⁰, que apresentou como principais conclusões: o sistema econômico nordestino se baseava na pecuária extensiva e no setor agrícola de baixo nível tecnológico, com trabalho em regime de meação; o setor não-agrícola consiste quase que unicamente em serviços agrícolas complementares à atividade produtiva básica, tais como a comercialização e o financiamento das safras; em nível tecnológico vigente, existe um alto nível de subemprego e desemprego generalizado no campo e nas cidades, tanto nas zonas úmidas como nas secas, tornando-se aguda com a ocorrência das secas periódicas.

Como solução para esses problemas, o Governo de Juscelino Kubitschek, retomou o programa de Açudagem Pública iniciado por Eptácio Pessoa, instituindo a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e as soluções apontadas pelo GTDN passaram a ser diretrizes da política deste órgão, que entre os seus objetivos figurava o de reorganizar a agricultura e aumentar a produtividade do semi-árido nordestino, reduzindo sua vulnerabilidade; promover a diversificação de empregos por meio da industrialização; reorganizar a agricultura nas zonas úmidas; e promover o aproveitamento das áreas úmidas ainda livres (oeste do Maranhão e sul da Bahia), através de programas de colonização (TAVARES et al., 1979, p.111).

Na época, não foi possível quantificar a população excedente no setor primário da economia da Região, trabalho este executado somente no final dos anos de 1960 pelo Departamento de Agricultura e Abastecimento (DAA) da SUDENE, sob orientação da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Estabeleceu-se um mínimo de renda que se considerou

¹⁰ GTDN. **Uma política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste**. 2 ed.; Recife: SUDENE, 1967, 92p. A primeira edição é de 1959, da Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento.

aceitável e determinaram-se a disponibilidade de fatores complementares à mão-de-obra existente na Região, baseando-se nos dados referentes à área utilizada e ao número de famílias subempregadas no setor agrícola, utilizando-se como critério de renda mínima o que poderia ser obtido com a exploração agrícola de uma área mínima para se manterem no nível vigente de tecnologia.

Com essas medidas e de acordo com os cálculos elaborados pelos técnicos da SUDENE, o excedente populacional que deveria ser aproveitado fora da área cadastrada se reduziria. Estimativas do DAA, entretanto, mostravam que as disponibilidades de terras livres no Maranhão e Bahia não seriam suficientes para atender a população. Mesmo tomando todas as medidas possíveis (com relação à reforma agrária, à irrigação e à colonização orientada das áreas livres da Região), ainda haveria um excedente de famílias para serem absorvidas fora do setor primário da Região ou em outras Regiões do País.

Nos anos de 1930 a 1960, foram comuns análises de alguns autores que entendiam a "pobreza" da região como fruto do seu "atraso na agricultura", os quais apontam soluções como a substituição da cana por culturas alimentares nas áreas úmidas ou aplicação de tecnologia moderna nas áreas semi-áridas (sertão) e intermediárias, de forma a aumentar a produtividade das mesmas.

Porém, observa-se, a partir do final dos anos de 1960, uma modernização do Nordeste, quer no campo, quer na cidade, contudo a expansão de melhores tecnologias por essa enorme população de agricultores tradicionais também é, como se sabe, obra impossível de ser alcançada num curto período de tempo. Os trabalhadores do campo continuam sendo os "*flagelados da seca*"¹¹, e na cidade assiste-se à criação de um verdadeiro exército de subempregados e desempregados, habitando em áreas miseráveis: mocambos, favelas, palafitas, em áreas de risco.

Segundo Tavares et al. (1979, p.114), a solução do problema de emprego na agricultura do Nordeste seria resolvida com o deslocamento para a área

¹¹ Pessoas que vivem na área de climatério semi-árido da Região Nordeste do Brasil, desprovidas dos bens de consumo básicos para sobrevivência

amazônica, pois, por melhor que se aproveitem as possibilidades de elevar o nível de ocupação na região agrícola do Nordeste, a Amazônia oferece maiores possibilidades de absorver essa população.

Contudo, ao longo dos anos de 1970, a avaliação do governo era de que a ocupação econômica da Amazônia, através de projetos de assentamento de pequenos agricultores, era inviável devido ao baixo rendimento produtivo. A partir disso, passa a estimular a instalação de grandes empresas agropecuárias e de extração mineral, através do Programa Especial de Pólos Agropecuário e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA).

Enquanto que, neste mesmo período, para resolver os problemas da seca, no Nordeste, vários programas foram implantados: Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA em 1971), Programa de Desenvolvimento do Nordeste (POLONORDESTE em 1974), Projeto Sertanejo (1976) e Programa de Redistribuição das Águas (PROHIDRO em 1979) (BRASÍLIA, 1999, p. 21).

De regra, insuficientes ou mal-administrados, os projetos foram sucedidos pelo Projeto Nordeste (NORDESTÃO), e tinham como objetivo repensar a política de desenvolvimento rural da Região Nordeste. Sua concepção envolvia a execução de seis programas, sendo três de natureza produtiva e três de natureza social: Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), Programa de Apoio aos Pequenos Negócios Não Agrícolas, Programa de Irrigação, Programa de Ações Básicas de Saúde no Meio Rural, Programa de Educação no Meio Rural, Programa de Saneamento Rural.

Desses programas, apenas o PAPP chegou a ser viabilizado, sob o aspecto de planejamento e de financiamento. O Programa de Irrigação recebeu prioridade durante o Governo Sarney com a criação do Ministério Extraordinário da Irrigação, depois extinto.

Como tem acontecido na história das políticas para o Nordeste, o Projeto Nordeste sofreu problemas de descontinuidade, escassez de recursos e dificuldades de gerenciamento, como consequência, os resultados ficaram e estão aquém do esperado, não conseguindo alcançar os objetivos prioritários como conter a emigração, promovendo o desenvolvimento.

Registre-se que a ampliação da oferta de água, no Nordeste, resulta da ação inicialmente desenvolvida pelo IOCS e, posteriormente, pelos: DNOCS, pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), Companhia

de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco (CODEVASF), SUDENE, Governos Estaduais e até por ação de particulares.

Além dos fatores dos anos de 1960, outros continuaram estimulando a emigração nordestina nos anos de 1970: maior articulação que passou a prevalecer entre a economia do Nordeste e a do resto do País; pressão demográfica rural; saturação dos mercados de trabalho urbanos; fatores institucionais relativos à posse e ao uso da terra; ou, ainda, as redes sociais que começaram a se formar contribuindo para reduzir alguns obstáculos ao deslocamento, sejam através da difusão de informações a parentes e amigos residentes nas áreas de origem (redes sociais), seja através de maiores facilidades e apoio favoráveis à adaptação nas áreas de destino.

Com a Constituição Federal de 1988 criaram-se o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), onde está definido que metade dos recursos destinados ao Nordeste deveria ser aplicada no semi-árido. Contudo, o referido fundo de financiamento não especifica quanto deveria ser empregado no que diz respeito aos recursos hídricos, bacias e sub-bacias. O quadro fica mais difícil quando se constata que em cada Estado uma ou duas barragens chegam a concentrar mais da metade do volume total acumulado, ocasionando, assim, grandes “vazios hídricos”. As chapadas e tabuleiros recentemente, com a adução d’água, passam a ter aproveitamento.

O mais recente dos programas desenvolvidos pelo governo federal é o chamado Eixo Nacional de Integração e Desenvolvimento que tem como objetivo manter oportunidades de investimentos em parceria com empresas privadas que estimulam o desenvolvimento econômico e social do País. Com as mesmas metas dos Pólos de Desenvolvimento dos anos anteriores, a inovação está na participação da empresa privada e a ampliação para uma integração internacional, a partir de um enfoque de desenvolvimento sustentável.

A segunda etapa do programa consiste na identificação de oportunidades de investimentos, sob a forma de projetos e programas de acordo com as orientações estratégicas e a previsão de recursos da União, estimulando a descentralização e parcerias, com avaliações anuais.

Esse programa divide o País em eixos de integração e desenvolvimento: Arco Norte, Madeira-Amazonas, Araguaia-Tocantins, Oeste, Transnordestino, São Francisco, Rótula, Sudoeste e Sul (BRASIL, 2000, f. 10).

Os Eixos que abrangem a área árida do Nordeste, o Transnordestino e São Francisco, obedecem à hierarquia funcional das cidades, no que diz respeito ao setor econômico, abrangendo uma área de 625 mil e 852 mil km² respectivamente, com 358 projetos ligados às atividades econômicas, com infra-estrutura de transporte, energia e comunicações garantidas pelo Governo. Segundo Brasil (2000, f. 10), a garantia do sucesso desse programa é a competitividade, fundamento do novo norteamento do capitalismo sob o neoliberalismo.

Por sua vez, estas estratégias impõem padrões técnicos produtivos aos pequenos agricultores que não vêm acompanhados de orientação, formação e apoio. De outra forma altera preços de terras, amplia o mercado, favorece a concentração e o exprobrado de agricultores da região.

Mesmo frente aos projetos para garantir a permanência da população na Região, a remoção dessa, ao longo da história da migração nacional, provocou uma redução do número de pessoas na Região e vem perdendo posição relativa no total do País. Tal declínio está relacionado às intensas perdas líquidas de população que o Nordeste sofre em favor de outras regiões mais desenvolvidas (ou menos deprimidas) (MOURA, 1980, p 1033).

Contudo, pelos dados censitários, analisados por Camarano (1998, p. 200), nos anos de 1980, a emigração nordestina reduziu (Tabela 2), isso pode ser verificado com os dados do Censo de 1991 (que diz respeito aos anos de 1980), verificando altas taxas de crescimento da população urbana, com uma migração de fluxo inter-regional e uma imigração relacionada às atividades modernas que se instalaram na Região (turismo, indústria de celulose, etc.) e que levaram para o Nordeste uma mão-de-obra mais especializada, além das áreas metropolitanas, que funcionaram como áreas atrativas, como o Pólo de Camaçari ¹², e as áreas de plantio de soja nos cerrados.

¹² O Pólo iniciou suas operações em 1978. É o primeiro complexo petroquímico planejado do País e está localizado no município de Camaçari, a 50 quilômetros de Salvador, capital do Estado da Bahia. Maior complexo industrial integrado do Hemisfério Sul, o Pólo tem mais de 60 empresas químicas, petroquímicas e de outros ramos de atividade como indústria automotiva, de celulose, metalurgia do cobre, têxtil, bebidas e serviços. Com a atração de novos empreendimentos para a Bahia, o Pólo Industrial de Camaçari experimenta novo ciclo de expansão, gerando mais oportunidades de emprego e renda para o Nordeste. A localização estratégica do Pólo Industrial de Camaçari permite fácil acesso às indústrias através das rodovias BA-093 e BA-535 (Via Parafuso), ferrovias, portos e aeroportos. Qualidade e produtividade tem sido a receita para ampliar as atividades do Pólo Industrial de

Tabela 2 - Entradas e saídas utilizando a informação do lugar de nascimento, segundo as Grandes Regiões: 1991 / 2000.

Grandes Regiões	Entradas		Saídas		Saldo Migratório	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Região Norte	2.277.390	2.814.069	686.847	1.112.203	1.590.543	1.701.866
Região Nordeste	2.748.092	3.223.170	9.434.352	11.069.116	-6.686.260	-7.845.946
Região Sudeste	10.690.567	13.106.253	6.926.750	7.620.595	3.763.817	5.485.658
Região Sul	2.559.956	2.897.835	3.454.080	3.975.204	-894.124	-1.077.369
Região Centro-Oeste	3.346.098	4.015.598	1.120.073	1.478.710	2.226.025	2.536.888

Fonte: adaptado do IBGE, 2000 - Censos Demográficos – 1991 / 2000.

Esta tendência não se manteve nos anos de 1990, verificando os dados do Censo 2000, (Tabela 2), apresentando um aumento no saldo de naturais ausentes devido à intensificação dos fatores citados anteriormente, além dos efeitos exercidos pelos programas que provocam a mobilidade da população como a melhoria do sistema viário e do setor de comunicações, entre outros (IBGE, 2000, p. 30).

Outro fenômeno que caracterizou esse período, no que diz respeito à emigração nordestina, foi a migração de retorno, tendo maior representatividade os oriundos principalmente da Região Sudeste (atribuído à crise nas regiões metropolitanas) e os centros receptores de expressividade foram os Estados de Pernambuco, Ceará e Bahia. Todavia, a perda líquida migratória do Nordeste (não-naturais presentes menos naturais ausentes) continua se elevando, não somente em

Camaçari. Sua importância econômica pode ser medida pela grandeza de seus números. Investimento global superior a 11 bilhões de dólares. Capacidade instalada acima de 11,5 milhões de t/ano de produtos químicos e petroquímicos básicos, intermediários e finais. Produção no segmento químicos / petroquímicos que atende mais da metade das necessidades do país. Capacidade instalada para 220.000 toneladas/ano de cobre eletrolítico, no segmento de metalurgia do cobre, e de 250 mil veículos/ano no segmento automotivo. As exportações representam em média US\$ 2,0 bilhões/ano, 35% do total exportado pelo Estado da Bahia, e se destinam a praticamente todo o mundo. Faturamento de aproximadamente US\$ 14 bilhões/ano. Contribuição anual acima de R\$ 700 milhões em ICMS para o Estado da Bahia. Responde por mais de 90% da arrecadação tributária de Camaçari. Emprega 13.000 pessoas diretamente e 20.000 pessoas através de empresas contratadas. Sua participação no Produto Interno Bruto baiano é superior a 30%. Investimentos em programas sociais superiores a R\$ 10 milhões/ano. <http://www.coficpolo.com.br>

termos absolutos, como também em relação ao contingente presente na Região. (Anexo B) (CAMARANO, 1998, p. 205).

Em contrapartida e como reflexo da emigração nordestina, o estado do Amapá teve o maior crescimento relativo de população migrante entre as duas pesquisas (Censo de 1991 e Censo 2000), experimentado um aumento substancial no número de imigrantes nos últimos anos. O Censo 2000 registrou 153.980 não naturais do estado, contra 74.053 pessoas em 1991, 71% deste acréscimo foi proveniente de migrantes oriundos do Pará, e 18% de Maranhenses, se pode deduzir que, pela distância relativamente próxima e pelos avanços tecnológicos, este Estado esteja nos anos de 2000, absorvendo uma população migrante, sem deixar de perceber que estes oriundos do Pará podem ser nordestinos ainda em rota de deslocamento.

Os Estados da Região Nordeste, historicamente expulsos de população, sofrem pouca influência da população não-natural na composição de suas estruturas populacionais. Estes estados, que ao longo da colonização do País tiveram participação importante na formação econômica, sendo os precursores nos movimentos de interiorização do Brasil, tornaram-se ao longo dos anos, devido à decadência de setores econômicos tradicionais e às grandes secas prolongadas, em exportadores de mão-de-obra para os demais estados brasileiros.

Não se pode negar que houve avanços no planejamento e no gerenciamento das ações de convivência com a seca, graças à maior participação da sociedade, por meio de associações comunitárias e organizações não-governamentais, de tal modo que o clientelismo e o assistencialismo são postos à margem. Todavia, ações emergenciais que não se integram às ações permanentes preponderaram, aumentando a vulnerabilidade da população e da economia frente ao fenômeno climático. Daí persistir, a cada nova seca, o mesmo drama das anteriores: o Nordeste continuando o mesmo, sem solução para quem trabalha e sobrevive do semi-árido.

3.2 Processo Migratório na Amazônia

A distribuição da população sobre o território brasileiro anterior a 1930 refletia características irregulares, segundo as quais a vida econômica se concentrava em certos pontos ou regiões, com base em determinados ciclos econômicos (café, açúcar, cacau, borracha). A distribuição da população refletia as características destes ciclos, que voltados para atender a demanda do exterior, não promoviam a integração econômica, não estimulavam trocas populacionais e, em consequência, a migração era escassa.

Com a crise econômica mundial de 1929, segundo Martine (1994, p. 43), dois tipos de movimento foram gerados: um no qual parcela da população dirigiu-se para as fronteiras internas, ocupando o interior e, o outro, em direção as cidades. Nesse período (esses movimentos perduraram de 1930 aos anos de 1950), o Estado atuou em dois sentidos contraditórios: de um lado, as políticas de abertura de novas fronteiras e da ocupação do interior; de outro, as políticas favorecendo a concentração, com programas sociais dirigidos às cidades de maior crescimento por meio de políticas de industrialização.

Com o objetivo de “amparar” a população migrante, a solução encontrada pelo governo, foi direcioná-las para uma região com grande “vazio demográfico”, reforçando um processo de integração da Amazônia ao resto do País.

Na Amazônia, como relata Benchimol (1999, p. 433), a ação política do Governo Federal se fez mais atuante, através de novos instrumentos de ação e incentivos como: a criação de inúmeras agências e instituições nos anos de 1940¹³ como o Banco de Crédito da Borracha (BCB), o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA), Instituto Agrônomo do Norte (IAN), Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAPP), Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), Instituto de Pesquisa da Amazônia (INPA),

¹³ Em decorrência dos Acordos de Washington de 1942, por ocasião da II Grande Guerra.

Companhia de Eletricidade de Manaus (CEM), Companhia de Eletricidade do Pará (CELPA), Banco do Estado do Amazonas (BEA), Banco do Estado do Pará (BEP), Comando Militar da Amazônia (CMA, que passa a ter papel decisivo na construção dos eixos rodoviários de integração nacional nas décadas seguintes) e por fim a criação dos Territórios Federais (Guaporé - hoje Estado de Rondônia -, Rio Branco - atual Estado de Roraima - e Amapá - Estado do Amapá - em 1943, reiniciando, assim, a reorganização política do espaço amazônico que havia sido interrompida desde 1850, com a criação da Província do Amazonas e retomado em 1904 com o Território Federal do Acre).

Nos anos de 1960, as taxas de emigração passaram a apresentar nítido declínio nos estados do Nordeste, e incremento, nos estados do Leste¹⁴. Contudo, o processo de institucionalização de agências e os programas brasileiros na Amazônia continuariam a sua marcha com a modificação e correção dos rumos da política da década anterior, ou com a criação de novos órgãos ou projetos em nível federal e estadual como: transformação da antiga SPVEA na nova Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco de Crédito da Amazônia (BCA) para Banco da Amazônia; criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus

¹⁴ Em 1913, o prof. Delgado de Carvalho, pensava o Brasil em cinco frações, tornando-se o modelo usado pelo IBGE, sendo adotada com algumas modificações feitas por Fábio Guimarães em 1942, baseando-se nas características do quadro natural, privilegiando o nível macro-regional. Era constituída por cinco Grandes Regiões: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste, sendo que a Região Nordeste se subdividia em Nordeste Ocidental e Nordeste Oriental e a Região Leste em Leste Setentrional e Leste Meridional. As grandes transformações econômico-sociais, ocorridas nos anos de 1950 e 1960, impuseram a necessidade de atualização do quadro de divisões regionais, utilizando como base características de homogeneidade de produção. Em 1969, foi redefinido novo quadro composto por cinco Grandes Regiões: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. As Regiões Norte e Centro-Oeste mantiveram-se sem alterações, a Região Nordeste, na nova divisão, reunia as porções ocidental e oriental do Nordeste da proposta de 1942, mais os estados da Bahia e Sergipe, anteriormente pertencentes ao Leste; a Região Sul diminuiu, ao perder São Paulo, a Região Leste desapareceu dando lugar ao Sudeste, que aglutinava os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, vigente até hoje. Suas alterações decorrem de mudanças no quadro político-administrativo do País com a criação do Estado do Mato Grosso do Sul, incorporado à Região Centro-Oeste, e do Estado do Tocantins, incorporado à Região Norte. (IBGE, 2000, p. 16) (MATOS, 2005, p. 26).

(SUFRAMA)¹⁵; Superintendência do Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA), responsável pelos programas de plantação de seringueiras que iriam se expandir nas décadas subseqüentes nos projetos do Programa da Borracha (PROBOR I, II e III); criação, instalação ou consolidação das Universidades Federais do Pará, Maranhão, Amazonas, Rondônia, Acre e Amapá e a implantação de comissões estaduais de planejamento e desenvolvimento (BENCHIMOL, 1999, p. 434).

Foi também durante essa década, após a mudança da capital federal para Brasília em 1959, que se iniciaram os grandes projetos de construção dos eixos rodoviários de integração da Amazônia com o restante do País. Em conseqüência, o governo federal passou a dar prioridade para as interligações regionais com a nova capital federal, daí nascendo o eixo rodoviário Belém – Brasília (BR-010)¹⁶, Cuiabá - Santarém (BR-163) e Cuiabá - Porto Velho - Rio Branco (BR-364), proporcionando, pela primeira vez, a interligação da Região Amazônica, por via terrestre, ao litoral, ao e ao Centro-Oeste (Mapa 4).

¹⁵ Com a criação da Zona Franca de Manaus, em 1967, criou-se um novo pólo industrial que conseguiu atrair, através de incentivos fiscais, um significativo número de empresas de grande e médio porte, que faturam bilhões em dólares, conseqüentemente atraiu pessoas para mão-de-obra assalariado.

¹⁶ A Belém-Brasília dependendo do trecho recebe a seguinte nomenclatura: BR-010 no trecho Belém - Imperatriz; BR-226 no trecho Imperatriz – Araguaína; BR-153 no trecho Araguaína - Brasília.



Mapa 4 – Amazônia: rodovias de acesso
 Fonte: Ribeiro, 1988, p. 81

A migração no período dos anos de 1970, para Martine (1994, p. 54), teve uma forte corrente para as regiões metropolitanas do Brasil, mas houve também um significativo fluxo em direção à fronteira agrícola da Região Amazônica, estimulada por ações governamentais, visando organizar a ocupação do território, via colonização dirigida, com a criação do Programa de Integração Nacional (PIN) pelo Dec. lei nº1106, de 1970. Os objetivos e os resultados deste programa, lançado em 1970, apesar de ineficaz no assentamento definitivo dos milhares de colonos que se dirigiram para a Amazônia, estimulou a migração, incorporando definitivamente a Amazônia à vida nacional.

O impacto da política do PIN iria continuar nos anos de 1970, quando o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) estabeleceu como objetivo nacional a integração física, social e econômica da Amazônia com o Nordeste, iniciada na

década anterior, através da construção da Transamazônica (BR-230), da BR-319, ligando Porto Velho a Manaus, e a BR-174, unindo Manaus a Boa Vista, além do programa de colonização e assentamento do INCRA para Rondônia, bem como a política de incentivos fiscais que criou o Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), em ação paralela à Instituição do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e do Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET) para os investimentos setoriais de reflorestamento, pesca e turismo, na forma do Dec. lei nº. 1376, de 1974.

Posteriormente novos programas foram acrescentados, tais como: Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais do Nordeste do Pará (PRONOPAR) para a recuperação do nordeste paraense; Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais do Médio Amazonas (PROMAM), para a Região do Médio Amazonas e, na área da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), o Programa de Desenvolvimento do Noroeste da Amazônia (POLONOROESTE), direcionado às populações residentes às margens da Rodovia Cuiabá - Porto Velho, ao longo da BR-364, programa precursor na política de interiorização do desenvolvimento nos anos subseqüentes.

A partir de então, atraídos pelos programas, começam a chegar os "gaúchos", fundamentais na ocupação ao longo da Transamazônica e que vitalizaram as áreas rurais do Norte do País durante os anos de 1970 e 1980. O saldo migratório líquido regional da Região Norte é positivo neste período e a população rural aumenta.

Os anos de 1980 destacam-se, entre outros fluxos, aqueles em direção às fronteiras agrícolas, principalmente em direção à Região Norte, com o garimpo "oficializado" através das empresas minerais, além da mudança dos Territórios Federais para Estados (Roraima, Amapá) e a criação do Estado do Tocantins, com migrantes não só do Nordeste, mas de todas as regiões.

A crise econômica prolongada vivida pelo Brasil nos anos de 1980 parece ter contestado a lógica que tradicionalmente correlacionava movimentos migratórios e dinâmicos espaciais do mercado de trabalho. A estagnação econômica teria levado a uma redução das migrações inter-regionais e à multiplicação de deslocamentos de curta distância ou de cunho sazonal.

Durante estes anos, os fluxos temporários adquiriram forma e volume visíveis à percepção, provocadas pelo processo de transformação da estrutura de produção agrícola em algumas regiões, e a permanência ou estagnação de uma agricultura "semicomercial" em outras (GONZALES; BASTOS, 1980, p. 981).

O trabalho temporário de migrantes no Brasil assume formas concretas que variam com a estrutura de produção e especificidades regionais, determinando um movimento contínuo de trabalhadores agrícolas, em busca de trabalho ou de melhores oportunidades de sobrevivência.

As transformações tecnológicas que trazem impactos significativos em termos territoriais redirecionam os movimentos populacionais; com territórios se sobrepondo e não mais se justapondo, com um dinamismo regional que vem delineando uma nova territorialidade, marcada por intensos processos de redistribuição interna da população e de urbanização, com a constituição de pólos inter e intra-regionais e a redefinição dos papéis de algumas áreas.

Para Baeninger (1998, p. 68), os impactos territoriais emergentes emprestam novas características ao processo de urbanização, aos movimentos migratórios, à reorganização espacial da população, definindo novas atribuições às grandes concentrações metropolitanas (processo de desconcentração) e aos pólos regionais (melhoramento, extensão e duplicação das principais rodovias).

Dessa forma, Póvoa-Neto (1997, p. 17) assegura que os movimentos migratórios não estariam simplesmente reduzindo as distâncias percorridas, mas sim, apoiando-se cada vez mais nas redes (que contribuem para detectar a intensidade dos fluxos migratórios) e diminuindo os períodos de permanência, o que dificultaria a sua detecção pelos recenseamentos.

3.2.1 Migração na Amazônia: após 1980

Segundo Martine (1994, p. 45), nos anos de 1980, a Região Amazônica apresentou uma taxa de crescimento elevada apresentando um crescimento significativo na sua área rural devido à migração acelerada em direção à fronteira agrícola, motivado tanto pela modernização concentradora nos lugares de origem da migração, quanto pelas promessas e realizações do Estado na Região.

A base demográfica menor dessa Região faz com que fluxos migratórios relativamente reduzidos resultem numa taxa de crescimento demográfico bastante elevado; assim, é preciso analisar a continuidade desse processo de crescimento acelerado na Região. Esses fluxos tendiam a crescer ano a ano, apoiados na vontade do governo de ocupar a Região.

Portanto, à medida que a Amazônia ia sendo revelada ao Brasil através dos inúmeros inventários e levantamentos de seus recursos naturais, minerais e energéticos, inúmeros projetos foram implantados, no setor de mineração e eletricidade: o Projeto Trombetas, pela Companhia Vale do Rio Doce, para exploração da bauxita; o Projeto Grande Carajás, para exploração de minério de ferro, compreendendo o complexo mina - ferrovia - porto; o Projeto Albrás-Alunorte, em Vila do Conde, para produção de alumina e alumínio metálico; o Projeto Tucuruí, no rio Tocantins, para produção de cerca de 4 milhões de quilowatts, e o das hidrelétricas de Balbina, no rio Uatumá, e de Samuel, no rio Jamari.

Em todos os Estados da Região, mesmo os marcados por um crescimento rural intenso, o aumento da população urbana foi muito mais rápido que o da população rural, ou seja, as migrações não são mais predominantemente compostas de pessoas com origem e destino rurais, conforme tinha acontecido no Paraná e na Faixa Central do País. Na realidade, a expansão da fronteira amazônica, mesmo durante seu auge, nos anos de 1970 e início dos anos de 1980, teve um forte componente de destino urbano.

Para Martine (1994, p. 46), esta “urbanização da fronteira” amazônica deveu-se à combinação de dois fatores: a) o afluxo de migrantes à Amazônia, sendo superior à capacidade de sua absorção pelas atividades agrícolas regionais, criou um excedente migratório que inchou a periferia de todas as capitais e médias cidades da Região; b) o relativo dinamismo econômico da

Região, durante um período de crise generalizada, trouxe um amplo contingente de migrantes que se dedicou ao garimpo, às atividades madeireiras, ao comércio, ao setor de serviços e todos os tipos de atividades informais e marginais.

O grande crescimento demográfico verificado na Amazônia ao longo dos anos de 1980 reflete, sobretudo, uma realidade já ultrapassada. As atividades econômicas mais dinâmicas da Região, seja no setor de mineração, de extração de madeira, ou no setor de indústrias da Zona Franca, realizam-se em verdadeiros “enclaves”. Assim, a migração para as regiões de fronteira tem favorecido a urbanização acelerada e já não se constitui num contraponto significativo da migração rural-urbana.

Na Amazônia, nos anos de 1990, segundo Benchimol (1999, p. 435), a maior parte dos projetos, quando lançados e já em operação, tem provocado intensa discussão acadêmica e científica em função dos impactos ecológicos e do estilo concentrador da renda. De outro lado, os seus efeitos políticos já se fizeram sentir no balanço do comércio exterior com o aumento da exportação de produtos derivados da Amazônia.

A implantação de projetos de colonização e assentamento agrícolas, fazendas de gado, exploração madeireira, garimpagem, construção de barragens e hidrelétricas, mineração, construção de rodovias e ferrovias, distritos industriais etc., provocaram deslocamentos do Centro-Sul em direção à Amazônia, proporcionando a expansão da pecuária na Amazônica. No setor agrícola, registra-se grande aumento na produção de soja, milho e arroz, que está sendo escoada pela Hidrovia do Rio Madeira e, futuramente, pelos rios Tapajós, Araguaia - Tocantins, que constituem os novos corredores de exportação.

Paranaenses, gaúchos, catarinenses, paulistas, mineiros, capixabas, goianos e mato-grossenses e, sobretudo, nordestinos, migraram para a Região, por vários motivos, sobretudo em busca de qualidade de vida e oportunidades de trabalho. Há uma sobreposição com os que já estavam reproduzindo o espaço,

redimensionando tendências culturais. Os hábitos, costumes e estilos de vida moldados na “Amazônia Nordestina” estão passando por grande processo cultural de adaptação, mudança e transformação, com a chegada desses migrantes (Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás). Em algumas cidades instalam-se associações, como os Centros de Tradições Gaúchas, com suas danças, folclore típico e hábitos, num processo de integração regional, moldando uma nova fronteira na Amazônia.

As conseqüências desse novo processo de povoamento na Amazônia se, de um lado, contribuem para a expansão demográfica e da fronteira agrícola, pecuária, mineral e a criação de novos centros de produção industrial, de outro, deram origem a muitas tensões sociais, conflitos de terras, disputas de posse, invasões de áreas indígenas, dada à precariedade e desordem da estrutura fundiária amazônica (concentração de terra).

Os principais argumentos dos teóricos sociais seriam que os migrantes têm acesso aos bens e serviços assistenciais locais, o que vem a penalizar os orçamentos. No âmbito do mercado de trabalho, estes migrantes mesmo com baixa qualificação são acusados de tirar os empregos da população local e rebaixar os salários, contudo, alguns teóricos argumentam que haveria uma complementaridade entre o migrante e a população local quanto à locação de mercado de trabalho, onde esses dois grupos de trabalhadores atenderiam a diferentes oportunidades de emprego de um mercado de trabalho que é segmentado em dois estratos: o mercado de trabalho primário (requerer alta qualificação, melhores salários e possibilidades de ascensão hierárquica) e o secundário (freqüentemente oferece baixos salários, alta rotatividade, baixa qualificação e poucas possibilidades de ascensão hierárquica), sendo esse último ocupado por trabalhadores migrantes, não havendo a concorrência com a população local pelo emprego. (SASAKI; ASSIS, 2000, p. 8-3)

Os ganhos sociais associados à migração não devem servir para ignorar a existência da pobreza, ademais, cumpre não esquecer que, embora os migrantes tendam a se inserir no mercado de trabalho nos destinos, suas rendas

freqüentemente são, em termos absolutos, baixos e seu acesso aos serviços sociais bastante limitados.

Percebe-se que esse fluxo, nordestinos para Amazônia, ocorre entre regiões pobres, diferentemente do ocorrido anteriormente, onde o nordestino se deslocava principalmente para o eixo do Centro-Sul do País, onde a pobreza confrontava com a riqueza e dar-se-ia a ilusão da ascensão social, mesmo que essa não atingira diretamente o migrante, pois este ainda se encontrava excluído dos bens de serviços.

A justificativa do fluxo entre regiões pobres como o Nordeste e a Amazônica pode estar no apelo estatal local que se mostra mais forte. Este pode ser o diferencial, aonde o migrante nordestino não vem para a Amazônia tirar o emprego ou ser submisso economicamente à população local, vem, sim, dar um suporte estrutural, necessário para alavancar a economia local que ainda se encontra em estado latente de desenvolvimento, no mesmo instante em que esse encontra apoio necessário para ascensão social não conseguindo no Nordeste, pois é percebido que os fluxos ocorrem num primeiro momento rural/rural (inter-regional), para depois rural/urbano (Intra-regional) e num terceiro momento urbano/urbano, evidenciando uma melhoria no padrão econômico e não um êxodo.

Outra consequência seria o impacto ecológico da devastação da floresta que se tornou crítico em muitas áreas de expansão e penetração dessa população, especialmente nas áreas de transição do cerrado para a mata densa, através da ocupação por grandes fazendas pecuárias, em virtude dos incentivos fiscais proporcionados pela SUDAM, na intensificação dos assentamentos de colonos.

Segundo Macmillan (1997, p. 190), a penetração de um grande número de colonos e posseiros influencia nas mudanças contemporâneas na Amazônia,

afetando principalmente a população indígena. O grande fluxo de trabalhadores e capital associado aos impactos do setor de mineração informal é variável e quantitativamente desconhecido. Nestes termos, uma importante questão pode ser levantada com relação aos pequenos proprietários de terra que vão para a Amazônia à procura de um lote agrícola e entram para os garimpos em caso de não obtê-lo, quando não, a atração dos garimpos é suficiente para estimular a migração por si mesmo, isto certamente aumenta consideravelmente as pressões já existentes sobre os frágeis ecossistemas da região.

Vale ressaltar, que o fluxo para a Amazônia não se processa apenas em nível intra-regional, mas também no sentido interestadual, através do fluxo rural para as pequenas vilas, na primeira fase, e para as grandes cidades na etapa subsequente (Redes Metropolitanas de Manaus e Belém).

Tudo isso indica que a Amazônia está sofrendo um grande processo de mudança e transformação, tanto no sentido econômico, pela ampliação e surgimento de novas atividades produtivas, como no campo cultural, pela absorção de novos grupos humanos.

A importância conjunta dos fluxos para a redistribuição da população, a criação de oportunidades econômicas (para a maioria dos que migram) e o incremento da produção agrícola passaram a ser uma fórmula cada vez menos eficaz para resolver as pressões sociais nas áreas agrícolas tradicionais, ou para aumentar a produção agrícola.

Enfim, a análise dos movimentos migratórios, em anos recentes, indica o reforço da tendência de configuração de novos espaços da migração, agora, no entanto, muito mais relacionados ao âmbito de suas próprias regiões.

4 IDENTIDADE E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

4.1 Discussão em Torno do Conceito Identidade

Registra-se neste capítulo, uma análise da produção do espaço a partir da “territorialidade impregnada” do migrante (objetivas e subjetivas) adquiridas pelos espaços (lugares) anteriormente percorridos na longa trajetória, com identidades culturais espelhadas na paisagem urbana. Enfim, numa visão perceptiva do migrante como produtor do espaço, que esboça permanentemente identidades que compõem um território com amplitudes culturais novas e diversas.

A identidade permanece ao longo do tempo, em constante construção acumulando representações, adquirida pelos fluxos percorridos tornando-se identidade híbrida. Assim, o que se busca é a autenticidade da identidade, inerente a cada sujeito. Para este questionamento precisa-se de explicações que possam esclarecer os conceitos centrais envolvidos nessa discussão, bem como de um quadro teórico que possa dar uma compreensão mais ampla dos processos que estão envolvidos na sua construção (WOODWARD, 2000, p.13).

Michael Ignatieff¹⁷, citado por Woodward (2000, p. 13-15), ilustra os principais aspectos da identidade e da diferença cultural e sugere como tratar os conceitos ligados a esta, como afirma:

[...] Precisamos de conceitualizações. Para compreendermos como a identidade funciona, [...] e dividi-la em suas diferentes dimensões. [...]. Algumas vezes essas reivindicações estão baseadas na natureza; por exemplo, em algumas versões da identidade étnica, na "raça" e nas relações de parentesco. Mais freqüentemente, [...] estão baseadas em alguma versão essencialista da história e do passado, [...]. A identidade é, [...], relacional, e a diferença é estabelecida por uma *marcação simbólica* relativamente a outras identidades [...]. A identidade está vinculada [...] a *condições sociais* e *materiais*. [...]. O *social* e o *simbólico* referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, [...]. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são "vivas" nas relações sociais. [...]. As identidades não são unificadas. [...]. Pode

¹⁷ IGNATIEFF, M. **The highway of brotherhood and unity**, Granta. v. 45, p. 225-43, 1993.

haver discrepâncias entre o nível coletivo e o nível individual, [...]. Precisamos, ainda, explicar por que as pessoas *assumem* suas posições de identidade e *se identificam com elas*. Por que as pessoas investem nas posições que os discursos da identidade lhes oferecem? O *nível psíquico* também deve fazer parte da explicação; trata-se de uma dimensão que, juntamente com a simbólica e a social, é necessária para uma completa conceitualização da identidade.

Para justificar o conceito de identidade, tem que se examinar a forma como a identidade se insere no "circuito cultural" (o sistemas de representação para as *identidades* produzidas por práticas e os símbolos por meio dos quais os significados são produzidos), em análise, além da forma como a identidade é produzida (WOODWARD, 2000, p.16 / 17).

É por meio dos significados produzidos pelas representações, que o sujeito dá sentido à sua experiência e àquilo que ele é. A representação, compreendida como um processo cultural estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (WOODWARD, 2000, p.17).

Todas as práticas que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar entre as várias identidades possíveis de subjetividades.

[...] a identidade marca o encontro de nosso passado com as relações sociais, culturais e econômicas nas quais vivemos agora [...] a identidade é a intersecção de nossas vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação (RUTHERFORD, 1990, p. 19-20, apud. WOODWARD, 2000, p. 19)¹⁸.

A noção de identidade pode ser compreendida como uma forma de representação coletiva que designa pertencimentos, uma maneira de nomear e ordenar as diferenças que toma como elementos de representação traços particulares de uma cultura, que pode a partir dela se construir comunidades. Uma das características desse tipo de identidade coletiva é o fato de ele se forja a partir de elementos culturais facilmente universalizáveis, fazendo coincidir simbolicamente uma cultura, um território e uma forma de organização política. As identidades se moldam, portanto, no

¹⁸ RUTHERFORD, J. (org.). Identity: community, culture, difference. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.

sentido da domesticação das diferenças e das particularidades. Ora, a intensificação do deslocamento de populações leva às culturas que se assemelham a formarem territórios.

A identidade, mais do que um conceito explicativo de um sistema cultural em si mesmo autêntico, é um desempenho simbólico capaz de realizar politicamente a realidade que se propunha elucidar, no qual a eficácia depende do manejo competente de elementos culturais. No contexto da sociedade moderna, a identidade cultural e a diversidade se carregam, pois, de significados simbólicos capazes de mobilizar poderosamente e criar, à sua imagem, os grupos que elas designam (MONTEIRO, 1997, p. 63).

São as sociedades modernas, portanto, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente. Esta é a principal distinção entre as sociedades "tradicionais" e as "modernas". Anthony Giddens, citado por Hall, argumenta que:

[...] nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes. [...] [nas sociedades modernas] [...] as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre aquelas próprias práticas, alterando, assim, constitutivamente, seu caráter. (GIDDENS, 1990, p. 37-8, apud HALL, 2005, p. 14-15.)¹⁹

Dando continuidade ao pensamento de Giddens, Hall (2005, p.17) salienta que o constante deslocamento que ocorre nas sociedades tem características positivas, pois a desarticulação das identidades estáveis do passado abre a possibilidade de novas articulações: a criação de novas identidades, a produção de novos sujeitos (identidades - para os indivíduos).

A cidade é o espaço propício para esse movimento, no qual permeiam as relações dos indivíduos em sua constante construção e dissolução de referências e territorialidades: o movimento entre o lugar (local e/ou regional) e o sujeito (particular e/ou coletivo) e as materializações advindas dessa *simbiose*. Ela possui um constante movimento de resgate e promoção de referências; sujeitos e lugares se

¹⁹ GIDDENS, A. **The Consequences of Modernity**. Cambridge: Polity Press, 1990.

compõem tão intrinsecamente que se auto (re)produzem, embalados pelo acelerado ritmo de informações e mediados por meios que os comunicam em alta tecnologia.

Dessa forma os elementos locais e regionais contribuem para a dialética formação do indivíduo e de sua individualidade, ainda que forçosamente intimada a ser *padrão*, ou representativa de um dado grupo. As identidades, na cidade, tendem à hibridez, o que poderia ser chamado de uma *perda de identidade*, por estarem imbricadas do mesmo ritmo e, ao mesmo tempo, pelo domínio da vida urbana, contudo o que se percebe é uma revitalização do individual. A dinâmica vida urbana cada vez mais encantadora e difusora de fantasiosas esperanças impulsiona migrações, promovendo encontros e desencontros de sonhos, novidades e necessidades latentes, que sufocam lembranças e antigos costumes em nome da inserção à nova paisagem.

Nessa mesma análise, relatos de Santos; Almeida (2004, CD-ROM, eixo 1-164) confirmam a tendência dos movimentos populacionais se multiplicarem e se diversificarem em escalas, deixando de ser apenas resultado da originária fuga dos trabalhadores rurais, por inúmeras razões e diferentes buscas que conduzem um número cada vez maior de migrantes para as cidades. E estas são, inevitavelmente, constituídas da conflituosa relação entre os semelhantes anseios e as dolorosas lembranças na eterna tentativa de se restabelecerem assimilando suas novas funções, profissionais e individuais.

Os conflitos emergem do distanciamento entre a situação contemporânea / concreta e o imaginário, que ainda está sustentado pela antiga ordenação rural, ou de uma identidade qualquer, diferente daquela realizada no espaço escolhido.

A vida urbana tem um *novo* ritmo, determinante de *novas* relações e determinado pelos *novos* indivíduos que compõem esta urbanidade, esta é a síntese entre os elementos locais e os originários que, apesar de fazerem parte da subjetividade dos indivíduos, estes os

materializam em suas relações. O que se tem, de início, é o choque entre identidades presentes e ausentes, sintetizando a cultura urbana fruto dessa conjunção, ruralismos ou regionalismos divergentes dão origem a uma comum urbanidade [porém híbrida] (SANTOS; ALMEIDA, 2004. CD-ROM, eixo 1-164).

Sendo assim, a constante e complexa (re)construção do urbano é acompanhada pelo movimento das identidades, que deixam de ser a originária do local, constituindo-se uma nova referência a partir da miscigenação, da diversidade e do hibridismo cultural.

4.2 Identidade de Origem e Produção do Novo Espaço

A mobilidade do migrante por diferentes espaços e em diferentes momentos proporciona algumas vantagens em relação àqueles que não ultrapassaram os limites ou arredores do território que nasceu. Mais do que uma “des” e “re” territorialização, o migrante vive sob a combinação de uma multiplicidade de territórios que lhe permite uma vivência de “*multiterritorialidade*”²⁰, especialmente com a “compressão espaço-tempo” e o hibridismo cultural, de experimentar sucessivamente diferentes territórios, reproduzindo constantemente o entorno.

Contudo, para entender a relação desse híbrido de culturas adquiridas ao longo do fluxo, com a de origem é necessário saber distinguir diversidade cultural de diferença cultural:

[...] a diversidade cultural é um objeto epistemológico - a cultura como objeto do conhecimento empírico -, ao passo que a diferença cultural é o processo da enunciação da cultura como conhecível, legítimo, adequado à construção de sistemas de identificação cultural. Se a diversidade é uma categoria da ética, estética ou

²⁰ Termo usado por Haesbaert em seu livro *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Bertrand Brasil. 2005.

etnologia comparativas, a diferença cultural é um processo de significação através do qual afirmações da cultura ou sobre a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade. [...] é o reconhecimento de conteúdos e costumes culturais previamente dados, mantida em um enquadramento temporal relativista; ela dá origem a noções liberais de multiculturalismo, de intercâmbio cultural ou da cultura da humanidade. [...] é também a representação de uma retórica radical da separação de culturas totalizadas que existem intocadas pela intertextualidade de seus locais históricos, protegidas na utopia de uma memória mítica de uma identidade coletiva única. [...] pode, inclusive, emergir como um sistema de articulação e de intercâmbio de signos culturais em certos relatos antropológicos do início do estruturalismo (BHABHA, 2000, p. 25).

Nenhuma cultura é jamais unitária em si mesma, acima das culturas individuais, todos pertencem à cultura da humanidade, compreendendo que todos os sistemas culturais são construídos nesse espaço contraditório e ambivalente das reivindicações hierárquicas de originalidade inerentes às culturas é insustentável, mesmo antes de recorrer a instâncias históricas empíricas que demonstrem seu hibridismo.

Assim, partindo da premissa de que os espaços sempre estiveram interligados hierarquicamente, em vez de naturalmente desconectados, então, a mudança cultural e social não se toma mais uma questão de contato e de articulação cultural, mas de repensar a diferença por meio da conexão, levantando a questão de compreender a mudança social e a transformação cultural como situadas dentro de espaços interligados (BHABHA, 2000, p. 26).

Mesmo com a interligação dos espaços, a hibridez cultural do migrante influencia na percepção do espaço, podendo variar dependendo de quem está vendo e ou da forma que cada sujeito passa a perceber ao seu redor, de acordo com as regras impostas e moldadas por tradições e estímulos reais, pois são indivíduos de diferentes experiências, com antecedentes socioeconômicos e aspirações, produzidos culturalmente em espaços vividos com temporalidades distintas. Dessa forma, as interpretações dadas pelo migrante ao meio, também terão aspectos diferenciados dependendo da classe social, de onde trabalharam, onde residiram anteriormente, pois esse carrega uma bagagem mista de culturas, característica do migrante.

Por essa razão o migrante focaliza aspectos bem diferentes do espaço, num primeiro momento estético; mas esse no mesmo instante que aprecia, também avalia de como pode tirar proveito do novo espaço, reproduzindo-o, impondo características identitárias, territorializando-o.

Em qualquer de suas formas de expressão, a cultura é o elo condizente do migrante ao seu meio ambiente e retrata traços sobrepostos em diferentes momentos, assim como resultado, tem-se um registro imensamente rico de identidades redimensionando um novo espaço. “A cultura é um fenômeno que se origina, difunde-se e evolui no tempo e no espaço, sendo compreensível no tempo, porém traçável no espaço onde se localiza” (CORRÊA, 2001, p. 269).

O migrante leva consigo traços culturais ao longo fluxo (hábitos, lendas, danças, músicas) inserindo nos espaços percorridos, novas atitudes culturais que com o passar do tempo se interagem à cultura local havendo uma miscigenação, surgindo novas territorialidades.

Pode-se extrair desse registro uma riqueza de imagens urbanas ou rurais, em ambientes diferentes isoladas por razões sociais, econômicas e culturais que refletem a realidade e dificuldades ou não, enfrentadas por cada parcela da comunidade, atribuindo, dessa forma, valores ao espaço de cada migrante.

Ao pensar na hipótese dos migrantes, percorrendo suas trajetórias, passarem por um conjunto de etapas, numa espécie de socialização progressiva, até chegar a um destino final, onde seriam plenamente absorvidos pela economia e sociedade. O emigrante tenderia, no seu destino final, depois de um determinado tempo de residência, aumentar a sua capacidade de integração no lugar de destino, elevando seu nível social.

Numa análise mais subjetiva, o migrante, com suas múltiplas territorialidades adquiridas (positivamente) nos espaços anteriormente tidas como território, desenvolvem uma capacidade de adaptação, não no sentido de se moldar pelos costumes locais, mas de impor no espaço a sua territorialidade como uma arma de defesa num lugar ainda não “conquistado”, confirmando a reprodução do espaço a partir do processo migratório.

As territorialidades adquiridas pelo migrante são culturas, território imaterial de identidade, que se justapõem, resultando numa reterritorialidade própria ainda trabalhada, não definida, vendo que esse processo ainda está por acabar, pois a dinamicidade do cotidiano é vital, onde as multiterritorialidades se nutrem de uma especialidade/temporalidade. Novas e velhas territorialidades se agregam, numa imaterialidade, engendrada por sua prática, por uma materialidade, também constituída por sua história, substrato para a reprodução do espaço.

4.3 Reprodução do Espaço Urbano

A produção de um determinado espaço é resultado do nível de integração entre os diferentes elementos da paisagem natural (clima, hidrologia, vegetação), da paisagem cultural (expressões manifestas no espaço transformado de uma teologia e de uma casualidade) e relacionados diretamente a diferentes usos do tempo (simultâneos e sucessivos). A posição do homem e suas relações constituem o mais importante fator de influência na gênese das formas da paisagem, sujeitas a mudanças pelo desenvolvimento de técnicas ou sobreposição de culturas, onde o sujeito expressa o seu lugar na natureza como um sujeito modificador das condições naturais originais.

Neste sentido, Harvey (1992, p. 69) considera que as cidades são compostas de várias camadas que formariam o chamado 'palimpsesto', ou seja, vários tempos passados, que deixaram suas marcas nas formas construídas, que se sobrepõem formando novas 'paisagens'. Importante perceber que é somente 'por sobre' o antigo que se constrói o 'novo', utilizando-se ou destruindo o 'velho', o 'passado'. Milton Santos denomina estas paisagens construídas de 'rugosidades', que seriam:

[...] o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. [...] Assim, o espaço, espaço-paisagem, é o testemunho de um momento de um modo de produção nestas suas manifestações concretas, o testemunho de um momento do mundo (SANTOS, 2002, p. 173).

Para Fonseca (2004, CD-ROM, eixo 1-143), existem duas dimensões a serem consideradas no espaço: uma primeira, a partir da forma observada, do chamado *design* espacial, que é perceptível pelos sentidos e que dá um 'retrato' do momento, daquilo que de fato aconteceu: um resultado; e uma segunda dimensão, aquela do processo de produção deste *design*, não apreendido empiricamente, a própria produção do espaço.

Neste caso, encontram-se subsídios na formulação de Santos (2002, p. 284) sobre as *horizontalidades* e *verticalidades* do espaço. Segundo ele:

Enquanto as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o *locus* de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente, como geograficamente.

No espaço urbano a sobreposição de culturas e a inovação de técnicas, são fatores importantes na constante dinamicidade de reestruturação urbana, definidas por pares antagônicos (necessidades individuais X necessidades coletivas, espaços públicos X espaços privados) com intensidades que variam a partir do estágio da sociedade, pois quanto mais complexa a cidade, maiores esses conflitos. A reestruturação da cidade é determinada pela divisão técnica e social do espaço, pelas sutilezas entre necessidades e desejos, pelo papel das organizações sociais, pela presença das instituições e pela propriedade privada da terra.

Essa argumentação vem a ser confirmada quando Santos (1998, p. 32) salienta que o meio técnico-científico é formado pela junção da tecno-esfera (resultado da articulação do meio ambiente) e da psico-esfera (resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos); ou quando Santos (1996, p. 136) reafirma que a tecnologia constrói e reconstrói o espaço, num crescente conteúdo de ciência e de técnica, mecanizando o território, substituindo o meio natural, remodelando tanto o meio rural quanto o urbano, trazendo mudanças na composição técnica e orgânica do espaço, materializando as subjetividades expressas no espaço.

Dentro dessa composição orgânica, estão os fenômenos sociais que definem o plano social, as dinâmicas específicas do urbano misturando fragmentos que se caracterizam pela multifuncionalidade de uma identidade forte, marcando territorialidades e cambiando valores que se completam e / ou se confundem, com práticas sócio-espaciais que definem os conteúdos e imagens de cada parcela do espaço urbano e as territorialidades dos sujeitos.

Enfim, a cidade é uma projeção da sociedade sobre o espaço, através das ruas, praças, jardins, construções, que são denotadas de diferentes apropriações pelo homem. Também fazem parte da paisagem urbana a própria vida cotidiana, o movimento, os adensamentos, o barulho, num sistema integrado e harmônico de relações elaboradas entre o homem, o tempo e o espaço. Como afirmara Almeida (2000/2001, p. 10), as transformações sociais, políticas e econômicas deixam na cidade marcas ou sinais que contam uma história não verbal, pontilhada de imagens, que tem como significado o conjunto de valores, usos, hábitos, desejos e crenças que nutrem, através dos tempos, o cotidiano dos sujeitos.

Ficam cristalizadas imagens do mundo real e do imaginário, preservadas e transmitidas ao longo de cada história de vida os valores e percepções de uma cultura, conforme as experiências ambientais, cristalizando em si o tempo vivido, investido de afetividade, de significâncias valorativas. A paisagem é uma herança do espaço vivido, “[...] transformada a todo instante, de maneira contínua, ao longo dos

tempos [...] reinterpretada a cada nova experiência, a cada nova percepção do espaço” (LIMA, 1996, p. 10).

A dinâmica da reprodução do espaço reúne informações locais extremamente vitais e bem definidas, vinculadas aos conteúdos técnicos, políticos, econômicos, culturais e naturais, conjuntamente associáveis e integrados, moldados dentro da realidade do lugar construindo uma identidade a partir de vínculos históricos temporais ou não, pois “o território antes de ser posse é expressão” e essa expressividade é refletida no espaço, em suas inúmeras faces, a partir da simultaneidade dos processos de “des” e “re” territorialização.

Partindo da concepção de Deleuze; Guattari (1972 apud HAESBAERT, 2004a, p. 120) ²¹, que considera o ambiente de uma pessoa o seu “espaço de vida pessoal” e que acaba por adquirir a conotação de um território a nível psicológico, este afirma que se trata apenas de uma mudança de escala, onde todas as atitudes são domínios de relação e produção, pois no mesmo instante em que se territorializa, desterritorializa e reterritorializa, isto é, ao mesmo tempo em que se abandonam antigos territórios, criam-se novos, sempre compartilhada, nunca sozinha.

Abandonam-se territórios, mas não se destrói totalmente, ficam territorialidades subjetivas (território imaterial), que acaba por determinar uma nova produção (mesmo que sem estruturas teológicas, ainda que “em ruínas”), são elementos que mediam práxis de reprodução (reterritorialização) de estrutura e ruínas (agora físicas) dotadas de mais sentidos de reprodução humana numa seqüência que dá origem a um ciclo, absorvendo a cada momento novas territorialidades numa escala onde, como afirmara Santos (1998, p. 38). “[...] o

²¹ DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O Anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. Lisboa: Assírio & Alvim, 1972. s/d.

cotidiano é essa quinta dimensão do espaço [...]”. É o próprio ciclo da vida e a própria reprodução espacial.

[...] a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios fundando novos. A escala espacial e a temporalidade é que são distintas (HAESBAERT, 2004a, p. 138).

Mesmo com as fortes críticas às mudanças de valores na cultura, onde os indivíduos não mais conseguem se mobilizaram, sem o domínio cego do capital e em torno do avanço das técnicas, estes quando se desterritorializam e se reterritorializam num outro espaço, carregam valores qualitativos agregados que se materializam no cotidiano, criando a continuidade do mundo vivente em movimentos que criam e recriam o espaço. É nesse sentido que Gottdiener (1993, p. 153) afirma que: “[...] a idéia de vida cotidiana que é dependente em qualquer tempo dado e, portanto controlado pela própria cultura, [...] onde os usuários do espaço [...] são usuários da vida cotidiana”.

No embalo da vida cotidiana e das várias territorialidades adquiridas, o sujeito reúne informações e transporta conteúdos sociais integrados, moldados dentro de sua própria realidade, construídos (anteriormente) e construindo identidades, que terminam por se territorializar no espaço.

Portando, partindo da idéia de que o espaço da vida pessoal adquire conotações compartilhadas de espaços anteriormente abandonados, o território do migrante é mais amplo que sua própria percepção, subjetividade rica em detalhes, que se materializa no espaço, reproduzindo-o, com territorialidades que se completam e se fundem.

Considerando as relações sociais, qualquer processo de construção concentrada num determinado espaço, que provoca transformações numa paisagem (agora anterior), em detrimento a uma considerada mais moderna, assegurando um contínuo ciclo produtivo, surge nessa o urbanismo, que se impõe desde o crescimento físico da cidade até a própria organização do cotidiano dos indivíduos nele espacializados.

São processos econômicos, políticos e culturais de múltiplos sujeitos no qual o jogo de identidades entre os que representam o espaço e, portanto o produzem, assumem um papel de grande importância e complexidade nos processos mais importantes na construção do território e do jogo de territorialidade que ela envolve. A identidade social/territorial aparece sempre conjugada com uma multiplicidade de outras identidades e papéis sociais.

4.3.1 Produção e Reprodução do Espaço Roraimense

A paisagem urbana reflete territorialidades num espaço surgidas das relações sociais (objetivas e subjetivas) elaboradas entre o homem/espaço/tempo; trata-se de um sistema integrado, resultado de uma projeção das sociedades sobre o local, denotadoras de diferentes apropriações do espaço pelo homem ao longo do tempo.

O espaço ao mesmo tempo em que é a base material concreta da reprodução do homem (enquanto reprodução econômica e de controle político) é a referência simbólica (territorialidade) construída e reconstruída, num processo de identificação, desenhados através de ações e discursos objetivos e subjetivos, práticas e representações referidas à construção de identidade, diferença cultural, a partir da diversidade cultural. Materialização da própria história do lugar e do sujeito.

Enfim, os espaços geográficos são produtos concretos de processos históricos, nos quais interagem natureza e sociedade através da ocupação demográfica e produtiva desses espaços. Os espaços se transformam pela força e ritmo dos fatos sócio-econômicos.

Na percepção de Andrade (1995, p. 14), o espaço produzido “é um espaço social e não um espaço natural”, Tal processo não se estabelece pela inexistência do “natural” enquanto espaço não apropriado, mas pela natureza social humana que constrói e projeta espacialidade, a representação de “natureza natural” é idealista como se a construção humana de uma espacialidade não vivida “territorialmente” pudesse ser elaborada sem as dimensões materiais e imateriais que o sujeito social possui em reação ao mundo e ao universo.

O espaço é produzido de acordo com a história que o sujeito produz, é também produzido obedecendo as leis do desenvolvimento da sociedade a partir dos modos de produção. A história dos sujeitos se prende a história de suas relações sociais, das relações de produção contraditórias, porque são executadas pela sociedade de classes, que se negam e se confrontam no decorrer da existência, na busca da superação das suas contradições. Contradições que passam a ser reproduzidas, dentro de um processo que é infinito, inacabado e em cuja essência está a própria vida (o movimento).

Segundo Silva (1999, p. 17), a realidade do espaço se revela no processo reprodutivo (seja urbano ou agrário) de territorialização e este é constituído de momentos, onde a totalidade expressa o movimento dialético da natureza e sociedade e suas determinações específicas, em termos de tempo e de lugar. A autora ainda afirma que: “O homem é espaço, está no espaço e produz espaço a um só tempo” (SILVA, 1999, p. 50).

Portanto, a análise histórica é indispensável à compreensão da formação do território, onde a periodização permite compreender valor, podendo ser concretizado a partir de uma variável ou de um conjunto delas. Nesta perspectiva é fundamental a historicidade da espacialidade de Boa Vista. Assim o recorte temporal da pesquisa (1980 – 2000) se constitui uma totalidade para si, sobre o espaço que se encontra institucionalizado como capital do Estado de Roraima.

4.3.1.1 Processo histórico na produção do espaço

Diniz (1998, p. 152) e Barros (1995, p. 24) relatam que o primeiro período de colonização do atual estado de Roraima (1639-1800) foi marcado pela edificação de postos de vigilância, como o Forte São Joaquim e missões religiosas. A política de aldeamentos estabeleceu as primeiras tentativas de colonização da Região, contudo as repetidas revoltas dos grupos nativos contra os aldeamentos, o isolamento da Região e a dependência da capital em termos de suprimentos comprometeram essa política colonizadora. Dos primeiros núcleos populacionais, somente a comunidade de Nossa Senhora do Carmo prosperou, transformando-se na cidade de Boa Vista.

No final do século XVIII, o Governo Português introduziu na área do alto rio Branco, três fazendas de gado, marcando o início do segundo período de colonização (1800-1890). Esse período é de suma importância para a ocupação de Roraima, pois marca a introdução do nordestino na Região. Afugentados pelas recorrentes secas do sertão, os novos colonos chegaram espontaneamente e tomaram o lugar das populações nativas remanescentes do fracassado modelo de aldeamentos. Estes foram os principais responsáveis pelo fornecimento de mão-de-obra para a pecuária da Região, que passou a ser a principal atividade econômica, e Roraima cumpria o papel de principal fornecedor de carne bovina para a Região do rio Negro e alto Amazonas (BARROS, 1995, p. 49).

O terceiro período de colonização (1890-1943), segundo o IBGE (1981, p. 8), inicia após a Proclamação da República, onde no dia 9 de julho de 1890, com o Decreto Lei nº. 49 foi criado o município de Boa Vista do Rio Branco, desmembrado do município de Moura (Estado do Amazonas). Este mesmo decreto elevou a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo à categoria de Vila de Boa Vista do Rio Branco. Na Divisão Administrativa de 1911 e no Recenseamento Geral de 1920, o município de Boa Vista do Rio Branco compunha-se unicamente da sede e detinha uma população de 7.424 habitantes.

Esse período é caracterizado pela inexistência de políticas de ocupação mais ostensivas por parte do Estado, pois este enfrentava intensas lutas políticas, ao mesmo tempo que tinha que absorver grande parte das atenções em conflitos populacionais (Canudos e Contestado), aliados ao fracasso do mercado da borracha, levando a Amazônia ao declínio econômico, refletindo na diminuição de movimentos migratórios e conseqüentemente nas frentes de ocupação humana, agravado pelo precário sistema de transporte.

Em 1940 o Serviço Nacional de Recenseamento estimava a população do Município de Boa Vista em 10.541 habitantes (exclusive os índios), numa área de 170.581 km², com uma densidade de 0,06 hab/km², oitenta vezes menor que a média nacional no mesmo período, 4,84 hab/km². Neste mesmo recenseamento registrou-se para a capital não mais que 1.500 pessoas, e uma população rural de 86,7% do total. As atividades rurais eram o trato do rebanho bovino e garimpo, ficando Boa Vista como centro administrativo e posto de troca/venda de mercadorias (BONATTO, 2002, p. 92).

O quarto período teve início com a criação do Território Federal do Rio Branco, com o Decreto Lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943, formado a partir do

município amazonense de Boa Vista e parte dos municípios de Moura e Barcelos, compondo uma extensão de 230.104 km². De acordo com o mesmo decreto, o Território Federal foi dividido em dois municípios com os nomes de Boa Vista e Catrimani, sendo este último criado com o desmembramento dos municípios de Moura, Carvoeiro e todo o distrito da ilha do Catrimani. Na mesma ocasião, Boa Vista foi elevada à categoria de cidade e capital do novo território, que passou a chamar-se Território Federal do Rio Branco IBGE (1981, p. 8).

Em 1944, o Município de Boa Vista foi dividido em três distritos: Boa Vista, Caracaraí e Murupu, através do Decreto Lei nº. 6.550. A intenção do Governo Territorial era reformular a estrutura de poder e empreender esforços para o desenvolvimento econômico regional, assim obras foram levadas a se concretizar (setor de saúde, abastecimento de água, construção de estradas – BR 174 Boa Vista/Caracaraí, embrião da atual BR 174 Pacaraima/Manaus), além de implantações de colônias agrícolas próximas da capital.

Neste mesmo ano, foi instituída a primeira tentativa de assentamento como ato organizado do poder público. Foi criada a Colônia Fernando Costa, a 54 km de Boa Vista, às margens do rio Mucajaí e ficou conhecida como Colônia Mucajaí. Barros (1995, p. 88) a considera como um marco de conquista da parte sul-florestal de Roraima por ter sido a primeira tentativa real de estabelecer povoamentos mais estáveis nesta parte do território, e por ela ter sido o protótipo de colonizações futuras (esta colônia deu origem à cidade de Mucajaí, sede do atual município de mesmo nome), como a Colônia de Brás de Aguiar, berço da sede do município do Cantá e a Colônia Serra do Taiano.

Segundo o IBGE (1981, p. 8), os primeiros dados oficiais confirmando a ocupação do Território, foram feitos com o recenseamento de 1950 (18.116 hab.) e

1960 (28.304 hab.), com uma taxa média de crescimento anual de 5,49% e 4,65% para os decênios de 1940/1950 e 1950/1960 respectivamente, superando a taxa de crescimento da Região Norte no mesmo período.

A evolução sócio-econômica de Roraima de 1841 até os anos de 1960 ficou ligada, praticamente, às medidas político-administrativas e ao desenvolvimento urbano de Boa Vista; o rio Branco, dada a falta de rodovias, que, durante anos, se resumiu ao trecho precário Boa Vista - Caracaraí continuou a exercer importante papel no desenvolvimento econômico e povoamento do Território, possibilitando as relações comerciais de Boa Vista com Manaus e outros centros.

Com o Decreto Lei n^o 4.182, de 13 de dezembro de 1962 o nome do Território Federal do Rio Branco foi alterado para Roraima, que passou a ser governado por militares no período pós 1964; também foi palco das transformações implantadas por estes. Da união entre o Ministério da Aeronáutica, do Interior e dos Transportes, nasce uma nova estratégia de ocupação para Roraima, com a implantação das rodovias BR 174 (ligando Manaus a Boa Vista), a BR 210 (Perimetral Norte, corta o sul do Estado de leste a oeste) e a BR 410 (Boa Vista a Bonfim), entre o final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970 e marcam uma nova etapa na colonização e ocupação demográfica de Roraima (Mapa 5).

A abertura desses eixos rodoviários, aliada à política governamental de expansão da urbanização, a entrada de recursos financeiros, como também pelo acolhimento de parte da população de outros estados (BONATO, 2002, 97), acarretou transformações sócio-econômicas que acentuaram as migrações em direção aos pequenos núcleos e para as novas áreas de colonização agrícola.

Com os Grandes Projetos dos anos de 1970, no Território Federal de Roraima esta política passa a ser efetivada com a criação do Plano de desenvolvimento de Roraima (POLORORAIMA), nascido dentro do POLOAMAZÔNIA. Este seria um programa de âmbito regional com estratégia de

política de desenvolvimento e integração nacional com grandes aportes financeiros, que norteou para Roraima um acréscimo na escassa mão-de-obra local, absorvendo uma população migrante que só não foi maior devido ao difícil acesso.



Mapa 5 - Estado de Roraima: rodovias de acesso

Fonte: Bonatto, 2002, f. 103.

O programa governamental manteve-se firme numa política de estruturação para uma expansão mais abrangente com a conclusão da BR 174 e parte da BR 210, entre 1974/1977, enquadrando-se dentro da estratégia do Governo Federal para a efetiva ocupação físico-territorial desta região. Uma parte das verbas para construção destas rodovias era proveniente do Ministério do Exército

denotando um cunho de segurança nacional a esta ação e evidenciando uma estratégia geopolítica, contida nos projetos militares para a Amazônia ²².

Com a concretização dos Grandes Projetos (construção de rodovias federais) este período da historicidade da produção do espaço em Roraima, tem base, no II PND e no II Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) preconizando ao longo dos eixos rodoviários, a instalação ou re-estruturação de núcleos habitacionais para a prestação de serviços e apoio à população de colonos.

O que se percebeu foi que aglomerados humanos surgiram em função das colônias, e que vários fatores influenciaram o fluxo de ex-colonos a Boa Vista: primeiro a cidade é o único centro consumidor e representa uma longa distância aos produtos colhidos e transportados das colônias agrícolas; segundo, a dura realidade de levar adiante uma produção agrícola, mesmo que em pequena escala, na floresta amazônica; terceiro, o fraco desempenho das pastagens e, por fim, o literal abandono dos colonos, por parte do Governo Federal determinaram um aglomerado populacional na periferia da cidade, formando um verdadeiro cinturão de pobreza, uma vez que os novos habitantes esperavam encontrar maior apoio estrutural do que a encontrada na zona rural (BONATTO, 2002, p. 119).

Assim, muitos colonos venderam seus lotes a terceiros e partiram em busca de novas frentes de colonização ou mesmo retomaram ao seu estado de origem. Quando isso não era possível, devido, sobretudo, ao pequeno valor imobiliário, pois poucos lotes possuíam título de propriedade, o colono parte em direção a Boa Vista engrossando o contingente humano na cidade.

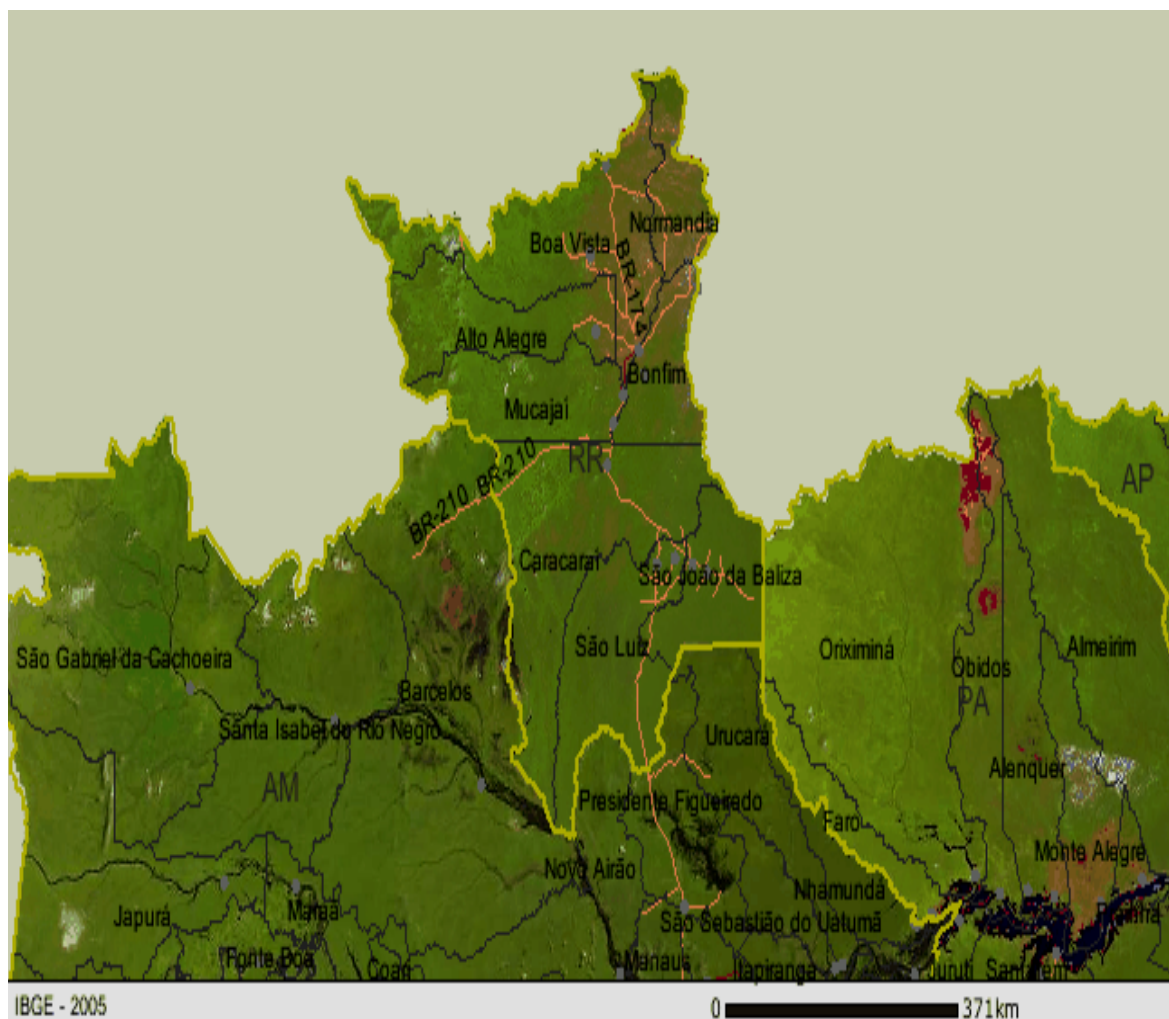
²² Com o movimento militar em 1964, coube ao Exército a missão de governar o território Federal de Rondônia, a Marinha o Território Federal do Amapá e, à Aeronáutica, coube a missão de governar o Território Federal de Roraima.

Com relação ao aparecimento de aglomerados humanos que surgiram em função das colônias, vislumbrou-se a oportunidade política de justificar a entrada de recursos federais extras (Fundo de Participação dos Municípios - FPM) com a criação de novos municípios em Roraima, além de uma preparação para a criação do futuro estado.

No dia 1º de julho de 1982, pela Lei n º 7.009 foram criados seis novos municípios (cinco destes originaram-se de ex-colônias): Alto Alegre, Bonfim, Mucajá (desmembrados do município de Boa Vista), Normandia, São João da Baliza, São Luiz do Anauá (desmembrados do município de Caracará). O município de Boa Vista ficou com apenas 41.689 km², dos 96.501 km². (Mapa 6)

O Governo conseguiu remover famílias nordestinas, promoveu a ocupação econômica e demográfica, mas não promoveu a infra-estrutura e social básica para a população, deixando os migrantes “sacrificados”. Os colonos derrubaram a mata, plantaram e colheram alimentos, abriram estradas, construíram casas, enfim, abriram espaços e construíram benfeitorias nas áreas de colonização. Estes benefícios primários eram o “chamarisco” e condições necessárias para a chegada e instalação das fazendas, que, por sua vez, encontraram incentivos fiscais, financiamentos, para desenvolver a pecuária em áreas destinadas à agricultura.

Após a fase dos grandes projetos de assentamento rurais, ressurgiu a atividade garimpeira no final dos anos de 1980, proporcionando novo estímulo ao crescimento populacional, despertando a ilusão de que seria a “salvação” para Roraima.



Mapa 6 - Território Federal de Roraima: 1982

Fonte: IBGE, <http://www.ibge.com.br>

Devido ao elevado número de garimpeiros que se instalaram nas áreas indígenas, principalmente Yanomami (garimpo de Surucucus) e do envolvimento populacional existente em função da extração e do comércio de ouro em Boa Vista, despertou a economia local pela entrada de mão-de-obra, sendo o Estado o maior motivador da exploração informal do minério. Para atender a população migrante aurífera foram reativados os programas de governo para implantação de novas colônias agrícolas e exploração das já existentes (BONATTO, 2002, p. 101).

O fluxo migratório provocou um expressivo crescimento populacional com uma população de mão-de-obra não qualificada, dadas às notícias divulgadas pela mídia, dos garimpos ricos em ouros e diamantes e a divulgação oficial das 'facilidades' fornecidas pelo Estado.

Com a promulgação da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988 e a conseqüente transformação de Território Federal em Estado membro da Federação, amparados pelo Regime Jurídico Único, Lei n^o 8.112 de 11 de dezembro de 1990, mais de 1600 servidores públicos federais de boa qualificação profissional (técnicos especializados, professores, médicos, entre outros profissionais de nível superior), foram redistribuídos para os diversos estados brasileiros, resultando numa evasão diagnosticada no Censo de 1991 de 7.973 pessoas (Anexo B) (FREITAS, 1997; p. 136).

Em 1991, os garimpos em áreas indígenas foram fechados por intervenção federal, e com eles, a expectativa do estado de uma base econômica assentada na atividade garimpeira, uma vez que todo o comércio local havia se voltado a atendê-los. Assim, uma parcela da população pode ter voltado para sua área de origem ou para mais um fluxo em busca de riqueza na Amazônia, mas grande parte dessa população, completamente descapitalizado e sem condições de voltar a terra natal, permaneceu em Roraima, aumentando mais uma vez, o problema social da periferia da cidade de Boa Vista.

Com o resultado do Censo de 1991, Roraima apresentou uma população de 217.583 habitantes' (Tabela 1), aproximadamente o triplo da quantidade cadastrada em 1980, apontando a maior taxa de crescimento populacional do país para o período (9,55% a.a., enquanto o crescimento populacional nacional ficou em

torno de 1,93% a.a.²³), concentrando na cidade de Boa Vista 122.600 habitantes, isto é, em torno de 56,3% dessa população.

Com as Leis nº 82 e 83 de 4 de novembro de 1994, dispendo sobre a criação dos municípios de Caroebe e Iracema, e Leis nº 95 e 96 de 17 de outubro de 1995, dispendo sobre a criação dos municípios de Pacaraima, Amajari, Uiramutã, Cantá e Rorainópolis, mais uma vez a área do município de Boa Vista é desmembrados, passando de 41.689 km², para 5.711,90 km² (Mapa 7).

Nos últimos 30 anos, o processo de “limpar a área bruta” para preparar a entrada do capital, tem ocorrido em Roraima, contudo esses projetos também são visados por especuladores. Muitos projetos de assentamento começam com a idéia de fixar o homem no campo, mas o que ocorre em seguida é a “pecuarização” da área, com a entrada de fazendeiros comprando pequenas parcelas até formar fazendas e modificar a configuração original do que seria uma nova área da expansão agrícola, o que termina por produzir uma agricultura predatória desprovida de tecnologia e preocupações ambientais.

O lavrador, motivado pela propaganda do governo e de parentes, pelas promessas, pela posse de terra, pela esperança de qualidade de vida, na nova realidade, procura organizar novamente sua vida econômica e social. Nos últimos anos, provocados pela falta de infra-estrutura das colônias agrícola e de programas de assentamentos urbanos, cresceram o êxodo rural e os assentamentos urbanos, que resultou na ampliação da área urbana de Boa Vista, onde se formaram, pela primeira vez, bairros periféricos, até então inexistentes.

²³ Dados obtidos com o Diretor Regional do IBGE / Roraima, Joaquim Vicente de Paula.



Mapa 7 - Estado de Roraima: divisão política administrativa
 Fonte: Freitas, 1997

É neste contexto, que Roraima passa por processos reprodutivos do seu espaço, configurando-se como espaço produzido segundo interesses capitalistas, resultado da intervenção estatal em busca da legitimação de grupos, controlando os lugares, a hierarquia das partes, a segregação e homogeneidade, garantindo a promoção dos interesses.

4.3.2 Reprodução do Espaço Urbano de Boa Vista

Com as transformações ocorridas nos últimos anos a produção do espaço também passou por mudanças, da clássica cidade central de zona concêntrica que dominava seu interior, para uma região poli nucleada com uma estrutura interna hierárquica e complexa, que é sustentada e afetada pelas atividades do sistema social mais amplo.

A própria vida cotidiana mudou em relação ao passado, por uma reorganização do trabalho e uma administração montada em ambientes voláteis de insumo e rendimento. Em suma, as condições de vida pessoal nas cidades passaram de meios ambientes urbanos localizados em meios urbanos com relações densas, com algumas notáveis exceções.

Assim, na tarefa de apreender as transformações sociais (econômicas, políticas e culturais), ligadas dialeticamente e entendidas não como práticas distintas, mas que ocorrem simultaneamente numa progressão de fases que se superpõem sem datas rígidas de começo e fim, porque os traços essenciais foram preservados durante o longo período de seu crescimento e isso o produz como territórios-multi num processo dialético de duração indistinta e efeito variável, parte-se da idéia de como o espaço atual se encontra como revelador do processo histórico pela qual passou.

A parte mais significativa desse processo é o desenvolvimento contínuo das forças de produção - incluindo não só tecnologia e força de trabalho, mas também o papel do espaço na organização social - e o conflito dessas forças com as relações vigentes de produção, especialmente o papel do Estado intervencionista e da acumulação de capital na medida em que se articula com o espaço.

É esse processo contraditório de desenvolvimento, envolvendo relações sócio-espaciais em cada nível, que se materializa contingentemente em formas espaciais e requer entendimento antes que se possa prescrever uma política urbana.

A produção do espaço delimitado pela área que corresponde o Município de Boa Vista, tem sua evolução urbana marcada pela própria evolução do estado em que se encontra inserida. O estado de Roraima foi produzido a partir do que se encontra em Boa Vista e desde o início é a principal cidade (Centro Administrativo e

Político), assim, a história nos mostra que, até por volta dos anos de 1980, Boa Vista estava e era o próprio Estado. Tudo funcionava a partir do poder que se centrava nela, portanto, se exerciam as ordens que partiam do poder central e para Boa Vista eram destinados os recursos disponibilizados pela União.

Como já é sabido, o desenvolvimento sócio-espacial é tanto um produto do estado quanto do setor privado. Em Boa Vista, a intervenção estatal se apresenta de duas formas diferentes, que atuam de modo distinto em níveis separados da sociedade: através de uma política que atua diretamente mediante um planejamento urbano (essas políticas servem para subsidiar, à custa do dinheiro público, a produção de espaço do setor privado) e como um produtor direto de espaço, com doações de imóveis, casa própria, e de insumos (desde a doação de materiais de construção, para a concretização da produção até com políticas fiscais que anistiam proprietários urbanos de impostos federais).

Atualmente, as teorias existentes da relação do Estado como produtor direto, com a do consumo coletivo, continuam limitadas demais para apreender a sua natureza, da mesma forma que abordagens dos movimentos sociais urbanos baseadas nessas mesmas teorias existentes não tratam compreensivamente do processo político iniciado pelo ímpeto hegemônico do espaço abstrato às custas da vida cotidiana.

A cidade dispõe das infra-estruturas básicas para o melhor desempenho do processo de desenvolvimento de setores econômicos, funcionando como primeiro centro de apoio receptivo. A localização próxima à Venezuela, à cerca de 180 km, pela BR 174 e infra-estrutura urbana muito superior às cidades venezuelanas da fronteira, torna-a apta a centralizar funções de organização de setores, tornando-a porta de entrada norte na Amazônia Brasileira.

Na perspectiva de uma evolução histórica urbana, pode-se afirmar que a periodização permite dar valor às coisas e ela só pode ser concretizada a partir de uma variável ou de um conjunto delas. Dentro dos limites em que se conjugam a administração municipal, a área que corresponde o município de Boa Vista vem desde o início sofrendo redução, imposta pelo Estado, já descrita anteriormente.

Com a redução do território do Município de Boa Vista, percebe-se a predominância da ocupação urbana nesta em relação as demais sedes municipais do Estado, a densidade demográfica que era de 3,43 hab./ km², passa a apresentar 26,95 hab./ km² com os dados do Censo de 1991. Boa Vista cedeu 35.977 km² de território e um contingente de 11.582 pessoas, para a formação dos municípios de Pacaraima e Amajari (BONATTO, 2002, p. 127).

O Município de Boa Vista, segundo dados fornecidos pelo IBGE / RR na pesquisa empírica, apresenta uma população de 242.179 habitantes, perfazendo aproximadamente um total de 9,84 vezes maior que o segundo mais populoso município do estado, Rorainópolis, com 24.615 habitantes (Tabela 1).

Acompanhando a Tabela 3 é possível evidenciar quanto foi a redução em área, do território do Município de Boa Vista, para a formação de novas unidades municipais, aproximadamente uma perda de 77.500 km² nos últimos anos. A concentração populacional de Boa Vista com 61,88% dos habitantes do Estado, contrasta com o segundo mais populoso município que aparece com apenas 6,29%. Da população do Município de Boa Vista, aproximadamente 2%, ocupam áreas rurais, evidenciando uma concentração populacional estritamente urbana (Anexo C).

Tabela 3 - Estado de Roraima: população / área / densidade demográfica - 2005

Municípios	População	Área	Densidade Demográfica
Roraima	391.317	224.118,00	1,74
Alto Alegre*	22.102	25.994,30	0,85
Amajari*	6.087	28.472,50	0,21
Boa Vista	242.179	5.686,70	42,58
Bonfim*	12.626	8.095,50	1,55
Cantá	10.482	7.656,90	1,36
Caracarái*	17.746	47.411,20	0,37
Caroebe	5.869	12.044,50	0,48
Iracema	6.060	14.340,00	0,42
Mucajá	11.649	11.928,40	0,97

Normandia*	5.335	6.977,10	0,76
Pacaraima*	8.215	8.028,60	1,02
Rorainópolis	24.615	33.594,50	0,73
São João da Baliza	5.432	4.305,40	1,26
São Luiz do Anauá	6.490	1.527,10	4,24
Uiramutã	6.430	8.055,40	0,79

Fonte: IBGE/RR, 2005.

* Municípios que se formaram a partir de território desmembrado do Município de Boa Vista

O plano urbano elaborado em 1945 sugeriu que sobre o traçado primitivo da cidade se fizesse a implantação de avenidas radiais a partir da Praça Centro Cívico,²⁴ cortadas por ruas de forma circular. Nos anos 1945 a 1966, Boa Vista expandiu-se e o perímetro urbano coincidiu praticamente com a atual Área Central delimitada pelo Igarapé Caxangá e pelas avenidas Terêncio Lima e Major Williams. Nesse período, o crescimento que ocorreu foi significativo devido à atração representada pelos garimpos de diamantes localizados nas serra do Tepequém e nos vales dos rios Maú, Cotingo e Suapi (Mapa 8).

Até o final dos anos de 1960, a evolução urbana da cidade de Boa Vista teve um crescimento lento e gradativo. De acordo com os dados do Censo Demográfico de 1920, o município de Boa Vista tinha uma população absoluta de 7.424 habitantes. Em 1940, anos antes da criação do território, este número se elevou para 10.541. Incrementos populacionais continuaram durante os anos seguintes com a população do Território chegando a 18.116 em 1950 e 28.871 em 1960.

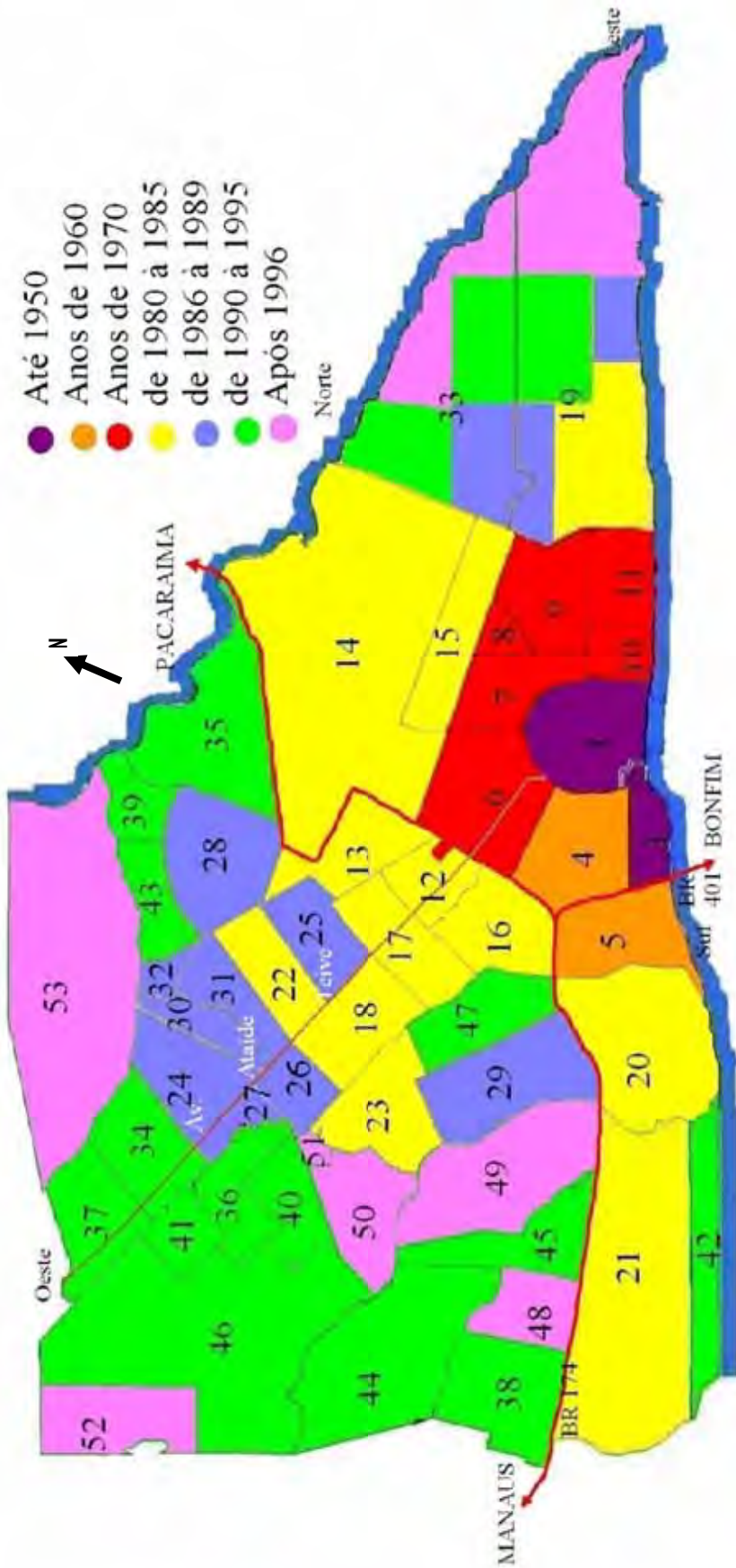
Boa Vista cresceu, demograficamente, através do setor terciário, sobretudo com a vinda de funcionários que se dirigiram a fim de ocupar cargos administrativos. Assim, pelo fato de dispor de recursos financeiros provenientes,

²⁴ O Perímetro delimitado como Bairro Centro da cidade de Boa Vista, área que é identificada como ponto de referência para localização dos demais bairros, orientada pelos Pontos Cardeais, tendo como Marco Zero o monumento em homenagem ao garimpeiro, e a partir dele a orientação para a localização das zonas urbanas Norte, Sul, Leste e Oeste. Neste mesmo local ficam: o Palácio do Governo Estadual, Assembléia Legislativa, Tribunal de Contas, Catedral, além de outros órgãos públicos.

sobretudo do poder público, aglutina a quase totalidade da população consumidora e de nível de renda mais elevado, pois oferece maior número de empregos com salários mais altos e mobiliza maior montante de recursos.

No início dos anos de 1970, ocorreu uma nova etapa da evolução urbana ligada à abertura das rodovias. A área periférica se expande em decorrência da instalação do 6º Batalhão de Engenharia e Construção (BEC), órgão responsável pela construção das rodovias, que reservou para seu uso uma extensão apreciável no Bairro de Mecejana. Os bairros de Aparecida e São Pedro continuam a se desenvolver e os de São Francisco, 31 de Março e Canarinho começam a ser ocupados (Mapa 8).

Mapa 8 - Planta da área urbana de Boa Vista: evolução e expansão por bairros



BAIROS

- | | | | | | | |
|-----------------------|---------------------|-------------------------|----------------------|--------------------|-------------------------|----------------------|
| 1. Centro | 9. Aparecida | 17. Buritis | 25. Caimbé | 33. Paraviana | 41. Santa Luzia | 49. Araceli S. Maior |
| 2. Fco. Caetano Filho | 10. São Pedro | 18. Asa Branca | 26. Cambará | 34. Alvorada | 42. Jardim das Copatbas | 50. Jardim Tropical |
| 3. Calungá | 11. Canarinho | 19. Caçari | 27. Nova Canaã | 35. Cauamé | 43. União | 51. Olímpico |
| 4. São Vicente | 12. Liberdade | 20. Marechal Rondon | 28. Caranã | 36. Pintolândia | 44. Operário | 52. Conjunto Cidadão |
| 5. 13 de Setembro | 13. Jardim Floresta | 21. Distrito Industrial | 29. Centenário | 37. Equatorial | 45. Raiar do Sol | 53. Cidade Satélite |
| 6. Mecejana | 14. Aeroporto | 22. Tancredo Neves | 30. Jardim Primavera | 38. Nova Cidade | 46. Hélio Campos | |
| 7. São Francisco | 15. dos Estados | 23. Jôquei Clube | 31. Santa Tereza | 39. Jardim Caranã | 47. Cinturão Verde | |
| 8. 31 de Março | 16. Pricumã | 24. Sílvio Leite | 32. Piscicultura | 40. Sílvio Botelho | 48. Bela Vista | |

Com a construção das rodovias e de outras obras infra-estruturais, surgiram os bairros de São Vicente, São Vicente Industrial e 13 de Setembro, ocupados pela população de poder aquisitivo baixo. Os bairros de Jardim Floresta e o dos Estados, projetados em meados dos anos de 1970, encontravam-se praticamente desocupados neste período, embora, no bairro Jardim Floresta, iniciara uma invasão no final do ano de 1979. Nesses bairros periféricos o número de lotes vazios era bastante elevado (Mapa 8) (IBGE, 1981, p. 41).

Foi nessa fase que a cidade deixou de ter um crescimento lento e progressivo, surgindo assim novos conjuntos habitacionais, para dar assistência à vinda de funcionários do setor administrativo.

A produção do espaço ocorre bem antes do ato de morar e faz parte da própria história do desenvolvimento, contudo as características desse ato mudam de acordo com cada contexto social (econômico e político). No Brasil, a política habitacional emergiu, principalmente a partir dos anos 1960, com a preocupação do Estado centrada na problemática urbana de concentração populacional, que se agravava, pelo rápido fluxo migratório que se intensificou após 1964.

Com a criação do BNH, extinto em 1986²⁵ e do SERFHAU ²⁶, citados anteriormente, tinham por pressupostos estabelecer uma política habitacional que atendesse os seguintes objetivos: coordenar a política habitacional dos órgãos públicos; orientar as iniciativas privadas, estimulando a construção de moradias populares; financiar a aquisição da casa própria, propiciando a melhoria do padrão habitacional do ambiente, eliminar as favelas; aumentar o investimento da indústria na construção civil.

Até metade dos anos de 1980, a urbanização de Boa Vista foi programada pelo Governo que, visando à “segurança nacional”, promoveu o crescimento do Território através de uma política urbana concentrada na capital, realizando obras infra-estruturais físicas e sócio-econômicas. Contudo, devido ao intenso crescimento populacional, com o agravamento de déficit habitacional, ampliou significativamente áreas ocupadas por habitações, construídas de improviso, em locais geralmente inadequados e sem obedecer aos requisitos mínimos de habitabilidade.

Observa-se no gráfico 1 que é a partir dos anos de 1980, que a curva demográfica apresenta o início de maior inflexão positiva. Esse período é marcado

²⁵ Com a extinção do BNH a Caixa Econômica ficou responsável em desenvolver a política habitacional do país.

²⁶ Ver capítulo 2 Migração: Da Partida ao Ponto Atual, item 2.2.1.4 Áreas urbanas como rota.

por um processo de estagnação econômica do país, momento este em que muitas mudanças ocorreram no espaço amazônico, em especial no estado de Roraima, com a ‘corrida do ouro’²⁷, após 1989 onde a capital administrativa absorveu uma população flutuante com o dobro da prevista no projeto iniciante e no primeiro plano de expansão e a com a abertura dos eixos rodoviários aliada à política governamental de expansão da urbanização acarretando transformações sócio-econômicas que acentuaram a migração em direção aos pequenos núcleos, para as novas áreas agrícolas e com maior concentração na cidade de Boa Vista.

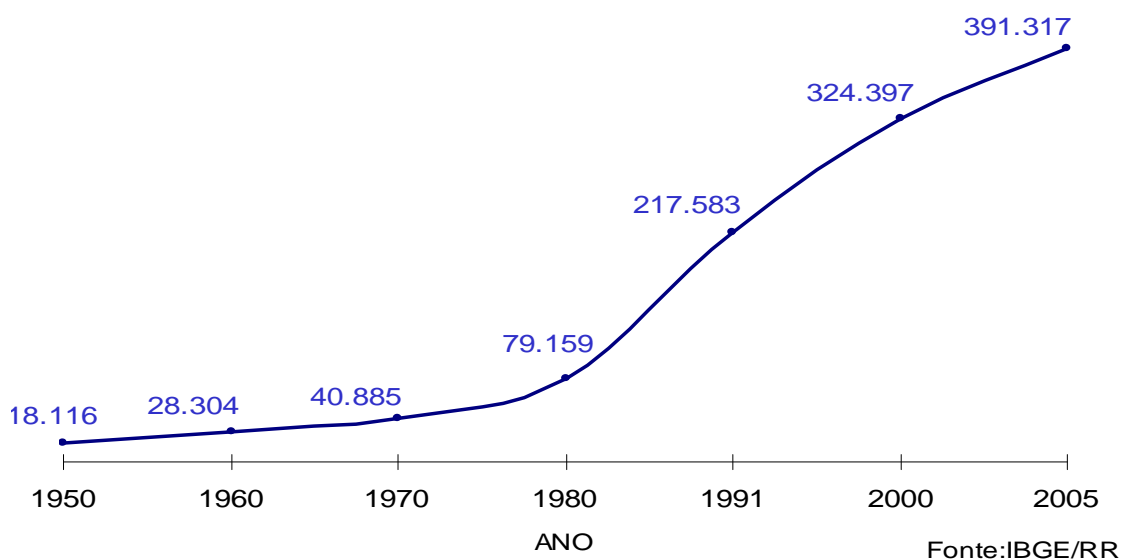


Gráfico 1 - População residente em Roraima: 1950 a 2005²⁸

²⁷ Em Roraima a “corrida para o ouro” foi um período áureo, iniciou-se no final dos anos de 1970 e prolongando-se até 1990, assumindo a dianteira na produção mineral, proporcionando mudanças na sociedade, transformando a realidade e a paisagem social local definitivamente. Com a descoberta do garimpo, uma população iniciante em torno de 5000 homens, foi atraída para a área. Parcela desta população era constituída num primeiro momento, por pessoas que até então não possuíam qualquer relação direta com a garimpagem, oriundas do próprio Estado (funcionários públicos, empregadas domésticas, pequenos comerciantes, profissionais liberais, empresários e desempregados), contudo iniciou-se uma corrente migratória que atraía pessoas de todas as regiões do país. O auge da produção destes garimpos foi entre 1987 e 1989. A partir de 1990 a produção começou a cair devido a fatores diversos como a queda do preço do ouro, a demarcação das terras indígenas Yanomami, em 1991, (que resultou na destruição de pistas de pouso máquinas e equipamentos e a retirada da área de garimpeiros pela Polícia Federal) além da interferência do governo, tanto em nível federal quanto estadual, na questão da mineração em Roraima. (RODRIGUES, 1996, f. 25)

²⁸ Os dados do ano de 2005 são estimativas levantadas pelo IBGE Roraima, com pesquisa realizada em campo anualmente, os demais anos são resultados dos Censos Demográficos (IBGE, 1950-2000).

Nos anos de 1990, o progressivo crescimento demográfico ocorre com maior destaque, após a transformação de Território Federal para Estado ²⁹, pois a cidade de Boa Vista teve um desenvolvimento acelerado, com a implementação de toda a infra-estrutura, para atender os serviços do governo instalado, com um grande fluxo migratório principalmente de nordestinos, para os quadros do funcionalismo estadual e para construção de rodovias federais.

A conclusão da BR 174 (Manaus - Boa Vista - Venezuela) e a construção parcial da BR 210 (Perimetral Norte - prevista para ligar o Estado do Pará com a fronteira da Colômbia, passando pelos Estados de Roraima e Amazonas), guiaram um novo fluxo migratório em direção a Boa Vista, resultando um crescimento desordenado e exigindo a expansão da infra-estrutura básica e de serviços, nos anos 2000.

Conforme registro geral dos dados levantados pelo IBGE-RR (Tabela 1) percebe-se que, dos 15 municípios do Estado de Roraima, Boa Vista é aquela que concentra aproximadamente 62% da população atual, ficando em torno de 38% da população distribuídos nos demais municípios.

Com base no gráfico 2, verifica-se que a taxa média de crescimento populacional que atingiu Boa Vista é de 78,66%, e no estado de Roraima 79,78%. (1980 – 2005), confirmando a concentração da população na capital, consequentemente dezenas de novos bairros surgiram no período ora analisado (já comentado anteriormente), portanto este espaço pode atender o objetivo proposto na pesquisa, territorialização do migrante nordestino em espaço adverso (Gráfico 2).

²⁹ Com a Constituição Federal homologada em 05 de outubro de 1988, os Territórios Federais de Roraima e Amapá passaram a Unidades Federativas e o Território Federal de Fernando de Noronha passou a município do Estado de Pernambuco.

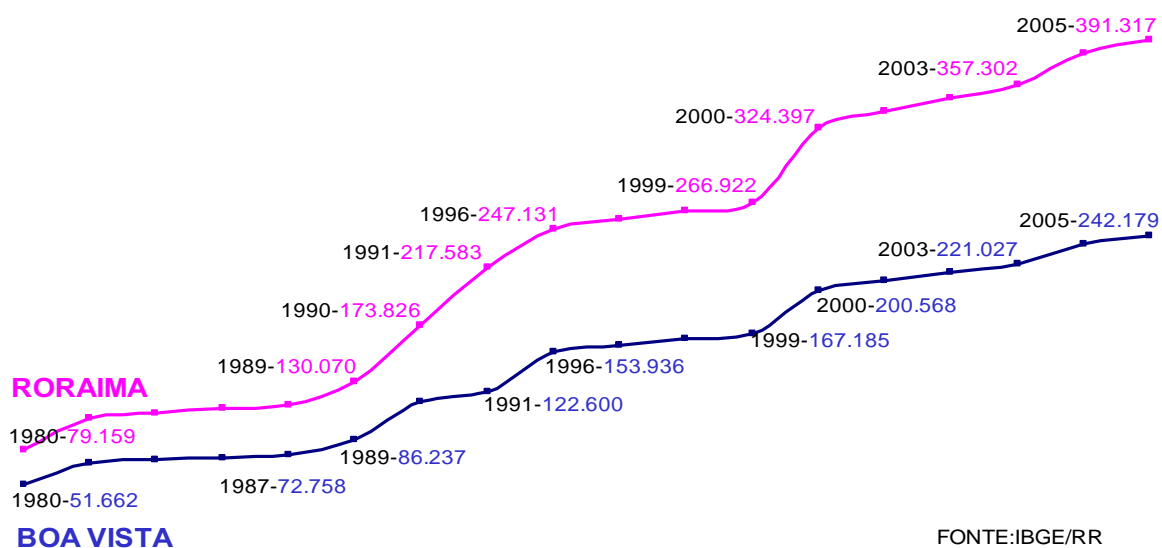


Gráfico 2 - População residente em Roraima e Boa Vista: 1980 a 2005 ³⁰

Justificado pelo aumento populacional (Gráfico 2), o governo de Roraima programou através da SETRABES e da Companhia de Desenvolvimento de Roraima (CODESAIMA), sua política habitacional com a execução de programas como: Bem-Morar, Casas Prêmio, Casas Rurais, construção de conjuntos urbanos, para atender a população mais carente, optando pelos conjuntos habitacionais por motivos óbvios: investimentos com recursos federais; um sistema hábil para solucionar a problemática habitacional; partia de um adequado planejamento do desenvolvimento urbano; aumento de emprego; melhoria na distribuição de renda, entre outros (ARAÚJO, 2004, f. 25).

Segundo Araújo (2004, f. 25), os primeiros conjuntos habitacionais implantados em Boa Vista, ocorreram nos anos de 1970, através de parcerias do Governo do Estado com a Caixa Econômica Federal. O Quadro 2 mostra a provável data da implantação desses conjuntos.

	Nome do Conjunto	Bairro	Unidades	Contrato	Repasse da verba
01	Boa Vista I	São Vicente	96	30/09/76	18/03/76
02	Boa Vista II	São Vicente	48	28/09/76	30/09/76
03	Mecejana	Mecejana	216	11/09/78	01/07/80
04	Pricumã I	Pricumã	300	11/06/80	04/04/83
05	Pricumã II	Pricumã	148	24/03/82	30/05/83

³⁰ Os dados dos anos de 1980, 1991, 2000 são resultados dos Censos Demográficos, os dados dos anos de 1987 e 1996 é resultado da Contagem Oficial, os anos de 1989, 1990, 1991, 1999, 2003 e 2005 são estimativas feitas pelo IBGE-RR, todos estes dados foram levantadas com pesquisa de campo.

06	Pricumã III	Pricumã	84	29/08/86	30/06/88
07	Pricumã IV	Pricumã	66	30/09/86	02/10/89
08	Caçari I	Caçari	144	12/05/80	30/12/82
09	Caçari II	Caçari	245	26/02/86	30/08/88
10	Monte Roraima	Caçari	132	26/08/87	02/10/89
11	Caimbé I	Caimbé	360	26/08/87	02/10/89
12	Caimbé II	Caimbé	500	16/12/88	29/07/90
13	Cambará	Cambará	620	16/12/88	29/07/90
14	Alvorada I	Alvorada	250	30/12/90	29/12/92
15	Alvorada II	Alvorada	206	15/10/91	29/6/94
16	Equatorial	Equatorial	250	16/04/91	29/01/93
17	Paraná	Dr. Silvio Leite	101	30/12/91	29/12/94
18	Cidadão	Senador Hélio Campos	1448	22/11/02	-

Quadro 2 - Conjuntos Habitacionais implantados na cidade de Boa Vista

Fonte: Araújo, 2004, f. 27.

No ano de 1980, como área realmente urbanizada em Boa Vista destacava-se o Centro, com características peculiares. Nele se aglutinava a maior parte da população urbana, calculada em 1974 em mais de 7.000 pessoas e dos edifícios, cerca de 1.700. Abrigava a população de mais alta renda, constituídas, pelos políticos, pelos funcionários, a maioria migrante, e pelos pecuaristas, de nível de renda média que, antes da criação do Território, mantinham o poder e habitavam, em geral, em casas de padrão médio (IBGE, 1981, p. 41).

A maioria dos recursos era concentrada na Área Central da cidade, nela construídos seus principais Órgãos e dando-lhe a primazia na dotação das redes de esgoto, d'água, elétrica e de melhor equipamento social, atraindo as classes mais favorecidas. Era no Centro que se desenvolvia a vida sócio-econômica da cidade. Nele, ao lado da função Político-Administrativa (a mais importante e que ainda o caracteriza atualmente), desenvolvia-se a comercial, também expressiva, a bancária, a educacional, a médico-hospitalar e a de lazer, esta, até final dos anos de 1970, seu privilégio. No que se refere aos serviços médico-hospitalar havia um monopólio por parte da Área Central, que, habitada pela classe mais influente, abrigava os dois hospitais da cidade.

Em 1980, a área comercial situava-se apenas na periferia do Centro, abrangendo a parte mais antiga da cidade, limitada, em linhas gerais, pelas Av. Amazonas e Ceará (atualmente Av. Inácio Magalhães e Av. Jaime Brasil respectivamente), onde se concentrava a maior parte dos estabelecimentos varejistas. Nela dominam (ainda atualmente), prédios baixos, de padrão médio, de um só andar e foi a área em que os bancos particulares se instalaram a serviço dos comerciantes. A abertura das rodovias permitiu, nesse período, a intensificação das relações entre Boa Vista e as outras áreas do país, reforçando o comércio, dando-lhe maior capacidade distribuidora.

As firmas comerciais implantadas nos anos de 1980 e que tinham maior capital de giro, ocuparam prédios mais amplos e mais modernos por terem capacidade de adquirir e de armazenar estoques mais volumosos, Por isso mesmo, procuravam as avenidas onde havia menor concentração de casas comerciais, instalando-se nas de mais fácil acesso sem, contudo, abandonarem a área Central. As lojas que lidavam com mobiliário, tenderam a se aproximar das serrarias dos bairros de Mecejana e São Vicente Industrial, nas proximidades da BR 174 (Manaus-Boa Vista-Pacaraima – fronteira com Venezuela) (Mapa 8).

No início dos anos de 1880, a Área Comercial tinha uma densidade demográfica bem mais elevada do que a Administrativa, com casas de padrão bom, das classes alta e média. Seu equipamento social era constituído de três escolas de ensino fundamental, de um hospital (Hospital Nossa Senhora de Fátima), mantido pela Prelazia³¹. O restante da área que compunha o Centro tinha uma função essencialmente residencial, apresentando casas tanto do padrão bom como do médio e do precário.

A periferia de 1980 era constituída pelos bairros de São Francisco, 31 de Março, Aparecida, São Pedro, Canarinho e o de Mecejana. Boa Vista que, como parte integrante de uma capital administrativa de uma unidade situada em área de fronteira, reservou a área do Bairro Mecejana para acolher a população militar, abrigo em 1975 mais de 3.000 hab., estando neste ano, mais de 80% de seus lotes ocupados. Nele foram construídos conjuntos residenciais e clubes militares. Foi sendo invadido no decorrer dos anos de 1980, por serrarias, em virtude da facilidade de escoamento para a Venezuela, através da BR-174, da madeira beneficiada, onde já havia uma expansão urbana do bairro Mecejana, que ultrapassava a BR, onde hoje é área do Bairro Liberdade (IBGE, 1981, p. 41) (Mapa 8).

Neste mesmo período, no Bairro de São Vicente Industrial havia uma concentração de serrarias, já não possuía lotes vazios, porém tinha uma área expressiva ocupada por diversas construções destinadas a fins institucionais, administrativos, não apresentando, por isso mesmo, um

³¹ Prelazia é um tipo de circunscrição eclesiástica erigida para atender a necessidades peculiares em um território (prelazia territorial) ou de um grupo de fiéis (prelazia pessoal). As prelazias territoriais e pessoais são similares às igrejas particulares e, como estas, têm fiéis, clero e pastor próprio. De acordo com o Código de Direito Canônico da Igreja Católica, “a prelazia territorial ou a abadia territorial são uma determinada porção do povo de Deus, territorialmente delimitada, cujo cuidado, por circunstâncias especiais, é confiado a um Prelado ou Abade, que a governa como seu próprio pastor, à semelhança do Bispo diocesano. O pastor próprio das prelazias é o Prelado que, em geral, pode ser ordenado bispo, e nomeado para uma sé titular em caráter temporário ou vitalício, conforme estabeleçam os estatutos próprios da *prelatura* ou prelazia. Os abades territoriais nunca são ordenados bispos. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Prelazia>

número elevado de domicílios. Fronteira a esses dois bairros acima citados, entre o igarapé Pricumã e as BR-174 e 410, fora construída a Estação Rodoviária e seguindo pela BR 174, em direção à saída para Manaus, encontrava-se uma área reservada e já em andamento, para as instalações do 7º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), com construções urbanas para receber militares e que fora oficializado como bairro Marechal Rondon em 1983 (IBGE, 1981, p. 41).

Os bairros mais residenciais ficavam a leste das Avenidas Ene Garcez e Major Williams, como o São Francisco, 31 de Março, o de Aparecida, o de São Pedro, este abrigava a única escola de Ensino Médio de todo o Território com cursos profissionalizantes. Neste período, à beira do rio Branco, paralelo ao bairro Canarinho, iniciou-se a construção do "Bairro dos Executivos", que abrigara os altos funcionários do Governo. O bairro Canarinho e o 13 de Setembro, neste período ainda não tinha infra-estrutura.

Os anos seguintes a 1980 foram permeados pela produção de novos espaços: em 1981, oficialmente os bairros Jardim Floresta II e Novo Planalto; em 1982, foram criados os bairros Pricumã, Buritis, Asa Branca dos Estados e Caçari I; em 1983, o bairro Marechal Rondon; em 1985, os bairros Tancredo Neves I e II e Jôquei Clube; em 1986, os bairros Jardim Equatorial I; em 1987, o bairro Caimbé; em 1988, os bairros F. V. Araújo, Canaã, Caranã I e II, Caçari II e Centenário; em 1989, os bairros Santa Teresa, Jardim Primavera e Paraviana.³²

Em 1990, Boa Vista já alcançava 115.247 habitantes, como consequência novos bairros surgiram: em 1990, os bairros Jardim Equatorial II, Cauamé, Pintolândia I; em 1991, os bairros Jardim Equatorial III, Nova Cidade; em 1992, expansão do bairro Caranã e os bairros Pintolândia II e III; em 1993, o bairro Jardim das Copaíbas; em 1994, mais uma expansão do bairro Caranã, e os bairros Operário e Raiar do Sol; em 1995, os bairros Pintolândia IV, Cinturão Verde; em

³² Diferentemente da ocupação, a oficialização dos espaços ocupados como bairros ocorreu após reivindicações da comunidade, portanto há diferença entre as datas obtidas em entrevistas durante o trabalho de campo, com as datas oficiais, porque bem antes de oficializados a população ocupa e vive, portanto, os dados fornecidos pelo IBGE, 1981, p. 41, datam a oficialização e não ocupação.

1996, o bairro Bela Vista e até 1999, os bairros Araceli Souto Maior, Jardim Tropical e Cidade Satélite (Quadro 3).

Esta produção do espaço foi resultado de corrente migratória intensa, principalmente após o ano de 1987, com a corrida do ouro nos garimpos de Roraima. Nesse período, Boa Vista dobrou o número de habitantes (Tabela 1). Isso trouxe problemas e benefícios: problemas na área de infra-estrutura e benefícios na área econômica e social, pois a população, que não tinha nenhum outro objetivo econômico mais interessante, apóia claramente os garimpeiros, que consomem e movimentam o comércio e alimentam o sonho da riqueza fácil.

Além da migração inter-regional, se intensifica a migração intra-regional com um grande fluxo rural/urbano. Com uma população rural em 1991 de 2.443, em 1996 de 3.494 e em 2000 de 3.470, embora crescente, não altera o perfil da concentração urbana de Boa Vista (Anexo C) (IBGE/RR, 2005).

Anos	Até 1945	1960	1970	1980	1990
	Centro				
ZONA NORTE		Aparecida São Francisco 31 de Março		Estados Novo Planalto ³ Paraviana	
ZONA SUL	Calungá Caetano Filho ¹		São Vicente ² São Vicente Industrial ² 13 de Setembro	Marechal Rondon Distrito Industrial	Jardim das Copafbas ¹³
ZONA LESTE		São Pedro Canarinho		Executivos ⁴ Caçari I ⁵ Caçari II ⁵	
ZONA OESTE		Mecejana		Liberdade Jardim Floresta Pricumã Asa Branca Jardim Floresta II ⁶ Buritis Tancredo Neves I e II ⁷ Jóquei Clube Jardim Equatorial I ⁸ Caimbé F. V. Araújo ⁹ Caraná I e II ¹⁰ Centenário Canaã ¹¹ Santa Teresa ¹² Jardim Primavera	Jardim Equatorial II e III ¹⁴ Cauamé Pintolândia I, II, III e IV ¹⁵ Nova Cidade Operário Raiar do Sol Cinturão Verde Bela Vista Jardim Tropical ¹⁶ Prof. Araceli S. M. Cidade Satélite

Quadro 3 – Evolução do processo de ocupação do espaço urbano de Boa Vista

Obs.: 1. Bairro conhecido popularmente por Beiral.

2. Fundiram-se formando o Bairro São Vicente. A área destinada a indústria foi transferida para o Distrito Industrial a margem esquerda da BR 174, depois do Bairro Marechal Rondon.

3. Mudou a nomenclatura para Bairro Aeroporto.

4. Conjunto Habitacional localizado na área do Bairro Canarinho.

5. Unidos formaram o Bairro Caçari.

6. Fundiu-se ao Bairro Jardim Floresta

7. Fundiram-se formando o Bairro Tancredo Neves

8. Mudaram a nomenclatura de Jardim Equatorial I para Bairro Sílvio Leite

9. Conhecido popularmente por Cambará onde em 1999 foi oficializado no Plano Diretor com a nomenclatura Bairro Cambará.

10. O Bairro Caranã I ficou com a nomenclatura de Bairro Caranã e o Bairro Caranã II fundiu-se ao Bairro Aeroporto. Nos anos de 1990 houve a expansão do Bairro Caranã I, nas proximidades do igarapé do Caranã desmembrou-se formando os bairros: a direita, Bairro Jardim Caranã (1992) e a esquerda Bairro União (1994).

11. Mudou de nomenclatura para Bairro Nova Canaã

12. Do Bairro Santa Teresa foi desmembrado uma área para formar o Bairro Piscicultura.

13. O Bairro Jardim das Copafbas ainda não oficializado pelo IBGE, está nos limites do Bairro Distrito Industrial.

14. Mudou a nomenclatura: Jardim Equatorial II para Bairro Alvorada e o Jardim Equatorial III para Bairro Equatorial.

15. O Bairros Pintelândia I, II, III, IV, mudaram de nomenclatura: Pintelândia I para Bairro Pintelândia, Pintelândia II para Bairro Dr. Sílvio Botelho, Pintelândia III para Bairro Santa Luzia e o Pintelândia IV para Bairro Senador Hélio Campos.

16. Os bairros Jardim Tropical e Jôquei Clube foram desmembrados no ponto de confluência com o Bairro Cambará para formar o Bairro Operário

Pelo quadro evolutivo da ocupação da área urbana de Boa Vista (Quadro 3), percebe-se que depende do Estado e do Capital a direção que a expansão urbana segue. Até os anos de 1960, a expansão urbana ficou em torno do Centro administrativo e comercial porque essa malha urbana fazia parte de uma rede em que tinha como centro Manaus e esta era ligada pela hidrovia do rio Branco, subafluente do rio Amazonas. No ano de 1976, quando construíram a BR 174 (trecho Boa Vista - Manaus) a expansão urbana toma a direção desta (Zona Oeste) e a segue quando realizado o outro trecho que ligaria a cidade à fronteira com a Venezuela, em 1996 (Zona Norte) (BR 174 Manaus – Boa Vista – Pacaraima).

A área urbana de Boa Vista cresce em direção à área que abrange da Zona Norte seguindo em direção à Zona Oeste, onde nessa desde os anos de 1980, cresce de forma acelerada. No Plano Diretor da Cidade de Boa Vista, em seu Capítulo III no que se refere na divisão de zonas, setores e bairros, esta é uma área destinada à expansão urbana. A Zona Norte, pelo Plano Diretor é aquela destinada ao uso habitacional pela população de renda média, destinada a uma menor intensidade de ocupação. A Zona Oeste é aquela destinada ao Programa de

Habitação Social, em função das características sócio-econômicas dos segmentos para os quais se destinam no que diz respeito à classe de poder aquisitivo pequeno, descritos no Plano Diretor da cidade de Boa Vista.

É necessário salientar que a distribuição dos lotes urbanos da Zona Oeste de Boa Vista fora feita com o cadastro junto ao órgão responsável. Num primeiro momento, o beneficiado recebia a casa pronta; num segundo momento, foi entregue junto ao lote material para construir; num terceiro momento, o material recebido para a construção foi madeira e, por fim, o Governo local entregou apenas o lote para o beneficiário construir. Todos teriam até o prazo de 60 dias para ocupação, sob a pena de perdê-lo, caso ultrapassasse esse período, surgindo dessa forma (nesse último momento da distribuição dos lotes), construções com materiais encontrados no lixo.

A área em que estão localizados os bairros que compõem a Zona Leste da área urbana de Boa Vista, tem sua expansão destinada à população de poder aquisitivo elevado, portanto um crescimento mais lento e ordenado, além da área ser limitada pelos rios Branco e Cauamé. A Zona Sul é uma área destinada à indústria e parques, é área de preservação ecológica por ficar nas imediações do rio Branco, por esta razão não há uma evolução no crescimento urbano.

Com a Lei nº. 244, de 06 de Setembro de 1991, que trata dos bairros da cidade de Boa Vista, distribui os bairros por zonas, assim descritos: Na Zona Norte os bairros - dos Estados; Nossa Senhora Aparecida; Novo Planalto; Paraviana; São Francisco; 31 de Março. Ficam localizados na Zona Sul os bairros Calungá; Distrito Industrial; Marechal Rondon; São Vicente; 13 de Setembro. Localizam-se na Zona Leste os bairros Caçarí; Canarinho; São Pedro. Na Zona Oeste ficam localizados os bairros: Asa Branca; Buritis; Caimbé; Cauamé; Caranã; Centenário; Félix Valois de

Araújo; Jardim Equatorial; Jardim Floresta; Jardim Tropical; Liberdade; Mecejana; Nova Canaã; Operário; Pricumã; Tancredo Neves.

A Lei nº 483, de 09 de dezembro de 1999, altera dispositivos que tratam da promoção do desenvolvimento urbano, zoneamento, uso e ocupação da lei acima descrita. Do Art. 1º ao Art. 4º redefinindo-se o limite de alguns bairros e acrescentando outros, com o plano urbano da cidade de Boa Vista passando a ter novos limites que ficam assim dispostos: O Bairro Novo Planalto muda de título para Bairro Aeroporto. O Bairro Félix Valois de Araújo muda de título para Bairro Cambará; o Bairro Jardim Equatorial muda de título para Bairro Equatorial e são acrescentados na Zona Oeste da cidade os bairros Alvorada; Bela Vista; Cidade Satélite; Cinturão Verde; Dr. Sílvio Botelho; Dr. Sílvio Leite; Jardim Caranã; Jardim Primavera; Jôquei Clube; Nova Cidade; Pintelândia; Piscicultura; Professora Araceli Souto Maior; Santa Luzia; Santa Tereza; Senador Hélio Campos; Raiar do Sol e União.

Assim, baseada na Lei nº 483, de 09 de dezembro de 1999, a cidade de Boa Vista se encontra com um total de 49 bairros distribuídos da seguinte forma: 6 bairros na Zona Norte; 34 bairros na Zona Oeste; 5 bairros na Zona Sul e 3 bairros na Zona Leste, além do Bairro Centro. (Quadro 4)

Zona Norte	dos Estados, Nossa Senhora Aparecida, Aeroporto, Paraviana, São Francisco, 31 de Março.
Zona Sul	Calungá, Distrito Industrial, Marechal Rondon, São Vicente, 13 de Setembro.
Zona Leste	Caçari, Canarinho, São Pedro.
Zona Oeste	Asa Branca, Buritis, Caimbé, Cauamé, Caranã, Centenário, Cambará, Equatorial, Jardim Floresta, Jardim Tropical, Liberdade, Mecejana, Nova Canaã, Operário, Pricumã, Tancredo Neves, Alvorada, Bela Vista, Cidade Satélite, Cinturão Verde, Dr. Sílvio Botelho, Dr. Sílvio Leite, Jardim Caranã, Jardim Primavera, Jôquei Clube, Nova Cidade, Pintelândia, Piscicultura, Professora Araceli Souto Maior, Santa Luzia, Santa Teresa, Senador Hélio Campos, Raiar do Sol, União.

Quadro 4 - Bairros da cidade de Boa Vista por zonas: 2000

Obs.: No momento da pesquisa existiam de fato, mas não de direito: Bairro Francisco Caetano Filho (conhecido por Beiral) e Bairro Jardim das Copaibas na Zona Sul, além do Bairro Olímpico na Zona Oeste da cidade.

Pela dinamicidade em que se encontra o espaço ora pesquisado, os dados oficiais cadastrados pelo IBGE no Censo 2000, faltam alguns elementos que não entraram no referido censo, contudo através desta pesquisa, com dados coletados em declarações, entrevistas, nos dados fornecidos pelo próprio IBGE/RR e com os coletados na Prefeitura Municipal e que estão sendo usados, como base para desenvolver projetos de assistência populacional, alguns bairros não existem de direito, mas existem de fato, dentre eles foram detectados: o Bairro Francisco Caetano Filho (conhecido pela população por Bairro Beiral), que para o IBGE está nos limites do Bairro Centro; o Bairro Jardim das Copaibas que está nos limites do Bairro Distrito Industrial, o Bairro Olímpico que para o IBGE está dentro dos limites dos Bairros Jardim Tropical e Jóquei Clube³³ (Mapa 8).

Vale ressaltar que a população residente dos espaços acima descritos, reconhece como bairros e usam o nome para orientação dos correios, portanto é questão de tempo para a oficialização destes espaços. Faz parte da produção espacial a população impor seus diretos, criar e recriar espaços antes do Estado, pois a história está constantemente se fazendo e refazendo, onde teorias novas buscam sempre justificar o porquê dos fatos e quais as causas, assim, sempre se encontram fatos que mudam o rumo da história.

Pela planta da área urbana de Boa Vista, atualizado em 2005 (Mapa 3), foram detectadas áreas reservadas para expansão em todas as zonas da cidade, além de áreas já loteadas prontas para ocupação: na Zona Leste da cidade encontra-se, além de ampla área para expansão, o Loteamento Parque Residencial

³³ A população destes espaços foi cadastrada pelo Censo 2000 nos bairros em que estão inseridos, faltando apenas a devida divisão setorial.

Caçari, no Bairro Caçari; na Zona Norte o Loteamento River Park, Loteamento Parque Residencial Paraviana, no Bairro Paraviana; na Zona Oeste, Loteamento Portal do Sol, localizado no Bairro Cinturão Verde; Loteamento Jardim das Acácias, Loteamento Porto Seguro e Loteamento Itália, localizado no Bairro Centenário; Loteamento Pérola do Rio Branco, localizado no Bairro Nova Cidade; Loteamento Cidade Jardim I e II, localizado no Bairro Jóquei Clube; Loteamento Jardim Olímpico, localizado no Bairro Tropical.

Contudo, não se pode deixar de ressaltar que, no momento da coleta de dados para esta pesquisa, encontravam-se para o IBGE, oficialmente, na cidade de Boa Vista 48 bairros (Anexo D), com uma população cadastrada, no Censo 2000, num total de 196.942 habitantes (98.254 homens e 98.688 mulheres).

Partindo do princípio que a produção do espaço ocorre com sujeitos que no cotidiano escrevem e reescrevem histórias vividas e que assim reproduzem o espaço impondo-lhes territorialidades, ficando evidente que a produção do espaço de Boa Vista ocorreu com ações de sujeitos no anonimato, impulsionados por fatores multi-sociais (e porque não dizer ideológicos também) com a participação efetiva do Estado na produção de espaço, principalmente como um regulador do desenvolvimento do uso da terra e manipulador do uso da propriedade.

A ideologia fundamental da vida municipal envolve a legitimação do impulso de crescimento econômico e como o controle da terra é o poder principal através do quais as jurisdições locais podem regular o setor privado, líderes políticos municipais e interesses organizados em torno do desenvolvimento da terra formam muitas vezes, como que uma corporação de desenvolvimento imobiliário, juntando governo e empresários para criar uma rede pró-crescimento. Essas redes constituem o modo principal pelo qual a transferência local da terra se transforma

num motor para a produção de espaço.

Em Boa Vista, assim, ocorre a produção do espaço, e partindo das informações coletadas pela Prefeitura Municipal em reuniões, com entrevistas e anotações com relatos entre os anos de 2001/2003, pode-se traçar o perfil dos bairros no espaço e no tempo, com a contribuição dos sujeitos que ali estiveram e estão e que cotidianamente produziram e reproduzem o espaço através da história, que num conjunto formam o território delimitado pela área urbana de Boa Vista.

5 TERRITÓRIO E REDES SOCIAIS

5.1 Território

Território é, atualmente, um termo usado em todas as ciências sociais, contudo, convém tratamento particular junto à geografia, transformando-se em um conceito-chave, como todos os termos relativos ao espaço.

A palavra território é marcada por muita precaução e, como são muitos dos termos geográficos relativos ao espaço, ela tem vários sentidos, empregadas em diferentes momentos e por diferentes teóricos. Contudo, do ponto de vista da explicação geográfica, que possui o sentido mais rico, é aquele que se aproxima mais e ao mesmo tempo do antigo conceito político-jurídico e da utilização como conceito científico, o qual define território como uma porção da superfície terrestre delimitada que se reserva uma coletividade humana que a dispõe em função de suas necessidades; contendo, de um lado, a idéia de autoridade se efetuando sobre uma superfície da qual os limites são reconhecidos, de outra parte a de utilização e arranjo por um grupo social, com dimensões políticas, econômicas e culturais.

Para Raffestin, o território se forma a partir do espaço, como resultado de ações, em qualquer grau, que apropriado do espaço, os transforma em território.

Nas palavras do autor:

O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator [...] em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta e abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. Lefebvre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território: “A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, batizado modificado, transformados pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas etc.”³⁴. O território nesta

³⁴ LEFEBVRE, H. *De l'État 4. Les contradictions de l'état moderne*. Paris, UGE, 1978. p. 259.

perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Delimitar uma área no espaço é a forma mais elementar da produção territorial, onde a tessitura é a projeção de um sistema de fronteiras ou limites, onde fica enquadrado o poder, isto é, onde exprime a área de seu exercício, com escala que varia conforme sua força. Contudo, as áreas delimitadas, territorializadas, marcadas, não são rígidas, elas se sobrepõem, se cortam e se recortam, revelando as mudanças estruturais e conjunturais, numa dimensão que cristaliza todo um conjunto de fatores sociais (econômicos, políticos e culturais), que ocorrem concomitantemente.

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra - *territorium* quanto de térreo – territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-político) da terra e com a inspiração do medo. Ao mesmo tempo, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva "apropriação".

Assim, em qualquer acepção, território tem a ver tanto com poder, no sentido mais concreto, de dominação, quanto com poder no sentido mais simbólico, de apropriação. É importante salientar que há distinção entre 'apropriação' (processo simbólico, carregado das marcas do "vivido", do valor de uso) de 'dominação' (processo concreto, funcional e vinculado ao valor de troca "possessão", "propriedade"). Haesbaert, baseado em Lefebvre, acrescenta que:

O uso [do termo território] reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica "apropriação" e não "propriedade". Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos "agentes" que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Porquê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo (LEFEBVRE, 1986, p. 411-412, apud. HAESBAERT, 2004b, f. 3. grifo da autora).

Enfim, no espaço vivido, territorializado, há uma multiplicidade complexa, onde o cotidiano acontece e o é, as esferas da reprodução, principalmente na figura do Estado territorial moderno, defensor de uma multiplicidade / sobreposição de jurisdições e/ou de territorialidades.

Assim, o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-

espaço, "desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou 'cultural-simbólica'" (HAESBAERT, 2004a, p. 95-96).

O território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações de seus poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos, assim, deve-se primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições, como a Igreja, entre outros.

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado (SACK 1986:219; apud. HAESBAERT, 2004b, f. 5) ³⁵.

A territorialidade, num sentido simbólico, nasce a partir da imposição para a construção efetiva do território - ou o território torna, provavelmente, a mais eficaz de todos os construtores de identidade. A partir da dimensão simbólica - a territorialidade, para alguns - adquire um papel fundamental, como salienta Souza (1995, p. 99). "Aquilo que faz de qualquer território um território", ou ainda quando Bonnemaïson e Cambrézy, citados por Haesbaert, demonstram:

O território é primeiro um valor. [...] o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer (BONNEMAISON e CAMBRÉZY, 1996, apud. HAESBAERT, 2004a, p. 71) ³⁶.

Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercem domínio sobre o espaço tanto para realizar "funções" quanto para produzir "significados". Por isso, "o território é primeiro um valor", estabelecendo-se claramente "uma relação forte, ou mesmo uma relação espiritual" com nossos espaços de vida. Numa distinção bastante questionável, o próprio "território cultural" precederia os territórios "político" e "econômico" (HAESBAERT, 2004b, f. 8).

³⁵ SACK, R. **Human Territoriality** : its theory and history. Cambridge : Cambridge, 1986.

³⁶ BONNEMAISON, J. ; CAMBRÉZY, L. **Le lien territorial: entre frontières et Identités**. Géographies et cultures (Le Territoire), n] 20. Paris : L'Harmattan. 1996.

Por fim, pode-se confirmar que o território se apóia no espaço, mas não é o espaço, isto é, qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações, que é um instrumento de poder e do “Poder”, que atribui valor e constrói um sistema para delimitar campos operatórios de práticas espaciais, onde é traduzido estruturalmente por um sistema de “produção territorial multi”, que faz intervir tessituras, nós e redes.

Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que possa ser distribuído, alocado e/ou possuído. Permitem ainda impor e manter uma ou várias ordens. Enfim, permitem realizar a integração e a coesão dos territórios. Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder. Tessituras, nós e redes podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes (SOJA, 1971, apud. RAFFESTIN, 1993, p. 151)³⁷.

A tessitura apresenta as seguintes características: implica noção de limite e a forma mais elementar da produção territorial; é sempre um enquadramento do poder ou de um poder; é consequência das relações que ocorrem nos limites do território; apresenta um conjunto de malhas, com níveis que são determinados pelas funções que realizam, em diferentes escalas; exprimem a área do exercício, ou da capacidade do poder; não é rígida; é constituída por zonas que se sobrepõem, se cortam e se recortam constantemente; não é homogênea, nem uniforme e quase nunca aleatória; são malhas que cristalizam um conjunto de fatores sociais e / ou culturais (RAFFESTIN, 1993, p. 155).

Os pontos ou nodosidades são os locais (cidades, aldeias, bairros) onde os sujeitos se agrupam, são os locais de referência, cuja posição se determina de uma forma relativa ou uma forma absoluta, enfim, os pontos simbolizam a posição dos sujeitos, onde se cristalizam a expressão individual (RAFFESTIN, 1993, p. 155).

A rede é o sistema onde se desenham as tramas, podendo ser abstrata (redes de rádio) ou concreta (rodovias), visível ou invisível, algo que assegura a comunicação em pequena escala ou vista como perda de comunicação em grande escala. Toda rede é uma imagem do poder que assegura o controle *do* espaço e o controle *no* espaço.

³⁷ SOJA, E. W. **The Political Organization of Space**. Washington, D.C., Association of American Geographers, 1971.

Tessituras, nodosidades e redes criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamentos que os indivíduos e os grupos devem assumir. [...] A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é [...] a 'face vivida' da 'face agida' do poder (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

Se não é mais possível uma "experiência total" do espaço, num mesmo lugar, contínuo, pode-se ter uma "experiência integrada" do espaço, ainda que descontínuo e articulado em rede o "território-rede", isto é, o território como produto do movimento combinado de uma multiterritorialidade do espaço, isto é, de relações de poder construídas *no* e com o espaço, tanto de poder no sentido mais concreto, de dominação (político-econômica), quanto mais simbólico, de apropriação (cultural) (RAFFESTIN, 1993, p. 162).

O processo de produção e apropriação do território possui em sua origem fatores sociais (econômicos, políticos e culturais), abordados diferentemente por teóricos que de forma direta ou indireta tomam posições em suas abordagens, privilegiando um ou outro aspecto, contudo numa abordagem mais ampla destes fatores, tem-se a concepção de Haesbaert, que não nega os fatores econômicos, políticos e culturas, mas numa perspectiva integradora, define o território baseado em Chivallon como:

O território é uma espécie de "experiência total" do espaço que faz conjugar-se num mesmo lugar [continuidade] os diversos componentes da vida social ["totalidade"]: espaço bem circunscrito pelo limite entre interior e exterior, entre o Outro e o semelhante [distinção clara dentro-fora] [...] (CHIVALLON, 1999, p. 5, apud. HAESBAERT, 2004a, p. 75-76)³⁸.

Nessa perspectiva mais integradora, com uma visão totalizante de território onde seria menos limitada e restritiva e o espaço teria a capacidade de "integrar" de forma coesa as múltiplas dimensões (econômica, política, cultural e natural), Haesbaert completa salientando:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-

³⁸ CHIVALLON, C. **Fin des territoires ou nécessité d'une conceptualisation autre ?** Géographies et Cultures, n° 31. Paris: L'Harmattan. 1999.

disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997, p. 42).

Estas relações são políticas, econômicas e culturais, portanto, sociais, que efetivam diferentes redes (de circulação e de comunicação) e um determinado campo de forças, que contribui para o controle *do* e *no* espaço; agindo como elementos mediadores da re-produção do poder, interferindo na territorialidade cotidiana dos sujeitos, grupos ou classes sociais. Esta própria territorialidade é fruto das relações diárias, momentâneas, que os homens mantêm entre si, com sua natureza interior e com sua natureza inorgânica para sobreviverem biológica e socialmente (SAQUET, 2004, p. 140).

A cada geração, as sociedades herdam uma espacialidade específica com as suas divisões territoriais e com qual, elas devem contar nas suas práticas territoriais. A cada momento, em função de suas preocupações, a sociedade vê essas características, seja como atributos / trunfos sejam como obstáculos, diante dos objetivos que ela se fixou. A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, na Igreja, na família, na escola etc., resultado e condição do processo de produção de cada território, de cada lugar (SAQUET, 2004, p. 140).

Assim, trabalhar a territorialização na "abordagem integradora" é antes de tudo completa e global, pois é impossível traçar limites, delimitar onde começa e termina a ação política e onde essa deixa de ser política e passa a ser cultural e / ou econômica, se todas são culturais e, portanto social. A malha se sobrepõe em todas as escalas (da individual à comunitária) e o sujeito as vive num só momento, numa mesma fronteira e devido a amplitude social da atualidade a perspectiva cultural, cada vez mais está impregnada de problemáticas políticas e econômicas.

Convém discutir, portanto, a existência de redes sócio-espaciais, a sua importância diante da organização recente dos espaços urbanos, com uma breve análise teórica em torno desse conceito nas ciências sociais aplicadas a partir dos fluxos migratórios entre as localidades.

5.2 Redes Sociais

O espaço encontra-se em transformação num conjunto de fixos e fluxos, que se abrigam no território de forma desigual, segundo a lógica do capital hegemônico, resultando em grandes transformações na organização dos espaços, que estariam convergindo no sentido de constituir redes sócio-espaciais.

Geiger (2000, p. 384), afirma que a circulação de objetos, pessoas e informações em rede é o novo valor estratégico proveniente do aumento das velocidades no processo de desenvolvimento sócio-histórico. As redes reconstituem e renovam as formas de circulação de mercadorias e pessoas, atribuindo maior conteúdo técnico às relações existentes.

Circulação e comunicação procedem de estratégias e estão a serviço delas. Redes de circulação e comunicação contribuem para modelar o quadro espaço-temporal que é todo território. Essas redes são inseparáveis dos modos de produção das quais asseguram a mobilidade (RAFFESTIN, 1993, p. 204).

E estas relações são políticas, econômicas e culturais, portanto, sociais, que efetivam diferentes redes e um determinado campo de forças. A formação das redes de circulação e de comunicação contribui para o controle *do* e *no* espaço; elas agem como elementos mediadores da reprodução do poder da classe hegemônica e interligam o local, o singular ao global, ao universal, interferindo diretamente na territorialidade cotidiana dos indivíduos e grupos ou classes sociais (SAQUET, 2004, p. 140).

A multiplicação das redes de comunicação mostra uma concepção de poder que se revela mais no espaço que no tempo. O controle total do território é necessário para mobilizar os sujeitos e os recursos, para preservar as áreas mais extensas possíveis. Como os lugares não são iguais, as redes que neles se instalam são marcadas pela heterogeneidade, tanto na forma como na composição, permitindo a constituição de categorias diferenciadas de fluxos e de usos do tempo.

Haesbaert (2004, p. 279), afirma que seria possível identificar um território no movimento ou pelo movimento, pois o fato de estabelecer o controle sobre o espaço não mais se restringe a dominar áreas e instituir fronteiras, mas, sobretudo, adquirir a capacidade de viver em redes, já que a

identidade e as referências espaço - simbólicas dos sujeitos não se constroem somente pelo enraizamento e estabilidade, mas também pela mobilidade. Essas redes configuram territórios descontínuos, fragmentados, superpostos, bastante distintos da territorialização dominante na modernidade clássica.

Os espaços reticulares precisam ser entendidos não só pelo seu nível de inserção nas inovações técnicas, mas também como resultado de interações entre as heranças sócio-históricas, as estruturas de poder existentes, além das redes pré-técnicas que deixam marcas sobre a organização da produção.

Nesse mesmo sentido, Castells (1996 apud MATOS; BRAGA, 2005, p. 115)³⁹, demonstra como a lógica das redes se tem imposto na organização das sociedades atuais, evidenciada, pelo espaço de fluxos, que é o resultado das práticas sociais que dominam e moldam a sociedade atual, caracterizada pela mobilidade, não sendo a única forma de organização espacial existente, mas é a forma predominante.

Enfim, as redes se articulam, se interagem, criando interfaces entre circulação e comunicação, que dão ao poder uma trama específica. Quem tem o controle das redes tem o poder, quem procura tomar o poder se apropria pouco a pouco das redes de circulação e comunicação, manifestando a dinâmica e suas estratégias.

5.2.1 Redes Sociais Formadas pela Migração

Abordagens teóricas sobre a migração demonstram a necessidade de superar as análises que se restringem aos aspectos econômicos nos quais os migrantes parecem sujeitos que agem desconectados de relações sociais, apontando para a importância de analisar as redes sociais no processo migratório.

Nos estudos sobre migração, esse conceito facilita a compreensão da mobilidade populacional, aperfeiçoando-se a visão dos desdobramentos espaciais causados por fenômenos

³⁹ CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

sociais (políticos, sociais e econômicos).

A presença de fluxos conectando pessoas e lugares não é novidade na história da humanidade, apenas há uma intensidade das ligações e a inserção dos lugares na dinâmica dessas redes ocorre de forma diferenciada.

Como já salientado anteriormente, ao considerar uma rede qualquer, é possível identificar a presença de dois componentes essenciais à sua constituição: os sujeitos, que a rigor são os *nós* que representam fisicamente as redes e que ancoram as articulações em seu interior, e as relações, compostas pelos elementos de interação entre os sujeitos e que se expressam por laços e fluxos entre os nós (MATOS; BRAGA, 2005, p. 118).

Dentro das ciências sociais aplicadas, é o campo de estudo das redes sociais que vem obtendo os maiores progressos em termos da identificação e análise de relações entre sujeitos, especialmente dentro das pesquisas sobre movimentos migratórios.

Para Portes (1995, p. 1-41 apud MATOS; BRAGA, 2005, p. 119) ⁴⁰, as redes sociais seriam formadas por um conjunto qualquer de sujeitos articulados por vínculos de trabalho, amizade, afetividade, que operam causando uma série de constrangimentos entre seus membros, impedindo-os de manifestar opções individuais todo o tempo.

Segundo Boyd (1989, p. 642), encontram-se registrados pesquisas datadas nos anos de 1970, em que estudiosos analisaram os processos de redes de migração e o papel que parentes e amigos desempenhavam no fornecimento de informações e auxílio no processo migratório. Nessa mesma linha de pesquisa, mais recentemente pode-se citar Matos; Braga, (2005, p. 119) que salientam:

É evidente que a natureza e a escala de ação das redes sociais são diferentes daquela presente nas redes urbanas. Entretanto, deve-se considerar que a presença de atores e relações é característica intrínseca a qualquer organização reticular. Por outro lado, certos tipos de relações sociais articuladas por sistemas de cidades integrados, se não evidenciam com clareza, sugerem fortemente a presença de redes sociais, como é o caso das redes migratórias. As relações entre os centros urbanos são dotadas de alto conteúdo social, e comportam variados tipos de fluxos, desde mercadorias e

⁴⁰ PORTES, A. Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview. In: **The economy sociology of immigration: essays on networks, ethnicity, and entrepreneurship**. New York: Russel Sage Foundation, 1995, p. 1-41.

pessoas até informações, capital e cultura. Entre os fluxos de maior importância nesse sistema, os movimentos migratórios ganham especial destaque, já que deslocam indivíduos repletos de intencionalidades, articulando famílias, empresas, grupos sociais e lugares.

Os debates em torno das redes são amplos e vem sugerindo questionamentos variados sobre novas formas de discussões frente às novas perspectivas na organização das comunidades locais, da instabilidade das fronteiras, da mobilidade das mercadorias, das pessoas, das informações, não desqualificando a existência de lugares, regiões ou mesmo territórios, mas os insere no mundo flexível das organizações reticulares.

Para Santos (2002, p. 264-265), a evolução histórica das redes admite três momentos específicos: i) um vasto período pré-mecânico; ii) um período mecânico intermediário; e iii) a fase atual. No primeiro momento as relações com a natureza era o centro da produção social e o período atual é marcado pelo domínio da artificialidade nos objetos que recobrem o território. O autor considera que:

No primeiro momento, as redes existentes serviam a uma pequena vida de relações. O espectro do consumo era limitado. Exceto para uns poucos indivíduos, as sociedades locais tinham suas necessidades localmente satisfeitas. Os itens trocados eram pouco numerosos e as trocas pouco freqüentes. A competitividade entre grupos territoriais era praticamente inexistente, em períodos normais. O tempo era vivido como um tempo lento. No segundo momento, o consumo se amplia, mas o faz moderadamente. As modernidades se localizam de modo discreto. O progresso técnico tem utilização limitada. O comércio é direta ou indiretamente controlado pelo Estado. [...] Se comparamos as redes do passado com as atuais, a grande distinção entre elas é a respectiva parcela de espontaneidade na elaboração respectiva. Quanto mais avança a civilização material, mais se impõe o caráter deliberado na constituição de redes. Com os recentes progressos da ciência e da tecnologia e com as novas possibilidades abertas à informação, a montagem das redes supõe uma antevisão das funções que poderão exercer e isso tanto inclui a sua forma material, como as suas regras de gestão (SANTOS, 2002, 265).

A intensidade da articulação entre redes sociais avança conforme a evolução da sociedade que depende de aparatos tecnológicos, cada vez mais articulados e junto delas os sujeitos que as formam (nós) e os espaços em que se

encontram, isto é, a própria malha.

Para Tilly (1990, p. 85) as redes migram; as categorias permanecem e as redes criam novas categorias sociais. As unidades efetivas da migração não são nem individuais nem domiciliares, mas sim conjuntos de indivíduos ligados por laços de amizade, parentesco e experiência de trabalho que incorporaram o lugar de destino nas alternativas de mobilidade por eles considerado. Os padrões de migração recentes e as novas conceitualizações da migração concentram mais interesses na importância da família e amigos de origem comum que sustentam essas redes.

Neste sentido, as migrações recentes resultariam também de redes sociais, do que apenas em decorrência de crises econômicas. Massey et al. (1990, p. 164), afirmam que as redes migratórias compõem um conjunto de laços sociais que ligam comunidades de origem aos específicos pontos de destino nas sociedades receptoras. Tais laços unem migrantes e não migrantes em uma complexa teia de papéis sociais complementares e relacionamentos interpessoais que são mantidos por um quadro informal de expectativas mútuas e comportamentos predeterminados.

As redes sociais articuladas pela migração, em sua maioria, ocorrem em fluxos de distância relativamente curta ou em fluxos de conhecimento prévio, pois a migração de longa distância se vincula a algum tipo de risco que os indivíduos podem correr: segurança pessoal, conforto, renda, possibilidade de satisfazer as relações sociais, porque parentes, amigos, vizinhos e colegas de trabalho já têm bons contatos com o possível destino e a confiança sobre as redes de informações interpessoais estabelecidas minimizam e diluem os riscos.

Assim, a frequência e o volume das remessas mandadas pelos migrantes

ao lugar de origem e as passagens, previamente pagas por pessoas no destino, revelam a extensão da ajuda mútua evidenciando a importância e a extensão das redes sociais, pois os migrantes investem nos locais de origem, adquirindo imóveis e outros bens de consumo, auxiliando a família, pagando a passagem de futuros migrantes, etc., mostrando uma particular dinâmica social nesses locais, envolvendo pessoas que não migraram nesse processo. As redes também transformam as categorias existentes.

Os trabalhos de Matos; Braga (2005), Massey et al (1990), Tilly (1990), Boyd (1989) e Sasaki; Assis (2000) demonstram a importância das redes sociais na articulação dos processos migratórios, enfatizando a solidariedade no interior dos grupos migrantes como uma das características que configuram e sustentam as redes. Entretanto, estes mesmos autores apontam para a ambigüidade dessas relações, pois a própria dinâmica da migração revela que os laços de parentesco, amizade e origem comum são também permeados por conflitos e ambigüidades.

Além disso, as redes sociais evidenciam que nos processos migratórios contemporâneos, os migrantes mantêm múltiplas relações tanto na sociedade de destino quanto na de origem. Estas relações sugerem características que apontam para o contexto intraestadual dos fluxos migratórios contemporâneos.

O estudo deste tema assume grande importância em vista das possíveis conseqüências da migração, tanto nos locais de origem como nos de destino, dependerão do tipo de seletividade, pois as variações possíveis na seletividade dos diferentes fluxos migratórios relacionam-se com o tipo de fator que origina tais fluxos. De um ponto de vista estrutural, é provável que as características da seletividade sejam distintas, conforme predominem fatores de expulsão ou de atração, como causas do processo migratório. É de se esperar, nos casos em que

os fatores de expulsão sejam predominantes, que o movimento migratório resultante se caracterize por uma menor seletividade.

Segundo Muñoz; Oliveira (1980, p. 593), o termo seletividade, na literatura demográfica e sociológica, apresenta três tipos fundamentais de estudos. Em primeiro, importa situar os trabalhos que se referem à seletividade com respeito aos locais de origem, cujo interesse é comparar a população migrante residente no local de destino com a população do local de origem, no momento em que ocorreu a migração. Neste caso, seletividade implica dizer não representarem os migrantes uma amostra aleatória da população do local de origem e, portanto, que suas características podem diferir das que correspondem à população da qual se originaram.

A segunda forma refere-se aos estudos que comparam a população migrante com a população total do país ou da região, onde interessa conhecer se a população migrante é positiva ou negativamente seletiva com respeito às características da população total, isto é, diz-se positiva quando os migrantes apresentam qualificações elevadas (experiência em trabalhos não-agrícolas, educação superior, idade jovem, etc.), comparativamente às das populações de origem, e negativa, em caso contrário. A terceira forma de seletividade, quando se fazem comparações entre as características de uma dada população migrante e as de outras populações migrantes.

Não obstante, há certa concordância em empregar o termo seletividade exclusivamente com respeito a análises nas quais se comparam atributos, das populações migrantes com atributos das populações residentes nos respectivos locais de origem, preferindo-se denominar de estudos sobre características diferenciais os dois outros referidos tipos de análise.

Mesmo tendo em conta que a análise de redes é um poderoso instrumento metodológico, vale lembrar o que Castells comenta:

O espaço de fluxos não permeia toda a esfera da experiência humana na sociedade. Sem dúvida, a grande maioria das pessoas nas sociedades tradicionais, bem como nas desenvolvidas, vive em lugares e, portanto, percebe seu espaço com base no lugar (CASTELLS, 1999, p. 447).

Desta maneira, é preciso reconhecer as limitações existentes nos estudos de redes, já que elas não recobrem necessariamente todo o espaço geográfico nem é a fonte de toda a explicação sobre a realidade social.

5.2.1.1 Articulação e diversidade das redes sociais: nordestinos e outros migrantes em Roraima

Na história da teoria cultural, território, territorialidade e redes sociais têm certamente um papel importante, pois de forma geral, a idéia de que as culturas são coerentes, com fronteiras contíguas e persistentes sempre se firmou na sensação de que a sociabilidade humana é naturalmente localizada e mesmo limitada pelo território, há uma relação entre os vários grupos de outras formações sociais com vários tipos de realidade do espaço geográfico que limitam e determinam os arranjos sociais.

Para Massey et. al. (1990, p. 165), não se pode deixar de reconhecer que as ondas migratórias tendem a ser também impulsionadas pelos meios de comunicação de massa. Combinados a esses meios, existem as “redes de interação social”, através das quais as informações e o “sistema de apoio inicial” no lugar de destino são socializados entre os imigrantes.

Exemplo dessas “redes de interação social” é bem demonstrado quando um nordestino migrante encontra um conterrâneo (mesmo que de outro Estado da Região), recebe-o como um grande e velho conhecido:

*“Encontrar um conterrâneo é como encontrar uma família é como encontrar um parente, a gente vai tirando essa sensação só com o tempo, vai começando a ver as pessoas daqui também com essa mesma emoção, com essa mesma utilidade. No começo, quando eu encontrava um cearense no meio da rua, tinha vontade de trazer pra dentro de casa, talvez pra amenizar a saudade, talvez pra falar dos mesmos assuntos, pra dividir as experiências. Agora eu vejo esse fluxo migratório dos cearenses pra cá e pra todas as partes do mundo como uma demonstração de coragem, eu acho que é um pouco muito corajoso pra se ajustar se adaptar nos ambientes, não é muito acomodado, talvez pela própria condição de vida lá no Ceará, pela miséria, pela dificuldade de conseguir ‘as coisa’ com mais facilidade, eles são mais desprendidos, é uma contradição, ao mesmo tempo em que eles são desprendidos pra conquistar novos espaços, permanecem muitos fiéis as suas origens com carinho muito grande as vezes até guardando a esperança de voltar, mesmo que isso não aconteça, mas é uma característica”.*⁴¹

Fato como esse fixa a idéia de apoio, de reencontro com o lugar “deixado”, animando o sujeito a migrar e fixar residência no lugar encontrado.

As “promessas” de acesso à propriedade da terra nas regiões de fronteira, como Roraima, foram embutidas numa ideologia migratória ilusória de ascensão social que muitas vezes tinha uma correspondência real; muitos migrantes conseguiam, de fato, ascender socialmente e só assim ele adquiria a força de uma ideologia motivadora e mobilizadora, iniciando uma rede formada num primeiro momento por parentes seguindo uma hierarquia dependendo da disponibilidade dos que se encontram no lugar de origem.

“O governador foi um grande incentivador da vinda desses nordestinos aqui pra Roraima. Por conta do próprio governo que queria que a população aumentasse. Nós tínhamos terra, oportunidade, mas só que ultrapassou o que o governo pretendia. Chegou a época aqui, não sei em que governo [...], saía até na

⁴¹ Declaração cedida em 2001 pela Assessora do Gabinete do Reitor da Universidade Federal de Roraima, Profa. Vângela Maria Isidoro, nascida em Piquet Carneiro, Ceará, desde 1994 em Roraima.

*televisão do sul, chamando o povo para vim colonizar aqui a cidade, que tinha chance pra todo mundo. Aquele aí foi um grande incentivo naquela época, 1980, 1985”.*⁴²

*“Ganhei um lotezinho em Buritis [...] depois meu marido trouxe os pais dele [...] que são aposentados e trabalham na roça, ganharam terreno num assentamento no Caroebe [...] e fizeram a casa. Tem muito parente do meu marido aqui, lá no Caroebe. O último que chegou foi meu sobrinho eu mandei a passagem [...]”.*⁴³

Contudo, os processos de remodelação do território essenciais às produções, onde a informação técnica-científica desponta como principal elemento do processo social na nova divisão territorial do trabalho se impõe no território e na sociedade, resultando numa nova organização social que exige uma maior quantidade de trabalho intelectual. Como consequência, resulta na consolidação de lugar dos sujeitos na divisão territorial do trabalho, não importando o espaço em que este se encontra, pois a sociedade está conectada em redes de circulação e comunicação que contribuem para modelar o quadro de relações, onde são inseparáveis dos modos de produção das quais asseguram a mobilidade. Assim, as mudanças impostas pela sociedade moderna, fazem uma seletividade impiedosa nos sujeitos que percorrem fluxos mesmo que condicionados por redes sociais de apoio familiar. Isso pode ser exemplificado pela entrevista cedida pelo Sr. Luis Gonzaga Silva⁴⁴:

“É porque, o meu irmão já morava aqui, desde 1985. Então, ele falava muito de Roraima. Ele é um agricultor na Vila Brasil, ele e o meu pai [...] vieram pra cá antes. Ele me falava de Roraima, que era muito bom. Só que quando cheguei a vaquinha já tava magra, diz que era vaca gorda. Mas mesmo assim, eu gosto daqui, escolhi pra viver, diz que não dá, a gente não é o que, nasceu e sempre escolhe pra viver, escolhi aqui mesmo pra viver, gosto daqui, to tentando. Hoje estou desempregado. [...] Eu sou corretor de imóveis, eu vendo, documento, se aparecerem casa pra documentar, eu documento, vendo casa pra alguém, veículo, eu vivo como corretário de hoje [...] Boa Vista estava passando por uma situação difícil, é o Estado não é só Boa Vista. Essas mudanças que teve governo, ficou meio difícil, aí a gente desempregada, e com a idade já avançada, não tem tantos cursos, não tem curso superior aí, tem que sobreviver da maneira que pode, aí com três filhos pra criar, ser viúvo [...]”.

⁴² Entrevista cedida em novembro de 2005, por Antonio Tauvânio, nasceu na Paraíba, exerce a função de Diretor do Registro Mercantil da Junta Comercial do Estado de Roraima. Veio para Roraima incentivado por um primo.

⁴³ Ana Rosa Soares, veio do Maranhão, trabalha numa loja no Pintolândia desde 2003. Entrevista cedida em novembro de 2005.

⁴⁴ Conhecido pelo nome de “Paraíba”, nasceu em Cajazeiras, 60 anos, chegou em Boa Vista em 1995, durante quatro anos foi proprietário do ‘Paraíba Night Club’. Entrevista cedida em outubro de 2005.

Além da seletividade imposta pelo capital, no lugar de origem, os fatores naturais impõem fluxos migratórios, já discutidos no capítulo que trata da história da emigração nordestina no país, principalmente da área do 'Polígono da Seca'⁴⁵ na Região Nordeste. Nestes fluxos as redes sociais são mais intensas, há uma rede de solidariedade que é idealizada e concretizada no ciclo que amizade que se forma na área de destino, onde o migrante subjetivamente forma um grande território, para superar a seletividade imposta a alguns indivíduos. Na declaração da migrante do Estado da Paraíba⁴⁶, ficam latentes várias características das redes sociais que se formam a partir da migração:

"[...] quem nasce no lugar onde eu nasci a vida andava de braço com a morte. A seca, hoje eu não sei se ainda tem essa seca. Mas eu vi muita criança morrer de fome, vi muita miséria. Aí quando eu cheguei aqui, eu já tinha trauma, e encontrei também, muita miséria, muita escassez com o povo. Simplesmente nós vinha aí, ligava pra a família e dizia: 'Vem, aqui é bom'. Quando chegava a realidade é nu e crua não aquele jeito que as pessoas falavam. E justamente isso me incentivou, pra formar um grupo. Hoje a minha casa é cheio de nordestino. Vem, não só nordestino, mas de toda naturalidade, vem qualquer tipo de gente aqui. Almoça, toma café da manhã, dorme, se precisar de médico agente traz, a gente leva pro hospital. Tem uma amiga minha aqui, que só trabalha com isso; leva, marca exame. Quando fica bom, vão embora para o interior de Roraima, e chega lá e dá notícia: 'Ah! Lá é bom! Fui bem atendida'. A gente fica satisfeito e sempre aparece mais gente de precisão e ajudamos".

Dando continuidade na entrevista cedida por Dulcinea, ficam justificados os fatores econômicos, políticos, culturais e "naturais", que impulsionam o ato de migrar num sistema integrado: a rede social formada a partir da identidade cultural, a infra-estrutura precária dos assentamentos que são impostos pelo Estado, mobilidade do capital direcionando fluxos populacionais inter e intra-regional, a seletividade impondo espaços marginalizados para determinado grupo de migrante

⁴⁵ Ver capítulo 3 Historicidade da Migração Nordestina, item 3.2 História da Migração na Região Nordeste, nota de rodapé 1.

⁴⁶ Dulcinéia Maria S. Silva, 43 anos, chegou em Boa Vista em 1997, líder comunitária moradora do Bairro Olímpico, invadido por mulheres lideradas por ela no ano de 1999, fundadora do CTN – Centro de Tradições Nordestina. Entrevista cedida em outubro de 2005.

discriminada, não obstante a necessidade dos grupos se identificarem impondo territórios em espaços já produzidos:

“Meu plano era sair do garimpo, ir pra Tabatinga ou pra Roraima. E vim também por ilusão, porque eu pensava que era ‘El Dourado’ sabe? Tinha um irmão que trabalhava na política, um dia eu liguei pra ele e disse: ‘Vem que aqui é bom’ [...] Sabe porque o nordestino deixa o interior de Roraima? Ele planta, ele é trabalhador, só que quando é tempo da colheita, cadê o carro? Cadê as estrada? Aí, a safra deles se perde. O que acontece, ele vem pra cidade. Quando vem pra cidade, ele não tem aquela fatura da laranja, da banana que os filhos tinha. Chega na cidade ele vai penar fazendo bico. As vezes trabalha, as vez não... emprego não tem. Aí o que acontece? Os filhos começam entrar na marginalização, é assim que hoje, o bairro Pintolândia é discriminado. Quando você diz vai pro Pintolândia o povo se benze. E a maioria de quem mora na Pintolândia hoje é nordestino. [...] O que falta é nos reunirmos e lutar pela associação do nordestino”.

Não se pode olvidar a migração de massa incentivada pelas políticas de assentamento agrícola do INCRA. Esses assentamentos têm resultado em evasão rural após poucos anos de estabelecidos, por questões variadas, entre as quais as relativas à gestão. Em sua maioria, esses assentamentos do INCRA absorvem força-de-trabalho provindo do Maranhão, Pará e Rio Grande do Sul, alimentando o fluxo de área rural em direção às cidades ou o retorno às suas origens.

Além dos fatores no lugar de destino, tem os de expulsão nas regiões de origem, tem a economia, com suas aceleradas taxas de crescimento e altíssima capacidade de geração de emprego (para uma mão de obra qualificada, e com experiência na área), e tem a sociedade se modernizando, que cria um amplo leque de oportunidades, todavia seletivo, pois se não são plenamente acessíveis a todos, são, de fato, reais e todos impulsionam ao fluxo migratório.

Enfim, são fatores sociais que, analisadas as crises econômicas, aliadas à ‘seca social’ do Nordeste e à falta de perspectivas econômicas dos jovens que nascem nos municípios da Região, impulsionando-os a Roraima, através das “redes de interação social”.

*“Os jovens se perdem no Nordeste, não tem curso, sem estudo se perdem mesmo, não tem jeito. Começam, a beber cachaça, não tem expectativa de nada. Lá é muito difícil mesmo, pra estudar, pra trabalhar. Esse meu sobrinho com 17 anos, tava fazendo a sexta série. Esse ano eu coloquei ele na escola e está fazendo a sétima e oitava no supletivo. Pra você vê, como é atrasado o estudo com 17 anos fazendo ainda a sexta série. Meu filho que está com 13 anos, já está quase na sétima série”.*⁴⁷

Nas entrevistas seguintes, cedidas por Ana Rosa, gerente de uma loja no Bairro da Zona Oeste de Boa Vista e da proprietária de um restaurante localizado no Centro da cidade detectam-se que: a rede social formada por maranhenses envolve uma corrente de auxílio em que além dos familiares participam amigos e conterrâneos, que migram pela perspectiva de ser inserido no mercado de trabalho; há um fluxo de capital entre o Nordeste e Roraima, no auxílio aos familiares que não migraram; fica claro, que os homens migram primeiro quando inseridos no mercado enviam capital para a vinda dos familiares; há intenção de migração de retorno; o fluxo é feito por via terrestre e fluvial compatíveis com o capital familiar, contudo o retorno, em maioria é feito por via aérea ou terrestre, excluindo a fluvial; que a renda familiar aumenta consideravelmente e que estes saem do subemprego nordestino, resultante da não inclusão na educação básica, e tem oportunidade da ascensão social e acima de tudo a forte corrente na formação de redes sociais sólidas e abertas, num leque que atinge de parentes a conterrâneos.

“Esse emprego que eu tenho foi arranjado por um amigo, um compadre, ele já morava aqui e um amigo da gente que mora no Pintelândia também. Aí nós viemos nessa época três famílias. Assim, os maridos vieram na frente e depois com um mês mais ou menos, mandaram dinheiro. Conseguiram trabalho porque, o pessoal do Maranhão eles tem vontade de trabalhar, o problema, lá não tem serviço, são trabalhadores, enfrentam tudo, mas não encontra serviço. [...] quando a gente vem de lá, a gente quer trabalhar. Pode ser o que tiver pra ganhar dinheiro porque, trabalha pesado na roça no Maranhão e já vem pra isso. Aqui a diária é de R\$15,00 a R\$20,00, e no Maranhão é R\$5,00. Já pensou? Não tem condição. Só que lá, assim, o custo de vida é mais barato, só que não tem dinheiro, não acha pra fazer, isso que é o problema, não acha. [...] depois que cheguei trouxe o meu sobrinho, ele mora comigo, tenho dois filhos. Nos somos cinco. Ele trabalha aqui comigo. Mande dinheiro pra ele vim. Porque lá não tinha emprego, não trabalhava em nada porque não tinha. [...] Eu terminei segundo grau, depois que cheguei aqui e meu marido também, lá ele só tem oitava série [...] O nosso plano é trabalhar mais uns anos aqui, conseguir alguma coisa pra voltar, com certeza . [...] Eu nunca voltei lá depois que eu vim, eu vou agora em dezembro, depois de nove anos, as passagens já estão compradas, não vou mais de barco. Vim de barco, passamos treze dias na época. De Manaus pra cá, Meu Deus do céu! Quase não chegava aqui, foi bem uns três

⁴⁷ Ver nota de rodapé 10, deste capítulo.

*dias, naquela época do inverno e lama, estrada cortada. Eu vim de Belém à Manaus de barco e de Manaus pra cá de ônibus. Eu vou voltar agora em dezembro de avião. Já comprei de ida e de volta, está tudo comprado. [...] Ligo todos os finais de semana pra minha mãe. Quando eu não ligo, ela liga [...] ela nunca conta 'minha filha, volta pra cá, aqui tá bom demais' não, só conta dificuldade e sempre eu mando dinheiro pra ajudar. Mande dinheiro pra ajudar a ajeitar a casa dela, depois que cheguei aqui".*⁴⁸

*"Meu esposo veio na frente e um mês depois cheguei no dia seis de novembro de 85. Eu tinha terminado o segundo grau, tinha feito vestibular, tava começando a estudar e o meu marido estava começando negócio e não estava dando certo, então tivemos essa oportunidade e é sempre bom as experiências, [...] é uma característica do nordestino é sempre querer batalhar, a gente não cansa de trabalhar [...] Viemos direto pra Boa Vista. [...] Depois de um ano batalhando, morando num quartinho pertinho da rodoviária, um quarto, porque naquele tempo não tinha casa que era difícil. Só nós dois sem comida sem ninguém. A solidão era fogo, apesar de ter um marido, nessa época eu não trabalhava, as vezes eu ficava sozinha em casa, eu me acabava de chorar, [...] ele começou a trabalhar e [...] com um ano e meio que estávamos aqui, montamos o nosso primeiro restaurante. [...] Como aqui não tinha mão de obra, [...] era uma cidade que na hora do almoço tudo fechava [...] Até restaurante fechava pro almoço, mandamos buscar, dois cozinheiros lá do São Luis do Maranhão. Não eram parentes. [...] Demos apoio, bancamos, pagamos casa, financiamos as passagens; e na proposta que o meu marido fez pra elas é que com um ano elas teriam direito a uma passagem de volta se quisesse ir embora ou pra ir ver a família. Isso ele fez. E as pessoas ficaram com a gente até o dia que fechou o restaurante. [...] As duas cozinheiras ficaram aqui, trouxeram a família delas praticamente toda e estão aqui até hoje. As duas casaram com pessoas daqui que trabalhava com a gente também. [...] A Dona Íris que era mais velha, depois que ela deixou de trabalhar com a gente ela ficou casada com um senhor, e foi trazendo a família, os filhos. Hoje ela tem uma filha que trabalha no salão, ela é manicura, eu faço as minhas unhas com ela. Tem filho que trabalha na instituição do governo, e os filhos já fizeram outras famílias por aqui. Moram no Bairro Pintelândia, ela sempre vem aqui, são pessoas que a gente nunca perdeu vínculo é uma amizade que a gente passa a ter, não é da família mas agregada. [...] Também tem uma outra moça que não veio através da gente, mas veio do Maranhão, porque ela veio pra trabalhar no garimpo, não deu certo e foi trabalhar em nossa casa. Também conheceu um outro funcionário nosso e casou. O meu marido depois de algum tempo deu um terreno pra eles. Hoje em dia eles moram no Bairro Aeroporto e também são maranhenses e construíram família. Depois trouxeram os parentes, ela trouxe toda a família. Ele trouxe os filhos. Eu sei que, com essa a nossa vinda pra cá, vieram muitas pessoas atrás da gente. Não da nossa família, porque da minha família veio apenas uma prima, que veio no ano passado com as duas filhas. Mas veio sabendo que ia ter apoio, porque eu ia montar um restaurante e veio pra me ajudar, até viajamos juntas pra o Maranhão de férias".*⁴⁹

⁴⁸ Ver nota de rodapé 10, deste capítulo.

⁴⁹ Declaração cedida pela proprietária do Restaurante 'O Cangaceiro' localizado na avenida Ene Garcez, 588 no centro de Boa Vista. Entrevista cedida em outubro de 2005.

Vale ressaltar que a questão do subemprego nordestino foi colocada na maioria das entrevistas, concluindo que um dos problemas da emigração, além do fator natural na área do 'Polígono da Seca', seja o subemprego na sub-região do Meio Norte Nordestino⁵⁰.

A migração fortalece os laços através das redes sociais, mesmo com a idealização de um retorno e que pelas características da adaptabilidade do migrante ao novo espaço, este retorno se estende ou se transforma num retorno temporário em períodos de folga. As férias dos nordestinos que moram e trabalham em Roraima, são direcionadas a Região Nordeste e geralmente gozadas no período que coincide com a data da festa do santo padroeiro da cidade natal ou em períodos das grandes festas populares nordestinas. A estabilidade econômica adquirida, com acumulação de capital, possibilita a participação anual da festa principal.

*“Todo mês de julho eu vou visitar os parentes e circular em São Luis. Em janeiro está chovendo e julho é sol e julho tem as festas juninas, tem boi bumba boi. Eu gostaria de ir no mês de fevereiro por causa do carnaval é muito bom também e gostaria de ir em dezembro pra passar natal [...] mas como só temos um único período de férias e temos responsabilidades, fica só na vontade”.*⁵¹

A rede social formada por sujeitos nordestinos, procura manter as tradições culturais da região de origem numa perspectiva de transmitir as gerações, (que já não são mais de nordestinos, mas sim nortistas, pois são os filhos de nordestinos nascidos em Roraima) o legado cultural do Nordeste.

“Quando eu vim pra Roraima em 1993, meu marido veio pra trabalhar aqui, depois eu vim. Eu não conseguia me acostumar. Aqui a cidade era muito pequeninha, era muito parada, não tinha nada pra ver. Um dia houve uma festa junina no Parque Anauá eu fui só tinha duas quadrilhas. Eu queria ir embora foi quando meu marido me sugeriu de montar um cangaço [...] No outro dia eu fui a rádio, chamando pessoas para participar, que eu era nordestina, que tinha vindo de Manaus, e queria montar uma dança. No outro dia apareceram muitos amigos meus que dançaram comigo em Manaus e estavam morando aqui. Tinha uns

⁵⁰ A Região Nordeste é dividida fisicamente por características naturais adversas. Assim é dividida em sub-regiões. Litoral, Zona da Mara, Agreste, Sertão e Meio Norte. O Meio Norte abrange área do Piauí e Maranhão.

⁵¹ Ver nota de rodapé 16 deste capítulo.

*que disseram assim: ‘puxa Jesus eu estou com seis anos morando aqui, sempre tive vontade, mas nunca apareceu assim uma oportunidade pra eu colocar’. [...] Hoje tem a associação, onde a gente dança, onde a gente faz um trabalho social, com aqueles mais carentes”.*⁵²

A rede social formada pelo nordestino, como algo subjetivo, porém real, molda territórios em espaços produzidos, a partir da sobreposição de territorialidades impostas pelo migrante e que (arisco afirmar), num futuro não muito distante, da hibridação cultural nascerá outro movimento cultural, a partir da miscigenação nortista e nordestina, com traços peculiares que de longe lembrarão a identidade da qual se originou, ficando a História como ciência social, responsável pela divulgação de algo, que já não mais faz parte da vida cultural dessa nova sociedade que se forma.

Contudo, alguns ainda resistem, mas já há algo de multicultural nos eventos promovidos, por variados tipos de interesses individuais que se afastam do coletivo e, portanto, ocorre dispersão da mesma. Pode-se fazer essa análise a partir do depoimento de Dulcinéa:

“[...] eu tinha um ideal de formar um Centro de Tradição Nordestina - CTN, pra trabalhar na área social com o nordestino. Só que infelizmente, as pessoas que fizeram o grupo comigo, tinha intenções políticas, eu desisti, ‘deixei de mão’. Estou trabalhando na área social, mas individual, sem vínculo nenhuma à associação cultural. Hoje as reuniões não mais acontecem e o atual presidente, que é maranhense só queria sair candidato a vereador. Eu não ia ser usada pra isso. Desde 2002 me afastei até esse ano a sede era aqui na minha casa. As pessoas se reuniam aqui, pra formar as idéias. Inclusivo, eu tinha os projetos, do jeito que existe o Centro de Tradição Gaúcha (CTG). Aqui, tem que ter a tradição do Nordeste, tem muitas coisas que a gente sente saudades, que agente vivia lá que aqui não tem. Então, eu chamei os professores da universidade pra gente fazer uns projetos pra pedir aos governos que viabilize um centro de lazer nordestino, com as culturas, com uma casa de apóio, pra dá até assistência social. Só que eles tinham interesse político e desisti. Porque era só no tempo da política e acabava. Eu preferia ficar sozinha e ajudar os meus conterrâneos, que hoje eles vêm dos assentamentos no interior das cidades. E os feirantes

⁵² Entrevista cedida em novembro de 2005, por Jesus do Espírito Santo Ferreira, nasceu em Manaus, filha de pai cearense da cidade de Tianguá,, fundadora da Associação de Dança Cangaceiros Ciranda do Thianguá.

também, eu trabalho na área social pros feirantes. A maioria também é nordestino".⁵³

Porém a questão das redes sociais de nordestinos em Roraima não é algo recente, pois a História mostra que desde o início da formação social da sociedade roraimense as redes já eram evidentes, essa é apenas mais uma etapa dessa grande e insustentável categoria que surge dentro do processo migratório.

“Através de um amigo que conhecia a Região Norte do Brasil, o pai de Luciano soube de um município no norte do Amazonas onde o filho poderia encontrar um emprego que garantiria seu sustento. No ano de 1915, num porão de navio em direção a Manaus, o jovem cearense pegou outra embarcação rumo a Boa Vista do Rio Branco, onde conheceu o pecuarista Adolfo Brasil, também descendente de cearense. [...] Luciano trabalhou por algum tempo como pião, depois na fazenda do Coronel Pinto, na Serra da Lua, impressionou o patrão com a disposição para o trabalho, chegando à função de vaqueiro e, pelo seu empenho, passou a capataz da fazenda. [...] Nas fazendas, vigorava o sistema de “quarta”⁵⁴, com a partilha sendo feita na época da “ferra”⁵⁵, quando o rebanho é contado. Depois de 5 anos na propriedade do Coronel Pinto, Luciano Bezerra já podia juntar seu gado e formar sua própria fazenda. [...] Luciano Bezerra sempre mandava dinheiro para a sua família em Riacho do Sangue. Ele praticamente sustentava toda a família [...]. A fama de homem generoso atravessava fronteira. Cada conterrâneo que chegava do Ceará já vinha com a recomendação de procurar o “Seu Lúcio”. E ele não frustrava a expectativa do recém-chegado: nessas situações, sempre oferecia a sua casa para as pessoas vindas do Nordeste. O visitante se alojava e recebia a garantia de Luciano que ele só sairia de sua casa quando arranjasse um emprego”.⁵⁶

A reprodução do espaço, articuladas em redes pelos nordestinos em Boa Vista, ocorre desde a sua formação como território, como mostra a história e continua num processo de reprodução, pois ela pode ser relatada mudando o tempo e os sujeitos, mas não muda o espaço em que ocorre o fato nem o fator.

Vários relatos que evidenciam as relações entre os nordestinos em Boa Vista, articulados em redes, fazem parte de uma rotina conhecida pelos que ali se encontram. Como exemplo, tem a rede social cearense que domina o comércio no Bairro Centro de Boa Vista, onde

⁵³ Ver nota de rodapé 13 deste capítulo.

⁵⁴ Uma parceria entre o patrão e o vaqueiro, onde a cada quatro bois nascidos, um é do vaqueiro.

⁵⁵ Marcar o rebanho com ferro.

⁵⁶ História de Luciano Bezerra foi retirada do Jornal Folha de Boa Vista, 2000.

Freitas (1998), referindo-se ao número de comerciantes instalados na Avenida Jaime Brasil, Centro Comercial de Boa Vista, escreve o seguinte:

“A Avenida Jaime Brasil, poderá muito bem, trocar de nome, passando-se a ser chamada, de Avenida Ceará, tantos são os cearenses que fazem dessa importante artéria de Boa Vista, um logradouro comercial, por excelência, e na sua quase totalidade oriundos da terra de Iracema”.

Foi por Manaus que se articulou o início da rede cearense predominante no comércio do Centro de Boa Vista, nos anos de 1970, quando camelôs, num constante fluxo, terminavam por fixar residência e a partir de João de Deus, cearense de Coreaú, montou-se a rede responsável pelo desenvolvimento do comércio de Roraima, nos que se adentraram a sua chegada:

*“Em Boa Vista, começou com João de Deus, que recebeu Francisco de Assis Gomes [1973], José Carneiro de Albuquerque e Francisco Carneiro de Albuquerque “Chiquinho” [1974]. Por sua vez José Carneiro de Albuquerque, chamou os irmãos Dário Carneiro de Albuquerque e Onofre Carneiro de Albuquerque. Francisco Carneiro de Albuquerque “Chiquinho” casou no Ceará trouxe a esposa e aos poucos foi trazendo os cunhados [sete]. Francisco de Assis Gomes casou com uma cearense, trouxe o irmão Francisco Manuel Gomes [Loja Milano], trouxe o cunhado hoje é dono da Big Center, trouxe os irmãos José de Albuquerque [Loja Bela Vista] e João Carneiro que por sua vez trouxe Wladimir Gomes de Albuquerque [Loja Guanabara] que por sua vez trouxe o Alexandre”.*⁵⁷

A rede cearense se estendeu ultrapassando os limites de Boa Vista. Com a ascensão econômica conseguida pelos cearenses da Avenida Jaime Brasil, a rede social passou a ter dois pontos de convergência: uma em Boa Vista (matriz) e outra na área urbana do município de Pacaraima⁵⁸ (filiais), localizado no extremo norte do estado, fronteira com a República da Venezuela, com acesso pela BR 174 no trecho Boa Vista / Pacaraima.

Pacaraima tornou-se uma área de veraneio, pois se encontra no Complexo do Parima, em área com altitudes que variam entre 600m e 700m, nas proximidades do Parque Nacional do

⁵⁷ Declaração feita por Sr. Chiquinho, nascido na cidade de Coreaú, proprietário da Loja Boa Vista e Shopping Fortaleza. Entrevista cedida em 2000.

⁵⁸ Pacaraima é a porta de entrada pelo extremo norte do Brasil pela BR 174 (Pacaraima / Boa Vista/Manaus). Foi elevada a categoria de município pela lei estadual nº 96 de 17 de outubro de 1995, sendo desmembrada do município de Boa Vista, antes da emancipação era conhecido como Vila BV8, em alusão ao marco Brasil/Venezuela Nº 8. É o ponto extremo da BR 174, na fronteira setentrional, a 212 Km de Boa Vista, com 8.063,9 Km², dos quais 66 % estão em áreas indígenas. Pelos dados do IBGE 2005 a população estimada de Pacaraima é de 8.215 habitantes (IBGE / RR, 2005). (Tabela 1)

Monte Roraima, importante atrativo turístico. A procura por imóveis pela sociedade Boa-vistense, para refúgio de fim de semana, articulou a demanda no setor terciário e os cearenses vinculados a atividades comerciais montaram uma rede de filiais de suas lojas, ocorrendo uma extensão da Avenida Jaime Brasil no Centro Comercial de Pacaraima.

"Aqui em Pacaraima há uma seqüência da família, começou com Sr. Bebe, dono do Bazar Bagaço e Comercial Brasil em Pacaraima, que em Boa Vista é dono do Magazine do Povo. É um dos primeiros cearense no ramo do comércio em Boa Vista, ele dava o apoio, muitos trabalhavam com ele, outros ele apoiava, com o aluguel simbólico de uma casa para o ponto comercial, enquanto a pessoa se firmava... Aqui a família Albuquerque é dono de uns 70% do comércio; Comercial Brasil, Bazar Bagaço, Mine Tenda Brasil, Comercial Fortaleza, Comercial Bahia, Comercial Amazonas, Três Comercial dos filhos do Carneiro [sem nome], Comercial Moreira, Varejão Albuquerque, Restaurante São Francisco, Virgem de Fátima e outros que não tem nome... Vou lhe explicar: se aqui tivesse 25 comércios, 15 era de cearenses".⁵⁹

Pode-se também avaliar este fluxo pelo fator fronteiro, pois existe um fluxo econômico inerente de fronteiras geopolíticas. As crises econômicas enfrentadas pelos Países limítrofes – Brasil / Venezuela - possibilitam a ascensão econômica para uma sociedade, quando a outra está em crise. Lembrando que, no final dos anos de 1980, eram os moradores da cidade de Boa Vista que cruzavam a fronteira com a Venezuela para lá adquirir bens, numa viagem de 180 km, saída viável economicamente para o roraimense, além dos comerciantes, que abasteciam seus estabelecimentos comerciais.

Nos anos de 1990, o processo inverteu e eram os venezuelanos que cortavam a fronteira com o Brasil no município de Pacaraima, distante apenas 17 Km. Isso também foi um fator para que vários comerciantes abrissem filiais em Pacaraima.

Na necessidade de atender os dois centros comerciais, os donos se vêm obrigados a trazer familiares do nordeste para lhes ajudarem nos cargos de gerentes e balconistas. Dada a

⁵⁹ Declaração feita pelo Sr. Luiz de Albuquerque, nascido na cidade de Coreaú comerciante no Município de Pacaraima. Entrevista cedida em 2000.

estagnação econômica interiorana nordestina, os que são convidados aceitam sem nenhum obstáculo, sendo rejeitado apenas quando compromissos familiares os obrigam a ficar no Nordeste.

Vale ressaltar que pelos dados do PNAD, não só o Ceará, mas todos os estados da Região Nordeste têm seus representantes residentes em Roraima. No período de 1998/1999, com o levantamento feito pelo IBGE (Anexo E), do total da população urbana residente no Estado de Roraima em 1999, 52.271 habitantes são de Estados da Região Nordeste, isto é, aproximadamente 26,4% da população urbana de Roraima é composta por nordestinos, dando especial destaque aos maranhenses que perfazem um total de 34.335 e que se destacam no setor de comércio na Zona Oeste da cidade.

O transbordo destes, geralmente, se faz por meio de parentes alocados em Roraima ou pelos interesses comerciais. Este último meio, se consubstancia por futuros patrões (geralmente parentes), através de acordo prévio de vínculo empregatício num período de cinco anos, tendo no final desse período uma passagem de retorno, caso o empregado necessite voltar.

“Eu trabalhava e fiquei desempregada porque o prefeito que votei perdeu. O irmão do meu marido era gerente do Bazar Bagaço já tinha cinco anos, ele foi passear em Coreaú em 1998 e trouxe a gente com ele (ela o marido e o irmão), quem pagou as passagens de avião foi o dono do Bazar Bagaço com um contrato verbal de que se a gente passasse cinco anos trabalhando para ele, esse pagaria a passagem de volta. Tenho uma irmã que não veio por causa do namorado. Porque só não vem de Coreaú para Roraima quando tem uma pessoa que atrapalhe (esposa ou esposo, namorado ou namorada, noivo ou noiva) ou se já tem algum empreguinho na cidade, porque o desemprego é muito grande no interior do Ceará.”⁶⁰

Numa análise mais integradora num contexto social, o cantor cearense George Farias, que há 15 anos reside em Roraima, relata as adversidades dos que chegaram antes, quando ainda era possível a garantia da estabilidade, aos que chegam mais recentemente, pois no momento Roraima não assegura a almejada ascensão social e que estes devem se adequar às atuais características.

“Tinha muita gente vindo do Nordeste para o Norte, porque aqui era um lugar que estava crescendo, todo um horizonte pela frente e era fácil de conseguir emprego e as pessoas que vinham geralmente eram pessoas sem formação

⁶⁰ Declaração da balconista do Comercial Bagaço, localizado na fronteira do Brasil com a Venezuela, município de Pacaraima, nascida em Coreaú, no Estado do Ceará. Chegou em Roraima em 1994.

nenhuma, pessoas do campo, pessoas que não tinham conhecimento vasto, sem estudo e essas pessoas formaram a consciência, do que é hoje o Estado e essas pessoas que estavam querendo ajudar Roraima a crescer na verdade eles estavam procurando se ajudar, porque eles estavam fugindo da seca, da fome, do desemprego que o Nordeste até hoje apresenta. A oportunidade de trabalho tem em qualquer canto, a variante vai à questão da formação, por menor que seja a formação de uma determinada pessoa, o mínimo que ela tenha aprendido em casa com os pais ou numa escola, ela se emprega fácil em qualquer lugar. Em Roraima, a carência de mão-de-obra especializada fazia com que as pessoas, que aqui chegassem com o mínimo de formação conseguissem um emprego. Hoje a migração de nordestinos ocorre de forma diferente, no século 21 as pessoas já chegam sabendo aonde vão chegar o que irão comer. Há duas décadas, os migrantes não sabiam muito bem o que iriam encontrar, Boa Vista, Roraima, outra parte depois do Amazonas. Não sabiam com quem iam encontrar, sabiam apenas que tinha ouro, diamante, a idéia era que aqui tudo ia ser mais fácil, não sei que ponto de vista seria mais fácil, mas tinha certa facilidade. Achavam que a cidade não existia que era só maloca, que tinha índio andando na rua. Hoje... Vem com casa garantida, terreno garantido, uma cesta básica garantida, e quando chega aqui é tudo outra realidade, essa que está chegando hoje não tem formação profissional e quem chega com uma formação se emprega, tem garantido um emprego tanto no governo como em empresas privadas e chega sempre com o ar de que é o colonizador, achando que sabe tudo e quando chega aqui ele não sabe de nada, o conhecimento que ele tem serve muito bem para ele, lá onde ele estava; aqui o conhecimento dele é meio inútil, ele vai ter que adaptar o conhecimento dele a realidade de Roraima hoje⁶¹”.

Enfim, no contexto das redes sociais, que reforça o migrante a se estabelecer e se firmar em território diferente do seu e que com perseverança e insistência reproduz uma nova realidade multiterritorial, nasce uma identidade moldada nas diferentes origens de comunidades que se encontram numa miscigenação: índios, brancos, portugueses e ‘nordestinos’ (que já o é híbrido).

⁶¹ Declaração cedida por Carlos George Rodrigues Farias, chegou a Roraima no dia 10 / 12 / 1989, hoje com 3 discos gravados, casado com a roraimense Maria Irone de Andrade.

6 MULTITERRITORIALIDADE E MIGRAÇÃO

6.1 Concepções do Território: Territorialidades

A discussão proposta nesse capítulo ultrapassa os limites da definição do conceito território, pois, por si, o território é um processo de conjugação de forças, de relações de produções interconectadas de articulações integradas pelos aspectos sociais (econômicos, políticos e culturais), no tempo e no espaço.

É importante aprofundar o debate sobre os vínculos e as possíveis distinções entre as noções de território e de territorialidade. A territorialidade é a dimensão simbólico-cultural do território, especialmente no que tange aos processos de identificação territorial, ou seja, as propriedades gerais reconhecidas necessárias à existência do território e variam de acordo com o conceito de território adotado.

A territorialidade é abstrata, imaterialidade no sentido ontológico de que, enquanto "imagem" ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado.

Haesbaert (2004b, f. 10), numa revisão teórica sintetizou formas que a noção/conceito de territorialidade pode ser apresentada:

- 1) Territorialidade num enfoque mais epistemológico: "abstração", condição genérica (teórica) para a existência do território [...].
- 2) Territorialidade num sentido mais ontológico: a. Como materialidade (ex.: controle físico do acesso através do espaço material). b. Como imaterialidade (ex. controle simbólico, através de uma identidade territorial ou "comunidade territorial imaginada"). c. Como "espaço vivido" (frente aos espaços - neste caso, territórios, formais - institucionais), conjugando materialidade e imaterialidade.

Esse também salienta que, como as concepções de territorialidade devem estar sempre associadas a concepções dos territórios correspondentes, é igualmente relevante distinguir as possibilidades de se trabalhar com a relação entre território e territorialidade, que se estende desde a

indistinção até a completa separação:

- a) Territorialidade como concepção mais ampla que território, que o engloba (a todo território corresponderia uma territorialidade, mas nem toda territorialidade teria um território correspondente), territorialidade tanto como uma propriedade de territórios efetivamente construídos quanto como "condição" (teórica) para a sua existência [...].
- b) Territorialidade como concepção claramente distinta de território, em dois sentidos: 1. territorialidade como domínio da imaterialidade, como concepção distinta de território, obrigatoriamente material, concreto; [...], ou seja, enquanto "abstração" analítica e enquanto dimensão imaterial ou identidade territorial. [...] territorialidade como domínio do "vivido" [...] 2 c) ou do não institucionalizado, frente ao território como espaço formal-institucionalizado (visão mais estrita de território a partir de sua dimensão político-jurídica, estatal)
- d) Territorialidade como uma das dimensões do território, a dimensão simbólica (ou a "identidade territorial"), conforme utilizado algumas vezes no âmbito da Antropologia [...] (HAESBAERT, 2004b, f. 11).

Assim, há necessidade de sempre esclarecer a que concepção de territorialidade ou a que relação entre território e territorialidade a temática ora estudada se refere.

Haesbaert distinguiu duas dimensões principais do território, uma mais funcional e outra mais simbólica, e é baseado neste que esta pesquisa se apóia, tratando a multiterritorialidade do nordestino em Boa Vista / Roraima a partir da territorialidade num sentido das dimensões funcional e simbólica, ou "vivida" do território, tenha ele existência concreta ou não, sempre mantendo as relações de poder, onde se percebe a riqueza das múltiplas territorialidades em que o migrante está mergulhado.

Neste sentido, propõem-se mais uma vez re-definir território:

[...] o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico -políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. Assim no [espaço delimitado há um híbrido], [...] entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e "idealidade", numa complexa interação tempo-espaço, [...] na indissociação entre movimento e (relativa) mobilidade, [...] [entre] fixos e fluxos, circulação e 'iconografias' [...] (HAESBAERT, 2004a, p. 79).

O território passa, então, gradativamente, de um território de controle de áreas (lógica típica do Estado - Nação) para um "território-rede" ou de controle de redes onde o movimento e ou a

mobilidade passa a ser um elemento fundamental na construção deste. Então, dentro dessa multiplicidade territorial em que todos (e não só os migrantes) estão mergulhados, analisam-se os traços fundamentais que marca a existência de múltiplos territórios (do tipo mais funcional ou mais simbólico, com os sujeitos que o promovem - empresas, o Estado, grupos culturais -, e com níveis de intensidade da atuação do 'poder'), a experiência cada vez mais intensa daquilo que Haesbaert denomina 'multiterritorialidade'.

O espaço pode ser concebido como um cenário de territorialidades, isto é, entre jurisdições, reais e imaginadas, que incidem sobre os territórios estruturados e habitados. Os territórios plurais são uma multiplicidade de espaços diversos, culturais, sociais e políticos, com conteúdos jurisdicionais em tensão, que produzem formas particulares de identidade territorial, como se todo território (formalmente instituído) implicasse o convívio de múltiplas territorialidades, tanto pela justaposição como pela sobreposição, numa conquista de espaço simbólico de poder. Daí a necessidade de se encarar o território, conseqüentemente a territorialidade, como categoria temporária, de vez que no espaço pós-moderno há constante transformação.

6.2 Abordagem Integradora: Multiterritorialidade

Devido à amplitude que a geografia adquiriu na atualidade, pois está mergulhada em problemáticas políticas, econômicas, sociais, cada vez mais impregnadas das perspectivas culturais, a pesquisa ora desenvolvida, se apóia na 'abordagem integradora' do território, pela impossibilidade de traçar limites, no sentido de que qualquer análise de identidade/territorialidade, hoje, deve passar pelos interesses e/ou implicações político-econômicas de sua construção (HAESBAERT, 2004a, p. 77).

Assim, o território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais, pois segundo esse, elas, *são e estão* relacionadas e, por isso, condicionam-se; são indissociáveis e o reconhecimento desta articulação se faz necessário para superar os limites impostos por cada abordagem feita isoladamente.

O território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido. [...] o "território" com o qual estamos trabalhando... [tem] uma leitura integradora, o território [responde] pelo conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço, os elementos-chave responsáveis por essas relações diferem consideravelmente ao longo do tempo. [...] a idéia de território como "experiência total do espaço", que conjuga num mesmo local os principais componentes da vida social, não é mais possível, não é simplesmente porque não existe essa integração, pois não há vida sem, ao mesmo tempo, atividade econômica, poder político e criação de significado, de cultura (HAESBAERT, 2004a, p. 78).

Assim, levando em conta as concepções de território e de 'territórios múltiplos' anteriormente discutidas, pode-se afirmar que o homem está desde de sempre vivendo numa multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios [e/ou territorialidades] ao mesmo tempo (casa, bairros, cidade...), resultado do processo de apropriação e domínio de um espaço, cotidianamente.

[...] uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma "multiterritorialidade" (HAESBAERT, 2004a, p. 344).

Fica evidente a necessidade de distinguir, inicialmente, multiterritorialidade num sentido amplo, ligada à propriedade genérica da multiplicidade territorial e multiterritorialidade, que envolve a experiência concreta de múltiplos territórios e/ou territorialidades.

Pode-se viver ao mesmo tempo ao nível da família, de um grupo, de uma nação. Existe uma multiterritorialidade no sentido mais tradicional, de pertencer, resultante de uma sobreposição lógica de territórios, hierarquicamente articulados, "encaixados" na vida cotidiana conforme os distintos poderes no "tempo-espaço" representado em espaços superpostos.

Lacoste (1988, p. 49), reconhece então as diferentes representações do espaço referidas à nossa mobilidade mais restrita, cotidiana (a nível de bairro, cidade, deslocamentos de fim de semana); as configurações espaciais não-coincidentes das redes das quais dependemos (redes administrativas, de comercialização, de influência urbana, financeiras); e as representações espaciais

de mais ampla escala, veiculadas pela mídia e pelo turismo, e que freqüentemente abarcam o mundo no seu conjunto. Assim:

O desenvolvimento desse processo de espacialidade diferencial se traduz por essa proliferação de representações espaciais, pela multiplicação das preocupações concementes ao espaço (nem que seja por causa da multiplicação dos deslocamentos). Mas esse espaço do qual todo mundo fala, ao qual nos referimos todo tempo, é cada vez mais difícil de apreender globalmente para se perceber suas relações com uma política global (LACOSTE, 1988, p. 50).

Os indivíduos tecem sua própria rede, ou melhor, seu(s) próprio(s) território(s)-rede(s) - que implicam, sem dúvida, assim, a vivência de uma multiterritorialidade, pois todo território-rede resulta da conjugação, em outra escala, de territórios-zona, descontínuos. Além disso, mais do que de superposição espacial, como enfatiza Lacoste, trata-se hoje, principalmente com o novo aparato tecnológico-informacional à disposição do homem, de uma multiterritorialidade não apenas por deslocamento físico como também por "conectividade virtual", a capacidade de interagir à distância, influenciando e, de alguma forma, integrando outros territórios. Partindo dessa colocação de Lacoste, Haesbaert distingue duas grandes perspectivas de tratamento da multiterritorialidade:

[...] aquela que diz respeito a uma multiterritorialidade "moderna", de territórios de redes, embrionária, e aquela que se refere à multiterritorialidade 'pós-moderna' reticular ou de territórios-rede propriamente ditos, ou seja, a multiterritorialidade em sentido estrito (HAESBAERT, 2004a, p. 348).

Segundo Haesbaert (2004a, p. 347), a multiterritorialidade inclui assim uma mudança não apenas quantitativa - pela maior diversidade de territórios que se colocam ao dispor do sujeito (ou, pelo menos, das classes mais privilegiadas) - mas também qualitativa, na medida em que hoje a possibilidade de combinar em uma forma inédita a intervenção e, de certa forma, a vivência, concomitante, de uma enorme gama de diferentes territórios e/ou territorialidades.

A chamada condição pós-moderna inclui assim uma multiterritorialidade:

[...] resultante do domínio de um novo tipo de território, o território-rede em sentido estrito [...]. na perspectiva euclidiana de um espaço-superfície contínuo praticamente sucumbe à descontinuidade, à

fragmentação e à simultaneidade de territórios que não podemos mais distinguir claramente onde começam e onde terminam ou, ainda, onde irão "eclozir", pois formações rizomáticas também são possíveis. [...] (HAESBAERT, 2004a, p. 348).

Esta flexibilidade territorial do mundo dito "pós-moderno", embora não seja uma marca universalmente difundida, permite que alguns grupos, em geral os mais privilegiados, usufruam de uma multiplicidade inédita de territórios, seja no sentido da sua sobreposição num mesmo local, seja da sua conexão em rede por vários pontos do mundo que permite as múltiplas modalidades de territorialidade existentes, criando a partir daí uma nova (multi)territorialidade.

Trata-se assim de vivenciar essas múltiplas modalidades, de forma simultânea (no caso da mobilidade "virtual", por exemplo) ou sucessiva (no caso da mobilidade física), num mesmo conjunto que, no caso dos indivíduos ou de alguns grupos, pode favorecer mais uma vez, agora não mais na forma de territórios-zona contínuos, um novo tipo de "experiência espacial integrada".

Após a distinção da multiterritorialidade num sentido de múltiplos territórios, é importante distinguir, a dimensão mais propriamente material e a dimensão simbólica da multiterritorialidade, pois esta pode ter uma dimensão concreta mais incisiva, com maior carga simbólica, além da distinção entre a multiterritorialidade potencial (a possibilidade de ser construída ou acionada) e a multiterritorialidade efetiva, realizada.

A multiterritorialidade tem como condições básicas a presença de uma grande multiplicidade de territórios e territorialidades a articulação de territórios-rede, para então se desenhar as diferenciações dentro da própria dinâmica de "multiterritorialização".

6.2.1 Multiterritorialidade, Migração e Hibridismo

No que se refere à migração, esse é um processo multidimensional, condensando toda a complexidade das dinâmicas territoriais das sociedades, por esta razão, no que diz respeito à multiterritorialidade, a abordagem do papel das migrações, em sentido mais amplo, está diretamente relacionado às dinâmicas, entretanto, há necessidade de saber até que ponto a mobilidade

geográfica pode ser vinculada à desterritorialização.

A mobilidade está diretamente ligada aos distintos sujeitos que a propõem e/ou exercem, o migrante é parcela integrante - ou que está em busca de integração - numa (pós) modernidade marcada pela flexibilização - e precarização - das relações de trabalho (HAESBAERT, 2004a, p. 238).

O migrante enfatiza o papel "positivo" da desterritorialização e desenvolve uma leitura que deve ser entendida cronologicamente, no sentido de uma generalidade que está ligada, ao mesmo tempo, à reterritorialização, sobre os novos circuitos; rural, sobre os novos modos de exploração; urbana, sobre as novas funções etc.

O migrante é associado à desterritorialização relativa, e sua mobilidade é de alguma forma, não só uma "mobilidade controlada" como também é "direcionada", inclusive pela definição mais simples de "imigrante", sempre referida à transposição de uma fronteira politicamente constituída, trata-se do "indivíduo móvel", numa perspectiva de mobilidade com permanência relativamente maior no sentido "residencial".

A migração, onde a mobilidade é mais um meio do que um fim, uma espécie de intermediação numa vida em busca de certa estabilidade (em sentido amplo), certamente não poderá ser vista simplesmente como um processo de "desterritorialização". Primeiro, porque não há desterritorialização sem territorialização (a migração pode ser vista como um processo em diversos níveis de des-reterritorialização) e, em segundo lugar, migrante é uma categoria que merece uma análise mais profunda, podendo dizer que há tantos tipos de migrantes quanto de sujeitos ou grupos sociais envolvidos nos processos migratórios, então, falar genericamente em migração pode mesmo tornar-se temerário – é obrigação qualificá-la (HAESBAERT, 2004a, p. 246).

Toda representação sem uma perspectiva histórico-social está levada a erros, não é o conceito que vai à realidade mas de realidade se constrói o conceito, e denota-se o conceito diante dos fundamentos do real porque dele emerge.

Em geral, ainda que na modernidade o mundo tenha sido considerado, por alguns teóricos, desterritorializado, esta gera várias formas de reterritorialização, portanto uma multiterritorialização, que envolve o esforço de criação de novos territórios (pessoais ou coletivos), que se fixam no sentido de criar e defender várias formas de direitos (formais ou informais, legais ou ilegais) que permitam que a

comunidade deslocada continue a se reproduzir.

Assim como os processos de des-territorialização podem ser multidimensionalmente caracterizados, o mesmo ocorre com as migrações, com a importante constatação de que se trata de processos internamente diferenciados: a análise da des-territorialização depende do momento e do lugar em que a trajetória do migrante está sendo analisada; há migrações ditas "econômicas" vinculadas à mobilidade pelo trabalho; migrações provocadas por questões políticas; além das por questões culturais ou ainda "ambientais" (não esquecendo que a questão prioritária pode ser uma das citadas, mas todas ocorrem e influenciam o mesmo processo migratório simultaneamente) (HAESBAERT, 2004a, p. 246).

Essa multiplicidade de fatores que desencadeia os fluxos migratórios deve ser relacionada ao tipo ou ao nível de desterritorialização, e através da figura do migrante pode-se, então, entender melhor as diversas formas com que a desterritorialização é focada (HAESBAERT, 2004a, p. 246).

O migrante que se desloca antes de tudo por motivos econômicos, imerso nos processos de exclusão socioeconômica, pode vivenciar distintas situações de des-territorialização: deixar um emprego mal remunerado para buscar outro com remuneração mais justa; pode estar querendo usufruir ganhos pela diferença de poder aquisitivo da moeda de um país em relação a outro; pode estar buscando investir capital ou expandir negócios. Todas estas situações envolvem níveis de desterritorialização distintos, ligados às diferentes possibilidades que o migrante carrega em relação ao "controle" do seu espaço, ou seja, à sua reterritorialização - o que inclui também, o tipo de relação que ele continua mantendo com o espaço de partida (HAESBAERT, 2004a, p. 246).

Há migrações envolvendo questões ecológicas ou de degradação ambiental, mas as questões políticas e socioeconômicas estão envolvidas no mesmo contexto, como as secas dramáticas, agravadas pela lógica capitalista vigente, que envolve fortes elementos de ordem "natural", pelo simples fato de que, diante do nível socioeconômico e tecnológico de certos grupos sociais, não existe possibilidade de "dominar" ou de se apropriar de certas áreas onde as condições físicas são muito adversas⁶² (HAESBAERT, 2004a, p. 247).

Outra situação diretamente ligada a anterior e também enfrentam este tipo de

⁶² Não se trata, da discussão sobre as concepções "naturalistas" de território, de resgatar um discurso "determinista", mas de reconhecer a especificidade da dinâmica sociedade-natureza, especialmente em determinados contextos políticos e socioculturais (HAESBAERT, 2004b, p. 247).

desterritorialização, são dos grupos de agricultores pobres ou nações indígenas expropriadas ou os atingidos por barragens, que em busca de terra agricultável ou que disponha dos recursos mínimos requeridos à sobrevivência migram para encontrar terras que possam utilizar (dimensão econômico-funcional do território) e através das quais possam reconstruir ou manifestar sua identidade cultural (dimensão simbólica ou expressiva do território) (HAESBAERT, 2004a, p. 247).

Num sentido mais político, as migrações ainda são amplamente regidas pela territorialidade dos Estados-Nações que ainda procura exercer o controle dos fluxos migratórios internos e externos, mesmo que as fronteiras tenham se tornado mais abertas para a circulação do capital financeiro ou para os fluxos de mercadorias (HAESBAERT, 2004a, p. 248).

Assim, não é obrigatoriamente por sair de seu território de origem, que os migrantes se tornam, automaticamente, "desterritorializados", o mesmo acontecendo em relação a sua identidade, pois, ainda que simbolicamente, é possível manter ou recriar territórios imaginários, representando uma "reterritorialização" a nível cultural (HAESBAERT, 2004a, p. 248).

Claro que a identidade em seu sentido reterritorializador não constitui simplesmente um transplante da identidade de origem, mas um amálgama, um híbrido (HAESBAERT, 2004a, p. 249). Póvoa Neto (1994), citado no capítulo que discute teorias sobre migração, por exemplo, destaca o papel da migração e das representações que se fazem do migrante fora de sua região na (re)construção da identidade analisando o caso dos migrantes nordestinos no Sudeste brasileiro. Ou o que Benchimol (1999), citado no capítulo que discute a migração nordestina, destaca a sociabilidade do nordestino na Amazônia.

Enfim é importante destacar a colocação de Haesbaert, em que coloca o migrante como uma entidade abstrata, resultado de um somatório das mais diversas condições sociais e identidades étnico-culturais, onde a desterritorialização desse, é um processo altamente complexo e diferenciado, diferenciação esta que aparece acoplada:

- a. às classes socioeconômicas e aos grupos culturais a que está referida;
- b. aos níveis de des-vinculação com o território no sentido de:
 - b.1. presença de uma base física minimamente estável para a sobrevivência do grupo, o que inclui seu acesso a infra-estruturas e serviços básicos;
 - b.2. acesso aos direitos fundamentais de cidadania, garantidos ainda hoje, sobretudo, a partir do território nacional em que o migrante está inserido;

b.3. manutenção de sua identidade sociocultural através de espaços específicos, seja para a reprodução de seus ritos, seja como referenciais simbólicos para a "reinvenção" identitária (HAESBAERT, 2004a, p. 250).

Baseado em Haesbaert, pode-se avaliar diferentes níveis de des-territorialização para cada grupo ou classe social, percebendo que aquilo denominado de desterritorialização para uns não o é para tantos outros, como a elite que se locomove com facilidade nada tem em comum com o deslocamento das classes mais pobres é preciso distinguir entre a desterritorialização dos grupos dominantes e a desterritorialização das classes mais expropriadas, pois a multiterritorialização é consequência de como cada processo ocorre, pois:

Desterritorialização, para os ricos, pode ser confundida com uma multiterritorialidade segura, mergulhada na flexibilidade e em experiências múltiplas de uma mobilidade "opcional" [...]. Enquanto isso, para os mais pobres, a desterritorialização é uma multi ou, no limite, a-territorialidade insegura, onde a mobilidade é compulsória quando lhes é dada como possibilidade, resultado da total falta de [...] alternativas, de "flexibilidade", em "experiências múltiplas" imprevisíveis em busca da simples sobrevivência física cotidiana (HAESBAERT, 2004a, p. 250).

Vale salientar que, mobilidade espacial não significa, obrigatoriamente, mobilidade social, e, num mundo onde o movimento é a regra, a fixidez e a estabilidade podem acabar transformando-se também numa espécie de recurso. É por essa razão que se utiliza o qualificativo "desterritorializado" muito mais para os migrantes de classes subalternas, do que para as classes privilegiadas, onde desterritorialização é apenas uma mobilidade física (HAESBAERT, 2004a, p. 251).

No que diz respeito ao hibridismo, baseado na concepção que Haesbaert (2002, 2004a,b), tem desenvolvido mais recentemente, sobre a multiterritorialidade, analisa-se o hibridismo em torno das novas formas da relação espaço-cultura, especialmente no hibridismo cultural, em torno da produção da diferença e das identidades, enfocando o que se refere ao estudo das identidades.

Segundo Saquet (2004, p. 8) essa é uma tendência que cresce sob a fluidez e heterogeneidade, e cujo processo de produção é inseparável das esferas política (a identidade como estratégia de poder) e econômica (a produção e o consumo da "diferença"), permitindo propor uma abordagem integradora no sentido de que qualquer análise de identidade/territorialidade, hoje, deve passar pelos interesses e/ou implicações político-econômicas de sua construção, priorizando, a

ligação entre hibridismo e multiterritorialidade.

Essa ação integradora da conta da complexidade - e do hibridismo - dos fenômenos contemporâneos e não perde a especificidade das interpretações geográficas, Assim, a proposta de abordagem integradora proposta por Haesbaert, envolve tanto uma interpretação que integre múltiplas dimensões (cultural, econômico, político...) quanto o reconhecimento do caráter híbrido ou múltiplo de muitos fenômenos geográficos.

Dessa forma, a migração sendo um dos condutores de uma multiterritorialidade, onde as identidades adquiridas se fundem, surgem novas concepções conceituais (sem perder a valorização das anteriores), que completam a dinamicidade e que servem de base para justificar a veracidade do que se afirma.

[...] novas concepções [...], indicam não a simples superação de antigas realidades (que em muitos casos ainda permanecem) e dos conceitos que procuravam traduzi-las, mas a emergência concomitante de situações mais complexas e, em parte, ambivalentes [...], em que o controle e os enraizamentos convivem numa mesma unidade com a mobilidade, a fluidez e os desenraizamentos (HAESBAERT, 2002, p. 137).

Por isso, mais do que marcar diferenças, os conceitos devem revelar multiplicidades, conexões, superposições, o que implica reconhecer sempre os elos com outros conceitos, pois são instrumentos auxiliares nas interpretações no sentido analítico, e no sentido de instrumentos de intervenção, capazes de, "intervir" no real, onde a validade destes estaria também no uso que se pode fazer deles e não apenas na significação/interpretação que eles propõem. Assim, como não há ciência "neutra", não há também "conceitos" neutros, a-históricos e a-políticos. O conceito está imerso, de alguma forma, na própria transformação da realidade que ele diz re-conhecer (SAQUET, 2004, p. 6) (HAESBAERT, 2004a, p. 137).

Com o território, portanto, não está sendo diferente, pois diante da realidade híbrida, ele passa a ser mais integrador especialmente quando separa cultura e natureza, mundo material e mundo imaterial, ou, em termos de poder, poder político (mais "funcional" ou concreto) e poder simbólico, pois como afirma Haesbaert:

[...] o território hoje se define muito mais através de suas imagens e

representações, sua dimensão simbólica ou sua "territorialidade", do que por sua dimensão material - o que faz com que alguns relacionem este fenômeno com processos de desterritorialização -, não há dúvida que não se trata de um processo de desterritorialização, mas de uma dinâmica muito mais complexa e aberta à vivência de uma crescente e complexa multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004b, f. 15).

O discurso de desterritorialização vincula-se ao desenraizamento e ao enfraquecimento das identidades territoriais, no mínimo é demasiado simples, pois o mundo está marcado pela imprevisibilidade e fluidez das redes e pela virtualidade, com fluxos, redes e imagens globais, assim o território, como espaço apropriado, tem uma concepção de multiplicidade, tanto no sentido da convivência de "múltiplos" tipos de território quanto da construção efetiva da multiterritorialidade.

Na análise de identidade/territorialidade, as implicações político-econômicas de sua construção, priorizam a ligação entre hibridismo e multiterritorialidade, pois, sujeitos que constantemente se deslocam migram ou mesmo aqueles que apenas virtualmente se deslocam, (fragmentados pela globalização), altera os referenciais modernos de sujeito, espaço e tempo, perdem, seu caráter mais estabilizado em tomo de uma cultura (identidade), criando novas posições de identificação, mais plurais, menos unitárias e estáveis.

Neste ponto, o hibridismo não se refere a indivíduos híbridos, que podem ser contrastados com os "tradicionais" e "modernos" como sujeitos plenamente formados, mas trata-se de um processo de tradução cultural, um momento ambíguo de transição, que acompanha qualquer modo de transformação social, pois de toda cultura de alguma forma nasce de um hibridismo, da mescla com outras culturas; como afirma Canclini (1997, p. 29, apud., HAESBAERT, 2004b, f. 16)⁶³, "[...], geradas ou promovidas pelas novas tecnologias [...], pela reorganização do público e do privado no espaço urbano e pela desterritorialização dos processos simbólicos".

O mais comum é que as pessoas e os grupos sociais desenvolvam vínculos identitários com mais de um território ou com territórios de características muito mais híbridas, "multiterritorializando-se". Não há espaço produzido que não o seja através da cultura dos grupos que o constituem, seja no sentido de cultura como o conjunto de relações que os distinguem ou no sentido do que se refere à produção de significados, à dimensão simbólica.

Não há como dissociar a cultura da produção do espaço, pois os processos mais

63 CANCLINI, N. Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade. São Paulo: EdUSP. 1997.

funcionais de dominação e os processos mais simbólicos de sua apropriação são integrados e indissociáveis com outras esferas, como a econômica e a política que efetivam diferentes redes e um determinado *campo de forças*.

A formação das redes de circulação e de comunicação contribui para o controle *do e no* espaço; elas agem como elementos mediadores da re-produção do poder da classe hegemônica e interligam o local, ao global, interferindo diretamente na territorialidade cotidiana dos indivíduos e grupos ou classes sociais.

[...] a "experiência integrada" do espaço (mas nunca "total", como na antiga conjugação íntima entre espaço econômico, político e cultural num espaço contínuo e relativamente bem delimitado) é possível somente se estivermos articulados (em rede) através de múltiplas escalas, que muitas vezes se estendem do local ao global. Não há território sem uma estruturação em rede que conecta diferentes pontos ou áreas (HAESBAERT, 2004a, p. 79).

As identidades são múltiplas, relacionais e em permanente (re)construção, o homem vive um processo de constante des-re-territorialização, portanto multicultural.

Enfim, para uma análise territorial, tem-se que ter uma visão de espaço como um híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e "idealidade", numa complexa interação tempo-espaço, onde o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2004a, p. 79).

6.2.2 Multiterritorialidade do Território

O território tratado aqui é antes de tudo um território simbólico, subjetivo ou uma referência para construções de identidades, ligado a uma hibridização cultural constituída de uma identidade. Esse é um espaço cumutativo / disjuntivo; um solo que agrupa, cria e recria um ser social, um espaço de simbiose; vivem nas mesmas paisagens, participam de atividades cotidianas, de

culturas diversas, dividem representações afetivas, com cumplicidades múltiplas, formando um sistema. Enfim, é um espaço de dependências e apropriações, pertencente a diferentes conjuntos de mesma estrutura econômica, política e cultural, através dos atos cívicos, por intermédio da vida associativa multidimensional.

Dessa forma, considerar o território como um lugar subjetivo, acrescenta algo mais, com dimensões que vão do físico ao mental, do social ao psicológico, em escalas diversas, pois na convergência destas características misturadas (de comutação /disjunção, de comensalismo / simbiose, de dependência / apropriação). No centro da noção de território, encontram-se dois sentidos: o da "identidade", a individualidade (a maneira particular), pois o território é um espaço diferente para cada indivíduo que o compõe e o "temporal" através da evolução, das mudanças ao longo dos anos em uma localidade, uma nação que permanece substancialmente igual.

Há, portanto, uma acoplagem, um círculo dialético, dinâmico. E é este circuito em espiral que faz do território um lugar também subjetivo, onde a memória dos fenômenos culturais é e está expressa no espaço e que, como espaço produzido, é um território. A subjetividade, mesmo que em memória, modifica ou sugere um território distinto, particular; e o espaço, enquanto limite territorial, fornece uma subjetividade estável, para que o tempo, que esboça (que é a base) o ser individual ou coletivo, se exprima se transforme no lugar simbólico, na paisagem e no território, reproduzindo constantemente. Assim, o espaço se multiterritorializa com ações num tempo histórico, com a sobreposição de identidades (híbridas), recriando num movimento constante, novas características aos territórios.

Cada sujeito ou grupo, em cada um de seus atos, celebra a identidade/subjetiva. As projeções espaciais de lembranças, reconstituídas no presente e nos diversos espaços anteriormente vividos (territórios) sustenta a memória tornando o sujeito híbrido e o espaço por esse produzido numa multiplicidade cultural.

O espaço é a oportunidade fornecida às memórias, pois coloca diante dos olhos coisas e sujeitos, oferecendo a possibilidade de repensar naquilo que os momentos vividos não permitiram, oferecendo uma espécie de regeneração interativa do tempo. O espaço é memória objetiva do futuro e interpreta um papel maior na formação de identidade num complexo contexto de multiterritorialidades contribuindo para a formação social do sujeito.

O território pode, assim, como o tempo, tanto se extenuar como se confirmar. Os mesmos agentes de cristalização do território se encontram ao longo de todo o processo e esse se transforma, por sua vez, no guardião de memória.

A partir da subjetividade (lembranças identitárias) e da objetividade do espaço (paisagens construídas que identificam o território), o sujeito enquanto migrante tem sua formação social sendo constantemente reformulada, que pode ser representada apenas no momento e espaço em que se encontra, pois a partir do instante que se segue no fluxo, esse passa a ter novas identificações, portanto outro território passa a se (re) formar e enquanto sujeito social, esse ainda se encontra em formação, pois novas cargas culturais serão justapostas às anteriores.

O território construído pelo migrante enquanto sujeito híbrido é (des) provido de uma identidade mestre, que logo de início já é híbrida pelo próprio fato de que o mundo cibernético lhe assegura uma maior complexidade, mesmo sem se deslocar objetivamente do espaço, contudo essa identidade mesmo com novas relações impostas, pela dinamicidade atual é nata (própria).

Na percepção de múltiplos territórios (aqueles ainda não vividos, porém conhecidos), quando percorridos, vivenciados se arrumam se ajustam objetivamente, numa mescla de informações e imagens assimiladas e acopladas dinamicamente às anteriores, multidimensionando o poder de visão do sujeito (migrante). Mais uma vez, essa dinâmica contribui para a formação social do sujeito que sem perceber acumula identidades e reformula a sua, numa complexa teia de redes sociais que se forma, complementando o contexto analisado (Gráfico 3).

O sujeito híbrido possui concepções concretas e abstratas objetivas e subjetivas, numa complexidade de informações acumuladas tanto pelo hibridismo global como pelo aquele adquirido nas rotas dos fluxos. Assim, a multiterritorialização, que envolve o esforço de criação de novos territórios (pessoais

ou coletivos), que se fixam não num imaginário nacional, mas apenas num imaginário de autonomia local ou regional ou de soberania (poder) de seus recursos, tem sempre um esforço no sentido de criar e defender várias formas de direitos (formais ou informais, legais ou ilegais) que permitam que a comunidade deslocada (migrantes em redes sociais) continue a se reproduzir sob condições instáveis ao garantir acesso confiável aos meios materiais para reprodução.

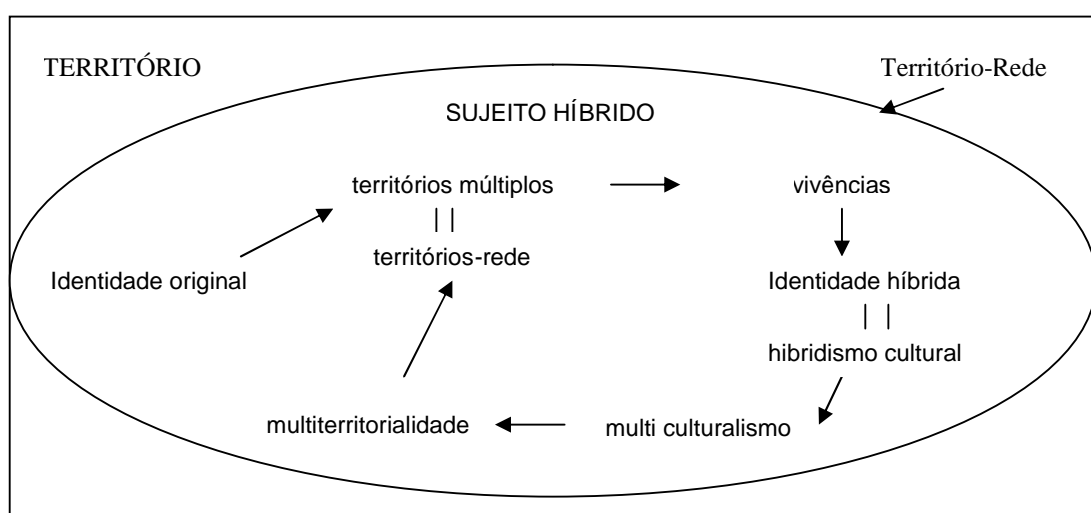


Gráfico 3 - Formação social do sujeito enquanto migrante: o sujeito híbrido

Por todos os processos que o migrante passa, no decorrer da trajetória (Gráfico 3) carrega um conjunto de subjetividades adquiridas e acumuladas e que juntamente com a objetividade territorial (as paisagens construídas no espaço) formam o território muito mais significativo e cheios de perspectivas de uma estabilidade mais perene, formando, para si, território-rede, territórios múltiplos, na medida em que podem conjugar territórios zona (manifestados numa escala espacialmente mais restrita) através de redes de conexão (numa escala mais ampla). Enfim, manter ou recriar territórios imaginários representa uma "reterritorialização" a nível cultural que limitam e determinam os arranjos sociais, no contexto de que as culturas são coerentes, com fronteiras contíguas e persistentes e sempre se firmou na sensação de que a sociabilidade do sujeito é naturalmente localizada e limitada pelo local.

Esta idéia é absolutamente explícita nos estudos de cultura material que consideram as

práticas espaciais como sua fonte principal de evidência e análise, ainda há uma sensação bastante difundida de que os seres humanos são condicionados a demandar espaços de lealdade que constituem extensões do seu território.

Retomando as afirmações iniciais, não há como trabalhar hoje a Geografia numa perspectiva cultural sem entender que, ao mesmo tempo em que se projeta por todas as esferas da vida e da reflexão teórica, ela se vê -'contaminada' por um hibridismo que, não separa natureza e cultura, materialidade e simbolismo, política, economia e cultura. Uma concepção como a de multiterritorialidade é capaz de apreender esta multiplicidade do espaço geográfico e, numa perspectiva de ênfase cultural, enfatizar os diferenciados processos de hibrid(iz)ação que se desdobram entre os grupos sociais em sua construção mais ou menos flexível, mais ou menos permeável, de seus espaços de vida.

6.2.3 Migração recente e multiterritorialidade em Roraima

Em Roraima, as territorialidades, segundo Barros (1998, p. 109), apresentam-se compostas por elementos diferenciados (grupos indígenas, fazendeiros, posseiros, Estado) que se foram superpondo, fundindo-se à sociedade nacional (provocando muitas tensões sócio-cultural-espaciais), com domínio de multiterritórios: Instituições federais como IBAMA com reservas ecológicas; FUNAI, com áreas indígenas com domínio territorial representando quase metade da superfície do Estado; INCRA, com os mais variados tipos de Projetos de Assentamento, aonde o domínio territorial chega a $\frac{3}{4}$ da superfície estadual; além de Igrejas que fomentam a consolidação de áreas indígenas, ecologistas com áreas de preservação ambiental criadas pelo Governo Federal, garimpeiros sobrepõem-se ao

território indígena e a criação de novos municípios sobrepondo reservas ambientais e áreas indígenas (Tabela 4).

Tabela 4 - Situação institucional das terras em Roraima: 1998

ÀREA	Km ²	%
RORAIMA	225.115	100
FUNAI	101.302	45,00
IBAMA	13.137	5,83
Exército	2.747	1,21
Áreas Inundáveis	13.394	5,94
Áreas Montanhosas	5.943	2,63
Áreas Livres	88.592	39,40

Fonte: Barros, 1998, p. 110.

O nordestino é responsável pela mais recente territorialidade, ocorrida em Roraima. Responsável pela produção do espaço de grande parte do Brasil, presente em vários ciclos da economia nacional e no soerguimento de inúmeros objetos geográficos, como as cidades e os grandes eixos de comunicação, os nordestinos são vistos pelo capital como reserva de mão-de-obra, circulante no País.

Em Roraima, os nordestinos, em particular maranhenses e cearenses, são responsáveis pela formação de novas territorialidades e novas formas de concepção do uso e do processo de domínio do território (econômico, político e cultural), com uma carga de influência absorvida pela população nativa expressa na paisagem urbana (em nome de estabelecimentos comerciais, nome de bairros, grupos folclóricos, nomes de pessoas, etc.), havendo dessa forma uma multiterritorialização do espaço roraimense, que se modifica acompanhando a transformação da sociedade, mas que conservam valores tradicionais do lugar de origem.

O fluxo migratório de nordestinos nos últimos anos vem ocorrendo de forma acelerada, com uma quantidade de sujeitos que chegam diariamente, em

proporção maior do que o crescimento dos investimentos em assistência social, e esse, a cada ano, consomem boa parte dos recursos do Estado, principalmente de maranhenses que impõem territorialidades reproduzindo o espaço (Figura 1).



Figura 1 - Oficina e Auto Peças Maranhão, Av. Mario Homem de Melo, 4047, Bairro Buritis, Boa Vista, RR.

Não somente para Roraima, mas para todo o território nacional, a migração é um fato histórico e faz parte da organização da sociedade e da produção do espaço nacional. Segundo Durham: ⁶⁴

[...] a rigidez da estratificação social no Brasil é tão grande que, para 'melhorar de vida' ou 'ascender socialmente', para uma grande maioria da população, sempre esteve associado à migração ou, melhor ainda, só era possível com a migração. Uma trajetória migratória se fundamenta nesta cultura (DURHAM, 1984 apud BRITO, 2000, p. 19).

Essa mobilidade faz a intermediação entre as trajetórias estruturadas social e economicamente e o nível da decisão individual de migrar. Mesmo que, no processo de decisão, esteja envolvida uma forma de alienação, em função da ilusão migratória, deve ficar claro que a migração não é um processo exclusivamente determinado pelas necessidades estruturais da sociedade e da economia e pelas imposições políticas do Estado.

⁶⁴ DURHAM, E. A. Caminho da cidade, 3ª e 4ª parte. São Paulo: Perspectiva, 1984.

Segundo Brito (2000, p. 19), a articulação entre os reservatórios de força de trabalho e os Estados ou regiões com maiores oportunidades econômicas, não é só um problema de “excedente demográfico” ou “regiões inóspitas” disponíveis, mas da capacidade de mobilizá-lo socialmente. Mesmo que o sujeito saiba que a sua possibilidade de êxito seja pequena, a motivação é forte, sustentada na tradição. Neste sentido, a trajetória é mais que uma estrada para o sujeito, quando ela passa a ser um caminho social para o qual ele é mobilizado, uma alternativa aberta pela sociedade e submetida, portanto, aos mesmos crivos das desigualdades sociais e a mesma seletividade.

É necessário que se reconheça que as ondas migratórias tendem a ser também impulsionadas pela integração territorial através das redes de comunicações e combinados a esses meios, existem as “redes de interação social”, através das quais as informações e o “sistema de apoio inicial” no lugar de destino são socializados entre os imigrantes, (MASSEY et al., 1990, p. 162).

As “promessas” de acesso à propriedade da terra nas regiões de fronteira, como Roraima, foram embutidas numa ideologia migratória ilusória de ascensão social que muitas vezes tinha uma correspondência real; muitos migrantes conseguiam, de fato, ascender socialmente e só assim adquiria a força de uma ideologia motivadora e mobilizadora.

Além dos fatores de expulsão nas regiões de origem, a economia, com suas aceleradas taxas de crescimento e altíssima capacidade de geração de emprego, assim como a sociedade se modernizando criavam um amplo leque de oportunidades que, se não eram plenamente acessíveis a todos os migrantes, devido à seletividade, eram, de fato, reais e possibilitavam o êxito de alguns. Essa realidade, por certo, reforçava o sujeito a se estabelecer e firmar-se na terra nova.

Com uma intensa mobilidade da força do trabalho em Roraima, foi instalado em 1981, pelo Governo Federal, um Centro de Recepção e Triagem em Jundiá (Vila do Jundiá, hoje município de Rorainópolis), localizado no km 330, da BR 174 (Boa Vista /Manaus), envolvendo entidades públicas, onde eram cadastradas a última procedência e a origem dos sujeitos.

Segundo Silveira; Gatti (1988, p. 52), nos dados coletados nessa triagem dos que ingressaram no então Território Federal de Roraima, entre 1981 e 1984 (Anexo F) há apenas uma amostra, pois nem todos os migrantes eram interrogados, seja por não se declararem como tal, seja por utilizarem outros meios que não o transporte coletivo, tais como a carona em caminhões ou mesmo embarcações.

Os dados do referido anexo indicam que 53,6% dos migrantes são da Região Norte; 26,7%, do Nordeste; 9%, do Centro-Oeste; 6,2%, do Sul; e 4,5%, do Sudeste. Demonstram ainda que as maiores procedências, respectivamente, foram de Rondônia, do Maranhão, do Amazonas e do Pará.

Considerando-se que a maioria dos migrantes procede de outros projetos de colonização da Amazônia e de origem nordestina, conclui-se que a demanda por terra nessas áreas deve ter sofrido um aumento substancial, seja pelo esgotamento das áreas disponíveis, seja pelo próprio processo de expansão do capitalismo na agricultura e a crescente valorização das terras.

Utilizando-se da mesma fonte, computaram-se os dados referentes aos destinos dos migrantes, com os seguintes resultados: 41,9% da população migrante para a zona urbana e 13,9% para a área de garimpo, não deixando de ressaltar que a maior parte da população é camponesa.

Com um grande fluxo de sujeitos que se dirigiu para o Território Federal de Roraima, no período de 1980 a 1985, houve a criação de municípios, além da

expansão da área urbana da capital, com novos bairros na zona oeste de Boa Vista, elevando-se consideravelmente a densidade demográfica urbana, sem que tenha sido criada infra-estrutura básica.

Atraídos por políticas paternalistas promovidas pelo Estado, o migrante recebia um lote na área rural, um lote urbano na periferia da cidade, além de insumos para construção da residência, bem como alimentos básicos, garantindo a permanência da família na cidade.

Segundo os dados do Anexo F, extraídos de Silveira e Gatti (1988, p. 52), indicam ainda que a maior parte da população migrante para a zona rural dirigiu-se para a gleba Jauaperi, notadamente as colônias de São Luiz, Baliza e Caroebe na BR-210, transformados em sede municipais.

Um dos traços característicos desses povoamentos tem sido a mobilidade interna, tendo em vista que vem ocorrendo especulação com a terra e um movimento sazonal em busca de trabalho. A não fixação do sujeito é resultado das difíceis condições de reprodução de seu grupo, havendo, assim, especulação com a terra e busca de um trabalho complementar em outras áreas, como em garimpos.

Sem infra-estrutura básica, sem vias para escoar a produção agrícola, as colônias fracassaram, resultando no fluxo populacional rural/urbano. Além da procura de áreas de garimpo, surge um fluxo migratório pouco expressivo no contexto nacional e mesmo em relação a outras áreas da Amazônia. Em termos de migração líquida, representa uma forma de expansão da fronteira caracterizada por um campesinato diferenciado socialmente.

Segundo Becker (1988, p. 67), as áreas de fronteira constituem-se em espaços não plenamente estruturados e, assim, dificuldades encontradas no próprio modelo de povoamento, como a escassez das vias de escoamento e as condições

políticas, como a falta de crédito acessível, contribuem para as baixas taxas de retenção da população nos projetos de colonização.

Em 1986, 61,56% da população de Roraima concentravam-se nos núcleos urbanos. Neste mesmo ano, a Contagem Oficial do IBGE registrava 106.383 habitantes no Território. Neste período foi identificada a presença de minérios de valor econômico, como consequência da divulgação dos dados do RADAM - Brasil, sucedendo uma corrida para o Território Federal por garimpeiros, vindos de todas as partes do país, incentivados pela imprensa e setores interessados na exploração mineral, nesse momento Roraima passa por mais um processo de territorialização, com mudanças de valores econômicos, políticos e culturais.

Todo o Estado viveu um período em que os valores sociais estavam em torno do garimpo: absorção pelo mercado dos garimpeiros que tinham como moeda o ouro; setor imobiliário com venda e aluguel de imóveis valorizados; maior afluxo de consumidores, portanto de mercadorias no setor de comércio e prestação de serviço.

Neste contexto, surge em 1986, uma realidade nova para o norte do Brasil, vinculado ao Eixo Nacional de Integração e Desenvolvimento, são programas de desenvolvimento que divide o País em eixos de integração (Arco Norte, Madeira-Amazonas, Araguaia-Tocantins, Oeste, Transnordestino, São Francisco, Rótula, Sudoeste e Sul) (IBARRA, 2003, f. 25).

O "Projeto Calha Norte"; Projeto de Desenvolvimento e Segurança na Região ao Norte das Calhas dos Rios Solimões e Amazonas, de natureza bélico-militar, abrangendo uma faixa de fronteira de 6.500 km entre Tabatinga (Amazonas) e Oiapoque (Amapá), englobando 14% do território nacional na fronteira de cinco Países: Venezuela, Colômbia, Suriname, Guiana Francesa e República Cooperativista da Guiana. O referido projeto foi apresentado com objetivo de aumentar a presença dos brasileiros na área de fronteira, visando à intensificar as relações comerciais com os países vizinhos, promover o desenvolvimento e bem-estar à população da região fronteira.

Segundo Pasa (1990, p. 8), o Projeto Calha Norte e seu conjunto têm necessidades fundamentais e imediatas: incremento das relações bilaterais; aumento da presença militar na área; intensificação das campanhas de recuperação dos marcos limítrofes; definição de uma política indigenista apropriada à Região, tendo em vista principalmente a faixa de fronteira; ampliação da infra-estrutura viária; Interiorização e aceleração de pólos de desenvolvimento econômico; aceleração da produção de energia hidroelétrica; ampliação da oferta de recursos sociais básicos e fortalecer os órgãos governamentais de justiça (Polícia Federal e Receita Federal) e Previdência Social como fatores inibidores de ilícitos.

As iniciativas tomadas pelo Governo Federal nesta Região - colonização, assentamento, garimpo e aberturas de estradas - estão ligadas diretamente ao referido projeto. Os militares vinculados aos órgãos de Segurança Nacional conduzem a “política” de ocupação, especialmente com migrantes “colonos” provenientes da Região Sul e Nordeste. De toda a extensão do Projeto Calha Norte, é em Roraima que estão localizados os maiores projetos de Colonização do Governo, tanto em número quanto em tamanho.

O Programa de Ação do Governo de Roraima, enquadrando-se dentro da estratégia do Governo Federal, com o Projeto Calha Norte, viabilizou os assentamentos de colonos, para a efetiva ocupação físico-territorial de Roraima, mantendo firme a base de estruturação para uma expansão mais abrangente, com a pavimentação da BR 174 ligando Manaus (Amazonas) a Boa Vista (Roraima) e Boa Vista a Pacaraima, próxima a Santa Elena do Uairén, primeira cidade venezuelana após a fronteira (rodovia concluída em 1996); com a ponte sobre o rio Tacutu, ligando Boa Vista ao município de Bonfim (fronteira com Rupununi de Lethem na Região Nove da República Cooperativa da Guiana), completando assim 1.380km de

rodovias federais que formam em área nacional a Rodovia Arco Norte (Mapa 9), que dá acesso ao porto marítimo de Georgetown (Centro Administrativo e Político da República Cooperativista da Guiana), formando-se um corredor de fluxo ao Caribe, atravessando a República Cooperativista da Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa e ligando o estado do Amapá a Roraima, com forte expectativa de redenção econômica para a Região (IBARRA, 2003, f. 14).



Mapa 9 - Projeto Calha Norte: Rodovia Arco Norte
Fonte: IBARRA, 2003, f. 25

O “Projeto Calha Norte” corresponde a uma faixa de 150 km ao longo de 6.500 km de extensão de fronteira ao norte do Brasil, com uma área de 1.095,5 Km², atingindo uma população de 703,3 mil. A expressão “fronteira” indica também o movimento de interiorização ocorrido no Brasil nos anos de 1960, 1970, 1980 e 1990 com o objetivo de integrar regiões inexploradas à economia nacional, promovendo

desta forma a acumulação de capital, através da formação de um mercado de matérias-primas, terras e força de trabalho (IBARRA, 2003, f. 15).

Os grandes países capitalistas buscam matérias primas e mão-de-obra em países periféricos. Num processo semelhante, o Brasil industrializado vai à fronteira para ampliar as suas bases e garantir o processo de acumulação. O Estado atua com a forte participação do Exército, na forma de mediador na privatização da terra, na luta de classes, criando as condições e infra-estrutura para a chegada do capital nacional e estrangeiro. As Forças Armadas assumem o encargo de implantar o Projeto Calha Norte que consideram a melhor forma de ocupar os “vazios” da fronteira brasileira na Região Norte.

O Projeto é o embrião da efetiva presença brasileira, demográfica e institucional em área próxima à fronteira, na qual a iniciativa privada não encontra motivação econômica para assumir o papel de força pioneira no chamado “Processo de Integração Nacional”. O Estado intervém abrindo estradas, deslocando mão-de-obra através dos Projetos de Colonização e estabelecendo sistemas de incentivos fiscais ao capital sendo este a alavanca principal na implantação do capitalismo no campo.

Com o objetivo de aumentar a presença do poder público nas regiões de fronteira, entre outros, em 1988 Roraima, passa à categoria de Estado, com a homologação da Carta Constituinte. O período de transição democrática e de elaboração da Constituição Federal apresentava-se como a conjuntura favorável ao processo de transformação do Território Federal em Estado de Roraima. O período que antecedeu a este processo foi permeado de muitas disputas políticas. Encontrava-se em jogo a possibilidade da conquista do poder, sem a interferência direta do Governo Central.

Os argumentos favoráveis, defendidos por uma parte dos políticos locais, giravam em torno da necessidade de autonomia político-administrativa, à medida que apresentava, nos últimos anos, “uma vigorosa expansão na atividade econômica e no quantitativo da sua população”. Os argumentos contrários, defendidos, basearam-se principalmente na falta de condições infra-estruturais necessárias à implementação de uma perspectiva de desenvolvimento para Roraima (RODRIGUES, 1996, p. 12).

Esse período se iniciou em 1988, com a nomeação dos governadores civis e a preparação das bases políticas para a transformação do Território Federal em Estado, até a posse do primeiro governador eleito em 1991. Marcado pela descontinuidade e instabilidade administrativa, porque os governadores nomeados não possuíam um mandato definido anteriormente, e também pelo acirramento dos conflitos sociais.

Durante a fase de transição de Território em Estado iniciou o “*boom do garimpo*”, que suscitou e acirrou os conflitos envolvendo índios e garimpeiros, trouxe também ao cenário político e econômico a mineração, como questão central da problemática roraimense, apresentada como fator propulsor do desenvolvimento no Estado. Cabe salientar que o garimpo de diamantes existia desde 1937, na parte nordeste do Estado, na serra do Tepequém, desde então a região se transformou na maior produtora de diamantes da Amazônia. O garimpo de ouro começou a explorar a parte oeste do Estado, em 1979; a partir de então, a atividade mineradora vai se configurar num atrativo à migração, durante os anos de 1980.

Foi através do levantamento aerofotográfico da Região, pelo Projeto RADAM em 1975, que se revelou a potencialidade mineral da serra do Parima, no extremo oeste de Roraima, fronteira com a República da Venezuela, localizando

reservas de ouro e cassiterita, entre outros metais de valor. Segundo Lessa (1991, p. 67), decidiu-se não explorar as reservas de minério da região, por considerar grande o risco para as populações indígenas locais.

Em 1987, os garimpeiros invadiram a área indígena Yanomami, muito rica em minério. Garimpeiros profissionais e “colonos” descapitalizados enfrentavam 15 a 18 dias de viagem a pé, mata adentro, em direção ao ouro. Alguns chegaram a “*bamburrar*”⁶⁵, mudaram a vida, enquanto a grande maioria encontrara pouco ouro, o suficiente para pagar o pequeno investimento.

Quando a invasão estava consumada, os comerciantes, fazendeiros, mineradoras, grupos econômicos começaram a investir no garimpo com máquinas e balsas no rio Uraricoera⁶⁶. Nas áreas indígenas do oeste de Roraima, existia um complexo de 136 pistas de pouso clandestinas, não homologadas. Somente cinco eram confirmadas pelas autoridades (Paapiú, Surucucus, Ericó, Uaicás e Auaris)⁶⁷, já que pertenciam ao projeto de integração do Exército – Calha Norte (PASA, 1990, p. 16).

Segundo Lessa (1991, p. 68), a produção chegou próximo a dez toneladas do metal, mais que o dobro de Serra Pelada. Das selvas de Roraima passaram a sair trinta quilos de ouro por dia. Os monos e bimotores do garimpo faziam 240 pousos e decolagens registradas por dia no Aeroporto Internacional de Boa Vista, perdurando até o governo Collor, em 1990.

O resultado deste fluxo migratório garimpeiro refletiu-se em 1990, na taxa de crescimento demográfico. A expansão da atividade de mineração foi

⁶⁵ Expressão usada quando um garimpeiro fica inesperadamente rico na extração do ouro. Vem da palavra bambúrrio que significa fortuna inesperada, sorte no jogo.

⁶⁶ O rio Uraricoera é um afluente do rio Cauamé, que desemborca no rio Branco, que por sua vez desemborca no rio Negro, afluente da margem esquerda do Rio Solimões / Amazonas. É no encontro do rio Negro que o rio Solimões passa a ser chamado de Amazonas.

⁶⁷ Áreas indígenas localizadas a oeste e noroeste de Roraima.

conseqüência, de um lado, do esgotamento das jazidas secundárias nos garimpos de outras regiões da Amazônia, principalmente da província garimpeira de Tapajós e Serra Pelada, no Pará; de outro lado, do aumento significativo do preço do ouro a partir de 1979.

Em 1989, segundo Barros (1998, p. 127), as estimativas apontavam para cerca de 40.000 garimpeiros nesta área, cujo deslocamento era feito por avião ou a pé. A partir de 1990, o garimpo, por pressões federais e internacionais, começou a declinar radicalmente. Do abandono a atividade mineradora resultou a destruição ambiental, a evasão de minérios e o desgaste humano.

Mesmo sem o controle total do fluxo de migrantes, em face das diversas modalidades de meios utilizados para se chegar a Roraima (aéreo, fluvial e terrestre), foi reativado em 1996, pelo Governo do Estado, através da SETRABES, o Posto de Triagem do Jundiá, com o objetivo de tentar manter o controle preciso de identificação de pessoas e ou famílias, oriundas de outros Estados.

Os dados da referida triagem estão descritos no Relatório Oficial do Posto de Triagem do Jundiá, que se encontra a disposição na SETRABES. Neste relatório fica claro que o contingente de migrantes⁶⁸ intra-regional cresce a proporções geométricas, oriundos principalmente dos estados nordestinos e nortistas. Maranhão teve grande destaque, com o maior número de migrantes a Roraima, 19.192 migrantes, dos 20.159 oriundos da Região Nordeste. Em seguida, destacou-se Pará com 13.781 migrantes, dos 24.641 nortistas, que entraram em Roraima, predominando a migração intra e inter-regional, pois dos migrantes que entraram 53,1% são da Região Norte e 43,4%, Região Nordeste (Tabela 5).

⁶⁸ Todos os dados aqui descritos são de migrantes que entraram em Roraima pela BR 174, em transporte coletivo interestadual de janeiro de 1996 a dezembro de 1999. Ficaram excluídos os que entraram via aérea e fluvial.

Tabela 5 - Migração para Roraima pela BR 174 – 1996/ 1999: procedência por região

Ano	1996	1997	1998	1999	Total
Região Norte	5.186	5.693	7.390	6.372	24.641
Região Nordeste	2.046	4.065	7.708	6.340	20.159
Outras Regiões	455	521	294	322	1.592
Total	7.687	10.279	15.393	13.034	46.393

Fonte: Adaptada do SETRABES, 2000, f. 8.

Mais uma vez se confirma uma característica da Região Nordeste: lugar de sujeitos que vencem as fronteiras para a Região Amazônica, como vem ocorrendo desde o século passado, pois, dos migrantes que entraram pela BR 174 no período de 1996 a 1999, aproximadamente 20.578 eram nordestinos. Acredita-se que estes são ex-colonos dos assentamentos outrora fracassados e que os nortistas sejam migrantes atraídos pela perspectiva de ocupar os poucos garimpos ainda ativos.

É necessário levar em consideração a incipiente economia do Estado de Roraima, tendo em vista que os migrantes têm dificuldades de ingressar no mercado de trabalho. Os obstáculos encontrados pelo Estado, enquanto controlador do espaço aos mais diversos, pois este possui uma economia frágil, não conseguindo absorver toda a população migrante no mercado de trabalho, lembrando que o próprio Estado é o maior empregador.

O setor terciário (empresas comerciais e prestadoras de serviços) absorve pouca mão-de-obra, a média de pessoas efetivamente ocupadas por estabelecimento comercial em Boa Vista é de 4,05 (pessoas) segundo dados levantados pela FECOR; vale ressaltar que o número de pessoas efetivamente ocupadas é independente de terem ou não vínculo empregatício (FECOR, 2000, f. 15).

A grande maioria da população migrante está inserida no mercado de trabalho, em atividade informal, tendo como alternativa a assistência do Estado que passa a assumir responsabilidades com essas famílias, tendo que dispor de recursos para reduzir os impactos sociais que possivelmente surgirão diante dessa nova realidade, pois se justifica primeiro pelo número reduzido de oferta de empregos e segundo, pela exigência de uma qualificação do trabalhador (ensino médio completo e experiência de trabalho).

Das empresas pesquisadas pelo Censo Cadastral de 2000, da Capital Boa Vista, realizado pela FECOR, 65,61% são empresas enquadradas na Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE), como empresas comerciais; 21,25%, como empresas exclusivamente de serviços; e 13,15%, conjugando as duas atividades (Tabela 6).

Tabela 6 – Participação por atividade das empresas do setor terciário na cidade de Boa Vista ⁶⁹

Setor	%
Comércio	65,61
Serviço	21,25
Comércio/Serviço	13,15
Total	100

Fonte: FECOR, Censo 2000, f. 16.

Segundo dados do Censo realizado pela FECOR, há um total de 2.608 empresas legalmente constituídas (ou em processo de legalização) na cidade de Boa Vista, destas 91,76% são formadas por micro empresas, com faturamento anual até R\$ 144.000,00.

⁶⁹ Estão excluídos os Serviços da Administração Pública e os Serviços Sociais.

O tempo de atuação no mercado econômico de Boa Vista destas empresas, revela a dinâmica do espaço dos anos de 1980, pois apenas 4,87% são empresas constituídas antes de 1980 (Tabela 7).

Das empresas cadastradas pela FECOR, portanto do comércio formal, nos anos de 1990 houve um aumento significativo de 61,07% no mercado de Boa Vista. No que diz respeito à naturalidade dos empresários que atuam em Boa Vista, analisando apenas o estado de origem, predominam os roraimenses, com 23,28%; em seguida, os maranhenses, com 16,93%; em terceiro, os cearenses, com 15,08%; contudo, se a análise partir para o âmbito regional, os empresários procedentes da Região Nordeste são aproximadamente 38% dos que atuam no mercado boavistense (Tabela 8).

Tabela 7 - Tempo das empresas instaladas na cidade de Boa Vista

Tempo	%
De 00 à 06 anos	61,07
De 07 à 13 anos	25,30
De 14 à 20 anos	8,76
Acima de 20anos	4,87
Total	100

Fonte: FECOR, Censo 2000, f. 16.

Tabela 8 - Naturalidade do empresário da cidade de Boa Vista

Naturalidade	%
Roraima	23,28
Maranhão	16,93
Ceará	15,08
Amazonas	8,78
Pará	5,66
Piauí	3,64
Rio Grande do Sul	3,41
Minas Gerais	3,06
Paraná	2,54
São Paulo	2,48
Rio Grande do Norte	2,43
Goiás	2,37
Outros Estados	10,34
Total	100

Fonte: FECOR, Censo 2000, f. 17.

Segundo a diretora da FECOR Meire Joisy, é necessário levar em conta que, pelo tempo de instalação das empresas (61,07% com até seis anos no mercado, 25,30% de 7 a 13 anos), nestas estão contidas empresas que faliram ou fecharam por vários motivos, entre eles, o mais comum é a sonegação fiscal, e quando reabertas utilizam outras denominações, além de usarem o nome de outra pessoa para não terem problemas judiciais ⁷⁰.

Geralmente são os filhos ou esposas que assinam os documentos, mas o empresário continua tomando a frente e administrando a empresa. Como são muitos os filhos roraimenses de migrantes nordestinos, sem contar os diversos casamentos entre estes, esses dados ficam camuflados. O mesmo acontece quando se abre uma segunda empresa, ela deixa de ser filial quando se denomina diferentemente da primeira ou quando em nomes de pessoas diferentes, contudo o nome da empresa continua ligado ao Nordeste (Figura 2). Assim, mais uma vez estes dados confirmam a dinamicidade do nordestino na economia roraimense, já analisada anteriormente, no capítulo que trata das redes sociais.



Figura 2 - Mercantil e Frutaria Piauí, Av. Felipe Xaude com Horácio Magalhães, 2476, Bairro Asa Branca, Boa Vista, RR.

Dos sujeitos que procuram o Estado de Roraima, a maioria se instala em Boa Vista, contudo os números registrados pelo IBGE mostram que outras cidades estão na rota do fluxo, como Rorainópolis que vem se destacando na absorção desses migrantes.

⁷⁰ Dados disponíveis na FECOR - RR.

Rorainópolis possuía uma população de 7.544, na Contagem Oficial do IBGE de 1996, observado na Tabela 1, revelando uma crescente população com 24.615 habitantes, na contagem de 2005; além do município de Alto Alegre, com 22.102 habitantes.

No período de 1998/1999, com o levantamento feito pelo PNAD -IBGE, (Anexo E), do total da população urbana residente no Estado de Roraima em 1999, 95.556 habitantes são de outras Unidades da Federação, isto é, 48% da população urbana de Roraima são migrantes, com a presença de nordestinos superando a de nortistas, quando em 1998 eram 27.306 nortistas, aumentando em 1999 para 30.917, enquanto que os nordestinos contavam em 56.435 no ano de 1998, reduzindo para 52.271 (26,4 % do total de migrantes) em 1999.

Comprova-se uma migração de retorno feita pelos nordestinos, principalmente os maranhenses, cearenses, potiguares e paraibanos. Com os dados atualizados, em 2003 o PNAD, confirma a migração de retorno, expressiva no biênio 2001/2002 (14.686 pessoas), contudo não há diferença significativa entre o número de habitantes naturais e “migrantes” residentes em Roraima, com relação aos dados absolutos essa diferença é de 288 habitantes no ano de 2003. (Tabela 9). (IBGE, 2000. [on line]).

Com o levantamento feito pelo IBGE no Censo de 1991, Roraima possuía 217.583 habitantes, destes 146.769 na zona urbana e 70.814 na zona rural. Com os dados do Censo 2000, percebe-se que a população urbana atingiu 247.016 habitantes e que apenas 77.381 migrantes se deslocaram para área rural. Com as estimativas que o IBGE/RR trabalha para 2005 (Anexo C), percebe-se a intensa mobilidade, que atingiu uma população de 391.317 habitantes, com uma densidade

demográfica de 1,73 hab. /km², concentrada principalmente na cidade de Boa Vista com 242.179 habitantes.

Tabela 9 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003: naturalidade em relação a UF de residência

Ano	1999 REVISADA	2 001	2 002	2 003	1999 % REVISADA	2 001	2 002	2 003
População residente	234 539	261 698	273 836	286 132	100,0	100,0	100,0	100,0
Naturais de Roraima	121 302	111 528	138 352	143 210	51,7	42,6	50,5	50,1
Não naturais de Roraima	113 237	150 170	135 484	142 922	48,3	57,4	49,5	49,9

Fonte: Adaptada de IBGE/RR, 2005.⁷¹

Contudo, o fluxo migratório rural não atendeu ao objetivo inicial que seria o assentamento da população em área rural, houve a ocupação física da área rural, mas não houve a fixação dos colonos nos lotes. Num curto período de tempo, percebe-se um êxodo rural resultando numa centralização urbana, com a ampliação da periferia da cidade de Boa Vista e de Rorainópolis, paradas obrigatórias no caminho do migrante.

Com os dados apresentados fica evidente que a realidade de Roraima teve um grande sobressalto. No início dos anos de 1980, além da Capital Política Administrativa (Boa Vista), somente um município (Normandia) detinha uma população acima de 7.000 habitantes; em 2005, dos quinze municípios a metade não ultrapassa esse montante populacional. O que expressa a Tabela 1 é muito significativo para compreender o processo da produção do espaço urbano de Boa Vista, com a grande contribuição de imigrantes, especialmente de nordestinos (IBGE, 2000. [on line]).

Enfim, por todos os dados analisados, pode-se constatar que nos anos de 1980, Roraima ainda tinha um fluxo migratório que se mantinha num nível constante, sem grandes alterações, não recebendo incentivos suficientemente fortes, pois

⁷¹ Material coletado com o Diretor Regional do IBGE/RR, Sr. Joaquim Vicente de Paula em novembro de 2005.

ainda havia certo isolamento. Com a abertura da BR 174, com a homologação da constituição, com os projetos de assentamentos, entre outros fatores tão exaustivamente citados, fica claro que a migração é promovida ora pelo capital para áreas urbanas, ora por incentivos públicos para áreas rurais nos assentamentos do INCRA e para frentes garimpeiras, e, por fim, consolidada pelas redes sociais entre parentes, amigos e conterrâneos que vivem em Roraima, assim conclui-se que esse fluxo migratório mais recente, não é espontâneo, pois há um conhecimento prévio com referencial constituído entre as redes formadas entre a Região Nordeste e o Estado de Roraima.

A qualificação profissional da maior parte desse migrante é baixa, não suprimindo a carência nos setores de serviço e de comércio de mão-de-obra especializada. Segundo dados do Censo 2000, o mercado urbano de Boa Vista em termos de serviço e comércio, emprega em torno de 40 mil pessoas, embora atinja um mercado de 80 a 100 mil pessoas em ocupação sazonal (IBGE, 2000, [on line]).

Pelos números coletados na FECOR, no IBGE, no SETRABES, na Prefeitura de Boa Vista, ou mesmo nas entrevistas e questionários aplicados na pesquisa, o ponto de confluência de partida da grande maioria dos nordestinos que se deslocam para Roraima está no Estado do Maranhão, movidos pelo capital, promovido pelo Estado.

O Estado estimula a entrada não só de nordestinos, mas no que diz respeito à entrada de um grande número de maranhenses pode-se justificar por fatos ocorridos no período entre 1991/1994, quando o governo estadual incentivou a população rural a desenvolver ovicultura. No intuito de elevar a produção de milho e baratear o custo da ração, para desenvolver o projeto e incentivar a produção de milho, distribuiu pintos e ração, fazendo paralelamente um trabalho de divulgação,

colocando em São Luís, capital do Estado do Maranhão, em outdoor, “*Milho em Roraima vale ouro*”. Ainda em campanha eleitoral declarou o desejo de assentar 50.000 famílias em todo o estado, ao longo do seu governo. Mesmo com o recuo, diante das pressões políticas locais, o impacto desses dois fatos estimulou o fluxo em direção a Roraima, podendo justificar a razão do aumento significativo de maranhenses no Estado.

Outro exemplo que justifica o intenso fluxo, promovido pelo Estado e desta vez estimulado pelas redes sociais, foi com a implantação do loteamento Conjunto Cidadão, situado no Bairro Senador Hélio Campos na Zona Oeste da cidade de Boa Vista. Em 2002, o governador eleito, com objetivo de cumprir metas assumidas durante a campanha do pleito para o governo do Estado de Roraima, iniciou a construção de 10 mil casas populares para pessoas de baixa renda, usando o seguinte lema na campanha: “*1000 casas em 1 dia*”. Neste momento, as redes tiveram papel importante no fluxo, onde migrantes residentes em Roraima estimularam aqueles que ainda se encontravam na origem a se deslocarem para o estado.

Numa entrevista ao Diretor Regional do IBGE-RR, Sr. Vicente de Paula Joaquim ⁷², fica evidente o processo de produção no espaço, a ação das redes sociais no processo migratório e a ação direta do Estado nesta dinâmica:

“A migração para o estado não é espontânea. Uma família, miserável, lá do interior do Maranhão, não bota a sua mochila nas costas, ‘Estou indo pra Roraima!’ Uma passagem do Maranhão até Roraima, não pode ser comprada pelos que aqui chegam! [...] Existe algum tipo de campanha, fora a época das campanhas políticas para trazer maranhense pra cá! E se existe então não é espontânea.[...] Sobre o déficit habitacional, o estado não tem, é o direcionamento das necessidades que se dá de forma errada. No Bairro Pintolândia, foi entregues 150 casas e no dia seguinte já tinha casa sendo alugada e vendendo, nos anúncios do jornal. Boa Vista é um excelente termômetro para saber como funciona, pois tem ofertas de vendas e aluguel no bairro, mas governo faz entrega de moradia no mesmo espaço numa média de 300 a 400 casas. No Conjunto Cidadão (entregue em 2002) já tem anúncio na Folha de Boa Vista, aluga-se e vende-se. É difícil saber se aquele sujeito que está vendendo a casa, se ele ganhou, comprou ou adquiriu através de ligações sociais. Se estiver vendendo é porque ele já tem outra casa pra morar ou porque ele está indo embora. No Censo 2000 existiam 9.000 casas vagas na área urbana de Boa Vista. Será que 9.000 famílias migraram? E no mesmo Censo

⁷² Entrevista cedida em outubro de 2005.

tinha uma média de 5.000 famílias dividindo domicílios com outros. Só que o censo não pergunta, se aquele a divisão do domicílio é por conveniência, por economia ou porque ele ainda não tem onde morar. Se ele não tem realmente onde morar então o déficit habitacional seria de 5.000 casas, mas existem 9.000 casas desocupadas. Mas ainda tem outro agravante, resolve o déficit de ontem e de hoje, e as famílias que diariamente chegam? Minha teoria é que essas pessoas já vêm com endereços certos, tem poucos casos pontuais de invasões e de ocupações irregulares por necessidades. [...] A maior parte dessas invasões é estimulada. Tem um percentual de sujeitos que realmente precisa, mas existem aqueles que vivem de invasões onde aluga ou vende, é uma dinâmica de ocupação. Precisa de um trabalho sério por parte do Governo local sobre as doações e invasões na periferia”.

A procura por Roraima também se explica em parte pela melhor qualidade de vida. Algumas pesquisas anuais feitas pelo IBGE mostram efetivamente o que esta cidade pode oferecer aos migrantes. O Diretor Regional do IBGE-RR fez uma comparação de Boa Vista com Curitiba:

“No final da década de 1980 para 1990, em Curitiba começou a ocorrer um fluxo migratório das regiões mais pobres do País em busca de emprego e qualidade de vida, devido as propagandas feitas. Efetivamente era melhor morar em Curitiba, porque conseguiu um processo de urbanização razoável, diminui a taxa de analfabetos não aumentar o índice de emprego e por conseguinte o índice de rendimento aumentou e a qualidade de vida de toda a população melhora, evidentemente leva a direcionar um fluxo migratório de pessoas, famílias de setores sociais que passam por dificuldades. Na década de 1990, Curitiba já tinha favela, a qualidade de vida não caiu mas abala. O mesmo ocorre em Boa Vista, é a única capital do Brasil que não tem um processo de favelização e nenhum processo de miserabilidade crescente. Em Boa Vista tem sim moradias precárias e famílias pobres. Aqui ainda é possível que poderes públicos atendam com seus programas e órgãos assistenciais dos três poderes municipal, estadual e federal trabalhando no sentido de assistencialismo, isso diminui ou atrasa esse processo de miserabilidade, e de favelização. Não existe na verdade os grandes empregos, o que se percebe na pirâmide salarial a de rendimentos em Roraima é que são pouquíssimos os muito ricos e não se tem uma grande concentração de riqueza, tem-se uma certa planificação [...]”.

A mobilidade da força de trabalho, aliada à qualidade de vida, a proximidade de um centro regional urbano (Manaus), as redes sociais formadas e o próprio Estado, transformam o estado de Roraima em pólo de migração, com um fluxo permanente e crescente de migrantes. Contudo, Roraima é um espaço que até mesmo o agricultor depende do poder público, pois precisa do consumidor e este,

depende de salário, do serviço público, pois o maior empregador ainda é o Estado, com um quadro de funcionalismo público, que move o mercado local, à base do “contra-cheque”, com mais de 80% do capital circulante vindo de transferência de recursos federais. Isso não é favorável, pois esse é um momento em que o Governo Federal, com projetos e programas, tende a minimizar custos, sendo necessário, pois, encontrar uma forma de reproduzir o capital, porque não há um setor produtivo que gere excedente em Roraima, não tendo uma linha de produção de auto-sustentação, a população cresce e a necessidade de recursos para atender as demandas é maior.

O Estado adota medidas para a consolidação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) na Região Amazônica, e Roraima é ponto estratégico para a integração com o mercado da República da Venezuela. Almeja-se que o Estado de Roraima tenha um aporte de recursos para a realização dos projetos implantados mais recentemente: utilização da energia da Hidroelétrica de Guri comprada da Venezuela, total pavimentação da BR 174, conclusão da Rodovia Arco Norte – que atravessa as três Guianas e liga o Estado do Amapá ao Estado de Roraima, que resultará no desenvolvimento da agropecuária - com a utilização da referida energia e tendo como escoá-la para mercado nacional pela BR 174 e exterior pela Rodovia Arco Norte.

Roraima, com o passar dos anos, terá uma das populações mais mescladas do Brasil. Índios de várias tribos, garimpeiros de todas as regiões do Brasil, militares, pois esta é área de fronteira, colonos migrantes do País inteiro. Segundo Barros (1998, p. 135), um novo tipo de povo, não mais garimpeiro, porque as mineradoras tomarão o seu lugar. Não mais índio, pois sua cultura foi destruída. Não mais migrante colono porque a última fronteira agrícola do Brasil está se esgotando.

As características identitárias de todos estão sendo assimiladas, hibridizadas, compondo uma cultura que contribuirá na formação social do sujeito

roraimense, que sem perceber acumula identidades e reformula a sua, numa complexa teia de redes sociais que se forma na pluralidade de culturas.

6.2.3.1 Migração recente e multiterritorialidade em Boa Vista

Considerando que a migração é o agente responsável pela mais recente territorialidade em Roraima e que Boa Vista é o município mais expressivo em termos de população, e que o espaço onde se encontra esta cidade, vem sendo reproduzido numa constante dinamicidade, principalmente nos últimos anos, com migrantes delimitando territórios e impondo características adquiridas ao longo dos fluxos anteriormente percorridos.

Os números que serão apresentados a seguir são usados pela Prefeitura Municipal de Boa Vista em programas sociais de assistência a população, coletados em 2001 e atualizados em 2003 através da Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania com o Programa Braços Abertos.⁷³

⁷³ O Programa Braços Abertos da Prefeitura Municipal de Boa Vista foi lançado no ano de 2001, com objetivo de atender as propostas de campanha eleitoral pela Prefeita eleita Teresa Jucá, que prometera uma administração participativa. Para isso seriam necessários instrumentos para as ações junto a comunidade. Num primeiro momento, foi realizado um levantamento sócio-econômico pra conhecer a realidade da população da cidade de Boa Vista, assim os 48 bairros então detectados, foram divididos pelo perfil econômico dos moradores. O programa dividiu a cidade em áreas de atuação, onde numa área ficaram 39 bairros (aqueles com maior carência de infra-estrutura e população de pequeno poder aquisitivo), em outra área 9 bairros ficaram excluídos do programa. No primeiro momento foram utilizados dados do IBGE, contudo em 2003 foi realizada uma revisão com o surgimento de novos bairros e atualizaram-se os dados do programa sem a necessidade de recorrer ao IBGE. Com essa atualização foram diagnosticados 52 bairros na cidade, onde 42 ficara incluído no programa, além de um 1 conjunto habitacional (Conjunto Cidadão), localizado na área do Bairro Hélio Campos, que pela dinamicidade do efetivo populacional e peculiaridades distintas do bairro ao qual pertence é analisado independentemente. Os levantamentos dos dados foram realizados de forma direta com um pesquisador de domicílio em domicílio, numa pesquisa qualitativa e quantitativa, incluindo além dos números, a história dos bairros relatada pelos moradores mais antigos, com 25 variáveis que se cruzam. Com os dados coletados fez-se todo o planejamento estratégico do Programa Braços Abertos para a cidade de Boa Vista, onde se indica toda clientela dos projetos sociais a serem implantadas pela Prefeitura, com a participação decisiva dos direcionamentos dos recursos pelas associações de bairros, organizações sociais (com bairros que ainda não possuem associações) e com a sociedade civil. Atualmente estes dados são usados para o Fundo de Participação

Pelos dados do referido programa, em 2003 a cidade de Boa Vista apresentava um total de 52 bairros (de fato, mas não de direito), porém apenas 42 bairros e um conjunto habitacional fizeram parte da pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania da Prefeitura Municipal de Boa Vista.

Segundo Antônia Cristina Leite de Souza, responsável pelo Programa Braços Abertos da referida secretaria, este tem por objetivo prestar assistência à população carente, portanto ficaram excluídos desta análise, os bairros Aparecida, São Francisco, 31 de Março, Paraviana da Zona Norte da cidade; São Pedro, Canarinho, Caçari da Zona Leste da cidade, por ser ocupado por uma população de poder aquisitivo não compatível com o programa, o Bairro Marechal Rondon, por ser exclusivamente constituída por militares ligados ao 7º BIS, o Bairro Distrito Industrial (neste está inserido o Bairro Jardim das Copaíbas, ainda não oficializado mas incluído no programa pela prefeitura) por ser área reservada à implantação de indústrias, ambos da Zona Sul e o Bairro Centro, onde se encontram quase a totalidade e empresas do setor terciário (prestação de serviço) e não domicílios residenciais (Mapa 8).

No levantamento feito pela Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania da Prefeitura de Boa Vista, a população cadastrada foi de 180.131 pessoas, num total de 50.156 famílias, em 47.908 domicílios⁷⁴ visitados pelos pesquisadores. Para esta pesquisa, das 25 variáveis do referido programa, teve-se acesso somente aos dados que dizem respeito à origem e à situação sócia econômica do chefe de família dos domicílios investigados. Da população pesquisada de 180.131 pessoas, a distribuição se apresenta da seguinte forma: 8 bairros com uma população de até 2.000 pessoas; 11 áreas (10 bairros e 1 conjunto habitacional), que apresentam uma população de até 4.000 pessoas; 16 bairros com uma população de até 6.000 pessoas; 4 bairros de até 8.000

do Município (FPM), anteriormente usavam-se os dados do IBGE, quando os dados deste programa foram apresentados percebeu-se uma perda em torno de um milhão de reais do FPM.

⁷⁴ Foram detectados domicílios que abrigavam mais de uma família

peçoas; 3 bairros com uma população de até 10.000 peçoas; e por fim, 1 bairro que apresenta uma população acima de 10.000 mil peçoas (Gráfico 4).

No que diz respeito à naturalidade dos chefes de família cadastrados na pesquisa, 2.325 não informaram a origem, contudo foi detectada a presença de um grande número de nordestinos, principalmente maranhense, 1 como o maior grupo de migrantes que se encontram atualmente nas 43 áreas pesquisadas, perfazendo um total de 12.448 chefes da família do Maranhão, superando o número de roraimenses (10.978), indicando a predominância dos maranhenses na cidade.

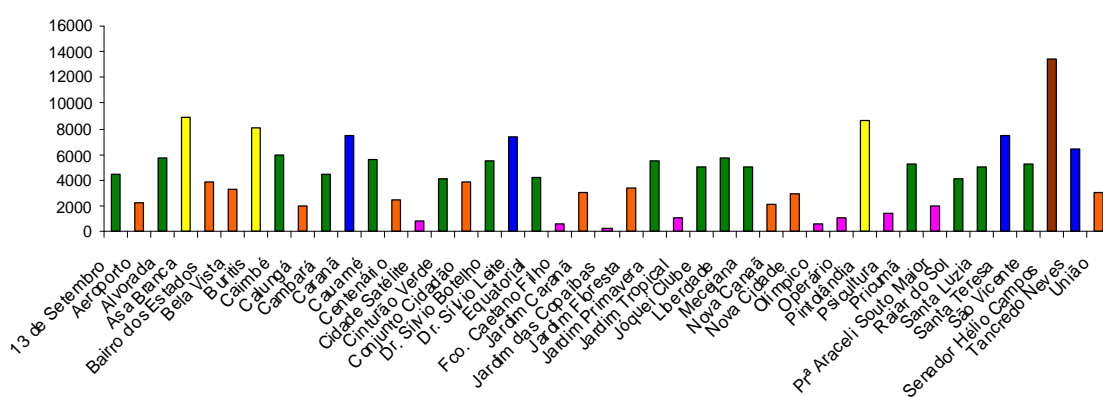


Gráfico 4 - População dos bairros da cidade de Boa Vista segundo a Prefeitura Municipal⁷⁵

Destacam-se ainda a presença dos chefes de família paraenses que se apresentam num total de 3.670, seguidos pelos amazonenses (3.632), cearenses (2.806), piauienses (1.463), paranaenses (574), potiguares (490), paraibanos (479), pernambucanos (449), enfim encontram-se representantes de todas as 27 unidades federativas do país na cidade de Boa Vista (Gráfico 5).

⁷⁵ Estão excluídos os bairros Aparecida, São Francisco, 31 de Março, Paraviana, São Pedro, Canarinho, Caçari, Marechal Rondon, Distrito Industrial e Centro.



Gráfico 5 - Chefes de família economicamente ativos residentes em Boa Vista: naturalidade por unidades da federação

Considerando a naturalidade dos identificados nas 43 áreas urbanas da cidade de Boa Vista, pesquisadas pela Prefeitura Municipal, é sensível a diferença entre o número de migrantes (19.064 chefes de famílias) para com o número de roraimenses (Gráfico 6).

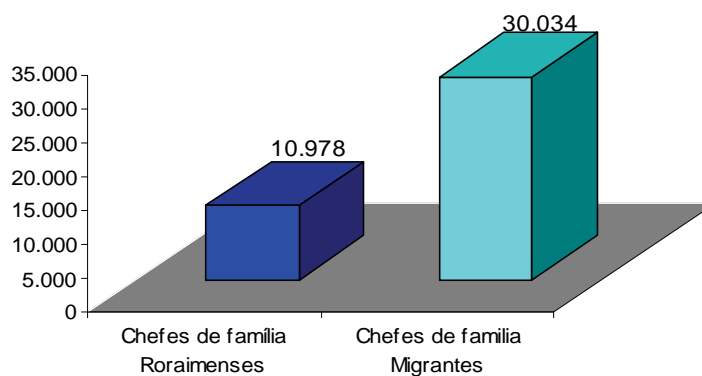


Gráfico 6 - Chefes de família economicamente ativos residentes em Boa Vista: roraimenses / migrantes

Vale ressaltar, no que diz respeito à produção do espaço, que as áreas, ora analisadas, são de ocupação recente, onde em apenas cinco áreas, a ocupação ocorreu anterior aos anos de 1980.

Pela localização dos bairros, segundo a Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania da Prefeitura Municipal de Boa Vista, Zona Oeste e Norte da cidade, há concentração de migrantes que necessitam da condição assistencialista do Estado, enquanto regulador do poder, pois estas zonas são destinadas ao programa de habitação social, onde a população locada é constituída de baixo poder aquisitivo, portanto, no que diz respeito à ascensão social do migrante, este ainda permanece na condição precária de reprodução, contudo as necessidades básicas são assistidas, mesmo que pelo Estado, como bem salientado na entrevista concedida pelo Diretor Regional do IBGE:

[...] ninguém migra de graça, vem atrás de alguma coisa. A notícia aqui é que ninguém passa fome. Alguém passa fome em Boa Vista? Já virou mito, porque existem programas sociais do governo federal, do governo do estado, do governo municipal. Eles estão presentes e conseguem atender a população. As pessoas têm vale alimentação, cesta básica, vale estudante, vale isso, vale aquilo... Com uma população em torno de 200 mil habitantes o Estado ainda consegue atender e este sobrevive politicamente em função disso. [...] Em tese, todas as boas intenções de impedir um processo de miserabilidade, de favelização, são boas, cristãos e morais, ofertando as famílias uma qualidade de vida razoável, mas o retorno esperado sempre é a finalidade eleitoral, tanto que essas ações se intensificam em época de eleições.

Entre os migrantes, residentes nas 43 áreas da cidade de Boa Vista, os que se destacam pelo número são os nordestinos, com um total de 18.617 chefes de família. Mesmo que do total de migrantes sejam subtraídos os maranhenses, os nordestinos ainda possuem relevante realce no que diz respeito à quantidade, com 6.159 chefes de família, perdendo apenas para os nortistas, que perfazem um total de 8.328 chefes de família economicamente ativos (Gráfico 7).

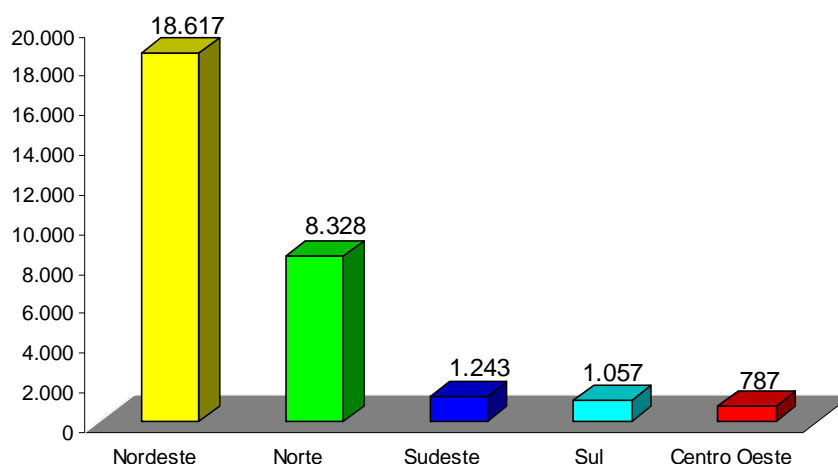


Gráfico 7 - Migrantes chefes de família economicamente ativos residentes em Boa Vista: por regiões

Este fluxo interno é motivado principalmente pelo capitalismo que, ao gerar trabalhadores excedentes, separados de seus meios de existência, cria a necessidade de deslocamentos em busca do trabalho, temporariamente ou não. A disponibilidade de tais trabalhadores, como reserva de mercado, nos mais diversos pontos do território, torna-se, por sua vez, condição necessária para a própria existência da acumulação do capital, ocorrendo o deslocamento para regiões que serão impulsionadas economicamente.

Segundo a Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania da Prefeitura Municipal de Boa Vista, no que diz respeito aos chefes de família nordestinos que se deslocaram para área urbana de Boa Vista, pelos dados fornecidos, percebe-se que essa ascensão econômica tão almejada é conseguida por 85,5% dos nordestinos, com um índice de desemprego de apenas 14,5%, portanto, dos 18.617 nordestinos identificados na pesquisa, do referido órgão, apenas 2.368 estão desempregados, portanto excluídos do mercado de trabalho (Gráfico 8).

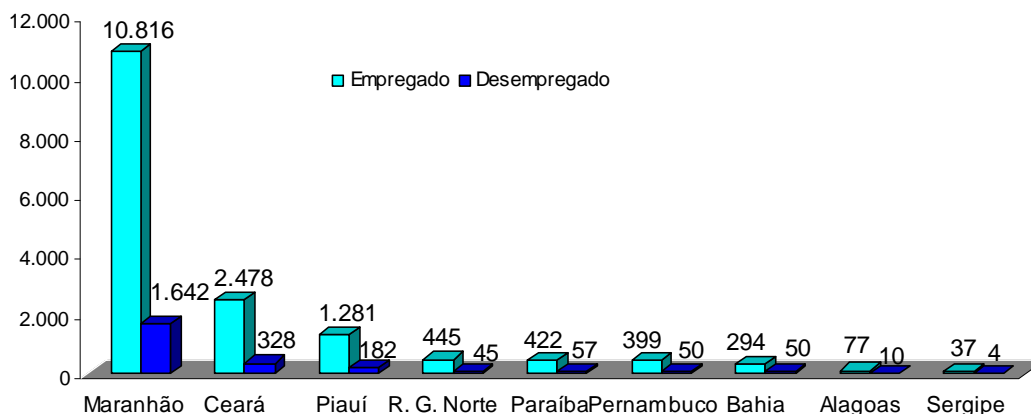


Gráfico 8 - Chefes de família nordestinos economicamente ativos residentes em Boa Vista: desemprego

Os nordestinos que não se encontram inseridos no mercado de trabalho em Boa Vista ficam destinados aos subempregos. São 10.227 chefes de família nordestinos, que se encontram nesta situação, desprovidos dos benefícios que lhes assegurariam estabilidade futura que lhes dariam direito à cidadania. Entre os que possuem cadastros estão os empregados e autônomos com registro e funcionários públicos, que junto perfazem um total de 5.961 chefes de família nordestinos. No que diz respeito aos 61 empregadores nordestinos, identificados pela referida secretaria, nas áreas analisadas, são pequenos empresários do setor terciário ligados ao comércio, em sua maioria, empregadores da própria família e/ou conta própria. (Gráfico 9)

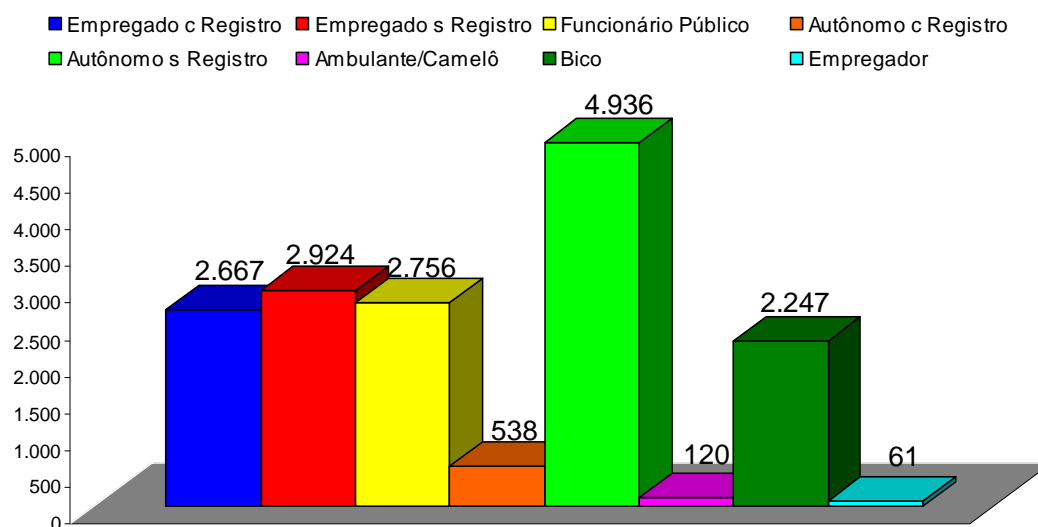


Gráfico 9 - Chefes de família nordestinos economicamente ativos residentes em Boa Vista inseridos no mercado de trabalho: total por categorias

Como o número de maranhense (6.299 chefes de família) supera em mais de duas vezes o restante dos nordestinos (6.159 chefes de família) identificados na pesquisa, este se destaca em todas as atividades. A atividade de maior expressividade entre os cearenses, piauienses, sergipanos, alagoanos e baianos são autônomo sem registros, enquanto que os paraibanos e pernambucanos se diferenciam através da categoria funcionário público.

Essa dinâmica nos estados de Pernambuco e Paraíba pode ser analisada a partir do recrutamento feito pelo governo de Roraima, no início dos anos de 1990, nas universidades públicas desse dois estados, onde eram convidados recém-formados a fazerem parte do quadro de funcionários públicos do estado, assegurando-lhes moradia e cesta básica por um período de três meses, até a devida contratação e recebimento do salário. É relevante a concentração dos maranhenses e cearenses chefes de família na categoria empregador e dos paraibanos e pernambucanos na categoria funcionários públicos. (Tabela 10)

Tabela 10 - Chefes de família nordestinos economicamente ativos residente em Boa Vista inseridos no mercado de trabalho: total por categorias/naturalidade

<i>Estados</i>	<i>Empregado c Registro</i>	<i>Empregado s Registro</i>	<i>Funcionário Público</i>	<i>Autônomo c Registro</i>	<i>Autônomo s Registro</i>	<i>Ambulante Camelô</i>	<i>Bico</i>	Empregador
Maranhão	1.849	2.043	1.608	291	3.271	72	1.654	28
Ceará	345	393	507	125	783	25	283	17
Piauí	195	222	221	50	404	15	170	4
R G Norte	81	67	99	25	127	3	40	3
Paraíba	63	62	127	18	112	1	33	6
Pernambuco	64	69	119	18	97	1	31	0
Bahia	43	55	52	7	108	3	24	2
Alagoas	17	7	17	3	23	0	10	0
Sergipe	10	6	6	1	11	0	2	1
Total	2.667	2.924	2.756	538	4.936	120	2.247	61

Fonte: Adaptada da Prefeitura Municipal de Boa Vista, 2003.

Os nordestinos, como já comprovado, se encontram em todos os bairros da cidade de Boa Vista, indistintamente, independente dos dados levantados pela Prefeitura, onde estes impõem sua territorialidade e transformam o espaço, dando lhes novas paisagens e configurações. Contudo, o Gráfico 10 revela que, das 43 áreas analisadas, 15 bairros da cidade de Boa Vista, concentram acima de 500 chefes de famílias de origem nordestina.

Em cada bairro, pode-se perceber a predominância de um determinado grupo: Bairro Asa Branca (ocupado em 1982): cearenses; no Bairro Pricumã (ocupado em 1982): pernambucanos e paraibanos; nos Bairros Tancredo Neves e Caimbé (ocupados respectivamente em 1985 e 1987): alagoanos; no Bairro Sílvio Leite (ocupado em 1986): potiguares; no Bairro Sílvio Botelho: (ocupado em 1993) sergipanos; no Bairro Cinturão Verde (ocupado em 1995): baianos e no Bairro Hélio Campos (ocupado em 1995) maranhenses e piauienses.

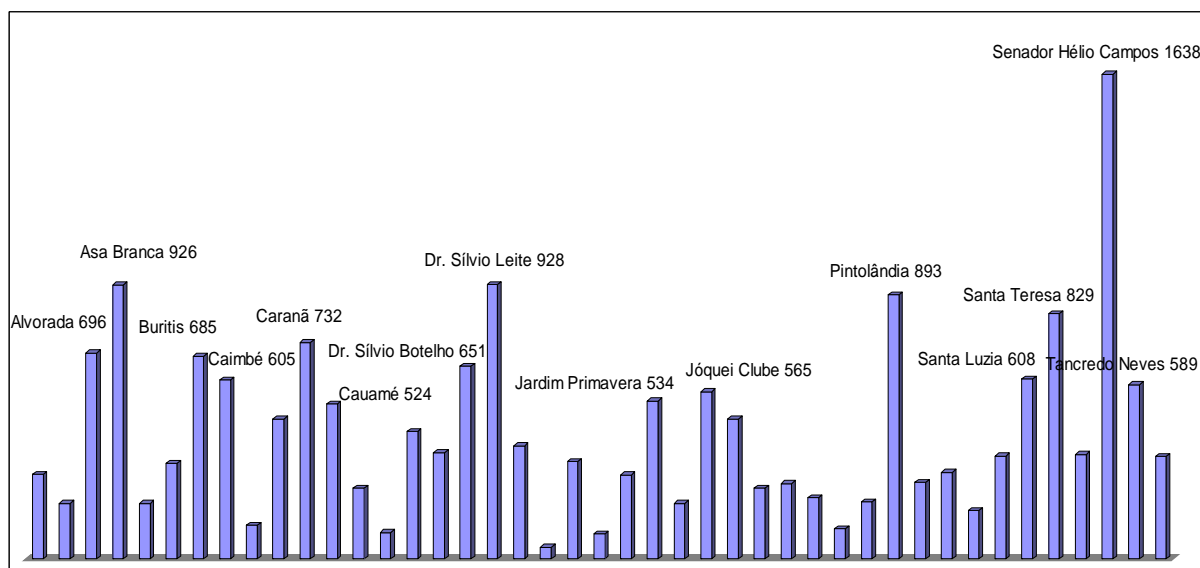


Gráfico 10 - Bairros da cidade de Boa Vista com o maior número de nordestino

Nesta configuração, evidencia-se a concentração de migrantes conterrâneos, em redes que se articulam, se interagem, criando interfases entre circulação e comunicação, que tem o controle, o poder, também subjetivo, que cria e se apropria do território, manifestando a dinâmica e suas estratégias territoriais.

Observa-se também que: o fluxo entre o Maranhão e Roraima, além de maior intensidade, é a mais recente rota da migração inter-regional; que há concentração dos nordestinos nas áreas de ocupação recente, principalmente dos anos de 1980; que os nordestinos se concentram nos bairros da Zona Oeste de Boa Vista e nas proximidades da artéria urbana principal que conduz a população destes bairros ao Centro da cidade, Av. Ataíde Teive (em destaque no Mapa 8) e por fim que, em Roraima como em qualquer espaço, a concentração é uma característica do migrante, na distribuição deste pelo espaço, dando preferência aos lugares, em que se encontram os conterrâneos, fortalecendo as redes sociais na territorialização e reprodução do espaço.

Boa Vista pode ser considerado um lugar em que nordestino “se sente em casa”, tanto pelo sossego, característico do interior do Nordeste, como pelo número

de conterrâneos encontrados, além das denominações de estabelecimento, estampados por toda a cidade, simbolizando para o nativo uma ligação com o externo, representando um elo entre o local e o construído, o presente e o devir. Aqueles que venceram as barreiras seletivas naturais, em um tempo de espaço relativamente curto, conseguiram ascender socialmente, galgando postos na sociedade local, com reconhecimento e aceitação da população local.

Muitos são os exemplos de nordestinos que em Roraima são respeitados e admirados, tomados como referência. Na política, têm-se migrantes chegados após os anos de 1980, que alcançaram cargos políticos do alto escalão: o Senador Romero Jucá Filho, natural de Recife Estado do Pernambuco; Flamarion Portela de origem do município de Coreaú - Ceará (governador – 2005/2008, vice governador - 2001/2004, Secretário de Educação 1997-1999); Antônio Francisco Bezerra Marques “Titonho” (vereador 2001/2004, deputado estadual 2003/2006 pela cidade de Boa Vista), natural do município de Crateús – Ceará; Senador Augusto Affonso Botelho Neto natural de Vitória do Espírito Santo; o Governador Ottomar de Sousa Pinto natural de Petrolina Estado de Pernambuco (no governo pela terceira vez); Vice-Governador José de Anchieta Júnior, natural de Jaguaribe Estado do Ceará.

Os dados fornecidos pela Assembléia Legislativa do Estado de Roraima (Apêndice B), através da Secretaria de Comunicação Social, revelam que, das cinco legislações que houveram no Estado (homologado como unidade federativa na Constituição de 1988), os eleitos como representantes legítimos da sociedade deste território, são de origem em sua maioria nordestinos, sem deixar de salientar que os eleitos de naturalidade em Roraima são descendentes diretos de migrantes nordestinos, que chegaram a anos anteriores de 1980. Pelos dados fornecidos pela Secretaria de Comunicação Social da Assembléia Legislativa, assim ficaram distribuídos segundo a origem, os deputados estaduais já eleitos pela população do Estado (Tabela 11).

Tabela 11 - Origem dos Deputados Estaduais eleitos em Roraima

Período Legislativo	Roraima	Região Nordeste	Outros Estados	Não Declarou
1991/1994	25 %	37,5 %	33,3 %	4,1 %
1995/1998	22,2 %	7,7 %	11,1 %	38,8 %
1999/2002	40 %	16 %	32 %	12 %

2003/2006	29,1 %	25 %	45,8 %	-
2007/2010	20,8%	37,5%	33,3%	8,3%

Fonte: adaptado da ALERR, 2005.⁷⁶

O mesmo acontece com os vereadores eleitos pela população de Boa Vista, pois, pelos dados fornecidos pela Câmara Municipal de Boa Vista, através do Setor de Cerimonial, observa-se que dos eleitos, em torno de 50% são nordestinos, 25% gaúchos e 15% roraimenses. O ano de chegada deste migrante é importante, onde fica evidente que num período relativamente curto, conseguem ascensão social, e reconhecimento da população (Quadro 5).

Vereadores de Boa Vista 2005/2008	Naturalidade	Ano de chegada em Roraima
Osmar Francisco Sampaio da Silva	Fortaleza - Ce	1970
Alfonso Rodrigues do Vale	Crateús - Ce	1970
Ivo de Souza Pereira	Juazeiro do Norte - Ce	1989
Maria de Lourdes Pinheiro	Jaguaribe - Ce	1976
Francisca Plenilda Pereira Gouveia	Caraúbas - RN	1974
José Reinaldo Pereira da Silva	Caxias - Ma	1978
Sebastião Corrêa Lira Neto	Boa Vista - RR	-
George da Silva de Melo	Boa Vista - RR	-
Braz Assis Behnck	Torres - RS	1976
Iracema Araldi	Rio Grande do Sul	1989
Paulo Miguel Marchioro	Gimá - RS	1988
Marcelo Vieira de Carvalho	São Paulo	Não declarou
Rogério Matos Moreira Trajano	Não declarou	Não declarou

Quadro 5 – Vereadores eleitos em Boa Vista / RR: 2005/2008⁷⁷

Entre o Nordeste e Roraima, existem as chamadas “redes de interação social”, através das quais as informações e o “sistema de apoio inicial” acontece. O uso desses meios se intensifica entre os nordestinos, com o apoio daqueles que galgaram posições de relevância na vida econômica e/ou política da capital ou do estado. Cada vez mais, Roraima é ‘morada de nordestino’.

Observa-se habitualmente que os migrantes avançam, ao longo de rotas bem definidas, em direção a destinos sumamente específicos. Em parte, deve-se isto ao fato de que as oportunidades tendem a ser localizadas e, em parte, ao fato de que os migrantes, via de regra,

⁷⁶ Dados fornecidos pelo Secretário de Comunicação Social da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima Sr. José Raimundo Rodrigues da Silva. Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, 2005, 35 f, atualizado pelo site www.rr.gov.br/roraima.

⁷⁷ Dados fornecidos pela Chefa de Cerimonial da Câmara Municipal de Boa Vista, Uilma Vidal de Moura, em novembro de 2005. Prefeitura Municipal de Boa Vista, 2005, 15 f.

seguem as tais rotas mediadas por fluxos de conhecimentos dos locais de destino para os de origem. O fato dos primeiros migrantes terem superado uma série de obstáculos diminui a dificuldade do deslocamento para aqueles que lhes seguem, criando-se, na realidade, sendas, oportunidades intervenientes, pontes.

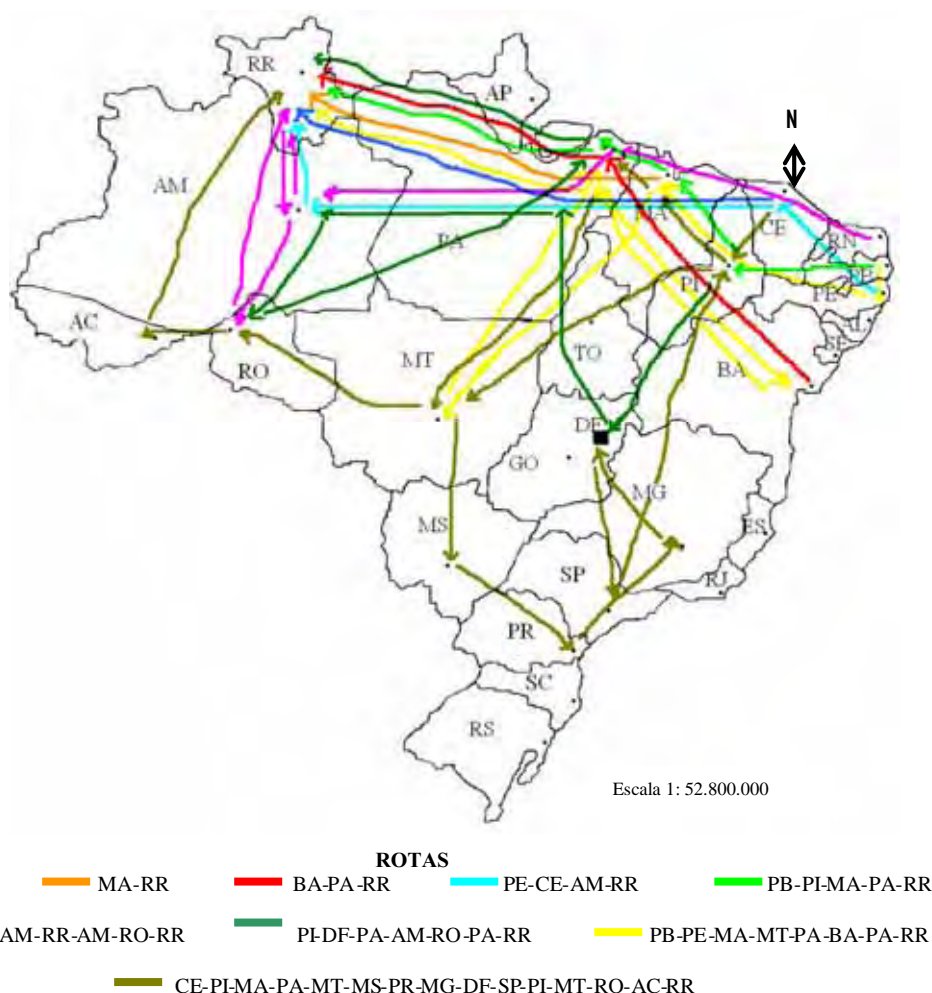
Retomando a questão da migração interna e suas mensurações, nos fluxos interestaduais, os migrantes passam por mais de uma etapa, antes de chegar ao destino, ocorre que ao levar em conta a última mudança, parte dos fluxos que originariamente eram rural-urbanos passa a urbano-urbano, pois normalmente o migrante que sai do campo realiza etapas migratórias intermediárias, vivendo temporariamente em cidades próximas à sua primeira origem, dirigindo-se em fase posterior à cidade escolhida. Quando se trata de regiões de expansão industrial ou da fronteira agrícola, esta percentagem chega a aumentar num nível de 50%, em alguns estados (MATA, 1980, p. 832).

A análise descrita acima vai ao encontro dos resultados obtidos por meio de questionário aplicado em pesquisa de campo. O espaço escolhido partiu dos depoimentos e entrevistas, onde sempre era salientado que o maior número de nordestinos que residem em Boa Vista era de maranhenses e que estes se concentravam principalmente no Bairro Pintolândia ⁷⁸ (Mapa 8), na Zona Oeste de Boa Vista. Assim decidiu-se que ali seria aplicado o questionário (Apêndice A).

Pelos dados levantados junto aos nordestinos, residentes no Bairro Pintolândia, sabe-se que muitos dos migrantes, antes de saírem com destino a Roraima, já percorreram outros caminhos, fixaram residência em outro Estado. A maior parte percorreu rotas consolidadas na migração interna, como a do eixo

⁷⁸ O Bairro Pintolândia foi criado em 1991, na gestão do governo Ottomar de Souza Pinto (pernambucano), numa área de 1.563.928,58 m², localizado na Zona Oeste da cidade, "planejado" com o objetivo de suprir a falta de habitação de famílias carentes residentes no Estado há mais de 2 (dois) anos, de residência no estado. Atualmente, a população do Bairro Pintolândia é de 5.604 habitantes (IBGE) (Anexo D).

Centro Sul (São Paulo, Paraná, Distrito Federal, Mato Grosso, Bahia), além das rotas interregionais e até mesmo a rota da Amazônia (Mapa 10).



Mapa 10 - Migrantes nordestinos do Bairro Pintolândia: rota da migração interna

No percurso destes migrantes por outros estados brasileiros, todos identificaram como fator principal a mobilidade da força de trabalho, dentre os quais foram citados: 45% tiveram como ocupação, o garimpo durante a rota, 23% empregado sem registro, 9% empregado com registro, 12,5% empregada domestica sem registro, 2,5% empregada domestica com registro, 2% por conta própria e 6% no cultivo. Pode-se pensar na hipótese dos migrantes, percorrendo suas trajetórias, passarem por um conjunto de etapas, numa espécie de socialização progressiva,

até chegar a um destino final (atual), onde seriam plenamente absorvidos pela economia e sociedade. O emigrante tenderia, no seu destino final, depois de um determinado tempo de residência, a aumentar a sua capacidade de integração no lugar de destino, alterando o seu nível de compreensão da realidade e ocupação.

É a mobilidade da força de trabalho, aliada aos fatores estruturais, que impulsiona as redes de integração social, colocando o migrante num fluxo, num espaço em busca de territórios e, paralelo a isso, o capitalismo necessita de infraestrutura para se alojar. O sujeito, nesse caso é impulsionado pelas forças do capital que se deslocando constantemente em busca de lugares onde possa, com menos custos, se reproduzem.

Os Estados do Nordeste, Sergipe e Alagoas, não foram citados pelos que responderam o questionário, quando perguntado o lugar de origem, reforçando a hipótese de que a área de maior incidência dos procedentes do Nordeste é aquela que faz parte do Polígono das Secas. O Estado do Maranhão foi citado por 80% dos respondentes, como sendo o lugar de origem, confirmando sua maior incidência.

(Gráfico 11)

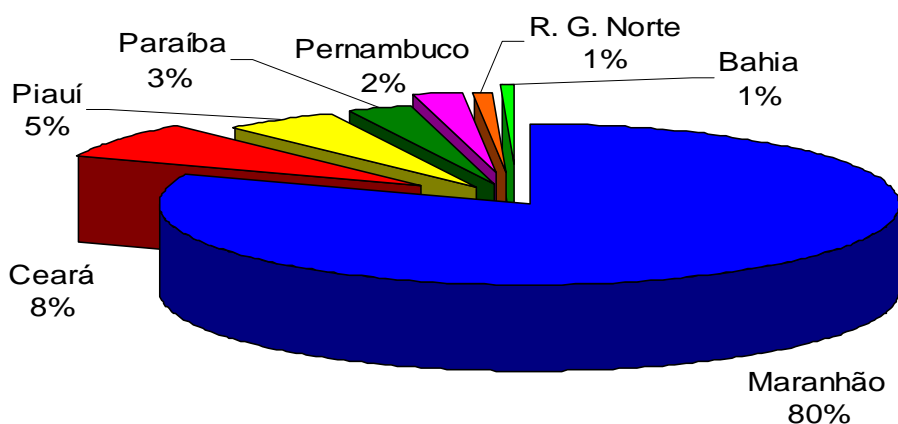


Gráfico 11 - Migrantes nordestinos do Bairro Pintolândia: origem

Esses migrantes têm uma característica ímpar: a despeito de terem percorrido outras trajetórias migratórias, acabam retornando ao Estado de origem para, a partir dali, saírem em busca de novas rotas. Esses dados revelam os laços de consangüinidade preservados, o enraizamento, justificando mais uma vez que a migração do nordestino é um ato social cultural, mesmo forçado por estímulos externos (fragilidade da economia nacional e o esgotamento dos recursos naturais), vêm-se obrigados a procurar outros territórios. O nordestino migra com os pés e não com a “alma”, a multiterritorialidade constituída pela rotas percorridas, não consegue desvincular o nordestino do Nordeste.

Constatou-se que a incidência da imigração de nordestinos foi maior após os anos de 1990 (Gráfico 12). Essa mobilidade é justificada pelas redes sociais que se firmaram no final destes anos, isto é, os nordestinos que chegaram ao longo dos anos de 1980, conseguiram certa estabilidade econômica, refletida nos anos seguintes, e o apoio dos parentes, influenciou na decisão de migrar para Boa Vista.

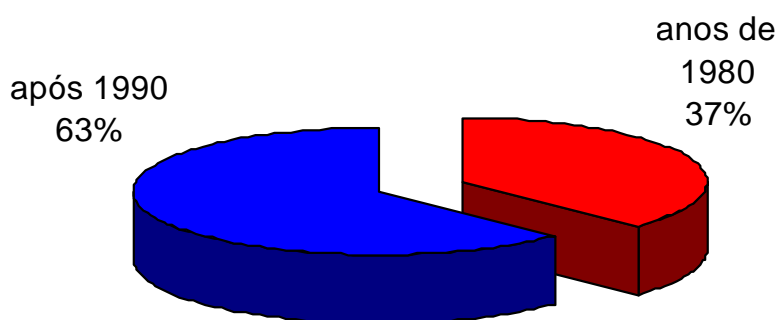


Gráfico 12 - Migrantes nordestinos do Bairro Pintelândia: período de chegada

Assim, o dinamismo demográfico de Roraima, após os anos de 1980, ainda teria sido, em grande parte, fruto da expansão demográfica e econômica da fronteira agrícola, numa permanência de fluxos migratórios com destino rural, o que

manteve o crescimento populacional, embora com um cenário macroeconômico crítico, a ocupação no campo se constituiu em fator decisivo.

Do ponto de vista do gênero há uma diferença, uma vez que o número de homens é maior do que da mulher, bem expressivo no migrante nordestino de Roraima, e mesmo os casados vêm na frente, para em seguida, depois de certa segurança, deslocar sua família. A mulher vem, progressivamente, ocupando o mercado de trabalho e se destacando pela forma pessoal com que enfrenta o trabalho, onde os filhos não representam obstáculo. Em termos da migração por idade, a taxa líquida de migração mostra uma concentração no grupo etário de 30 a 39 e do grupo 20 a 29 anos (Gráfico 13).

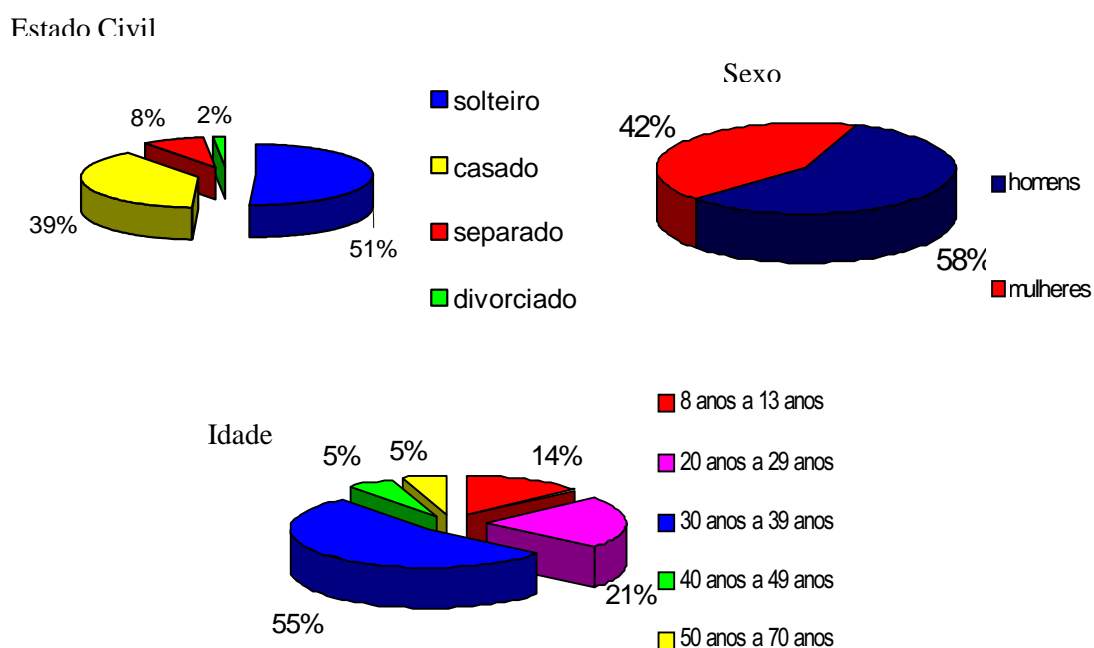


Gráfico 13 - Migrantes nordestinos do Bairro Pintolândia: estado civil, sexo, idade.

Aproximadamente 81% dos migrantes nordestinos estão na faixa da população economicamente ativa, o que favorece a dinâmica do mercado de

trabalho de Boa Vista. Entre o total de migrantes, encontram-se 14% de crianças e 5% de idosos como dependentes, revelando a seletividade da migração por idade.

Dos migrantes nordestinos que responderam ao questionário, 59% estão alocados no Bairro Pintelândia desde que adentraram na cidade e fazem parte deste grupo os que chegaram após os anos de 1990. Os migrantes que chegaram nos anos de 1980 residiram em outros bairros (a exceção do Bairro Centro), de ocupação recente e localizados na área de expansão urbana, na Zona Oeste da cidade de Boa Vista.

O Bairro Centro foi citado por 13% dos questionados, e percebe-se, neste, como o primeiro lugar a ser despojado pelos que chegam e que não vêm acompanhados pela família, além da permanência não ultrapassar o período de um ano. (Gráfico 14)

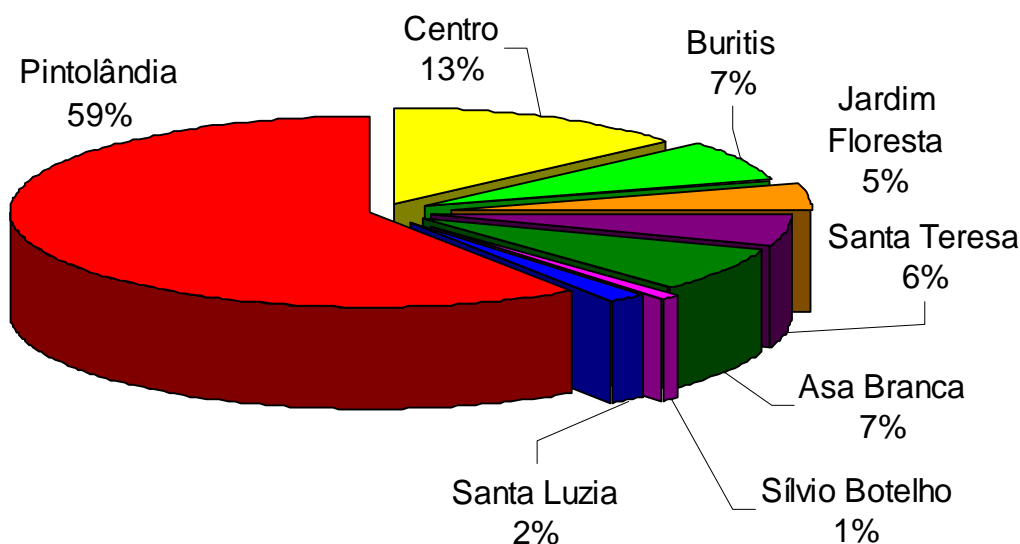


Gráfico 14 - Migrantes nordestinos do Bairro Pintelândia: fluxo intraurbano

Todos os que responderam ao questionário residem atualmente em domicílio particular permanente, cedido pelo Estado, do tipo casa, onde reside somente a família, e os responsáveis pelo domicílio são do sexo masculino.

A pesquisa, desenvolvida junto aos migrantes nordestinos, do Bairro Pintolândia, que adentraram em Roraima no período após 1980, revelou que em torno de 54% destes tiveram como destino a cidade de Boa Vista; num primeiro momento 15% foram para o garimpo (Amajari) e os outros 31% tiveram como destino os assentamentos agrícolas (Alto Alegre, Mucajaí, São Luiz do Anauá, Bonfim, Caracaraí, Rorainópolis). A mobilidade intraestadual ocorreu num segundo momento, onde se percebe a fluidez dos sujeitos num ciclo constante de movimento rural/urbano. Daqueles que vieram diretos para Boa Vista, 35% procuravam emprego e 65% já tinham emprego garantido na cidade. (Gráfico 15)

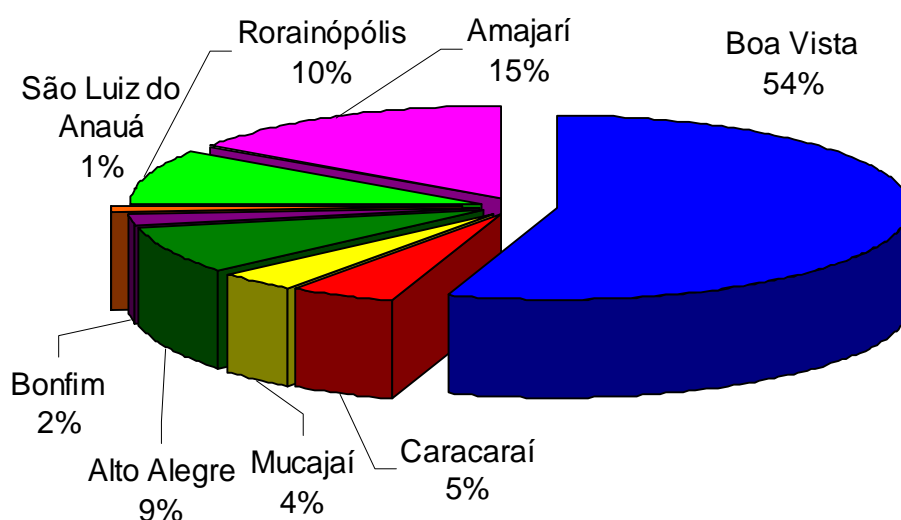


Gráfico 15 - Migrantes nordestinos do Bairro Pintolândia: fluxo intraestadual

Perguntado sobre a razão da trajetória, as respostas se resumiram em três: “acompanhando a família”, 23%; resposta dada principalmente pelas esposas, ou pelos filhos; “à procura de emprego”, 31%; e terceira resposta: “alguém chamou” com 46% (este último distribuído em 31% influenciados por parentes, 10% por amigos e 5% por políticos). Esses dados são justificados pela rede social formada, o que não deixa de ser uma consequência da estrutura da sociedade das cidades interioranas nordestinas.

Questionados sobre a assistência dispensada pelo poder público aqueles que residem no bairro, obtiveram-se as seguintes respostas: 80% está vinculado a algum programa governamental (fome zero, auxílio gás, bolsa família, cesta básica); todos residiam em casa própria cedida pelo governo estadual; e 75% destes teriam recebido material de construção para construção/ampliação do domicílio.

O nível de formação do nordestino que migra para Roraima pode ser observado na entrevista do “Sr. Chiquinho”, que tenta justificar, dizendo que veio para Manaus; devido às dificuldades de encontrar emprego, além da falta de espaço e de capital no interior do Nordeste, sempre com a intenção de voltar:

“O que faz o nordestino sair do Nordeste é a pobreza e, pode observar que os filhos de pais pobres são os que vão embora, porque quando ele tem condições e dá pra ele ficar, ele fica, mas quando tem as condições difíceis, sabe que o pai não tem de onde esperar, que o pai não pode dá nem a condição de estudar, aí ele logo, ainda criança, começa a sair pela estrada, pra procurar recursos fora para sobreviver e até mesmo para ajudar os pais.”⁷⁹

A expressão “os filhos de pais pobres” mostra a seletividade que há nos processos migratórios: os que não possuem mão-de-obra qualificada estão expostos aos caminhos travados pela economia de mercado capitalista. Os empresários roraimenses de origem nordestina e os que trabalham por conta própria estão incluídos nos 36%, que declararam possuir o ensino médio. Os 12% analfabetos estão incluídos aqueles que declararam terem vindo para o garimpo e os 39% que possuem o ensino fundamental são os que estão na faixa etária dos 16 aos 29 anos de idade (Gráfico 16).

⁷⁹ Declaração de Francisco de Albuquerque, “Sr. Chiquinho”, que veio de Coreaú no Ceará, para Manaus em 1973 e um ano depois estava em Boa Vista. Hoje é empresário, proprietário da Loja Boa Vista e do Shopping Fortaleza, no centro comercial de Boa Vista.

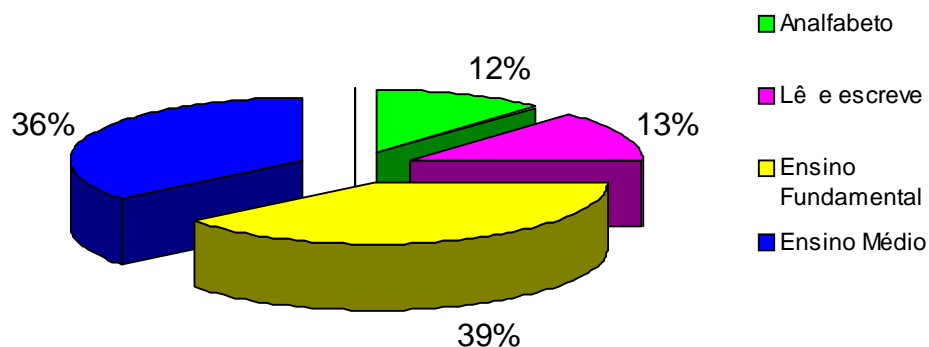


Gráfico 16 - Migrantes nordestinos do Bairro Pintolândia: escolaridade.

Conforme a pesquisa há certo equilíbrio entre os que estavam empregados com os desempregados. Dos remunerados, 85% recebiam pelo seu trabalho no Nordeste até dois salários; em Roraima, se a remuneração aumenta, logo que esses se sentem valorizados. A rede social formada entre o Nordeste e Roraima é justificada quando se observa as características econômicas do migrante nordestino (Gráfico 17).

A pesquisa revela que nem todo nordestino consegue emprego em Roraima (20%), mas a assimilação no mercado de trabalho em Boa Vista, de uma gama de sujeitos em idade produtiva (60%), mostra a fragilidade da economia nordestina e a capacidade que o mercado de Boa Vista ainda tem de absorção de mão-de-obra. Os migrantes desempregados em Roraima que responderam os questionamentos são mulheres donas de casa e aqueles que estão na faixa etária entre 50 e 70 anos. Também se pode perceber com nitidez a diferença da renda salarial, adquirida em Roraima, em relação a que anteriormente era recebida pelo migrante quando inserido no mercado de trabalho nordestino.

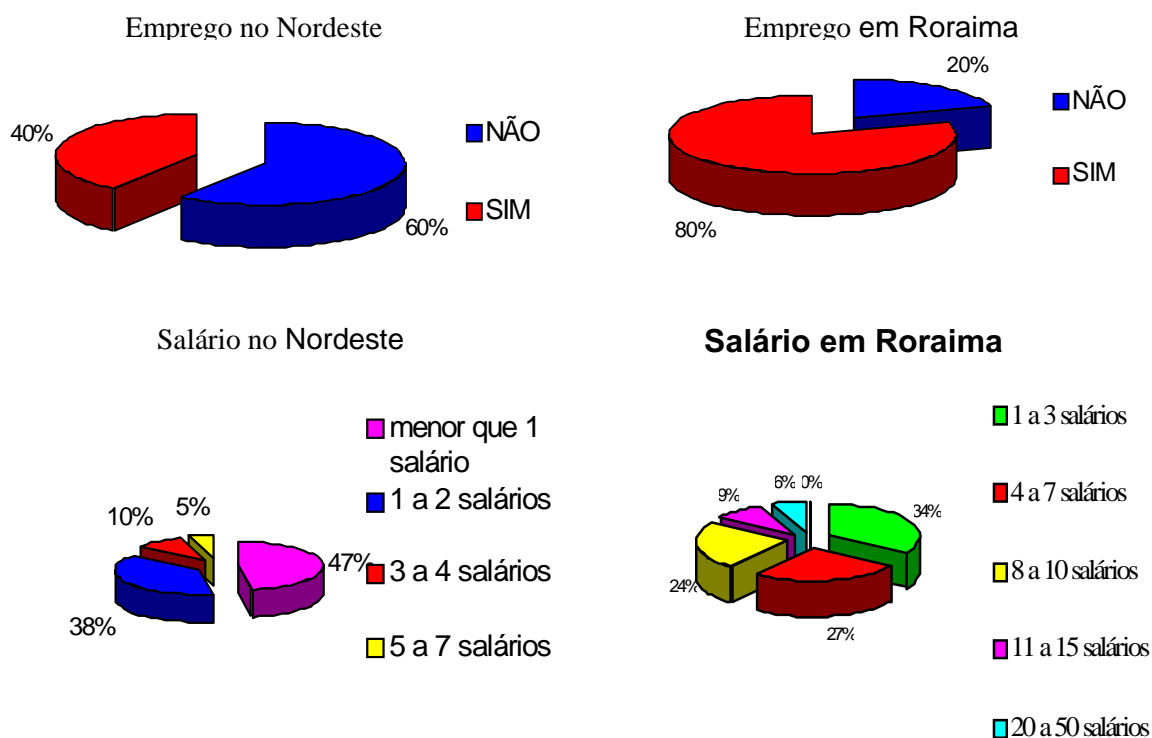


Gráfico 17 - Migrantes nordestinos do Bairro Pintolândia: características econômicas⁸⁰

A baixa capacidade que o Nordeste possui de incorporar novos sujeitos ao mercado formal de trabalho é decorrente, entre outros fatores, da debilidade econômica, pela qual as metrópoles vêm passando, resultando num movimento de rota influenciada por redes sociais, criadas a partir de vínculos familiares.

Dentre aqueles que responderam que no Nordeste tinham emprego (40%), 74% não tinham registro empregatício no local de origem (entre domésticas e empregados). Observa-se que os que trabalhavam por conta própria (que também não tem registro) e os de produção para o próprio consumo (ligado à agricultura de subsistência), somado aos empregados sem registro, comprova a estagnação da economia nordestina sem perspectiva de alavanca social (Gráfico 18).

⁸⁰ O salário como base na entrevista foi o de R\$ 350,00

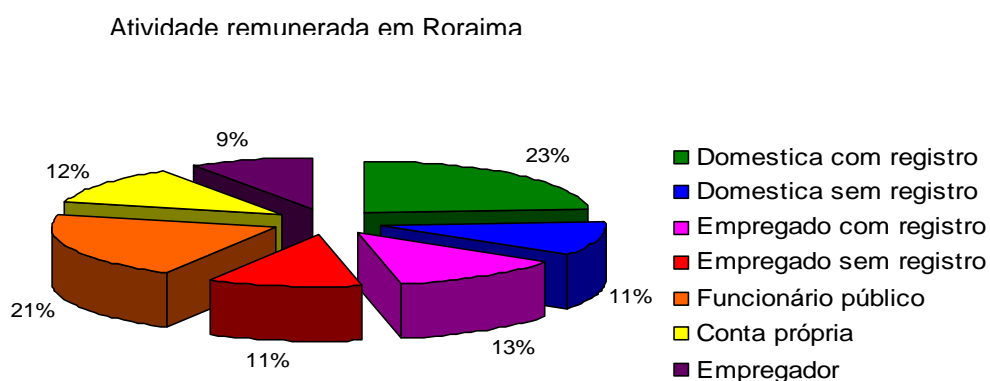
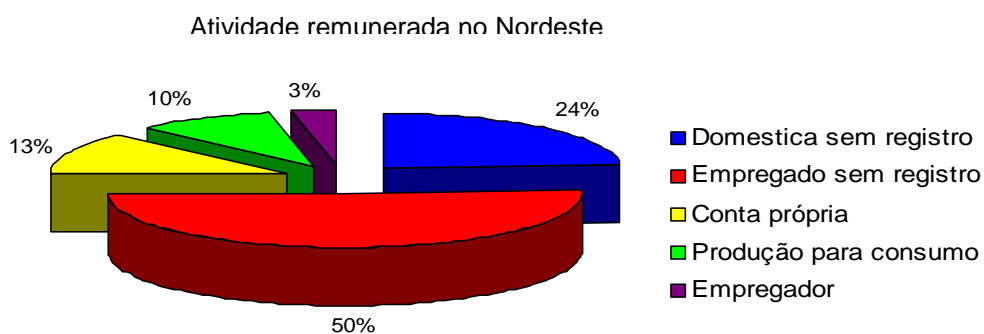


Gráfico 18 – Migrantes nordestinos do Bairro Pintolândia: atividades remuneradas

Portanto, dos migrantes entrevistados, 57% são empregados registrados, ficando um percentual de 34% sem o devido registro (inclusive os que trabalham por conta), que de forma indireta também participa do desenvolvimento. Os funcionários públicos detectados na pesquisa estão locados em setores da prefeitura e do estado; nesta categoria estão os professores de ensino fundamental e médio, vigias, agentes administrativos, agentes de saúde e técnicos auxiliares. No mesmo Gráfico 18, podem-se avaliar os empregadores nordestinos, são empresários do setor de serviços (comércio) do Bairro Pintolândia, que atuavam como tal no Nordeste (3%) e em Roraima triplicou para 9%, e que mantêm em Roraima um corpo de funcionários, onde 70% destes são da família (entre filhos, conjugues, primos, pais e irmãos), 23% são conterrâneos (destes, a metade foram financiadores do traslado) e apenas 7% mantêm apenas vínculo empregatício. Vale ressaltar que os nordestinos empregadores, quando atuavam no Nordeste (3%), não possuíam corpo de

funcionários e que apenas filhos e conjugues foram citados como auxiliares, mas sem remuneração fixa. Outro elemento já pontuado são os nomes das empresas dos nordestinos, que muitas vezes está voltado para algo que lhes lembra o Nordeste (Figura 3).



Figura 3 - Bodega Ceará, Rua Sólon Rodrigues Pessoa, 884, Bairro Pintolândia, Boa Vista, RR.

Quando perguntados sobre a possibilidade de retorno, 84% responderam que já haviam pensado nestes 65% apenas no início, mas teriam desistido, e apenas 19% pensam no retorno quando da aposentadoria. Quanto à responsabilidade de financiar a vinda de parentes, foi diagnosticado que 73% responderam que alguém da família ou conterrâneo já veio, mas apenas 55% financiaram esse traslado principalmente para os pais, filhos e cônjugues e que apenas 13% destes retornaram ao Nordeste.

Os vínculos permanecem com os que fazem parte da família e ainda se encontram no lugar de origem, contudo foram perdidos os contatos com vizinhos, amigos, colegas de trabalho ou estudo, não descartando a possibilidade de ajudá-los caso venham a procurá-los. Sobre o tipo de contato e a frequência que mantém com os familiares ou conterrâneos do lugar de origem, os telefonemas foram citados por todos numa frequência que varia entre uma semana e um mês; as correspondências do tipo carta foram citadas por 23%, numa variabilidade de um ano a dois anos.

Sobre a frequência de traslado entre Roraima e o Nordeste, dos residentes do Bairro Pintolândia, 43% responderam entre 2 a 5 anos, e 57% responderam não terem regressado ao Nordeste. Pelas características econômicas da maioria dessa comunidade, o custo elevado da passagem aérea e as dificuldades enfrentadas no traslado terrestre/fluviial limitam a periodicidade desse movimento.

As novas relações de confiança estão ligadas aos parentes de conjugues (17% dos entrevistados casaram depois que chegaram) ou namorado (a)s, e amigos e vizinhos onde estão incluídos nordestinos, sulistas e roraimenses; contudo, todos afirmaram que conhecem nordestinos e que têm maior confiança nas amizades daqueles que são do Nordeste. Assim, na rede traçada entre migrantes e entre migrantes e a população do lugar, é possível identificar a presença de dois componentes essenciais à sua constituição: os sujeitos, que representam fisicamente as redes e que ancoram as articulações em seu interior, e as relações, compostas pelos elementos de interação entre os sujeitos e que se expressam por laços e fluxos articulados por vínculos de trabalho, amizade e afetividade entre os sujeitos.

A cultura é aquela que mais se transforma, confirmando a hibridização do sujeito, apesar de tentar inserir no novo espaço sua territorialidade, nem percebe que a individualidade também passa por transformação. O sujeito tenta revitalizar a cultura que lhe é nata, transmitir para a geração futura algo que eles não vivem, não vivenciam na sua plenitude, e isso é mais um obstáculo para a fluidez da cultura imposta pelo nordestino e ao mesmo tempo torna-se um instrumento para a multiterritorialidade impor no espaço uma hibridização do sujeito. As mudanças não são percebidas pelo sujeito, que acredita ainda ser um 'típico nordestino' com característica ímpar, contudo as novas condições impostas pelo novo espaço que apesar de reproduzido por estes sujeitos 'nordestinos', também lhes impõe sua dinamicidade.

Pode-se confirmar essa dinamicidade imposta pelo espaço, ora ocupado, pelas palavras que se perdem quando não mais usadas ou até mesmo no sotaque forte que se perde no tempo pelo não usual. Quando perguntado pelas palavras faladas no Nordeste e que ainda costuma usar em Roraima, não sabiam cita-las, essa confusão ocorreu com todos, sem exceção. Outro dado diz respeito aos codinomes ('apelidos') que usualmente no Nordeste empregavam, e que em Roraima é um costume que normalmente não se usa.

Sobre os alimentos que consumiam no Nordeste e que em Roraima é mais difícil de encontrar, foram citados: assado de carneiro, buchada, panelada, toicinho de porco, rapadura, farinha de milho, babaçu, dendê e macaúba. Os restaurantes que mantêm um padrão voltado para a culinária nordestina contratam produtores exclusivos para atender esta demanda.

A rede social nordestina é também percebida quando abordados as perguntas ligadas à cultura, principalmente no que diz respeito aos eventos sociais em que a comunidade participa. Sobre os contatos com grupos de convivência nordestina, foram confirmados por 28,5% dos que responderam o questionário aplicado no bairro Pintolândia, que as festas religiosas que participavam no Nordeste não mantiveram a tradição quando adentraram em Roraima, apenas 23% continuam a freqüentar essa tradição adquirida no Nordeste, contudo, todos os que responderam o questionário citaram as festas juninas e o forró como uma tradição que praticavam no Nordeste e a conservaram em Roraima.

Dessa forma, três fatores caracterizam a corrente migratória do Nordeste para Roraima após 1980: uma mobilidade espacial da população, dentro de uma tipologia de movimentos bem mais complexa do que os padrões clássicos da migração de longa distância dos anos anteriores a 1980 (polarização de regiões desenvolvidas economicamente); segundo, a insegurança social decorrente da incapacidade de reproduzir a mobilidade social do período anterior e de reduzir a desigualdade e por fim as redes sociais, que atuam de forma constante, numa multiterritorialidade em território-rede e nisto um processo ou multiculturalidade que constitui a trajetória de migração desse nordestino, como um sujeito híbrido, que embora ocorra uma intenção de pertencimento há uma mudança na “alma”, ao incorporar múltiplas referências nessa trajetória.

Neto do NordesteEliakin Rufino⁸¹

Eu tenho um pé no Ceará o meu avô era de lá
 Eu tenho um pé no Maranhão
 eu tenho mais eu tenho a mão
 Eu tenho um pé no Piauí
 Rio Grande do Norte passa por aqui
 Eu tenho um pé em Pernambuco tenho uma perna no sertão
 Eu tenho um braço na Bahia uma costela em Alagoas
 na Paraíba o coração
 Quem é filho do Norte é neto do Nordeste
 sou chuva na floresta sou mandacaru no agreste
 Quem é filho do Norte é neto do Nordeste
 sou farinha de caboclo eu sou cabra da peste

As práticas sócio-espaciais definem os conteúdos e imagens de cada parcela do território urbano e as multiterritorialidades praticadas pelos sujeitos tomam forma, dispostas nos arranjos urbanos e resultam em estruturas sobrepostas no tempo, com identidades multivariadas que refletem diretamente nos modelos urbanos (num movimento contínuo que vem a ser materializado no espaço em qualquer tempo dado, de tal modo que padrões observáveis de organização sócio-espacial são formas fenomenais) o hibridismo desse sujeito produtor de espaço.

Os traços distintivos da morfologia espacial estão dialeticamente relacionados com as mudanças estruturais na organização social, um procede em interação com o outro, muito mais do que através de algum elo positivista entre causa social e efeito espacial.

As formas que emergem no processo imobiliário, e aí entram as imagens que retratam a Região Nordeste, não são produtos inexoráveis do destino, são produtos sociais abertos a um redirecionamento esclarecido e a um propósito 'benéfico' social (inclusão subjetiva do migrante no espaço) por meio da produção espacial, que tem como consequência a forma visual, aquela que deslumbra o sujeito, que o espaço assume e que não é necessariamente a mesma do lugar de origem, mas a maneira como é identificada reflete o que ideologicamente a subjetividade do nordestino identifica.

O território, como espaço produzido, a partir das imagens estabelecidas pelos migrantes oriundos da Região Nordeste é algo admirável. Por onde passa o nordestino deixa sua marca

⁸¹ EliaKin Rufino é poeta, músico, filósofo roraimense, neto de cearense.

estampada de forma objetiva ou subjetiva, e não poderia deixar de ser diferente em Boa Vista, onde socialmente esse consegue expressar na paisagem a identidade que diz conservar, mesmo que essa já hibridizada (não entendida como tal pelo sujeito, que resiste na ideologia da preservação identitária), uma certa identidade nordestina é expressa socialmente.

Os sujeitos são condicionados a demandar espaços de lealdade que constituem extensões do seu corpo. Para o nordestino, o território toma forma e se expande até seu corpo, com um argumento simples: onde quer que o nordestino esteja esse se encontra no Nordeste. Aqui - longe do argumento romântico de que sangue, terra, língua e talvez raça sejam as fundações isomórficas do sentimento de nacionalidade - há o argumento especificamente invertido de que a exclusão social gera o território com similitudes.

Assim, o sentimento nordestino cria seu espaço, ao invés de ser seu produto. Esta inversão é uma patologia possível, mas não necessária, da diáspora, porque envolve um processo de reterritorialização que antecede o processo de desterritorialização. Trata-se mais exatamente da patologia do identitário territorial provocada pela especificidade histórica da exclusão, pela história particular da colonização do Nordeste do Brasil.

A divulgação da cultura nordestina em Boa Vista, não fica apenas no olhar, nas imagens que lembram o nordeste, está presente nos eventos promovidos por grupos culturais que tentam manter tradições nordestinas no território nortista, em associações comunitárias de bairros, em grupos de teatros que retratam em suas histórias a vida do nordestino, nas músicas compostas e cantadas por migrantes nordestinos, nos restaurantes que tentam territorializar a culinária nordestina.

O nordestino encontrou na dramaturgia a expressão mais direta de transmitir a informação desejada. A formação de um grupo de teatro, acompanhado por uma banda de 'forró pé-de-serra'⁸² com sanfona, triângulo e pandeiro é uma dessas expressões. O grupo se apresenta no interior e nos bairros, retratando a própria realidade vivida pelos nordestinos de Roraima: retratam o agricultor com as necessidades de infra-estrutura para escoar o que foi produzido, para a cidade; a mulher sertaneja com seu machado nas costas lutando pela sobrevivência e buscando alcançar o sonho de uma terra acolhedora; os filhos que buscam a educação, onde o acesso a escola é maior do que no Nordeste.

⁸² Expressão usada para identificar o forró mais tradicional do Nordeste, aquele que é constituído por uma sanfona, um triângulo e um bumbo.

“A gente é ator da vida real”. O que se tenta passar para as pessoas, é que um homem com machado e um facão, ele não é um agricultor, ele é um povo isolado. Então, aquelas mulheres que se vestiam com a cabeça amarrada, botavam a trouxa na cabeça em busca de um sonho que, cada um de nós vem para esse estado aqui, em busca de um sonho. Muita gente vem em busca de melhorar a vida, outros vieram em busca de um espaço que também foi pra região de garimpo. [...] Mas todos que vieram do nordeste ou do outro estado, vieram em busca de um estudo [...] Se for fraco, não consegue realizar o sonho e ainda saí por aí andando de estado em estado”.⁸³

No que diz respeito a grupos que tentam manter as tradições culturais do Nordeste brasileiro em Roraima, pode-se exemplificar a Associação de Dança Cangaceiros Ciranda do Thianguá, que desenvolve em paralelo a divulgação da cultura nordestina, um trabalho social reconhecido por toda a comunidade que reside em Boa Vista. Está registrada, legalizada e é uma associação que representa Roraima em competições na Região Norte, com seus dançantes em grupos de dança ‘Mulheres Rendeiras’ e ‘Quadrilha Cangaceiros do Thianguá’, há mais de uma década (Figura 4 e Figura 5).



Figura 4 - Dançantes no Monumento do Garimpeiro (marco zero da cidade) Boa Vista



Figura 5 – Dançantes iniciando apresentação com a Bandeira do Estado de Roraima

Os recursos conseguidos com os prêmios e os eventos são revertidos em prol da comunidade ligada à associação, onde já conseguiram: uma sede própria com equipamentos (computador, geladeira, frizer, fogão, telefone); um ônibus, que além de servir para transportar os

⁸³ Declaração fornecida em outubro de 2005 pela idealizadora do grupo teatral, uma maranhense.

dançantes aos eventos dentro e fora do estado recebe contratos de aluguel no transporte de pessoas; mantém na sede uma academia de jiu-jitsu, com professor pago pela associação e os associados são isentos da taxa mensal; acompanhamento em reforço escolar a dez crianças (de diferentes bairros); acompanhamento com orientação psicológica a jovens ligados a associação; transporte e encaminhamento aos familiares dos associados a hospitais, postos de saúde e auxílio na compra dos adornos nos trajes usados nas apresentações.

O presidente, para manter a ordem e disciplina dos jovens que participam da associação, impõe regras que obrigatoriamente são seguidos: não é permitido nas proximidades da associação ou quando estão oficialmente em eventos: ingerir bebida alcoólica, fumar qualquer tipo de tabaco. A pretensão da associação é criar uma escola de música com atividades culturais para os associados.

*“[...] no Maranhão tem o Boi Bumba dos Lençóis Maranhense. Aqui juntei uns 35 maranhenses e comecei a formar o nosso ‘curral’ com os que sabem cantar, bater matraca, a fazer o couro do boi [...]”.*⁸⁴

Não podendo deixar de salientar, a música nordestina que está presente através dos cantores que a divulgam com shows e gravações de Compacto Disc, como o cantor e locutor Jataí⁸⁵, que na intenção de desenvolver o lado musical, veio em busca de oportunidade, por meio de um casal amigo que se mudara para Roraima. Através de projetos desenvolvidos pelo Serviço Social do Comércio de Roraima (SESC / Roraima)⁸⁶, conseguiu divulgar seu perfil musical, conseguindo num período de seis anos, colocar no mercado um compacto disc chamado “*Artérias*”, com dez músicas de autoria própria, resultado dos shows apresentados no SESC, no Teatro Carlos Gomes e no Palácio da Cultura e que já atende até o mercado de Manaus. Como locutor carrega consigo um sotaque forte que diz ser o motor da audiência do programa:

⁸⁴ Ver Capítulo 5 Território e Redes Sociais, item 5.2.1.1 Articulação das redes sociais: nordestinos em Roraima, nota de rodapé 15.

⁸⁵ José Jataí de Albuquerque nasceu na Paraíba, em Campina Grande, é locutor, cantor, compositor, mas antes de tudo era cinegrafista na TV Borborema e TV Tambaú em João Pessoa, e paralelamente catava na noite pra ajudar no orçamento familiar. Em 1994 veio para Roraima como cinegrafista na TV Macuxi, filiada da TVE. Atualmente é locutor da Radio Folha de Boa Vista, sintonia AM 1020.

⁸⁶ Os projetos desenvolvidos pelo SESC, dos quais Jataí participou são: Projeto Musica do Brasil (aquele em que é escolhido pelo interprete um compositor brasileiro para interpretar) e o Projeto Musica Regional (o cantor apresenta composições próprias).

“O José na Paraíba é visto como um Zé; Zé de Baixo, Zé de Riba. Como tem Zé na Paraíba, no meio daquela multidão que passa de um lado para o outro! Aqui não! Eu sou o Jataí Albuquerque entendeu? Aqui é incrível em Boa Vista, um respeito grande que as pessoas têm. [...] as pessoas apertam a minha mão, ‘É o cantor Jataí! É o cantor Jataí!’. Eu sou um nordestino que canta as belezas de Roraima, misturadas as belezas nordestinas. [...] Durante a semana faço um som normal e na sexta feira [...] é pra nordestino e pra quem também simpatiza com trabalho dos nordestinos como Luis Gonzaga, Flávio José. Tem Eliakin cantando, ‘eu tenho o pé do Ceará, o meu avô era de lá.’ Tem também o pessoal do Xaxado da Paraíba, que é um grupo que está também fazendo sucesso aqui. [...] Eu gostaria ao longo desse tempo, conviver sempre aqui tentando uma identidade própria para o Roraima musical, assim como caxiri na cuya. A influência de pessoas de outros estados é muito grande, de modo que fica difícil a identidade própria”.

Na declaração de Jataí, fica claro o quanto a cultura roraimense está influenciada pela identidade nordestina, e que esta, como todas se encontram numa constante, onde os sujeitos que compõem o território impõe identidades formando uma nova e híbrida cultura.

O cantor George Farias⁸⁷, nascido em Fortaleza, conseguiu conquistar espaço na música no estado. Em seu repertório, músicas e letras de compositores cearenses, com público cativo aos shows que faz dos bares à noite, um pouco da cultura e da “*alma*” do sertanejo, o cantar, como lenitivo de quem deixa sua terra.

A culinária nordestina também está presente em Boa Vista, trata-se de restaurantes exclusivamente de comida nordestina e com caracteres que lembram a cultura. Os restaurantes “O Cangaceiro” (Figura 6) e “Maria Bonita” (Figura 7) são exemplos que ilustram a territorialidade imposta na paisagem, que desperta a subjetividade de uma comunidade composta em grande parte por nordestinos.

⁸⁷ Ver nota de rodapé 28, do Capítulo 5 “*Território e Redes Sociais*”



Figura 6 - Restaurante O Cangaceiro, Rua Cel. Mota com Av. Ene Garcez, Centro, Boa Vista, RR

Como já tínhamos mexido com restaurante, resolvemos montar [...] a idéia de ser restaurante nordestino foi porque ainda não tinha um restaurante nordestino aqui em Boa Vista e tem tanto nordestino [...] a maior população de Boa Vista é nordestino e compramos esse ponto aqui. [...] a maioria da clientela é nordestino [...] mas todo mundo gosta da comida nordestina. É porque a comida nordestina é uma comida muito 'massante'. Tentamos programar um cardápio fazendo pelo dia da semana, mas aqui em Boa Vista é muito difícil. Os fornecedores falham na entrega. Tenho um fornecedor lá na feira do produtor [...] ele é dono do Açougue Iracema é um nordestino daquele bem nordestino mesmo! Fica ali na Ataíde Teive, no Mercantil Iracema. A gente compra lá dele sempre carneiro, buchada [...] No nosso cardápio temos sempre carneiro, todo dia temos a farofa de cuscuz, a carne seca com a abóbora, a macaxeira, essas coisas básicas; arroz, Maria Isabel, baião de dois, de vez em quando a gente tem um queijinho na brasa, picanha, banana frita sarapatel (sangue de porco). [...] A noite tentamos atender o nordestino do litoral, o que a gente tem é o caranguejo, mas só o filé do caranguejo. Arroz com caranguejo, risoto de caranguejo e camarão grelhado, que é parte de mariscos⁸⁸.

Enfim, a territorialidade social é bastante expressiva em Boa Vista, com uma cultura que em qualquer das formas em que se apresenta, transforma-se em um elo condizente do migrante ao seu meio ambiente ainda que subjetivamente.

Nas mais diversas formas de como essa territorialidade se manifesta, seja no teatro, na música, na culinária, na paisagem urbana, no forte sotaque, há uma reprodução do espaço, e este por sua vez oferece conforto aqueles que sonham com uma estabilidade e não se amedrontam com as adversidades. Contudo não desprezam as origens, mesmo que estas representam instabilidade, sempre percebendo que na fraternidade do lugar de origem, como numa casa materna, que movida

⁸⁸ Ver nota de rodapé do Capítulo 5 Território e Redes Sociais, item 5.2.1.1. Articulação das redes sociais: nordestinos em Roraima, nota de rodapé 16.

pela angústia da busca inconstante do filho pela sobrevivência não abandona o berço, o território primeiro.



Figura 7 - Restaurante Maria Bonita, Av. Júlio Bezerra, 784, Bairro dos Estados, Boa Vista, RR

Neste movimento constante em que a própria vida cotidiana se reproduz, sempre haverá novas territorializações dos espaços. É nato do homem, não importando a origem, sempre carregar consigo as culturas acumuladas e tentar de forma direta ou indireta demarcar fronteiras. Na sociedade moderna, os sujeitos são e estão multiterritorializados, desde a influência transmitida por meio da mídia até aquelas adquiridas nas andanças movidas pelo capital.

7 CONCLUSÃO

O começo e o fim estão em todo o lugar. Um é imediatamente o outro e, ao mesmo tempo, a sua negação. No ponto final (formal) de um trabalho está a chave para um novo processo de investigação científica. Não há conclusões terminadas, elaboradas, acabadas e, sim, questionamentos, interrogações, para que se avance progressivamente na produção do conhecimento que não acaba nunca. (SILVA, 1999, p. 20)

Esta pesquisa apoiou-se numa revisão dos estudos sobre migração, procurando identificar os limites e possibilidades de direcionamento, da mobilidade da força de trabalho, sem deixar de mencionar que o conceito envolve duas dimensões que requerem precisão na sua apreensão, espaço e tempo, que desenham um novo panorama econômico, político e cultural no território. A migração como agente do processo redimensiona o território, com mudanças nas dimensões de forma simultânea num processo constante, principalmente, quando tem uma atuação explícita e direta do Estado, gerando avaliações, objetivos e práticas relativas à contenção, geração, estímulo, direcionamento, ordenamento e acompanhamento de deslocamentos espaciais de trabalhadores, passando a ser vista, dentro de uma perspectiva histórico-estrutural, pelo aspecto econômico, relacionando-a com outros aspectos macrossociais.

A mobilidade que ocorre entre Nordeste e Roraima é antes de tudo movida pela força de trabalho, onde a acumulação de capital como relação social se configura em condições estruturais, da qual emerge essa mobilidade, produzindo um papel determinante no espaço roraimense, neste caso, fortemente marcado pela presença de nordestinos no conjunto de migrantes.

Enfim, o “excedente populacional” relativo, apresentado como reserva da

força de trabalho no Nordeste é resultado também de fatores estruturais e físicos. Esse excedente tende a deslocar-se para Roraima, num primeiro momento movido pela força de trabalho e, num segundo, estimulado por redes sociais, que se formaram decorrentes de crises econômicas, visto como fator econômico de crescimento, onde se cultua a idéia de que o migrante gera bens e é mão-de-obra disponível para a necessidade do mercado.

Portanto, a freqüência e o volume da mobilidade existente entre Nordeste e Roraima, revelam a extensão de redes sociais, onde os migrantes passam a viver em Boa Vista numa perspectiva de mudança de sua trajetória, com profundos desdobramentos sobre a esfera política, social e cultural e que, de certa forma, repercutem nos territórios de origem, pelo auxílio à família que fica, ainda no Nordeste, ou na viabilização da migração desses membros por meio do pagamento de passagem a futuros migrantes à Roraima, mostrando uma particular dinâmica social, envolvendo os que migraram ou não.

Assim, a concentração populacional que vem ocorrendo em Roraima após os anos de 1980, de nordestinos, principalmente maranhenses, contribui para a expansão do capital ao mesmo tempo em que nordestinos desprovidos destes inserem-se no mercado de trabalho e conseguem uma perspectiva de ascensão social almejada, onde encontram a “vida prometida”, seja no garimpo, nas terras doadas pelo governo, nos incentivos de permanência nos centros urbanos. Quando essa ascensão social é conseguida, muitas vezes, o Nordeste é deixado para trás na objetividade econômica, contudo subjetivamente o Nordeste não é substituído e sim levado até o lugar de destino com a inserção da cultura nordestina no lugar, expressando uma multiterritorialidade, pois essa constante não se inicia somente a partir do referido fluxo, mas é talvez o “ponto final” de uma trajetória embrenhada de decepções e conquistas, que se estende até a inserção do jovem nordestino no mercado de trabalho.

O nordestino cria novos espaços (expansão urbana), reproduz espaços existentes, dando novas configurações no contexto social, através de uma rede

formada entre a população nordestina e Roraima, percebendo uma dinâmica entre estes dois espaços, num primeiro momento estimulada pelo Estado, num segundo momento pelo migrante, aliadas à 'seca social' do Nordeste e à falta de perspectivas econômicas, num sistema onde se desenham as tramas, subjetivas e objetivas, assegurando a comunicação em pequena e grande escala, dando ao nordestino o controle *no* espaço e apropriação do Território Boa-vistense com fatores sociais integrados se destacando ora na economia, ora na política e principalmente nos vários setores culturais da sociedade.

Há uma dinâmica simbólica ou "vívida" no território, com uma participação concreta do nordestino, mantendo relações de poder, em determinadas áreas de Boa Vista, onde se pode perceber a riqueza das múltiplas territorialidades em que o migrante e toda a sociedade estão mergulhados. Esta multiterritorialidade confirma a hibridização do sujeito, enquanto migrante, reproduzindo o espaço, territorializando sua dimensão funcional e simbólica, numa tendência que cresce sob a fluidez e heterogeneidade, e cujo processo de produção do espaço roraimense ocorre de maneira integral. Qualquer análise de identidade/territorialidade do nordestino passa por implicações políticas, econômicas e culturais, e revela a construção de uma identidade para a sociedade roraimense, onde identidades se justapõem, resultando numa multiterritorialidade própria ainda trabalhada, não definida, vendo que esse processo ainda está por acabar, pois a ocupação total da área ainda está por acontecer.

Sob a luz da subjetividade, o território roraimense é um lugar com dimensões (que vão do físico ao mental, do social ao psicológico, em escalas diversas) em que há uma acoplagem, dinâmica, em espiral, que faz de Roraima um lugar, onde a memória dos fenômenos culturais nordestinos "é e está" ⁸⁹, expresso no espaço produzido, modificando e sugerindo um território particular onde o nordestino individual (Restaurante 'O Cangaceiro') ou coletivo (Centro de Tradições Nordestinas e Associação de Dança Cangaceiros Ciranda do Thianguá), se exprime transformando Roraima simbólica e concretamente.

Os resultados obtidos nas investidas à população nordestina foram satisfatórios, na medida em que os nordestinos estão felizes por estarem em

⁸⁹ Termo usado Por Marcos Aurélio Saquet.

Roraima, apesar da *'saudade'*. É nesta subjetividade (lembranças identitárias) e da objetividade do espaço (paisagens construídas que identificam o território), o sujeito enquanto migrante tem sua formação social sendo constantemente reformulada, que pode ser representada apenas no momento e espaço em que se encontra, pois seguindo no fluxo, esse passa a ter novas identificações, portanto outro território passa a se (re) formar enquanto sujeito social.

Um dos motivos dessa subjetividade expressa através da *'felicidade'* é a ascensão econômica que alguns conseguem principalmente no comércio, onde acabam desenvolvendo redes sociais ligadas diretamente ao Nordeste, com familiares e até amigos levados para Roraima, financiados pelo migrante, com o intuito de também proporcionar aos familiares tal ascensão. Além da assistência dada àqueles que permanecem no Nordeste.

Objetivamente, a ascensão social ocorre no setor econômico, com empreendimentos no setor de serviços, mais precisamente no comércio e com salários que condizem com o mercado de consumo, apontando em todos os setores comerciais, onde o espaço é transformado a partir dos nomes das lojas e da forma como o "cliente é atendido", sem deixar de lado o sotaque carregado de palavras que só mesmo nordestino sabe o significado, adquirindo uma tranquilidade econômica que o motiva a se fazer presente em datas comemorativas da sua cidade natal, principalmente as religiosas.

Na política, nordestinos vem ganhando espaço, materializando perspectivas de poderem decidir, através do voto, um território conquistado elegendo representante nordestinos (vereadores, prefeitos, deputados estaduais, federais, governadores e senadores) que supostamente defenderão interesses que lhes dizem respeito.

Enfim, os nordestinos, em maior número maranhenses, cearenses e piauienses, se encontram em todos os setores econômicos e políticos da sociedade (a variabilidade está diretamente ligada ao nível de escolaridade), responsáveis pela formação de uma multiterritorialidade e novas formas de concepção do uso e do processo de domínio do território (econômico, político e cultural), em Roraima, principalmente na área urbana de Boa Vista absorvida pela população expressa na paisagem urbana (em nome de estabelecimentos comerciais, bairros, grupos folclóricos, de pessoas), havendo dessa forma uma multiterritorialização do espaço roraimense, que se modifica no mesmo instante que conserva a influência de um povo simples, de valores tradicionais do lugar de origem.

Configuram-se, principalmente a partir de 1980, no extremo norte do país, mais uma ocupação de fronteira agrícola, mais uma vez, incentivada e direcionada pelo Estado, enquanto poder de tramas nacionais, contudo diferenciada, pela acessibilidade de uma sociedade moderna inserida na diversidade dos meios de comunicações, que se populariza e facilita as redes sociais. É a rede social, formada pelo nordestino, através da migração intra-regional (entre os migrantes que se encontram em Roraima) e inter-regional (migrantes nordestinos de Roraima com os parentes que ainda se encontram na região de origem) o motor diferencial do fluxo ora analisado que contribui, mais uma vez nas pesquisas que formam a dinâmica histórica do país.

O inovador não está no nordestino e sim no redirecionamento da rota, na forma, intensidade e na intencionalidade como ela se desenrola, no novo fator histórico que se desenha em âmbito nacional em que as dinâmicas sociais (econômica, social e cultural) objetivas e subjetivas, de forma integradora e

instantânea moldam novas características e articulam novo contexto na dinâmica nacional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, Recife: IPESPE, 1995. 135p. (Teoria e Realidade, 29).

ALMEIDA, M. G. de. Paisagens urbanas e a construção de territorialidades em Fortaleza. **Revista da Casa de Geografia de Sobral**, Sobral, EUVA, v.2/3, n.1, p. 9-15, 2000/2001.

ARAÚJO, R. N. de. **Conjunto cidadão**: uma abordagem sócio-espacial. 2004. 51 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Licenciatura Plena em Geografia), Departamento de Geografia, Instituto de Geo-Ciências, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2004.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA - ALERR. Secretaria Legislativa. Gerência de Apoio às Comissões e de Assessoramento Parlamentar. Secretaria de comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima - ALE-RR. **Informações sobre a história do Poder Legislativo de Roraima**. 2005. 35 f. (Compact Disc).

BARROS, N. C. de C. A reconversão do 'Eldorado' pela expansão dos serviços das frentes agro-minerais às frentes ecoturísticas na bacia do rio Branco, Roraima, Brasil. Boa Vista. In: VASCONCELOS; F. P. (Org.). **Turismo e meio ambiente**. Fortaleza: UECE, 1998. v.3. p.109-137.

_____. **Roraima**; paisagens e tempo na Amazônia Setentrional. Estudo de ocupação pioneira na América do Sul. Recife: Editora Universitária UFPE, 1995. (Estudos Universitários, 009).

BAENINGER, R. Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Brasília, v.15, n.2, p. 67-81, jul. / dez. 1998.

_____. Novos Espaços da Migração no Brasil: Anos 80 e 90. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2000, Caxambu. **Anais...** Curitiba: ABEP, outubro de 2000. GT de Migração, sessão 3 (A migração internacional no final do século), [CD-ROM].

BECKER, B. K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: AUBERTIN, C. (Org.). **Fronteiras**. Brasília: Ed. UNB; Paris: ORSTOM, 1988. p. 60-89.

BENCHIMOL, S. **Amazônia formação social e cultural**. Manaus: Valer/ Ed. Universidade do Amazonas, 1999. 480p.

BHABHA, H. K. **O compromisso com a teoria**. In: ARANTES, A. A. (Org.) O espaço da diferença. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 10-29.

BOA VISTA, Prefeitura Municipal de Boa Vista. Lei nº 244 de 06 de setembro de 1991. **Trata:** Promoção do desenvolvimento urbano, zoneamento, uso e ocupação do solo, sistema viário, parcelamento do solo e dá outras providências. Boa Vista, p. 1-76, set. 1991.

_____. Lei nº 483, de 09 de dezembro de 1999. **Altera:** Dispositivos da Lei nº 244 de 06 de setembro de 1991. Boa Vista, dez. 1999.

BONATTO, F. **Transformações na paisagem natural de Boa Vista, Roraima:** um diagnóstico ambiental por geoprocessamento. 2002. 346 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BOYD, M. Family and personal networks in international migration: recent developments and new agenda. **International Migration Review**, n.23 v.3 p. 638-670, fall, 1989.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio/ Ministério do Orçamento e Gestão /BNDS. **Eixos nacionais de integração e desenvolvimento**. (Plano Plurianual) PPA 2000, um desafio gerencial, 20 f.

BRASÍLIA. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Seca**. O homem como ponto de partida: análises, pressupostos, diretrizes, projetos e metas de uma política de convivência com a seca do Nordeste. Coordenação de publicação. 1999. 116p. (Série Ação Parlamentar).

BRITO, F. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? XII ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, outubro de 2000, GT de Migração. (eixo 1) (CD-ROOM).

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos cinquenta anos. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1997, Curitiba. **Anais...** Curitiba: IPARDES: FNUAP, 1998. p. 303-327.

CARVALHO, J. A. M. de; RIGOTTI, J. I. R. Análise das metodologias de mensuração das migrações. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1997, Curitiba. **Anais...** Curitiba: IPARDES: FNUAP, 1998. p. 211-227.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS - CEM. **Migrações no Brasil**; O peregrinar de um povo sem terra. São Paulo: Paulinas, 1986. 86p. (O povo quer viver, 17).

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 304p.

DINIZ, A. A evolução da fronteira em Roraima: o caso das Confianças I, II, III. In: ALVES, C. L. E. (Org.). **Formação do espaço amazônico e relações fronteiriças**. Boa Vista: CCSG-UFRR, 1998. p. 150-179.

FERREIRA, A. Migrações internas e subdesenvolvimento: uma discursão. **Revista de Economia Política**, São Paulo, Brasiliense, v.6, n.1, jan./abr. 1986.

FONSECA, V. L. B. A produção do espaço urbano regional a partir da ótica do espaço enquanto referencial teórico de análise: importantes reflexões. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2004, Goiânia. **Anais...** Goiânia: AGB / IESA / UFG, julho de 2004, GT de Territorialidades (eixo 1 - 143), (CD ROOM).

FREITAS, A. **Geografia e história de Roraima**. 5. ed. rev. atua. Manaus: GRAFIMA, 1997. 158p.

_____. **Figuras da nossa história**. Boa Vista: DLM, 1998.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GEIGER, P. P. Redes, o global e o local. In: CASTRO, I. E. de; MIRANDA, M.; EGLER, C. A. G. (Orgs.). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; FAPERJ, 1999. p. 381-389.

GONZALES, E. N.; BASTOS, M. I. Migração rural e o trabalho volante na agricultura brasileira. In: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Migrações internas**. Fortaleza: BNB, v.2, p. 975-1022, 1980.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EDUSP, 1993. 310p. (Ponta; 5). (Tradução de: The social production of urban space).

GRAHAM, D. H. & HOLANDA FILHO, S. B. de. As migrações inter-regionais e urbanas, e o crescimento econômico do Brasil. In: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Migrações internas**. Fortaleza: BNB, v.2, p. 733-758, 1980.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede "gaúcha" no Nordeste. Niterói, RJ: EdUFF, 1997. 293p.

_____, **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto; Niterói: EdUFF, 2002.

_____. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2004a. 400p.

_____, Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: I SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE MÚTIPLAS TERRITORIALIDADES, 2004, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS; ULBRA; AGB, 25 f, 2004b (no prelo)

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomás Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 102p.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 350p. Título original: The condition of postmodernity. Na enquiry into the origins of cultural change.

IBARRA, J. H. **Programa Calha Norte**: um enfoque para Roraima. 2003. 65 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Licenciatura Plena em Geografia), Departamento de Geografia, Instituto de Geo-Ciências, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Atlas de Roraima**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. 44p.

_____. **Censo Demográfico 2000**. Migração e deslocamentos: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 158 p.

_____. **Censo 2000**. preliminares. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em: 30 maio. 2001.

_____. **Contagem 2005**. Boa Vista, RR: 2005. Suplemento 10 f.

INSTITUTO FECOR DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - FECOR. Federação do Comércio do Estado de Roraima. Censo Cadastro 2000. **Empresas comerciais**

e prestadora de serviços de Boa Vista. Boa Vista: IFPD/SENAC/SESC FECOMERCIO-RR, 2000, 20 f.

JIMÉNEZ, F. **Boa Vista temático 2002.** Guia de ruas e bairros da cidade de Boa Vista. Boa Vista: 2002. 104p

LACOSTE, Y. **A Geografia:** isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.

LESSA, R. **Amazônia:** as raízes da destruição. 3. ed. Coord. Emir Sader. São Paulo: Atual, 1991. (Série História Viva).

LEWIS, W. H. Economic development with unlimited supplies of labor. **Manchester School of Economic and Social Studies.** v. 22, n. 2, p. 1139-1191, may 1954.

LIMA, S. T. **Paisagens e Ciganos.** 1995. 108f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1996.

MACMILLAN, G. J. Os impactos ambientais e sociais da mineração informal na Amazônia. In: **BARBOSA, R. I., FERREIRA, E. J. G., CASTELLÓN, E. G. (Orgs.)** Homem, Ambiente e ecologia no estado de Roraima. **Boa Vista: INPA, 1997, p. 181-191.**

MAPA da cidade de **Boa Vista** - RR. Execução Fernando Jiménez. Maio de 2003, atua. Fev. 2005. Impresso Digital. Escala 1: 12.500.

MARTINE, G. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. **Revista Brasileira de Estudos de População,** São Paulo, ABEP, v.11, n.1, p. 40-60, jan./jun. 1994.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. v. 1, Livro Primeiro. O processo de produção do capital. Tomo 2. Capítulo XXIII. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural. 1988. (Os Economistas).

MASSEY, D. et al. The social organization of migration. **Return to Aztlan** – the social process of international migration from Western Mexico, Berkeley, University of California Press, 1990. p. 139-171.

MATA, M. da. Urbanização e migrações internas. In: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Migrações internas**. Fortaleza: BNB, v.2, p. 813-844, 1980.

MATOS, R. Das grandes divisões do Brasil à idéia do urbano em rede tripartite. In: _____ (Org.) **Espacialidades em rede**: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: C/Arte, 2005. p.17-59.

MATOS, R.; BRAGA, F. Redes geográficas, redes sociais e movimentos da população no espaço. In: MATOS, R. E. da S. (Org.) **Espacialidades em rede**: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: C/Arte, 2005. p. 111-154.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTEIRO, P. Globalização, identidade e diferença. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, CEBRAP, n. 49, p. 47-64, nov. 1997.

MOURA, H. A. de. O Balanço migratório no Nordeste no período de 1950/70. In: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Migrações internas**. Fortaleza: BNB, v.2, p. 1025-1069, 1980.

MUÑOZ, H.; OLIVEIRA, O. de. A migração interna na América Latina: exposição e crítica sobre algumas análises. Trad. Hélio A. de Moura. In: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Migrações internas**. Fortaleza: BNB, v.1, p. 577-609, 1980. (Original espanhol).

OLIVEIRA, O.; STERN, C. Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos. Trad. Hélio A. de Moura. In: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Migrações internas**. Fortaleza: BNB, v.1, p. 245-265, 1980.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna. Excertos do Manual VI da ONU. Trad. José Alexandre Robatto Orrico. In: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Migrações internas**. Fortaleza: BNB, v.1, p. 313-353, 1980.

PASA, V. **As Forças Armadas abrindo caminhos e levando o capital para o interior**: é o Projeto Calha Norte. Manaus: CPT, 1990.

PÓVOA-NETO, H. A produção e um estigma: Nordeste e nordestinos no Brasil. **Revista Travessia**, São Paulo, CEM, n.19, 1994

_____. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual: novos desafios para a análise. **Revista e Experimental**, São Paulo, FFLCH/USP, v.2, p. 11-24, mar. 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA. Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania. Pesquisa Qualitativa com Lideranças dos Bairros de Boa Vista. Relatório 120 f. 2001.

_____. Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania. Programa Braços Abertos. Dados Socioeconômicos da População de Boa Vista. Relatório 30 f. 2003.

_____. Câmara Municipal de Boa Vista. Departamento de Apoio Legislativo. Assessoria de Comunicação. Informações cadastrais dos vereadores de Boa Vista Mandato 2005 / 2008. Relatório 15 f, nov. 2005.

QUIJANO, A. Dependência, mudança social e urbanização na América Latina. In: ALMEIDA F. L. (Org.) **A questão Urbana na América Latina**. Florense Universitária. p.10-59. (Original espanhol. Dependência, câmbio social y urbanizaçón em Latinoamerica, Revista Mexicana de Sociologia, v.30, n.3, 1968).

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 220p.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Migrações internas**. Fortaleza: BNB, v.1, p. 25-88, 1980.

RIBEIRO, M. A. C. **A complexidade da rede urbana amazônica**: três dimensões de análise. 1998. 335f. v. 1. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

RODRIGUES, F. dos S. **“Garimpendo” a sociedade roraimense**: Uma análise da conjuntura sócio-política. 1996. 133 f. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos da Amazônia da Universidade Federal do Pará, Belém.

SALIM, C. A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 1991, Campinas. **Anais...** Campinas: ABEP, 1992. p.119-144.

SANTOS, M. 1996. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec.

_____. **A urbanização brasileira**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. 157p. (Estudos Urbanos, 5).

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, R. C. B. dos; ALMEIDA, M. C. de. Identidade Territorial; a geografia das construções e dissoluções culturais urbanas. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2004, Goiânia. **Anais...** Goiânia: AGB / IESA / UFG, julho de 2004, GT de Territorialidades (eixo 1 - 164), (CD ROOM).

SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In; RIBAS, A. D.; SPOSITO E. S.; SAQUET, M. A. (Orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 121-147.

SASAKI, E. M.; ASSIS, G. de O. Teoria das migrações internacionais. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2000, Caxambu. **Anais...** Curitiba: ABEP, outubro de 2000. GT de Migração, sessão 3 (A migração internacional no final do século), [CD-ROM].

SECRETARIA DO BEM-ESTAR SOCIAL - SETRABES. Governo do Estado de Roraima. Secretaria do Estado do Trabalho e Bem-estar Social. **Fluxo migratório no Estado de Roraima: 1996-1999**. DAM/SEPLAN, 2000. 50 f. (Relatório, inédito).

SILVA, L. R. da. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 1999.

SILVEIRA, I. M. da; GATTI, M. Notas sobre ocupação de Roraima, migração e colonização. In: **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, p. 43-64, 1988. (Série Antropologia 4, 1).

SINGER, P. I. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Migrações internas**. Fortaleza: BNB, v.1, p. 222-244, 1980.

SOUZA, I.; MEDEIROS FILHO, J. **Os degredados filhos da seca**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1983. 111p.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 78- 110.

TAVARES, et al. **Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na Região Amazônica**. 2.ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, Cap.4: A colonização dirigida na Amazônia e os excedentes da população agrícola no Nordeste, p. 109-114, 1979.

TILLY, C. Transplanted Networks. in YANS-Mc LAUGHLIN (ed.), **Virginia, Immigration Reconsidered**, NY, Oxford, Oxford University Press, 1990. p. 79-95.

VALE, A. L. F. **O “Ceará” em Roraima**. migração de cearense: 1980-1999. Jaboticabal: FUNEP, 2005, 173p.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (Org.); HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença**: A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 7-72, 2000.

APÊNDICES



APÊNDICE A
Questionário aplicado no Bairro Pintolândia

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional
Material utilizado na pesquisa empírica

AS DIMENSÕES ECONÔMICA, POLÍTICA E CULTURAL
NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO:
nordestinos em Roraima.

Doutoranda: **Ana Lia Farias Vale**
Orientador: **Dr. Prof. José Gilberto de Souza**
Co-orientador: **Dr. Prof. Marcos Aurélio Saquet**

Levantamento de dados adaptado a partir do Questionário de Amostra (CD 1.02) do Censo Demográfico 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aplicado na área urbana do município de Boa Vista no estado de Roraima para fundamentação empírica da pesquisa de doutorado da professora Ana Lia Farias Vale, intitulada *As Múltiplas Dimensões no Processo de Territorialização: Nordestinos em Roraima*, e tem como objetivos estudar a territorialização do nordestino no espaço urbano do município de Boa Vista no Estado de Roraima a partir de dinâmicas sociais diversas e manifestas, decorrente do fluxo migratório 1980-2000; tendo como caracterização primordial os fatores econômicos, políticos e culturais, através de levantamentos do processo histórico-sócio-político-econômico regional e nacional, da multiterritorialização do migrante nordestino na área analisada.

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Total de questionários aplicados no domicílio _____

1.2. Total de homens _____

Nº do Questionário _____

() único

Total de mulheres _____

1.3. Endereço completo

Rua/Av. _____

nº Bairro _____

2. CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO

2.1. Espécie

() Particular permanente

() Particular improvisado

() Coletivo

2.2. Tipo

() Casa

() Apartamento

() Cômodo

() Próprio (já pago)

() Próprio (ainda pagando)

() Alugado

() Cedido

() Empregador

() Parente

() Outros

3. LISTA DE MORADORES (setembro de 2005)

Nº de Ordem	Nome Completo	Grau de Parentesco (responsável)
-------------	---------------	----------------------------------

1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		

4. CARACTERÍSTICAS DO MORADOR

Nome _____ Sexo ()M ()F

4.1. Local do Nascimento: Município _____ ()urbano()rural

Estado

- ()MARANHÃO ()RIO GRANDE DO NORTE ()ALAGOAS
 ()PIAUI ()PARAÍBA ()SERGIPE
 ()CEARÁ ()PERNAMBUCO ()BAHIA

4.2. Mês e ano do nascimento _____ - _____ Idade _____

4.3. Estado civil

- ()casado(a) ()desquitado(a), separado(a) ()Divorciado(a) ()Viúvo(a) ()Solteiro(a)
 judicialmente

5. ESCOLARIDADE

5.1. Sabe ler e escrever ()SIM ()NÃO

5.2. Curso mais elevado concluído

- ()Alfabetização ()Supletivo Ens. Fundamental ()Pré-vestibular
 ()Alfabetização de adultos ()Ensino Médio- regular seriado ()Superior Graduação
 ()Ens. Funda.-regular seriado ()Ensino médio- regular não seri ()Especialização
 ()Ens Funda-regular n seriado ()Supletivo Ensino Médio ()Mestrado e ou Doutorado

6. MIGRAÇÃO

6.1. Mês e ano de chegada neste município _____ - _____ ()zona rural()zona urbana

6.2. Pensa em retornar

- ()sim ()não
 () Já pensei ()nunca ()só no inicio ()Quando aposentar

6.3. Dos que conviviam (lugar de origem) quais os que ainda convivem

- ()Cônjuge companheiro(a) ()Irmão, Irmã ()conterrâneo ()
 ()Filho(a) Enteadado(a) ()Outro parente ()vizinhos ()
 ()Pai Mãe Sogro(a) ()Agregado ()colegas de estudo ()
 ()Neto(a) Bisneto(a) ()amigo ()colegas de trabalho ()

6.4. Dos que conviviam (lugar de origem) quais que **NÃO** mais convivem

- ()Cônjuge companheiro(a) ()Irmão, Irmã ()conterrâneo ()
 ()Filho(a) Enteadado(a) ()Outro parente ()vizinhos ()
 ()Pai Mãe Sogro(a) ()Agregado ()colegas de estudo ()
 ()Neto(a) Bisneto(a) ()amigo ()colegas de trabalho ()

6.5. Tipo de contato mantém com os familiares ou conterrâneos (lugar de origem). Qual a frequência?

- ()viagem – período _____ ()mês ()ano ()+ ano
 ()telefonema ()dia ()semana ()mês ()ano()+ ano
 ()correios –carta, telegrama etc. ()semana ()mês ()ano()+ ano
 ()internet ()dia ()semana ()mês ()ano()+ ano
 ()pessoas ()dia ()semana ()mês ()ano()+ ano

6.6. Novas relações de confiança

- ()Conju. companheiro(a) ()Irmão, Irmã () amigos
 ()Filho(a) Enteadado(a) ()Outro parente () vizinhos
 ()Pai Mãe Sogro(a) ()Agregado ()colegas de estudo
 ()Neto(a) Bisneto(a) ()conterrâneo ()colegas de trabalho

ORIGEM

6.7. CULTURA

6.7.1. Contatos com grupos de convivência Nordestina

- () sim () não

Que tipo - _____

6.7.2. Festividades que freqüentava no Nordeste e Roraima(religiosas ou não)

Nordeste	Boa Vista

6.7.3. Tipos de alimentos consumidos

Lugar de origem	Boa Vista

6.7.4. Palavras faladas no Nordeste que ainda costuma usar e novas que aprendeu

Palavras do Nordeste	Palavras novas

6.8. ECONOMIA

6.8.1. Atividade remunerada no Nordeste ()SIM()NÃO

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Trabalhador doméstico com registro | <input type="checkbox"/> Empregado com registro |
| <input type="checkbox"/> Trabalhador doméstico sem registro | <input type="checkbox"/> Estágio sem remuneração |
| <input type="checkbox"/> Empregado sem registro | <input type="checkbox"/> Conta própria |
| <input type="checkbox"/> Trabalhador na produção para o próprio consumo | <input type="checkbox"/> Empregador |
| <input type="checkbox"/> Funcionário público ou militar pelo regime jurídico | |

Rendimento Mensal

- | | | |
|---|----------------------------------|-----------|
| No trabalho principal | <input type="checkbox"/> não tem | R\$ _____ |
| Nos demais trabalhos | <input type="checkbox"/> não tem | R\$ _____ |
| Aposentado, pensionista, doação, bolsa escola | <input type="checkbox"/> não tem | R\$ _____ |
| Outros | <input type="checkbox"/> não tem | R\$ _____ |

PARA EMPREGADOR NO NORDESTE

6.8.1.1. Atividade principal do negócio, firma, empresa, instituição ou entidade _____

Quantos empregados trabalham nesse negócio, firma, empresa, instituição ou entidade _____

Destes empregados quantos

- | | | |
|---|--|---|
| <input type="checkbox"/> Cônjuge companheiro(a) | <input type="checkbox"/> Irmão, Irmã | <input type="checkbox"/> Agregado |
| <input type="checkbox"/> Filho(a) Enteadado(a) | <input type="checkbox"/> Cunhado(a) | <input type="checkbox"/> Vizinho do lugar de origem |
| <input type="checkbox"/> Pai Mãe Sogro(a) | <input type="checkbox"/> Primo(a) | <input type="checkbox"/> Conterrâneo |
| <input type="checkbox"/> Neto(a) Bisneto(a) | <input type="checkbox"/> Outro parente | <input type="checkbox"/> |

6.8.2. Atividade remunerada em Roraima ()SIM()NÃO

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Trabalhador doméstico com registro | <input type="checkbox"/> Empregado com registro |
| <input type="checkbox"/> Trabalhador doméstico sem registro | <input type="checkbox"/> Estágio sem remuneração |
| <input type="checkbox"/> Empregado sem registro | <input type="checkbox"/> Conta própria |
| <input type="checkbox"/> Trabalhador na produção para o próprio consumo | <input type="checkbox"/> Empregador |
| <input type="checkbox"/> Funcionário público ou militar pelo regime jurídico | |

Rendimento Mensal

- | | | |
|---|----------------------------------|-----------|
| No trabalho principal | <input type="checkbox"/> não tem | R\$ _____ |
| Nos demais trabalhos | <input type="checkbox"/> não tem | R\$ _____ |
| Aposentado, pensionista, doação, bolsa escola | <input type="checkbox"/> não tem | R\$ _____ |
| Outros | <input type="checkbox"/> não tem | R\$ _____ |

PARA EMPREGADOR EM RORAIMA

6.8.2.1. Atividade principal do negócio, firma, empresa, instituição ou entidade _____

Quantos empregados trabalham nesse negócio, firma, empresa, instituição ou entidade _____

Destes empregados quantos

- () Cônjuge companheiro(a) ()Irmão, Irmã ()Agregado
 () Filho(a) Enteado(a) ()Cunhado(a) ()Vizinho do lugar de origem
 () Pai Mãe Sogro(a) ()Primo(a) ()Conterrâneo
 () Neto(a) Bisneto(a) ()Outro parente ()

6.9. POLÍTICO

6.9.1. Em Roraima municípios que morou

Municípios	Ano de chegada	Ano de saída	Motivo	Financiador	Relação de Parentesco
1. Amajari ()urbano ()A. Agrícola ()Garimpo			()trabalho ()acompanhando a família ()alguém chamou		
2. Alto Alegre()urbano ()A. Agrícola ()Garimpo			()trabalho ()acompanhando a família ()alguém chamou		
3. Boa Vista ()urbano ()A. Agrícola ()Garimpo			()trabalho ()acompanhando a família ()alguém chamou		
4. Bonfim ()urbano ()A. Agrícola ()Garimpo			()trabalho ()acompanhando a família ()alguém chamou		
5. Cantá ()urbano ()A. Agrícola ()Garimpo			()trabalho ()acompanhando a família ()alguém chamou		
6. Caracaraí ()urbano ()A. Agrícola ()Garimpo			()trabalho ()acompanhando a família ()alguém chamou		
7. Caroebe ()urbano ()A. Agrícola ()Garimpo			()trabalho ()acompanhando a família ()alguém chamou		
8. Iracema ()urbano ()A. Agrícola ()Garimpo			()trabalho ()acompanhando a família ()alguém chamou		
9. Mucajaí ()urbano ()A. Agrícola ()Garimpo			()trabalho ()acompanhando a família ()alguém chamou		
10 Normandia()urbano ()A. Agrícola ()Garimpo			()trabalho ()acompanhando a família ()alguém chamou		
11 Pacaraima()urbano ()A. Agrícola ()Garimpo			()trabalho ()acompanhando a família ()alguém chamou		
12 Rorainópolis ()urbano ()A. Agrícola ()Garimpo			()trabalho ()acompanhando a família ()alguém chamou		
13 S João Baliza ()urbano ()A. Agrícola ()Garimpo			()trabalho ()acompanhando a família ()alguém chamou		
14. S. Luis Anauá ()urbano ()A. Agrícola ()Garimpo			()trabalho ()acompanhando a família ()alguém chamou		
15. Uramutã ()urbano ()A. Agrícola ()Garimpo			()trabalho ()acompanhando a família ()alguém chamou		

Que tipo de apoiou recebeu

- () bolsa do governo ()terreno ()material de construção ()casa ()cesta básica

Quantos você já financiou a vinda? _____ Relação de Parentesco _____

6.9.2. Em Boa Vista bairros que morou

Bairro	Ano de chegada	Ano de saída	Tipo
1			()própria ()alugada ()cedida

2			()própria ()alugada ()cedida
3			()própria ()alugada ()cedida
4			()própria ()alugada ()cedida
5			()própria ()alugada ()cedida

6.9.3. Estados que morou antes de Roraima

Estado	Zona	Ano	Motivo
1.	()urbano ()rural ()dois		()trabalho ()estudo ()outro
2.	()urbano ()rural ()dois		()trabalho ()estudo ()outro
3.	()urbano ()rural ()dois		()trabalho ()estudo ()outro
4.	()urbano ()rural ()dois		()trabalho ()estudo ()outro
5.	()urbano ()rural ()dois		()trabalho ()estudo ()outro
6.	()urbano ()rural ()dois		()trabalho ()estudo ()outro
7.	()urbano ()rural ()dois		()trabalho ()estudo ()outro
8.	()urbano ()rural ()dois		()trabalho ()estudo ()outro
9.	()urbano ()rural ()dois		()trabalho ()estudo ()outro
10.	()urbano ()rural ()dois		()trabalho ()estudo ()outro

Dos Municípios citados acima dos quais trabalhou

MUNICÍPIO 1 (origem)

6.9.3.1. Atividade remunerada ()SIM()NÃO

Atividade não remunerada _____

6.9.3.2. Atividades remuneradas

- | | |
|--|---------------------------|
| ()Trabalhador doméstico com registro | ()Empregado com registro |
| ()Trabalhador doméstico sem registro | ()Conta própria |
| ()Empregado sem registro | ()extração vegetal |
| ()Trabalhador na produção para o próprio consumo | ()Empregador |
| ()funcionário público ou militar pelo regime jurídico | ()cultivo |
| ()criação de animais, caça, pesca e garimpo | |

PARA EMPREGADOR

6.9.3.2.1. Atividade principal do negócio, firma, empresa, instituição ou entidade _____

Quantos empregados trabalham nesse negócio, firma, empresa, instituição ou entidade _____

Destes empregados quantos

- | | | |
|----------------------------|------------------|-------------------------------|
| () Cônjuge companheiro(a) | ()Irmão, Irmã | ()Agregado |
| () Filho(a) Enteadado(a) | ()Cunhado(a) | ()Vizinho do lugar de origem |
| () Pai Mãe Sogro(a) | ()Primo(a) | ()Conterrâneo |
| () Neto(a) Bisneto(a) | ()Outro parente | () |

Rendimento Mensal
 No trabalho principal () não tem R\$ _____
 Nos demais trabalhos () não tem R\$ _____
 Aposentado, pensionista, doação, bolsa escola () não tem R\$ _____
 Outros () não tem R\$ _____

MUNICÍPIO 2

6.9.3.1. Atividade remunerada ()SIM()NÃO

Atividade não remunerada _____

6.9.3.2. Atividades remunerados

()Trabalhador doméstico com registro ()Empregado com registro
 ()Trabalhador doméstico sem registro ()Conta própria
 ()Empregado sem registro ()extração vegetal
 ()Trabalhador na produção para o próprio consumo ()Empregador
 ()funcionário público ou militar pelo regime jurídico ()cultivo
 ()criação de animais, caça, pesca e garimpo

PARA EMPREGADOR

6.9.3.2.1. Atividade principal do negócio, firma, empresa, instituição ou entidade _____

Quantos empregados trabalham nesse negócio, firma, empresa, instituição ou entidade _____

Destes empregados quantos

() Cônjuge companheiro(a) ()Irmão, Irmã ()Agregado
 () Filho(a) Enteado(a) ()Cunhado(a) ()Vizinho do lugar de origem
 () Pai Mãe Sogro(a) ()Primo(a) ()Conterrâneo
 () Neto(a) Bisneto(a) ()Outro parente ()

Rendimento Mensal
 No trabalho principal () não tem R\$ _____
 Nos demais trabalhos () não tem R\$ _____
 Aposentado, pensionista, doação, bolsa escola () não tem R\$ _____
 Outros () não tem R\$ _____

MUNICÍPIO 3

6.9.3.1. Atividade remunerada ()SIM()NÃO

Atividade não remunerada _____

6.9.3.2. Atividades remunerados

()Trabalhador doméstico com registro ()Empregado com registro
 ()Trabalhador doméstico sem registro ()Conta própria
 ()Empregado sem registro ()extração vegetal
 ()Trabalhador na produção para o próprio consumo ()Empregador
 ()funcionário público ou militar pelo regime jurídico ()cultivo
 ()criação de animais, caça, pesca e garimpo

PARA EMPREGADOR

6.9.3.2.1. Atividade principal do negócio, firma, empresa, instituição ou entidade _____

Quantos empregados trabalham nesse negócio, firma, empresa, instituição ou entidade _____

Destes empregados quantos

() Cônjuge companheiro(a) ()Irmão, Irmã ()Agregado
 () Filho(a) Enteado(a) ()Cunhado(a) ()Vizinho do lugar de origem
 () Pai Mãe Sogro(a) ()Primo(a) ()Conterrâneo
 () Neto(a) Bisneto(a) ()Outro parente ()

Rendimento Mensal
 No trabalho principal () não tem R\$ _____
 Nos demais trabalhos () não tem R\$ _____
 Aposentado, pensionista, doação, bolsa escola () não tem R\$ _____
 Outros () não tem R\$ _____

MUNICÍPIO 4

6.9.3.1. Atividade remunerada ()SIM()NÃO

Atividade não remunerada _____

6.9.3.2. Atividades remunerados

()Trabalhador doméstico com registro ()Empregado com registro
 ()Trabalhador doméstico sem registro ()Conta própria
 ()Empregado sem registro ()extração vegetal
 ()Trabalhador na produção para o próprio consumo ()Empregador

- ()funcionário público ou militar pelo regime jurídico ()cultivo
 ()criação de animais, caça, pesca e garimpo

PARA EMPREGADOR

6.9.3.2.1. Atividade principal do negócio, firma, empresa, instituição ou entidade _____

Quantos empregados trabalham nesse negócio, firma, empresa, instituição ou entidade _____

Destes empregados quantos

- | | | |
|----------------------------|------------------|-------------------------------|
| () Cônjuge companheiro(a) | ()Irmão, Irmã | ()Agregado |
| () Filho(a) Enteado(a) | ()Cunhado(a) | ()Vizinho do lugar de origem |
| () Pai Mãe Sogro(a) | ()Primo(a) | ()Conterrâneo |
| () Neto(a) Bisneto(a) | ()Outro parente | () |

Rendimento Mensal

- | | | |
|---|-------------|-----------|
| No trabalho principal | () não tem | R\$ _____ |
| Nos demais trabalhos | () não tem | R\$ _____ |
| Aposentado, pensionista, doação, bolsa escola | () não tem | R\$ _____ |
| Outros | () não tem | R\$ _____ |

MUNICÍPIO 5

6.9.3.1. Atividade remunerada ()SIM()NÃO

Atividade não remunerada _____

6.9.3.2. Atividades remunerados

- | | |
|--|---------------------------|
| ()Trabalhador doméstico com registro | ()Empregado com registro |
| ()Trabalhador doméstico sem registro | ()Conta própria |
| ()Empregado sem registro | ()extração vegetal |
| ()Trabalhador na produção para o próprio consumo | ()Empregador |
| ()funcionário público ou militar pelo regime jurídico | ()cultivo |
| ()criação de animais, caça, pesca e garimpo | |

PARA EMPREGADOR

6.9.3.2.1. Atividade principal do negócio, firma, empresa, instituição ou entidade _____

Quantos empregados trabalham nesse negócio, firma, empresa, instituição ou entidade _____

Destes empregados quantos

- | | | |
|----------------------------|------------------|-------------------------------|
| () Cônjuge companheiro(a) | ()Irmão, Irmã | ()Agregado |
| () Filho(a) Enteado(a) | ()Cunhado(a) | ()Vizinho do lugar de origem |
| () Pai Mãe Sogro(a) | ()Primo(a) | ()Conterrâneo |
| () Neto(a) Bisneto(a) | ()Outro parente | () |

Rendimento Mensal

- | | | |
|---|-------------|-----------|
| No trabalho principal | () não tem | R\$ _____ |
| Nos demais trabalhos | () não tem | R\$ _____ |
| Aposentado, pensionista, doação, bolsa escola | () não tem | R\$ _____ |
| Outros | () não tem | R\$ _____ |

MUNICÍPIO 6

6.9.3.1. Atividade remunerada ()SIM()NÃO

Atividade não remunerada _____

6.9.3.2. Atividades remunerados

- | | |
|--|---------------------------|
| ()Trabalhador doméstico com registro | ()Empregado com registro |
| ()Trabalhador doméstico sem registro | ()Conta própria |
| ()Empregado sem registro | ()extração vegetal |
| ()Trabalhador na produção para o próprio consumo | ()Empregador |
| ()funcionário público ou militar pelo regime jurídico | ()cultivo |
| ()criação de animais, caça, pesca e garimpo | |

PARA EMPREGADOR

6.9.3.2.1. Atividade principal do negócio, firma, empresa, instituição ou entidade _____

Quantos empregados trabalham nesse negócio, firma, empresa, instituição ou entidade _____

Destes empregados quantos

- | | | |
|----------------------------|------------------|-------------------------------|
| () Cônjuge companheiro(a) | ()Irmão, Irmã | ()Agregado |
| () Filho(a) Enteado(a) | ()Cunhado(a) | ()Vizinho do lugar de origem |
| () Pai Mãe Sogro(a) | ()Primo(a) | ()Conterrâneo |
| () Neto(a) Bisneto(a) | ()Outro parente | () |

Rendimento Mensal
 No trabalho principal () não tem R\$ _____
 Nos demais trabalhos () não tem R\$ _____
 Aposentado, pensionista, doação, bolsa escola () não tem R\$ _____
 Outros () não tem R\$ _____

MUNICÍPIO 7

6.9.3.1. Atividade remunerada ()SIM()NÃO

Atividade não remunerada _____

6.9.3.2. Atividades remunerados

()Trabalhador doméstico com registro ()Empregado com registro
 ()Trabalhador doméstico sem registro ()Conta própria
 ()Empregado sem registro ()extração vegetal
 ()Trabalhador na produção para o próprio consumo ()Empregador
 ()funcionário público ou militar pelo regime jurídico ()cultivo
 ()criação de animais, caça, pesca e garimpo

PARA EMPREGADOR

6.9.3.2.1. Atividade principal do negócio, firma, empresa, instituição ou entidade _____

Quantos empregados trabalham nesse negócio, firma, empresa, instituição ou entidade _____

Destes empregados quantos

() Cônjuge companheiro(a) ()Irmão, Irmã ()Agregado
 () Filho(a) Enteadado(a) ()Cunhado(a) ()Vizinho do lugar de origem
 () Pai Mãe Sogro(a) ()Primo(a) ()Conterrâneo
 () Neto(a) Bisneto(a) ()Outro parente ()

Rendimento Mensal
 No trabalho principal () não tem R\$ _____
 Nos demais trabalhos () não tem R\$ _____
 Aposentado, pensionista, doação, bolsa escola () não tem R\$ _____
 Outros () não tem R\$ _____

MUNICÍPIO 8

6.9.3.1. Atividade remunerada ()SIM()NÃO

Atividade não remunerada _____

6.9.3.2. Atividades remunerados

()Trabalhador doméstico com registro ()Empregado com registro
 ()Trabalhador doméstico sem registro ()Conta própria
 ()Empregado sem registro ()extração vegetal
 ()Trabalhador na produção para o próprio consumo ()Empregador
 ()funcionário público ou militar pelo regime jurídico ()cultivo
 ()criação de animais, caça, pesca e garimpo

PARA EMPREGADOR

6.9.3.2.1. Atividade principal do negócio, firma, empresa, instituição ou entidade _____

Quantos empregados trabalham nesse negócio, firma, empresa, instituição ou entidade _____

Destes empregados quantos

() Cônjuge companheiro(a) ()Irmão, Irmã ()Agregado
 () Filho(a) Enteadado(a) ()Cunhado(a) ()Vizinho do lugar de origem
 () Pai Mãe Sogro(a) ()Primo(a) ()Conterrâneo
 () Neto(a) Bisneto(a) ()Outro parente ()

Rendimento Mensal
 No trabalho principal () não tem R\$ _____
 Nos demais trabalhos () não tem R\$ _____
 Aposentado, pensionista, doação, bolsa escola () não tem R\$ _____
 Outros () não tem R\$ _____

MUNICÍPIO 9

6.9.3.1. Atividade remunerada ()SIM()NÃO

Atividade não remunerada _____

6.9.3.2. Atividades remunerados

()Trabalhador doméstico com registro ()Empregado com registro
 ()Trabalhador doméstico sem registro ()Conta própria
 ()Empregado sem registro ()extração vegetal
 ()Trabalhador na produção para o próprio consumo ()Empregador

- () funcionário público ou militar pelo regime jurídico () cultivo
 () criação de animais, caça, pesca e garimpo

PARA EMPREGADOR

6.9.3.2.1. Atividade principal do negócio, firma, empresa, instituição ou entidade _____

Quantos empregados trabalham nesse negócio, firma, empresa, instituição ou entidade _____

Destes empregados quantos

- | | | |
|----------------------------|-------------------|--------------------------------|
| () Cônjuge companheiro(a) | () Irmão, Irmã | () Agregado |
| () Filho(a) Enteadado(a) | () Cunhado(a) | () Vizinho do lugar de origem |
| () Pai Mãe Sogro(a) | () Primo(a) | () Conterrâneo |
| () Neto(a) Bisneto(a) | () Outro parente | () |

Rendimento Mensal

- | | | |
|---|-------------|-----------|
| No trabalho principal | () não tem | R\$ _____ |
| Nos demais trabalhos | () não tem | R\$ _____ |
| Aposentado, pensionista, doação, bolsa escola | () não tem | R\$ _____ |
| Outros | () não tem | R\$ _____ |

MUNICIPIO 10

6.9.3.1. Atividade remunerada ()SIM()NÃO

Atividade não remunerada _____

6.9.3.2. Atividades remunerados

- | | |
|---|----------------------------|
| () Trabalhador doméstico com registro | () Empregado com registro |
| () Trabalhador doméstico sem registro | () Conta própria |
| () Empregado sem registro | () extração vegetal |
| () Trabalhador na produção para o próprio consumo | () Empregador |
| () funcionário público ou militar pelo regime jurídico | () cultivo |
| () criação de animais, caça, pesca e garimpo | |

PARA EMPREGADOR

6.9.3.2.1. Atividade principal do negócio, firma, empresa, instituição ou entidade _____

Quantos empregados trabalham nesse negócio, firma, empresa, instituição ou entidade _____

Destes empregados quantos

- | | | |
|----------------------------|-------------------|--------------------------------|
| () Cônjuge companheiro(a) | () Irmão, Irmã | () Agregado |
| () Filho(a) Enteadado(a) | () Cunhado(a) | () Vizinho do lugar de origem |
| () Pai Mãe Sogro(a) | () Primo(a) | () Conterrâneo |
| () Neto(a) Bisneto(a) | () Outro parente | () |

Rendimento Mensal

- | | | |
|---|-------------|-----------|
| No trabalho principal | () não tem | R\$ _____ |
| Nos demais trabalhos | () não tem | R\$ _____ |
| Aposentado, pensionista, doação, bolsa escola | () não tem | R\$ _____ |
| Outros | () não tem | R\$ _____ |

2ª PESSOA**3ª PESSOA**

Esse será repetido para cada migrante que se encontrar na residência, não pertencente ao grupo familiar ou que tenha renda própria.

Obs.: Esse será aplicado no Bairro Pintolândia área na Zona Oeste da Cidade de Boa Vista no Estado de Roraima ocupada no início dos anos de 1990.

Encontra-se a nossa disposição um programa desenvolvido pelo IBGE chamado Sistema de Recuperação de Informações Georreferenciadas (Estatcart; versão 2.1) com base de informações o qual nos dá acesso a toda a cidade de Boa Vista mapeada por setores censitários. Esse material é usado nas pesquisas desenvolvidas pela instituição acima referida. O setor escolhido localiza-se na área de expansão urbana, proposto pelo Plano Diretor de Boa Vista.

APÊNDICE B

Deputados Estaduais do Estado de Roraima⁹⁰ - naturalidade**RELAÇÃO DEPUTADOS 1ª LEGISLATURA**

	Deputados 1991 / 1994	Naturalidade
1	Flávio dos Santos Chaves	Boa Vista - RR
2	Otoniel Ferreira de Sousa	Maranhão
3	Noêmia Bastos Amazonas	São Luiz - Ma
4	Rodolfo de Oliveira Braga	Manaus - Am
5	Vera Regina Guedes da Silveira	Gaúcha
6	Iradilsom Sampaio de Sousa	São José do Egito - Pe
7	Francisco de Sales Guerra Neto	Caracaraí - RR
8	Almir Moraes Sá	Paranavaí - Pr
9	José Maria Gomes Carneiro	Não Declarou
10	Odete Irene Domingues	Santo Ângelo - RS
11	Antônio Evangelista Sobrinho	Campos Sales - Ce
12	Eulina Gonçalves Vieira	Pedreiras - Ma
13	Evônio Pinheiro de Meneses	Boa Vista - RR
14	Rosa de Almeida Rodrigues	Caraúnas - RN
15	Édio Vieira Lopes	Presidente Epitácio - SP
16	Herbson Jairo Ribeiro Bantim	Boa Vista - RR
17	Jeil Valério	Barra dos Garça - MT
18	Paulo Sergio Ferreira Mota	Boa Vista - RR
19	Luiz Affonso Faccio	Erexim - RS
20	Renan Beckel	São Luiz – Ma
21	João Alves de Oliveira	Apodi – RN
22	Célio Rodrigues Wanderley	Boa Vista - RR
23	Antônio Airton Soligo	Capanema - Pr
24	Ramiro José Teixeira	Caxias - Ma

RELAÇÃO DEPUTADOS 2ª LEGISLATURA

	Deputados 1995/1998	Naturalidade
1	Almir Moraes Sá	Paranavaí – Pr
2	Célio Rodrigues Wanderley	Boa Vista - RR
3	Édio Vieira Lopes	Presidente Epitácio - SP
4	Francisca Aurelina de Medeiros	Ceará
5	Francisco de Sousa Cruz	Não Declarou
6	Francisco Flamarion Portela	Coreaú - Ce
7	Francisco Sales Guerra Neto	Caracaraí - RR
8	Helder Teixeira Grossi	Não Declarou
9	Henrique Manoel Fernandes Machado	Não Declarou
10	Herbson Jairo Ribeiro Bantim	Boa Vista - RR

⁹⁰ Dados Fornecidos pela Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, através da Secretaria de Comunicação Social em outubro de 2005 e atualizado pelo site www.rr.gov.br/roraima

11	Iradilsom Sampaio De Sousa	São José do Egito - Pe
12	Jalser Renier Padilha	Boa Vista - RR
13	Lúcio Elber Licarião Távora	Não Declarou
14	Antonio Mecias Pereira de Jesus	Graça Aranha – Ma
15	Paulo Roberto de Almeida Cardoso	Não Declarou
16	Urzeni da Rocha Freitas Filho	Não Declarou
17	Rosa de Almeida Rodrigues	Caraúnas - RN
18	Zenilda Maria Portela	Não Declarou

RELAÇÃO DEPUTADOS 3ª LEGISLATURA

	Deputados 1999 / 2002	Naturalidade
1	Ângelo Paiva	RR
2	Augusto Iglesias	Ponta Porá - MT
3	Francisca Aurelina de Medeiros	Ceará
4	Barac Bento	Boa Vista - RR
5	Herbson Jairo Ribeiro Bantim	Boa Vista - RR
6	Célio Rodrigues Wanderley	Boa Vista - Roraima
7	Chicão da Silveira	Itapagipe - MG
8	Francisco Sales Guerra Neto	Caracaraí - RR
9	Edio Vieira Lopes	Presidente Epitácio - SP
10	Erci de Moraes	Cachoeira do Sul - RS
11	Gelb Pereira	RR
12	Helder Teixeira Grossi	Não Declarou
13	Henrique Manoel Fernandes Machado	Não Declarou
14	Homero Neto	RR
15	Iradsilom Sampaio de Sousa	São José do Egito - Pe
16	Jalser Renier Padilha	Boa Vista - RR
17	Antonio Mecias Pereira de Jesus	Graça Aranha - Ma
18	Malu Campos	Alenquerque - Pa
19	Raul Prudente de Moraes	Rio de Janeiro - RJ
20	Rosa de Almeida Rodrigues	Caraúnas - RN
21	Sebastião da Silva	Iepê – SP
22	Paulo Sérgio Ferreira Mota	RR
23	Suzete Macedo	RR
24	Urzeni da Rocha Freitas Filho	Não Declarou
25	Vera Regina Guedes da Silveira	Gaúcha

RELAÇÃO DEPUTADOS 4ª LEGISLATURA

	Deputados 2003/2006	Naturalidade
1	Antonio Mecias Pereira de Jesus	Graça Aranha - Ma
2	Francisco Sales de Guerra Neto	RR
3	Célio Rodrigues Wanderley	Boa Vista - RR
4	Raul da Silva Lima Sobrinho	Amajari - RR
5	Marcos Francisco Sampaio da Silva	Fortaleza - CE
6	Airton Antonio Soligo	Capanema - PR

7	Antonio Francisco Bezerra Marques	Crateús - CE
8	Édio Vieira Lopes	Presidente Epitácio - SP
9	Elizeu Alves	Belo Horizonte - MG
10	Flavio dos Santos Chaves	Boa Vista - RR
11	Francisco Nazareno de Souza	Manaus - Am
12	Francisco Vieira Sampaio	Pio XII - Ma
13	Herbson Jairo Ribeiro Bantin	Boa Vista - RR
14	Jalser Renier Padilha	Boa Vista - RR
15	Maria Lucia Marques	Belém - Pa
16	Maria Luiza Vieira Campos	Alenquerque - Pa
17	Marília Natalia Pinto Reginatto	Rio de Janeiro - RJ
18	Paulo Sérgio Ferreira Mota	Boa Vista - RR
19	Raul Prudente de Moraes	Rio de Janeiro - RJ
20	Rodolfo de Oliveira Braga	Manaus - Am
21	Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva	Pesqueira - Pe
22	Sebastião Portela	Caçador - SC
23	Vicente Adolfo Brasil	Curitiba - PR
24	Vingtum Gouveia Praxedes	Caraúbas -RN

RELAÇÃO DEPUTADOS 5ª LEGISLATURA

	Deputados 2007/2010	Naturalidade
1	Leonídio Netto de Laia	Espírito Santo
2	Francisca Aurelina de Medeiros	Ceará
3	Célio Rodrigues Wanderley	Boa Vista - RR
4	Maria do Perpétuo Socorro Santana	Não Declarou
5	Chicão da Silveira	Itapagipe - MG
6	Francisco Vieira Sampaio	Pio XII - Ma
7	Francisco Sales de Guerra Neto	RR
8	Erci de Moraes	Cachoeira do Sul - RS
9	Flavio dos Santos Chaves	Boa Vista - RR
10	Ionilson Sampaio de Sousa	São José do Egito - Pe
11	Ivo de Sousa Pereira	Juazeiro do Norte - Ce
12	Jalser Renier Padilha	Boa Vista - RR
13	Maria Lucia Marques	Belém - Pa
14	Marcelo Mota de Macedo	Não Declarou
15	Marília Natalia Pinto Reginatto	Rio de Janeiro - RJ
16	Antonio Mecias Pereira de Jesus	Graça Aranha - Ma
17	Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva	Pesqueira - Pe
18	Raul da Silva Lima Sobrinho	Amajari - RR
19	Remídio Monai Montessi	Iporã - Pr
20	Rodolfo de Oliveira Braga	Manaus - Am
21	Ronaldo Moreira Matos Trajano	Vitorino Freire - Ma
22	Damosiel Lacerda de Alencar	Vitorino Freire - Ma
23	Sebastião Portela	Caçador - SC
24	José Reinaldo Pereira da Silva	Caxias - Ma

ANEXOS

ANEXO A
Questionário aplicado pelo IBGE no Censo
2000

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO: 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 NÃO RISQUE. SE NECESSÁRIO, APAGUE COM A BORRACHA APROPRIADA. ESCREVA SOMENTE COM A LAPISEIRA INDICADA. PREENCHA A QUADRICULA DESTA FORMA: X

 Censo Demográfico 2000 CD 1.02 Questionário da Amostra	MUNICÍPIO: <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
	AGÊNCIA: <input type="text"/> <input type="text"/>

1	IDENTIFICAÇÃO	1.01 NÚMERO DO QUESTIONÁRIO	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
---	---------------	-----------------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------

1.02 UF	1.03 MUNICÍPIO	1.04 DISTRITO	1.05 SUBDISTRITO	1.06 SETOR	1.07 Nº DA PÁGINA DA FOLHA DE COLETA	1.08 Nº NA FOLHA DE COLETA
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
1.09 Nº NA FOLHA DE DOMICÍLIO COLETIVO	1.10 TOTAL DE HOMENS	1.11 TOTAL DE MULHERES	1.12 QUESTIONÁRIO NO DOMICÍLIO		1.13 TOTAL DE QUESTIONÁRIOS UTILIZADOS NO DOMICÍLIO	
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/> 1 - ÚNICO <input type="checkbox"/> 3 - É CONTINUAÇÃO <input type="checkbox"/> 2 - TEM OUTROS		<input type="text"/>	
LOCALIDADE:						
LOGRADOURO: (Endereço completo)						

2	CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO
---	------------------------------

2.01 - ESPÉCIE <input type="checkbox"/> 1 - PARTICULAR PERMANENTE → Siga quesito 2.02 <input type="checkbox"/> 2 - PARTICULAR IMPROVISADO → Passe para a Lista de Moradores <input type="checkbox"/> 3 - COLETIVO	2.06 - O TERRENO EM QUE SE LOCALIZA ESTE DOMICÍLIO É: <input type="checkbox"/> 1 - PRÓPRIO <input type="checkbox"/> 2 - CEDIDO <input type="checkbox"/> 3 - OUTRA CONDIÇÃO
2.02 - TIPO <input type="checkbox"/> 1 - CASA <input type="checkbox"/> 2 - APARTAMENTO <input type="checkbox"/> 3 - CÔMODO	2.07 - A FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA UTILIZADA NESTE DOMICÍLIO É: <input type="checkbox"/> 1 - REDE GERAL <input type="checkbox"/> 2 - POÇO OU NASCENTE (Na propriedade) <input type="checkbox"/> 3 - OUTRA
2.03 - QUANTOS CÔMODOS EXISTEM NESTE DOMICÍLIO? <input type="text"/>	2.08 - A ÁGUA UTILIZADA NESTE DOMICÍLIO CHEGA: <input type="checkbox"/> 1 - CANALIZADA EM PELO MENOS UM CÔMODO <input type="checkbox"/> 2 - CANALIZADA SÓ NA PROPRIEDADE OU TERRENO <input type="checkbox"/> 3 - NÃO CANALIZADA
2.04 - QUANTOS CÔMODOS SERVEM DE DORMITÓRIO PARA OS MORADORES DESTA DOMICÍLIO? <input type="text"/> Se 9 cômodos ou mais servindo de dormitório, registrar 9 (nove).	2.09 - QUANTOS BANHEIROS EXISTEM NESTE DOMICÍLIO? (Considere somente os que contêm chuveiro ou banheira e aparelho sanitário) <input type="text"/> Se 0 (zero) siga quesito 2.10. Caso contrário, passe para o quesito 2.11. Se 9 banheiros ou mais registrar 9 (nove).
2.05 - ESTE DOMICÍLIO É: <input type="checkbox"/> 1 - PRÓPRIO - JÁ PAGO → Siga quesito 2.06 <input type="checkbox"/> 2 - PRÓPRIO - AINDA PAGANDO → Siga quesito 2.06 <input type="checkbox"/> 3 - ALUGADO → Passe para o quesito 2.07 <input type="checkbox"/> 4 - CEDIDO POR EMPREGADOR → Passe para o quesito 2.07 <input type="checkbox"/> 5 - CEDIDO DE OUTRA FORMA → Passe para o quesito 2.07 <input type="checkbox"/> 6 - OUTRA CONDIÇÃO → Passe para o quesito 2.07	2.10 - NESTE DOMICÍLIO, TERRENO OU PROPRIEDADE EXISTE SANITÁRIO UTILIZADO PELOS MORADORES? <input type="checkbox"/> 1 - SIM → Siga quesito 2.11 <input type="checkbox"/> 2 - NÃO → Passe para o quesito 2.12

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

NÃO RISQUE. SE NECESSÁRIO, APAGUE COM A BORRACHA APROPRIADA. ESCREVA SOMENTE COM A LAPISEIRA INDICADA.

PREENCHA A QUADRICULA DESTA FORMA:



2.11 - O ESCOADOURO DESTE BANHEIRO OU SANITÁRIO É LIGADO A:

1 - REDE GERAL DE ESGOTO OU PLUVIAL

2 - FOSSA SÉPTICA

3 - FOSSA RUDIMENTAR

4 - VALA

5 - RIO, LAGO OU MAR

6 - OUTRO ESCOADOURO

2.12 - O LIXO DESTE DOMICÍLIO:

1 - É COLETADO POR SERVIÇO DE LIMPEZA

2 - É COLOCADO EM CAÇAMBA DE SERVIÇO DE LIMPEZA

3 - É QUEIMADO (Na propriedade)

4 - É ENTERRADO (Na propriedade)

5 - É JOGADO EM TERRENO BALDIO OU LOGRADOURO

6 - É JOGADO EM RIO, LAGO OU MAR

7 - TEM OUTRO DESTINO

2.13 - ESTE DOMICÍLIO TEM ILUMINAÇÃO ELÉTRICA?

1 - SIM

2 - NÃO

NESTE DOMICÍLIO EXISTE:

2.14 - RÁDIO? 1 - SIM 2 - NÃO

2.15 - GELADEIRA OU FREEZER? 1 - SIM 2 - NÃO

2.16 - VÍDEOCASSETE? 1 - SIM 2 - NÃO

2.17 - MÁQUINA DE LAVAR ROUPA? (Não considerar o tanquinho) 1 - SIM 2 - NÃO

2.18 - FORNO DE MICROONDAS? 1 - SIM 2 - NÃO

2.19 - LINHA TELEFÔNICA INSTALADA? 1 - SIM 2 - NÃO

2.20 - MICROCOMPUTADOR? 1 - SIM 2 - NÃO

ESTE DOMICÍLIO, QUAL A QUANTIDADE EXISTENTE DE:
(Se não tiver, registre 0 (zero). Se tiver 9 ou mais, registre 9 (nove).)

2.21 - TELEVISORES

2.22 - AUTOMÓVEIS PARA USO PARTICULAR

2.23 - APARELHOS DE AR CONDICIONADO (Se houver ar condicionado central, registre o número de cômodos servidos)

3

LISTA DE MORADORES DO DOMICÍLIO EM 31 DE JULHO DE 2000

Nº DE ORDEM	NOME COMPLETO	Nº DE ORDEM	NOME COMPLETO

Antes de continuar o preenchimento do questionário, leia o nome de todos os moradores (inclusive aqueles relacionados no(s) questionário(s) suplementar(es), se for o caso). Verifique se não foi esquecida alguma criança, com menos de 2 anos de idade, ou alguém que está temporariamente ausente por motivo de estudo, trabalho, internação em hospital ou por outra razão. Se ocorreu qualquer omissão, acrescente o(s) nome(s) à lista e inicie o preenchimento das características dos moradores.

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:

A Ã B C Ç D E F G H I J K L M N O Õ P Q R S T U V W X Y Z

4		CARACTERÍSTICAS DO MORADOR																																																																																																					
1ª PESSOA		NOME: _____																																																																																																					
4.01 - SEXO	<input type="checkbox"/> 1 - MASCULINO	<input type="checkbox"/> 2 - FEMININO	<input type="checkbox"/> MARQUE A QUADRÍCULA, SE A PRÓPRIA PESSOA PRESTAR AS INFORMAÇÕES																																																																																																				
4.02 - QUAL É A RELAÇÃO COM A PESSOA RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO?																																																																																																							
<input type="checkbox"/> 01 - PESSOA RESPONSÁVEL	<input type="checkbox"/> 02 - CÔNJUGE, COMPANHEIRO(a)	<input type="checkbox"/> 03 - FILHO(a), ENTEADO(a)	<input type="checkbox"/> 04 - PAI, MÃE, SOGRO(a)																																																																																																				
<input type="checkbox"/> 05 - NETO(a), BISNETO(a)	<input type="checkbox"/> 06 - IRMÃO, IRMÃ	<input type="checkbox"/> 07 - OUTRO PARENTE	<input type="checkbox"/> 08 - AGREGADO(a)																																																																																																				
<input type="checkbox"/> 09 - PENSIONISTA	<input type="checkbox"/> 10 - EMPREGADO(a) DOMÉSTICO(a)	<input type="checkbox"/> 11 - PARENTE DO(a) EMPREGADO(a) DOMÉSTICO(a)	<input type="checkbox"/> 12 - INDIVIDUAL EM DOMICÍLIO COLETIVO																																																																																																				
4.03 - QUAL É A RELAÇÃO COM A PESSOA RESPONSÁVEL PELA FAMÍLIA?																																																																																																							
<input type="checkbox"/> 01 - PESSOA RESPONSÁVEL	<input type="checkbox"/> 02 - CÔNJUGE, COMPANHEIRO(a)	<input type="checkbox"/> 03 - FILHO(a), ENTEADO(a)	<input type="checkbox"/> 04 - PAI, MÃE, SOGRO(a)																																																																																																				
<input type="checkbox"/> 05 - NETO(a), BISNETO(a)	<input type="checkbox"/> 06 - IRMÃO, IRMÃ	<input type="checkbox"/> 07 - OUTRO PARENTE	<input type="checkbox"/> 08 - AGREGADO(a)																																																																																																				
<input type="checkbox"/> 09 - PENSIONISTA	<input type="checkbox"/> 10 - EMPREGADO(a) DOMÉSTICO(a)	<input type="checkbox"/> 11 - PARENTE DO(a) EMPREGADO(a) DOMÉSTICO(a)	<input type="checkbox"/> 12 - INDIVIDUAL EM DOMICÍLIO COLETIVO																																																																																																				
4.04 - NÚMERO DA FAMÍLIA																																																																																																							
Se for individual em domicílio coletivo, registre 0 (zero)																																																																																																							
ATENÇÃO: Registre o mês e ano de nascimento (Questio 4.05) e a idade em 31 de julho de 2000 (Questio 4.06). Se não for possível obter o mês e ano, esgotados todos os esforços, registre a idade presumida (Questio 4.07) em anos (se a idade for maior ou igual a 1 ano), ou em meses (se a idade for menor que 1 ano), deixando em branco os quesitos 4.05 e 4.06.																																																																																																							
4.05 - QUAL É O MÊS E ANO DO SEU NASCIMENTO?	4.06 - QUAL ERA A SUA IDADE EM 31 DE JULHO DE 2000?	4.07 - QUAL É A SUA IDADE PRESUMIDA?																																																																																																					
MÊS ANO	1 ANO OU MAIS EM MESES	1 ANO OU MAIS	EM MESES																																																																																																				
<input type="text"/> <input type="text"/>	2 <input type="text"/> anos 4 <input type="text"/> meses	2 <input type="text"/> anos 4 <input type="text"/> meses																																																																																																					
4.08 - A SUA COR OU RAÇA É:																																																																																																							
<input type="checkbox"/> 1 - BRANCA	<input type="checkbox"/> 2 - PARDADA	<input type="checkbox"/> 3 - AMARELA	<input type="checkbox"/> 4 - PARDA																																																																																																				
<input type="checkbox"/> 5 - INDÍGENA																																																																																																							
4.09 - QUAL É A SUA RELIGIÃO OU CULTO?																																																																																																							
<table border="1"> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </table>																																																																																																							
4.10 - TEM ALGUMA DEFICIÊNCIA MENTAL PERMANENTE QUE LIMITE AS SUAS ATIVIDADES HABITUAIS? (Como trabalhar, ir à escola, brincar, etc.)																																																																																																							
<input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO																																																																																																							
4.11 - COMO AVALIA A SUA CAPACIDADE DE ENXERGAR? (Se utiliza óculos ou lentes de contato, faça sua avaliação quando os estiver utilizando)																																																																																																							
<input type="checkbox"/> 1 - INCAPAZ	<input type="checkbox"/> 2 - GRANDE DIFICULDADE PERMANENTE	<input type="checkbox"/> 3 - ALGUMA DIFICULDADE PERMANENTE	<input type="checkbox"/> 4 - NENHUMA DIFICULDADE																																																																																																				
4.12 - COMO AVALIA A SUA CAPACIDADE DE OUVIR? (Se utiliza aparelho auditivo, faça sua avaliação quando o estiver utilizando)																																																																																																							
<input type="checkbox"/> 1 - INCAPAZ	<input type="checkbox"/> 2 - GRANDE DIFICULDADE PERMANENTE	<input type="checkbox"/> 3 - ALGUMA DIFICULDADE PERMANENTE	<input type="checkbox"/> 4 - NENHUMA DIFICULDADE																																																																																																				
4.13 - COMO AVALIA A SUA CAPACIDADE DE CAMINHAR/SUBIR ESCADAS? (Se utiliza prótese, bengala ou aparelho auxiliar, faça sua avaliação quando o estiver utilizando)																																																																																																							
<input type="checkbox"/> 1 - INCAPAZ	<input type="checkbox"/> 2 - GRANDE DIFICULDADE PERMANENTE	<input type="checkbox"/> 3 - ALGUMA DIFICULDADE PERMANENTE	<input type="checkbox"/> 4 - NENHUMA DIFICULDADE																																																																																																				
4.14 - TEM ALGUMA DAS SEGUINTE DEFICIÊNCIAS: (Assinale somente uma alternativa, priorizando a ordem apresentada)																																																																																																							
<input type="checkbox"/> 1 - PARALISIA PERMANENTE TOTAL	<input type="checkbox"/> 2 - PARALISIA PERMANENTE DAS PERNAS	<input type="checkbox"/> 3 - PARALISIA PERMANENTE DE UM DOS LADOS DO CORPO	<input type="checkbox"/> 4 - FALTA DE PERNA, BRAÇO, MÃO, PÉ OU DEDO POLEGAR																																																																																																				
<input type="checkbox"/> 5 - NENHUMA DAS ENUMERADAS																																																																																																							

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

NÃO RISQUE. SE NECESSÁRIO, APAGUE COM A BORRACHA APROPRIADA. ESCREVA SOMENTE COM A LAPISEIRA INDICADA.

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

4.28 - SABE LER E ESCREVER?

 1 - SIM 2 - NÃO

4.29 - FREQUÊNTA ESCOLA OU CRECHE?

 1 - SIM, REDE PARTICULAR 2 - SIM, REDE PÚBLICA 3 - NÃO, JÁ FREQUÊNTOU 4 - NUNCA FREQUÊNTOU

Siga quesito 4.30

Passe para o quesito 4.32

Se 10 anos ou mais de idade, passe para o quesito 4.36. Caso contrário, encerre a entrevista.

PARA A PESSOA QUE FREQUÊNTA ESCOLA

4.30 - QUAL É O CURSO QUE FREQUÊNTA?

 01 - CRECHE 02 - PRÉ-ESCOLAR 03 - CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO 04 - ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS 05 - ENSINO FUNDAMENTAL OU 1ª GRAU - REGULAR SERIADO 06 - ENSINO FUNDAMENTAL OU 1ª GRAU - REGULAR NÃO-SERIADO 07 - SUPLETIVO (ENSINO FUNDAMENTAL OU 1ª GRAU) 08 - ENSINO MÉDIO OU 2ª GRAU - REGULAR SERIADO 09 - ENSINO MÉDIO OU 2ª GRAU - REGULAR NÃO-SERIADO 10 - SUPLETIVO (ENSINO MÉDIO OU 2ª GRAU) 11 - PRÉ-VESTIBULAR 12 - SUPERIOR - GRADUAÇÃO 13 - MESTRADO OU DOUTORADO

4.31 - QUAL É A SÉRIE QUE FREQUÊNTA?

 1 - PRIMEIRA 2 - SEGUNDA 3 - TERCEIRA 4 - QUARTA 5 - QUINTA 6 - SEXTA 7 - SÉTIMA 8 - OITAVA 9 - CURSO NÃO-SERIADO

Se 10 anos ou mais de idade, passe para o quesito 4.36. Caso contrário, encerre a entrevista.

PARA A PESSOA QUE NÃO FREQUÊNTA ESCOLA, MAS JÁ FREQUÊNTOU

4.32 - QUAL É O CURSO MAIS ELEVADO QUE FREQUÊNTOU, NO QUAL CONCLUIU PELO MENOS UMA SÉRIE?

 1 - ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS 2 - ANTIGO PRIMÁRIO 3 - ANTIGO GINÁSIO 4 - ANTIGO CLÁSSICO, CIENTÍFICO, ETC. 5 - ENSINO FUNDAMENTAL OU 1ª GRAU 6 - ENSINO MÉDIO OU 2ª GRAU 7 - SUPERIOR - GRADUAÇÃO 8 - MESTRADO OU DOUTORADO 9 - NENHUM

4.33 - QUAL É A ÚLTIMA SÉRIE CONCLUÍDA COM AFIRMAÇÃO?

 01 - PRIMEIRA 02 - SEGUNDA 03 - TERCEIRA 04 - QUARTA 05 - QUINTA 06 - SEXTA 07 - SÉTIMA 08 - OITAVA 09 - CURSO NÃO-SERIADO 10 - NENHUMA

4.34 - CONCLUIU O CURSO NO QUAL ESTUDOU?

 1 - SIM

Siga quesito 4.35

 2 - NÃO

Se 10 anos ou mais de idade, passe para o quesito 4.36. Caso contrário, encerre a entrevista.

4.35 - QUAL É A ESPÉCIE DO CURSO MAIS ELEVADO CONCLUÍDO?

SUPERIOR (Graduação, Mestrado ou Doutorado) - ESPECIFIQUE:

1

2

 2 - NÃO SUPERIOR

Se 10 anos ou mais de idade, siga para o quesito 4.36. Caso contrário, encerre a entrevista.

PARA AS PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE (Nascidas até 31/07/1990)

4.36 - VIVE EM COMPANHIA DE CÔNJUGE OU COMPANHEIRO(a)?

 1 - SIM 2 - NÃO, MAS VIVEU 3 - NUNCA VIVEU

4.37 - QUAL É (ERA) A NATUREZA DA ÚLTIMA UNIÃO?

 1 - CASAMENTO CIVIL E RELIGIOSO 2 - SÓ CASAMENTO CIVIL 3 - SÓ CASAMENTO RELIGIOSO 4 - UNIÃO CONSENSUAL 5 - NUNCA VIVEU

4.38 - QUAL É O SEU ESTADO CIVIL?

 1 - CASADO(a) 2 - DESQUITADO(a) OU SEPARADO(a) JUDICIALMENTE 3 - DIVORCIADO(a) 4 - VIÚVO(a) 5 - SOLTEIRO(a)

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:

A Ã B C Ç D E F G H I J K L M N O Õ P Q R S T U V W X Y Z

PARA AS PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE (Nascidas até 31/07/1990)

4.39 - NA SEMANA DE 23 A 29 DE JULHO DE 2000, TRABALHOU EM ALGUMA ATIVIDADE REMUNERADA? (Inclusive a atividade de preparação de algum produto, venda ou prestação de algum serviço no próprio domicílio)

1 - SIM → Passe para o quesito 4.44 2 - NÃO →

4.40 - NA SEMANA DE 23 A 29 DE JULHO DE 2000 TINHA ALGUM TRABALHO REMUNERADO DO QUAL ESTAVA TEMPORARIAMENTE AFASTADO? (Por motivo de férias, licença, falta voluntária, doença, más condições do tempo ou por outra razão)

1 - SIM → Passe para o quesito 4.44 2 - NÃO →

4.41 - NA SEMANA DE 23 A 29 DE JULHO DE 2000 AJUDOU, SEM REMUNERAÇÃO, NO TRABALHO EXERCIDO POR PESSOA CONTA-PRÓPRIA OU EMPREGADORA, MORADORA DO DOMICÍLIO, OU COMO APRENDIZ OU ESTAGIÁRIO?

1 - SIM → Passe para o quesito 4.44 2 - NÃO →

4.42 - NA SEMANA DE 23 A 29 DE JULHO DE 2000 AJUDOU, SEM REMUNERAÇÃO, NO TRABALHO EXERCIDO POR PESSOA MORADORA DO DOMICÍLIO EMPREGADA EM ATIVIDADE DE CULTIVO, EXTRAÇÃO VEGETAL, CRIAÇÃO DE ANIMAIS, CAÇA, PESCA OU GARIMPO?

1 - SIM → Passe para o quesito 4.44 2 - NÃO →

4.43 - NA SEMANA DE 23 A 29 DE JULHO DE 2000 TRABALHOU EM ATIVIDADE DE CULTIVO, EXTRAÇÃO VEGETAL, CRIAÇÃO DE ANIMAIS OU PESCA, DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO DE PESSOAS MORADORAS NO DOMICÍLIO?

1 - SIM → Siga para o quesito 4.44 2 - NÃO → Passe para o quesito 4.55

4.44 - QUANTOS TRABALHOS TINHA NA SEMANA DE 23 A 29 DE JULHO DE 2000? (O trabalho na produção para o próprio consumo deve ser contado somente quando for o único trabalho)

1 - UM 2 - DOIS OU MAIS

ENÇA os critérios para definir o trabalho principal na semana:
 1 - Maior número de horas normalmente trabalhadas por semana;
 2 - Trabalho que possui há mais tempo; e
 3 - Maior rendimento mensal.

4.45 - QUAL ERA A OCUPAÇÃO QUE EXERCIA NO TRABALHO PRINCIPAL NA SEMANA DE 23 A 29 DE JULHO DE 2000?

4.46 - QUAL ERA A ATIVIDADE PRINCIPAL DO NEGÓCIO, FIRMA, EMPRESA, INSTITUIÇÃO OU ENTIDADE EM QUE TRABALHAVA NA SEMANA DE 23 A 29 DE JULHO DE 2000?

4.47 - NESSE TRABALHO ERA:

<input type="checkbox"/> 1 - TRABALHADOR DOMÉSTICO COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA → Passe para o quesito 4.51	<input type="checkbox"/> 5 - EMPREGADOR → Passe para o quesito 4.49
<input type="checkbox"/> 2 - TRABALHADOR DOMÉSTICO SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA → Passe para o quesito 4.50	<input type="checkbox"/> 6 - CONTA-PRÓPRIA → Passe para o quesito 4.50
<input type="checkbox"/> 3 - EMPREGADO COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA → Passe para o quesito 4.51	<input type="checkbox"/> 7 - APRENDIZ OU ESTAGIÁRIO SEM REMUNERAÇÃO → Passe para o quesito 4.51
<input type="checkbox"/> 4 - EMPREGADO SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA → Siga quesito 4.48	<input type="checkbox"/> 8 - NÃO REMUNERADO EM AJUDA A MEMBRO DO DOMICÍLIO → Passe para o quesito 4.51
	<input type="checkbox"/> 9 - TRABALHADOR NA PRODUÇÃO PARA O PRÓPRIO CONSUMO → Passe para o quesito 4.53

4.48 - NESTE EMPREGO, ERA EMPREGADO PELO REGIME JURÍDICO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS OU COMO MILITAR?

1 - SIM → Passe para o quesito 4.51 2 - NÃO → Passe para o quesito 4.50

4.49 - QUANTOS EMPREGADOS TRABALHAVAM NESSE NEGÓCIO, FIRMA, EMPRESA, INSTITUIÇÃO OU ENTIDADE EM JULHO DE 2000?

1 - UM 2 - DOIS 3 - TRÊS A CINCO 4 - SEIS A DEZ 5 - ONZE OU MAIS

Siga quesito 4.50

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

NÃO RISQUE. SE NECESSÁRIO, APAGUE COM A BORRACHA APROPRIADA. ESCREVA SOMENTE COM A LAPISSEIRA INDICADA.

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA:



10

4.28 - SABE LER E ESCREVER?

 1 - SIM 2 - NÃO

4.29 - FREQUÊNTA ESCOLA OU CRECHE?

 1 - SIM, REDE PARTICULAR 2 - SIM, REDE PÚBLICA 3 - NÃO, JÁ FREQUÊNTOU 4 - NUNCA FREQUÊNTOU

Siga quesito 4.30

Passe para o quesito 4.32

Se 10 anos ou mais de idade, passe para o quesito 4.36. Caso contrário, encerre a entrevista.

PARA A PESSOA QUE FREQUÊNTA ESCOLA

4.30 - QUAL É O CURSO QUE FREQUÊNTA?

 01 - CRECHE 02 - PRÉ-ESCOLAR 03 - CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO 04 - ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS 05 - ENSINO FUNDAMENTAL OU 1ª GRAU - REGULAR SERIADO 06 - ENSINO FUNDAMENTAL OU 1ª GRAU - REGULAR NÃO-SERIADO 07 - SUPLETIVO (ENSINO FUNDAMENTAL OU 1ª GRAU) 08 - ENSINO MÉDIO OU 2ª GRAU - REGULAR SERIADO 09 - ENSINO MÉDIO OU 2ª GRAU - REGULAR NÃO-SERIADO 10 - SUPLETIVO (ENSINO MÉDIO OU 2ª GRAU) 11 - PRÉ-VESTIBULAR 12 - SUPERIOR - GRADUAÇÃO 13 - MESTRADO OU DOUTORADO

4.31 - QUAL É A SÉRIE QUE FREQUÊNTA?

 1 - PRIMEIRA 2 - SEGUNDA 3 - TERCEIRA 4 - QUARTA 5 - QUINTA 6 - SEXTA 7 - SÉTIMA 8 - OITAVA 9 - CURSO NÃO-SERIADO

Se 10 anos ou mais de idade, passe para o quesito 4.36. Caso contrário, encerre a entrevista.

PARA A PESSOA QUE NÃO FREQUÊNTA ESCOLA, MAS JÁ FREQUÊNTOU

4.32 - QUAL É O CURSO MAIS ELEVADO QUE FREQUÊNTOU, NO QUAL CONCLUÍU PELO MENOS UMA SÉRIE?

 1 - ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS 2 - ANTIGO PRIMÁRIO 3 - ANTIGO GINÁSIO 4 - ANTIGO CLÁSSICO, CIENTÍFICO, ETC. 5 - ENSINO FUNDAMENTAL OU 1ª GRAU 6 - ENSINO MÉDIO OU 2ª GRAU 7 - SUPERIOR - GRADUAÇÃO 8 - MESTRADO OU DOUTORADO 9 - NENHUM

4.33 - QUAL É A ÚLTIMA SÉRIE CONCLUÍDA COM APLICAÇÃO?

 01 - PRIMEIRA 02 - SEGUNDA 03 - TERCEIRA 04 - QUARTA 05 - QUINTA 06 - SEXTA 07 - SÉTIMA 08 - OITAVA 09 - CURSO NÃO-SERIADO 10 - NENHUMA

4.34 - CONCLUÍU O CURSO NO QUAL ESTUDOU?

 1 - SIM

Siga quesito 4.35

 2 - NÃO

Se 10 anos ou mais de idade, passe para o quesito 4.36. Caso contrário, encerre a entrevista.

4.35 - QUAL É A ESPÉCIE DO CURSO MAIS ELEVADO CONCLUÍDO?

SUPERIOR (Graduação, Mestrado ou Doutorado) - ESPECIFIQUE:

1

2

 2 - NÃO SUPERIOR

Se 10 anos ou mais de idade, siga para o quesito 4.36. Caso contrário, encerre a entrevista.

PARA AS PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE (Nascidas até 31/07/1990)

4.36 - VIVE EM COMPANHIA DE CÔNJUGE OU COMPANHEIRO(a)?

 1 - SIM 2 - NÃO, MAS VIVEU 3 - NUNCA VIVEU

4.37 - QUAL É (ERA) A NATUREZA DA ÚLTIMA UNIÃO?

 1 - CASAMENTO CIVIL E RELIGIOSO 2 - SÓ CASAMENTO CIVIL 3 - SÓ CASAMENTO RELIGIOSO 4 - UNIÃO CONSENSUAL 5 - NUNCA VIVEU

4.38 - QUAL É O SEU ESTADO CIVIL?

 1 - CASADO(a) 2 - DESQUITADO(a) OU SEPARADO(a) JUDICIALMENTE 3 - DIVORCIADO(a) 4 - VIÚVO(a) 5 - SOLTEIRO(a)

ANEXO B

Entradas e saídas utilizando a informação do lugar de nascimento, segundo as Unidades da Federação: 1991 - 2000

Unidades da Federação	Entradas (1)		Diferença relativa (%)	Saídas		Diferença relativa (%)
	1991	2000		1991	2000	
Total	21 622 102	26 056 925		21 622 102	26 056 925	
Rondônia	703 396	722 859	2,8	45 708	96 406	110,9
Acre	46 967	63 033	34,2	50 811	65 470	28,8
Amazonas	171 358	303 060	76,9	121 505	163 765	34,8
Roraima	88 802	150 104	69,0	7 973	14 777	85,3
Pará	900 639	1 046 154	16,2	322 956	560 783	73,6
Amapá	74 053	153 980	107,9	17 398	23 744	36,5
Tocantins	292 175	374 879	28,3	120 496	187 258	55,4
Maranhão	455 562	459 240	0,8	855 246	1 244 407	45,5
Piauí	194 342	234 214	20,5	688 746	890 132	29,2
Ceará	267 079	356 668	33,5	1 364 013	1 592 756	16,8
Rio Grande do Norte	200 112	231 878	15,9	458 637	509 918	11,2
Paraíba	212 866	255 649	20,1	1 096 891	1 300 363	18,5
Pernambuco	474 202	535 273	12,9	1 750 309	2 108 199	20,4
Alagoas	193 381	215 477	11,4	611 260	774 597	26,7
Sergipe	149 432	192 042	28,5	333 869	383 909	15,0
Bahia	601 116	742 729	23,6	2 275 381	3 065 935	34,7
Minas Gerais	884 209	1 221 299	38,1	3 942 406	4 067 839	3,2
Espírito Santo	460 045	587 852	27,8	536 524	570 541	6,3
Rio de Janeiro	2 270 247	2 476 072	9,1	686 790	836 584	21,8
São Paulo	7 076 066	8 821 030	24,7	1 761 030	2 145 631	21,8
Paraná	1 759 689	1 795 791	2,1	1 914 359	2 280 334	19,1
Santa Catarina	540 912	758 816	40,3	613 446	682 279	11,2
Rio Grande do Sul	259 355	343 228	32,3	926 275	1 012 591	9,3
Mato Grosso do Sul	560 820	574 451	2,4	224 575	289 158	28,8
Mato Grosso	924 454	1 060 334	14,7	179 002	243 413	36,0
Goiás	930 982	1 293 733	39,0	592 698	686 616	15,8
Distrito Federal	929 842	1 087 080	16,9	123 798	259 523	109,6

Fonte: IBGE, 2000, p.31.

(1) Exclusive Brasil sem especificação, País Estrangeiro e Estrangeiro sem especificação.

ANEXO C
População do Estado de Roraima: urbana / rural

MUNICÍPIO	CENSO 91			CONTAGEM 96			CENSO 2000			ESTIMATIVA TOTAL 2005
	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	
Amajari	10.903	299	10.604	4.623	451	4.172	5.294	799	4.495	6.087
Alto Alegre	11.211	3.356	7.855	13.771	3.929	9.842	17.907	5.195	12.712	22.102
Boa Vista	122.600	120.157	2.443	153.936	150.442	3.494	200.568	197.098	3.470	242.179
Bonfim	5.436	1.221	4.215	5.660	1.446	4.214	9.326	3.000	6.326	12.626
Cantá	4.042	428	3.614	7.671	630	7.041	8.571	1.155	7.416	10.482
Caracará	8.773	5.139	3.634	9.664	5.786	3.878	14.286	8.236	6.050	17.746
Caroebe	3.647	890	2.757	4.829	1.417	3.412	5.692	1.977	3.715	5.869
Iracema	2.163	1.356	807	2.817	2.012	805	4.781	3.228	1.553	6.060
Mucajá	11.272	5.222	6.050	10.895	6.423	4.472	11.247	7.029	4.218	11.649
Normandia	5.223	1.146	4.077	6.796	1.433	5.363	6.138	1.500	4.638	5.335
Pacaraima	4.099	1.269	2.830	5.777	1.763	4.014	6.990	2.760	4.230	8.215
Rorainópolis	5.496	1.457	4.039	7.544	2.712	4.832	17.393	7.185	10.208	24.615
S.João	6.328	2.309	4.019	4.058	3.082	976	5.091	3.882	1.209	5.432
S.Luiz	3.778	2.268	1.510	4.456	3.148	1.308	5.311	3.447	1.864	6.490
Uiramutã	12.612	252	12.360	4.634	372	4.262	5.802	525	5.277	6.430
Total	217.583	146.769	70.814	247.131	185.046	62.085	324.397	247.016	77.381	391.317

Fonte: IBGE/RR, 2005.

Obs.: Os dados do Censo 91 foram considerando os fracionamentos populacionais dos futuros novos municípios. As estimativas não prevêem dados urbanos ou rurais, apenas o total do município.

ANEXO D

População urbana de Boa Vista por zonas: 1999

BAIRRO		HOMEM	MULHER	TOTAL
1	CENTRO	2.852	3.151	6.003
ZONA NORTE				
2	31 DE MAR	810	900	1.710
3	AEROPORTO	1.380	1.361	2.741
4	APARECIDA	2.437	2.722	5.159
5	ESTADOS	2.094	2.459	4.553
6	PARAVIANA	1.481	1.624	3.105
7	S. FRANCISCO	1.941	2.121	4.062
TOTAL ZONA NORTE		10.143	11.187	21.330
ZONA SUL				
8	13 DE SETEMBRO	2.398	2.353	4.751
9	CALUNGA	1.018	1.054	2.072
10	DISTRITO INDUSTRIAL	106	71	177
11	M. RONDON	60	1	61
12	S. VICENTE	2.981	3.003	5.984
TOTAL ZONA SUL		6.563	6.482	13.045
ZONA LESTE				
13	CAÇARI	1.396	1.517	2.913
14	CANARINHO	324	332	656
15	S. PEDRO	514	556	1.070
TOTAL ZONA LESTE		2.234	2.405	4.639
ZONA OESTE				
16	A BRANCA	5.108	4.832	9.940
17	ALVORADA	2.779	2.644	5.423
18	ARACELI S MAIOR	387	390	777
19	BELA VISTA	1.327	1.323	2.650
20	BURITIS	4.304	4.389	8.693
21	CAIMBÉ	3.240	3.344	6.584
22	CAMBARA	2.302	2.377	4.679
23	CARANÁ	4.352	4.354	8.706
24	CAUAME	2.426	2.379	4.805
25	CENTENÁRIO	1.864	1.813	3.677
26	CINTURÃO VERDE	843	840	1.683
27	EQUATORIAL	1.764	1.690	3.454
28	HELIO CAMPOS	3.805	3.487	7.292
29	JARDIM CARANÁ	1.145	1.090	2.235
30	JARDIM PRIMAVERA	1.664	1.642	3.306
31	JARDIM FLORESTA	1.391	1.411	2.802
32	JARDIM TROPICAL	453	460	913
33	JOQUEI CLUB	2.105	2.026	4.131
34	LIBERDADE	3.068	3.203	6.271
35	MECEJANA	2.956	3.146	6.102
36	NOVA CANAÃ	1.923	1.847	3.770
37	NOVA CIDADE	808	737	1.545
38	OPERÁRIO	535	485	1.020
39	PINTOLANDIA	2.793	2.811	5.604
40	PISCICULTURA	459	452	911
41	PRICUMÃ	3.340	3.457	6.797
42	RAIAR DO SOL	1.413	1.342	2.755
43	SILVIO BOTELHO	3.269	3.229	6.498
44	SILVIO LEITE	3.281	3.229	6.448
45	SANTA LUZIA	2.262	2.220	4.482
46	SANTA TEREZA	5.098	4.989	10.087
47	TANCREDO NEVES	3.397	3.338	6.735
48	UNLÃO	601	549	1.150
TOTAL ZONA OESTE		76.462	75.463	151.925
TOTAL ZONA URBANA DE BOA VISTA		98.254	98.688	196.942

Dados organizados a partir dos registros disponíveis nos instrumentos de Coleta.

Nota: Estes dados não se encontram disponíveis oficialmente no IBGE em função da alteração procedida na Lei 244 que resultou na criação dos novos bairros pela Lei 483 ter sido promulgada em 09.12.99 – período em que a Base Setorial para o Censo 2000 encontrava-se encerrada.

Obs.: A pesquisa detectou bairros oficiais criados após a referida lei e que não constam, são os bairros Cidade Satélite, Jardim das Copábas e Olímpico, localizados na Zona Oeste e Fco. Caetano Filho localizado na Zona Sul da cidade.

ANEXO E

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: 1998 - 1999
 Migração: população residente, segundo o lugar de nascimento

LUGAR DE NASCIMENTO	POPULAÇÃO URBANA RESIDENTE RORAIMA	
	1998	1999
REGIÃO NORTE	27.306	30.899
RORAIMA	94.952	102.363
MARANHÃO	37.318	34.335
PIAUI	3.640	4.328
CEARÁ	10.010	6.808
RIO GRANDE DO NORTE	1.216	927
PARAÍBA	3.341	2.474
PERNAMBUCO	304	1.545
ALAGOAS	-	1.236
SERGIPE	-	-
BAHIA	606	618
REGIÃO SUDESTE	2.731	5.256
REGIÃO SUL	2.124	2.475
REGIÃO CENTRO OESTE	7282	1.546
PAÍS ESTRANGEIRO	-	3.091
SEM DECLARAÇÃO	-	-
TOTAL	190.840	197.919

Fonte: IBGE, Censo 2000, [on line].

Nota: Excluída a população rural.

ANEXO F

Migração para Roraima pela BR 174 – 1980/ 1984: destino por zonas

Ano	1980	1981	1982	1983	1984	Total
Destino						
Zona Urbana						
Boa Vista	482	1.517	920	786	767	4.472
Caracaráí	72	102	95	52	209	530
Zona Rural						
1. Garimpo						
Santa Rosa	1.543	100	9	-	5	1.657
2. Colonização						
São João do Baliza	53	814	159	67	108	1.201
São Luís	137	525	77	99	116	954
Vila Moderna	18	131	117	13	5	284
BR-174 Jundiá/Km 500	111	20	-	-	-	131
Vila Nova	-	48	31	-	10	89
Mucajáí	14	97	87	38	47	283
Alto Alegre	34	177	52	10	7	280
S. M. Boiaçu	-	-	5	-	-	5
Bonfim	37	33	2	-	2	74
Jundiá	-	104	39	18	36	197
Novo Paraíso	-	211	25	16	17	269
Equador	-	50	17	15	15	97
Confiança	-	15	8	11	7	41
Novo Caroebe	-	133	251	197	160	741
Martins Pereira	-	18	13	23	6	60
Entre Rios	-	10	14	88	76	188
Nova Colina	-	7	4	38	20	69
Cantá	-	6	14	-	-	20
Petrolina do Norte	-	1	11	7	5	24
INCRA (Km 468)	-	-	20	76	85	181
São José	-	-	6	-	-	6
Arara Vermelha	-	-	-	9	2	11
Apiau	-	-	-	20	3	23
Anauá	-	-	-	2	-	2
Tepequém	-	-	-	4	2	6
Pacaraima (BV-8)	-	-	-	-	13	13
Murupu	-	-	-	-	5	5
Normandia	-	-	-	-	5	5
Amajari	-	-	-	-	2	2
Vista Alegre	-	-	-	-	1	1
Total	2.501	4.119	1.976	1.589	1.736	11.921

Fonte: Silveira; Gatti, 1988, p.56.